

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

Denise Assis Dulci

A CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA NA DESLEGITIMAÇÃO DE GOVERNOS CONSTITUCIONAIS:

enquadramentos noticiosos da Folha de S. Paulo e de O Globo (2016) e estratégias comunicacionais do complexo Ipês/IBAD (1964)

Juiz de Fora

18 de julho de 2022

Denise Assis Dulci

A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA NA DESLEGITIMAÇÃO DE GOVERNOS CONSTITUCIONAIS:

enquadramentos noticiosos da Folha de S. Paulo e de O Globo (2016) e estratégias comunicacionais do complexo Ipês/IBAD (1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Mídias e Processos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal – UFJF

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira - UFJF e UFSJ

Profa. Dra. Gilze Freitas Bara - UniAcademia

Juiz de Fora

18 de julho 2022

Ficha catalográfica elaborada através
do programa de geração automática da
Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Assis Dulci, Denise .

A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA NA DESLEGITIMAÇÃO DE
GOVERNOS CONSTITUCIONAIS: : enquadramentos noticiosos da
Folha de S. Paulo e de O Globo (2016) e estratégias
comunicacionais do complexo Ipês/IBAD (1964) / Denise AssisDulci.
-- 2022.

219 p. : il.

Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, 2022.

1. Comunicação. 2. Política. 3. Impeachment. 4. golpe de 1964. 5.
golpe de 2016. I. Figueira Leal, Paulo Roberto , orient. II. Título.

Denise Assis Dulci

A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA NA DESLEGITIMAÇÃO DE GOVERNOS

CONSTITUCIONAIS: enquadramentos noticiosos da Folha de S. Paulo e de O Globo (2016) e estratégias comunicacionais do complexo Ipês/IBAD (1964)

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação em
Comunicação

da Universidade
Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial à
obtenção do título de
Mestra em
Comunicação. Área
de concentração:
Comunicação e
Sociedade

Aprovada em 18 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Gilze Freitas Bara
UniAcademia

Juiz de Fora, 30/05/2022.



Documento assinado eletronicamente por Paulo Roberto Figueira Leal, Vice-Chefe de Departamento, em 18/07/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Gilze Freitas Bara, Usuário Externo, em 18/07/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Luiz Ademir de Oliveira, Usuário Externo, em 18/07/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 0808862 e o código CRC 5DC3F045.

AGRADECIMENTOS

Às forças de luz e de todos os encantos que há neste mundo. Se quiserem, podem chamar de Deus.

Ao meu filho, João Assis Dulci, por me indicar esse caminho e acreditar que eu podia. Pela cumplicidade e todo o amor.

À Ana Livia, por sua disposição em ajudar, sempre com carinho.

Ao professor e meu orientador, Paulo Roberto Figueira Leal, que em vários momentos me impediu de desistir – e não foram poucos. Pelas saídas apontadas, por ouvir nas horas certas e mostrar as inevitáveis falhas no percurso, com suavidade.

Ao professor, Luiz Ademir de Oliveira, pela doçura, o apoio e as dicas.

À coordenadora Iluska, que pacientemente me auxiliou com a burocracia, tão áspera para nós, os jornalistas.

À Aline, que na secretaria do PPGCOM mostrou-nos atalhos nesta pandemia.

Aos colegas Cesar, Hugo, Laryssa, Mayra, Carla, Roberta, Arthur, Denise, Vitor e tantos outros, que me socorreram nos engasgos com o sistema, com o meio acadêmico e todas as suas novidades.

Aos amigos: Cristina Zappa e Fernando Dragaud pela torcida, a paciência em ouvir, os incentivos para seguir em frente e pelo silêncio, necessário nesse período.

Ao estagiário Antônio Rodrigues, um talento que logo colocará o pé nesta estrada.

Às professoras Claudia Thomé e Cristina Musse, e todos os demais com quem fiz disciplina, por todo o apoio técnico e do afeto.

Ao bem-te-vi que me acordava às sete em ponto, dando motivos, com o seu canto, para que o dia começasse melhor. Cheguei a vê-lo dois dias, na minha varanda, como se a dizer: vamos, ânimo!

Ao Arthur, que me ajudou a atravessar com equilíbrio esta corda bamba.

Ao Leonardo Attuch, diretor do Brasil 247, que me permitiu um afastamento estratégico para finalizar este trabalho.

Ao violão do Luiz Bonfá, que me acalmou e contribuiu para a concentração necessária, em momentos de exaustão.

Aos maravilhosos e tranquilizantes: Chopin, Villa Lobos, Mozart, Shostakovich, Dvorák e Maria Callas, a me salvarem do irritante barulho de serra da obra do vizinho e que me levaram a desligar do medo e do perigo lá fora, de uma pandemia que poderia colocar tudo a perder.

Aos cientistas e aos profissionais da saúde do SUS, que permitiram a segurança das três doses de vacina em meu braço. Assim, com confiança, foi possível mergulhar nesse

retrospecto tão dolorido, de rever páginas e páginas de jornais, onde o segundo golpe de estado vivido por mim foi sendo formatado com competência por aqueles que deveriam ser os vigilantes de uma democracia jovem. Rever a urdidura do seu rompimento feito por alguns rostos conhecidos, pessoas com as quais convivi nas mesmas redações por onde passei foi uma experiência difícil, mas necessária.

Por fim, aos membros da banca, o professor Dr., Luiz Ademir de Oliveira e especialmente à professora Dra. Gilze Bara, pela disponibilidade em participar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Esta história não acaba assim. Estou certa de que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

(Dilma Rousseff)

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar quais foram os enquadramentos noticiosos desenvolvidos por dois veículos da imprensa brasileira em 2016 (Folha de S. Paulo e O Globo), antes do impeachment de Dilma Rousseff (PT), buscando comparação com as estratégias narrativas de organizações – como Ipês/IBAD – que atuaram pela queda do governo de João Goulart (PTB), em 1964.

Por meio da metodologia da análise de conteúdo, buscou-se identificar quais foram os discursos presentes nas ações de dois dos jornais mais lidos do país no período que antecedeu à derrubada de Dilma, em 2016, permitindo a comparação com as campanhas divulgadas por Ipês/IBAD em 1964.

A hipótese testada foi a de que os veículos – de propriedade de conglomerados familiares, com interesses específicos – negligenciaram propositalmente apurações positivas para esses governos, enquanto outros temas eram colocados no foco, em tom de escândalos.

Como *corpus*, foram analisados 699 unidades de material publicado, e elaboradas 265 tabelas para se chegar a resultados como: 126 reportagens, editoriais e manchetes, publicadas em O Globo, com críticas à política do governo, no período compreendido de janeiro de 2016 a primeiro de setembro do mesmo ano, data em que foi noticiada a deposição da presidente Dilma Rousseff, cujo impeachment se deu no dia anterior. Enquanto na Folha, foram 130, no mesmo período. Também as reportagens, editoriais e manchetes com foco em Dilma, têm números significativos: 98 em O Globo e 96 na Folha.

Sobre as ações do complexo Ipês/IBAD, foi realizada análise da documentação relativa à CPI sobre o IBAD (ocorrida em 1963), que tomou por base 500 documentos exibidos pelo ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Quanto à documentação do Ipês, esta foi analisada em trabalhos já publicados pelo historiador René Dreifuss (1964 – A conquista do Estado) e por mim, em (Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe – 1962/1964).

Os principais achados empíricos da pesquisa responderam afirmativamente à quase totalidade das hipóteses formuladas inicialmente. Os dados objetivos sobre as coberturas analisadas de O Globo e Folha de S. Paulo em 2016 confirmaram a expectativa de que muitos dos motes narrativos utilizados em 1964 por Ipês/IBAD estiveram presentes

também na cobertura jornalística de 2016. Corrupção, o esvaziamento político do governo, e a crítica desenfreada sobre ações na economia são alguns exemplos.

Do mesmo modo, evidenciou-se que os jornais produziram manchetes escandalosas, editoriais inquisidores e matérias tendenciosas e persecutórias – negligenciando a oferta de informações que pudessem ser benéficas ao governo Dilma. Os dados compilados demonstram que as coberturas desconsideraram os critérios jornalísticos de apresentação do contraditório e de checagem de documentos recebidos de fontes.

Palavras-chave: Comunicação; Política; impeachment; golpe de 1964; golpe de 2016

Abstract

This dissertation aims to analyse the news framing developed by two Brazilian media outlets — *Folha de São Paulo* and *O Globo* — before the impeachment of Dilma Rousseff (PT), in 2016, whilst comparing the narrative strategies of some organizations such as Ipês/IBAD, which worked towards the fall of the government of João Goulart (PTB), in 1964. Using the content analyses methodology, we sought to identify the narratives presented in the actions of the two most read newspapers in the country during the time that preceded the downfall of Dilma Rousseff in 2016, allowing the comparison to the narratives published by Ipês/IBAD in 1964. The tested hypothesis was that the media outlets — of property of family conglomerates with specific interests — purposely neglected positive canvass for these governments, while other themes were put on focus in a scandalous light. As a corpus, we analysed 699 articles and elaborated 265 tables reaching results such as: 126 stories, editorials and headlines published by *O Globo*, criticizing the government policies, between January 2016 and September 1st of the same year, when the deposition of the president Dilma Rousseff was announced, and whose happened the day before. Meanwhile, in *Folha de São Paulo*, there were 130, during the same period. The stories, editorials and headlines focusing on Dilma are also in a significant number: 98 in *O Globo* and 96 in *Folha de São Paulo*. Regarding the actions of the Ipês/IBAD complex, we analysed the data relating to the CPI about the IBAD, from 1963, which based itself on 500 documents displayed by the former governor of Pernambuco, Miguel Arraes. The data from Ipês was widely analysed in works already published by the historian René Dreifuss in 1964, *A Conquista do Estado*, and by me, *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe*, in 1962 – 1964. The main empiric findings of this research answered affirmatively to almost all the initially formulated hypothesis. The objective data on the analysed coverage of *O Globo* and *Folha de São Paulo* in 2016 confirmed the expectation that many narrative mottos used in 1964 by Ipês/IBAD were also present in the news coverage of 2016. Corruption, the political deflation of the government, and the unbridled criticism of economical actions are some examples. In the same way, it became evident that the newspapers produced scandalous headlines, inquisitive editorials, and biased and persecutory stories — neglecting the offer of information that could be beneficial to Dilma Rousseff's government. The compiled data showed that the coverage disregarded the journalistic criteria of presenting the contradictory and checking the documents received from their sources.

Key words: Communication; Politics; impeachment; Coup of 1964; Coup of 2016.

Índice:

Ilustrações

Figura 1 – Cristo Comunista	61
Figura 2 - Dilma na entrega de espadins em Agulhas Negras	82
Figura 3 – Manifestação Av. Paulista 2016	95
Figura 4 – Em entrevista com Dilma	98
Figura 5 – Desenvolvimento de uma análise (Cap. Análise)	114
Figura 6 – Modelo de tabela utilizado na pesquisa	116
Figura 7 – Matéria <i>Le Monde</i>	124
Figura 8 – Editorial O Globo: Tempestade Perfeita numa caixa-preta	138
Figura 9 – Capa O Globo: E agora, Temer?	150
Figura 10 – Charge da Dilma	205

Tabelas

Tabela 1 – Aferição dos temas: janeiro O Globo	117
Tabela 2 – Aferição dos temas: fevereiro O Globo	119
Tabela 3 – Aferição dos temas: março O Globo	127
Tabela 4 – Aferição dos temas: abril O Globo	131
Tabela 5 – Aferição dos temas: maio O Globo	140
Tabela 6 – Aferição dos temas: julho O Globo	142
Tabela 7 – Aferição dos temas: agosto O Globo	149
Tabela 8 – Aferição dos temas: janeiro Folha	153
Tabela 9 – Aferição dos temas: fevereiro Folha	156
Tabela 10 – Aferição dos temas: março Folha	161
Tabela 11 – Aferição dos temas: abril Folha	173
Tabela 12 – Aferição dos temas: maio Folha	182

Tabela 13 – Aferição dos temas: julho Folha	185
Tabela 14 – Aferição dos temas: agosto Folha	189
Tabela 15 – Recorrência dos temas em números absolutos o Globo	197
Tabela 16 – Recorrência dos temas em números absolutos Folha	197

Gráficos

Gráfico 1 – Recorrências dos temas: janeiro O Globo	118
Gráfico 2 – Recorrências dos temas: fevereiro O Globo	120
Gráfico 3 – Recorrências dos temas: março O Globo	127
Gráfico 4 – Recorrências dos temas: abril O Globo.....	131
Gráfico 5 – Recorrências dos temas: maio O Globo	140
Gráfico 6 – Recorrências dos temas: julho O Globo	143
Gráfico 7 – Recorrências dos temas: agosto O Globo	149
Gráfico 8 – Recorrências dos temas: setembro O Globo	150
Gráfico 9 - Recorrências dos temas: janeiro Folha	153
Gráfico 10 - Recorrências dos temas: fevereiro Folha	156
Gráfico 11 - Recorrências dos temas: março Folha	161
Gráfico 12 - Recorrências dos temas: abril Folha	173
Gráfico 13 - Recorrências dos temas: maio Folha	182
Gráfico 14 - Recorrências dos temas: julho Folha	185
Gráfico 15 - Recorrências dos temas: agosto Folha	190
Gráfico 16 - Recorrências dos temas: setembro Folha	193
Gráfico 17 – Total de ocorrências O Globo	196
Gráfico 18 – Total de ocorrências Folha	196

SUMÁRIO

1- Introdução.....	14
2 - Política e Comunicação, ou como moldar a opinião pública	19
2.1 - A política dominada pela pós-verdade	19
2.2 – Meios de ação sobre a opinião pública	22
2.3 – Amarra-se a mensagem, à vontade do dono	24
2.4 - Padrões de manipulação	25
2.5 – Mídia, poder político e notoriedade	30
2.6 – Um espetáculo de Comunicação	34
3 - A mídia na preparação do golpe de 1964 sob o pretexto de combate à corrupção e ao comunismo	38
3.1 - O Ipês e a ideologia do golpe	41
3.2 - A descoberta e a contextualização	42
3.3 - O Brasil conhece o Cinema	44
3.4 - A exemplo de Joseph Goebbels.....	46
3.5 - A força do marketing político.....	47
3.6 - A adesão das mulheres	54
3.7 - O Instituto Brasileiro de Ação Democrática IBAD.....	55
4 - Contextualização do golpe de 2016	71
4.1 - O MBL e as Redes Sociais	78
4.2 - A motivação militar e a misoginia no golpe de 2016.....	80
4.3 - Fotografia capta início do processo de queda da presidente Dilma Rousseff	81
4.4 - As jornadas de rua	87
4.5 - O acirramento da crise em 2015 e o avanço para o impeachment	94
4.6 - 2016: um ano para não esquecer.....	99
5 - Análise de Conteúdo	107
5.1 - Breve história sobre os veículos analisados	112
5.1.1 - <i>O Globo</i> :.....	112
5.1.2 - <i>Folha de São Paulo</i> :	112
5.2 - Sai a subversão e entra em cena a corrupção.....	113

5.3 - O golpe nas páginas de <i>O Globo</i>	116
5.4 - O golpe nas páginas da <i>Folha de São Paulo</i>	151
5.5 - Íntegra do pronunciamento da presidente após impeachment.....	194
5.6 - Gráficos de recorrência total:	196
6 - Considerações Finais.....	199
7 - Referências bibliográficas	208

1- Introdução

Numa retrospectiva, resumir o que me motivou a esta pesquisa seria o relato de uma vida inteira. Fui constituída ao longo de golpes. Nasci em meio ao clima do suicídio de Getúlio Vargas, vi muito pequena – mas com atenção suficiente para me impactar – o deslocar das tropas que tirariam João Goulart do poder. Adolesci, casei e fui mãe sob o tacão da ditadura e acompanhei muito de perto os fatos do golpe de 2016, quando o país deu as costas para um futuro promissor e abraçou o retrocesso, a truculência e a estagnação. Era fatal que minha atenção se voltasse para a política e suas manobras.

Em outubro de 2000, em pleno exercício do jornalismo, localizei durante uma reportagem sobre os arquivos do general Golbery do Couto e Silva, um conjunto de filmes curtas-metragens que foram concebidos e produzidos pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), com a finalidade de convencer a população de não só apoiar o golpe, como torcer e ansiar por ele. Esse achado foi registrado pelos historiadores Eduardo Morettin, Marcos Napolitano e Mônica Almeida Kornis, no livro *História e Documentário*, que organizaram para a FGV, em 2012, e consta na página 124, um capítulo de autoria de Reinaldo Cadernuto intitulado “O golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês”.

Na ocasião da localização dos filmes a intenção de escrever sobre aqueles acontecimentos não estava no meu radar, mas diante do que tinha nas mãos, era inescapável. O discurso contido nos filmes poderia ser lido, hoje, como as falas da campanha de Bolsonaro. Um discurso de extrema direita, com o uso constante do vocábulo “democracia”, panaceia para todos os males que acometem os momentos de crise aguda dela mesma, a própria democracia.

Incentivada pelos amigos René Dreifuss (historiador e cientista político pela UFF) e Francisco Carlos Teixeira (historiador e professor da UFRJ), comecei a rascunhar a contextualização daquele conjunto de filmes, o que resultou no livro: *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe – 1962/1964*, lançado em 13 de março de 2001. A escolha da data de 13 de março foi proposital (referência a um marcante episódio, tido como um dos pretextos para o golpe de 1964, o comício do então presidente João Goulart na Central do Brasil). Para aprontar o livro, precisei caminhar pela preparação da queda do Jango.

A experiência me foi útil para, aos primeiros passos das manifestações de 2013, com seus cartazes improvisados e sem uma liderança que assumisse o movimento, com palavras de ordem muito semelhantes às usadas nas marchas que aconteceram entre 1962 e 1964, eu visse piscar um alerta que me fez nunca, jamais, participar daqueles protestos.

Via com espanto e apreensão o desenrolar dos acontecimentos. De 2013 a 2016, tal como na canção infantil popular, *A linda Rosa Juvenil*, o tempo voou:

E o tempo passou a correr, a correr, a correr/
 E o tempo passou a correr, a correr/
 E o mato cresceu ao redor, ao redor, ao redor/
 E o mato cresceu ao redor, ao redor/
 E um dia veio um belo rei, belo rei, belo rei/
 E um dia veio um belo rei, belo rei/
 Que despertou a rosa assim, bem assim, bem assim/
 que despertou a rosa assim, bem assim/
 Batemos palmas para o rei, para o rei, para o rei/
 batemos palmas para o rei, para o rei.

Sim. O tempo correu, o rei não era belo, mas a sanha golpista foi semeada e “batemos” palmas para o rei. Até chegarmos a isso, no entanto, é preciso entender o caminho desta história. É o que esta pesquisa traz como objeto. Averiguar de que maneira os golpes são tramados do ponto de vista da Comunicação. O que move a engrenagem que desagua no desfecho? A defesa dos interesses dos donos dos veículos de mídia? Esse conjunto de ferramentas é, de fato, colocado à disposição de fatores que levem ao sucesso de um único intento, a deposição do dirigente?

No caso do Brasil, a ser constatada essa hipótese – a de que há uma ação coordenada em busca desse objetivo –, essa ação pode ser facilitada, pois está nas mãos de poucos e é feita para muitos. A história nos mostrou (DOMENACH, 1950) que o grande público, se sob efeito desse “ataque”, vai se imbuindo pela força dos meios de comunicação de um sentimento de insatisfação quanto ao governo vigente. É possível que esse processo, em geral liderado por uma elite intolerante, tenha na mídia o seu principal instrumento?

Nosso trabalho será o de constatar ou não, se é viável, a partir do noticiário diário, puxar a população para o lado dos conspiradores. Induzida, a sociedade concorda em ser coadjuvante, ou até mesmo cúmplice? Confrontar os dois períodos, o do processo conspiratório de 1964 e o de 2016, pode nos apontar as respostas. Esse foi o direcionamento da pesquisa. A busca por investigar os métodos e os resultados da pressão da mídia como plataforma de lançamento de governantes para fora do poder.

Neste trabalho, o método usado foi a análise de conteúdo, a partir do livro de mesmo nome de autoria da professora de Psicologia na Universidade de Paris V, Laurence Bardin, que o aplicou numa investigação psicossociológica. Tal método visa inspecionar, com base em tabulação dos dados coletados e de tabelas, a incidência de assuntos pré-selecionados – no nosso caso a temática do golpe de 2016 –, tomando por base os jornais

O Globo (Rio) e *Folha de São Paulo*. A escolha se deveu ao peso que ambos têm na classe média e por serem os de maior alcance.

Como *corpus* - conforme dito anteriormente -, foram analisados 699 unidades de material publicado, e elaboradas 265 tabelas para se chegar a resultados como: 126 reportagens, editoriais e manchetes, publicadas em *O Globo*, com críticas à política do governo, no período compreendido de janeiro de 2016 a primeiro de setembro do mesmo ano, data em que foi noticiada a deposição da presidente Dilma Rousseff, cujo impeachment se deu no dia anterior. Enquanto na *Folha*, foram 130, no mesmo período.

A opção por jornais impressos teve o intuito de estabelecer um diálogo com os veículos existentes em 1964, quando ainda não se havia criado as redes sociais. É preciso deixar claro, no entanto, que a “análise de conteúdo”, que compreende a inspeção sobre os jornais, a tabulação dos dados que resultaram em tabelas e gráficos, será feita exclusivamente para analisarmos o golpe de 2016. Os acontecimentos de 1964, desse ponto de vista, já foram visitados por vários autores. Embora fique difícil citar apenas uns poucos, devo lembrar de Juremir Machado da Silva e Wanderley Guilherme dos Santos, apenas a título de exemplo. O que, nem de longe, nos desanima de revê-los. Os fatos históricos não se esgotam. Pelo contrário. Revistos, podem servir de inspiração – como avaliaremos se foi o caso.

Para o desenvolvimento desta dissertação, caminharemos no primeiro capítulo, trazendo os autores que trataram do tema da Comunicação no contexto da política. São muitos os que se debruçaram sobre o tema, e não é de hoje. Por isso, a tarefa de se fazer um apanhado significativo não é muito fácil. Aqui, optou-se por colocar em diálogo, por exemplo, Foucault, que lança o seu olhar sobre poder e política, Gui Debord, que nos fala da sociedade do espetáculo como instrumento de dominação. (E o que querem os políticos se não, estarem em cena o tempo todo?) E, inevitavelmente, Mathew D’Ancona, estudioso da pós-verdade, um instrumento de manipulação de notícias, dando-lhe uma roupagem de “verdade”, disseminando as tais *fake news*, hoje na ordem do dia.

Dos que por aqui escreveram sobre Comunicação e manipulação de notícias, foi destacado o trabalho de Perseu Abramo e Aluysio Biondi. Eles se dedicaram a estabelecer padrões de manipulação que nos permitem entender o que se passa na “cozinha” dos veículos de modo geral, a fim de publicar o que lhes interessa. Outros tiveram também a sua colaboração enfocada neste capítulo, tais como Maria Helena Weber, André Singer e outros, por seus valiosos estudos em torno do assunto.

Com o intuito de respeitar o aspecto temporal dos acontecimentos, o segundo capítulo vem a seguir com toda a trama engendrada em torno do financiamento do complexo Ipês/IBAD. Repassaremos a compra de votos para a eleição de 1962 e toda a trama urdida para a conquista de generosos espaços na mídia, que desembocou numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), graças à contribuição de cerca de 500 documentos fornecidos pelo então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, autor das denúncias que deram origem à CPI. A conclusão dos trabalhos desta Comissão se avizinharam com o golpe de 1964, o que não impediu a conclusão, mas a implementação de punições. Importante, porém, foi trazer à tona, de forma clara, como as coisas se passaram com a ingerência estadunidense nos bastidores.

E se estamos dando curso aos fatos, o capítulo seguinte, o terceiro, se debruça sobre a contextualização que precipitou a queda da presidente Dilma Rousseff. A esta altura, busca-se o máximo de informação e elementos que evidenciem como caminhamos para tal desfecho. Para isso, lançando mão dos diversos autores que analisaram e versaram sobre o golpe, desnudando personagens e todo o aparato conivente.

No quarto capítulo, a leitura e a análise feita de forma empírica do volume de 699 unidades de material publicado, composto por: matérias, manchetes e editoriais dos dois jornais, já apontados acima, foram traduzidas à luz do método de Laurence Bardin. Conforme explanado, o da *Análise de Conteúdo*, que inclui a categorização de elementos selecionados para a montagem de tabelas, que em nosso caso resultaram em um total de 299. Todo esse volume de tabelas foi filtrado para compor gráficos onde esses elementos e números enfileirados falam por si sobre as hipóteses e questionamentos objetos desta pesquisa.

Por fim, na conclusão são esmiuçados e analisados dados, cenários, resultados, coerências e incoerências apontadas nesta dissertação, que está longe de esgotar o tema proposto, mas abre um atalho neste conturbado universo da Comunicação, tentando dar uma pequena contribuição sobre os fatos recentes da política brasileira. Outros virão para abrir clareiras neste cipoal de motivações e interesses que movem a sociedade rumo à aventura dos golpes que, como a gente ouve entre os populares, sabe-se como começa, mas nunca onde vai dar. Neste caso, específico, quando a vocação golpista não foi interceptada, ainda estamos como passageiros dessa agonia. Onde e como será estancada a sangria, não se sabe. Enganou-se o senador do Acre, Romero Jucá, quando previu que se podia garrotear a democracia, conspirando pelos corredores de Brasília. Ele próprio foi

desembarcado desse trem-fantasma, onde mesmo os que pegam o melhor lugar na janelinha, só veem cenas de horror.

2 - Política e Comunicação, ou como moldar a opinião pública

Lá fora há uma guerra. Distante, é verdade, mas suas imagens invadem as nossas vidas pela TV e pelo celular. Alienante seria começar a escrever, hoje, 28 de fevereiro de 2022, quando as explosões encobrem o céu da Ucrânia em pontos atingidos por mísseis que viajam quilômetros, da Rússia até os arredores ucranianos – onde estão os alvos militares –, sem mencionar os bombardeios e suas consequências.

A principal delas: o ataque à verdade. Discutir a inter-relação da política com a Comunicação, ignorando os fatos escaldantes, é fingir que o mundo não se transforma, à medida que essas frases vão sendo construídas.

Não há como virar as costas para os fatos dramáticos. É impossível falar da intercessão entre mídia e política, sem registrar, por exemplo, que a União Europeia (EU) proibiu, ontem (27/02/2022), o funcionamento de seis agências de notícias russas, dentre elas duas financiadas pelo governo daquele país (agências oficiais do governo, portanto), a *Sputnik* e a *Russia Today (RT)*.

O que é mais exemplar do que as novas restrições europeias a veículos de imprensa estatais da Rússia, como o *Russia Today* e a agência de notícias *Sputnik*, quando estamos falando desta convivência umbilical entre a política e o fazer da Comunicação?

A sanção foi imposta pelo ataque militar da Rússia contra a Ucrânia e anunciada pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Sua fala foi reproduzida aqui, no país, pela *Agência Brasil*: “Estamos desenvolvendo ferramentas para banir sua desinformação tóxica e prejudicial na Europa”, disse Ursula, acrescentando que a decisão não tem precedentes, como para enfatizar a gravidade do que classificou como um momento “divisor de águas” (RODRIGUES, 2022).

A atitude da UE com relação aos veículos russos diz muito sobre o que se quer noticiar e do discurso e “narrativas” sobre o conflito. Fica patente que só interessam as informações de um lado, deixando o outro sem voz e sem espaço para se contrapor às notícias veiculadas mundo a fora. Há um clichê – de autoria desconhecida - bastante apropriado para o momento, que diz: “Na guerra, a primeira vítima é a verdade”. E não seria diferente agora.

2.1 - A política dominada pela pós-verdade

Neste capítulo, quando trataremos da dimensão tomada pela mídia na cena política dos dias atuais, tornando-se um ator principal, é forçoso observar os novos elementos

com os quais os veículos passaram a ter de conviver. Quer seja a mídia tradicional, quer seja a alternativa.

Agora, o que se consolida com medidas como a tomada pela União Europeia é o que se convencionou chamar de “pós-verdade”. Um princípio estudado por Matheu D’Ancona, que o define: “Essas campanhas de desinformação prepararam o terreno para a era da pós-verdade. Invariavelmente, seu propósito é semear dúvida, em vez de triunfar de imediato no tribunal da opinião pública (em geral, um objetivo impraticável)”, (p.49).

Para o autor, que o definiu como um substantivo, o fenômeno da pós-verdade acontece quando os apelos à emoção, a crenças e ideologias têm mais influência em moldar a opinião pública que os fatos objetivos.

Esse substantivo ainda nem sequer levava esse nome, quando no período de 1962 a 1964 era possível ler na grande imprensa “informações” tais como, a de que Jango teria ido à China contratar a vinda de cerca de 200 mil chineses para povoar a Amazônia com comunistas. (Era verdade. Jango visitou a China, mas não para trazer chineses comunistas para povoar a Amazônia). Os boatos, os mais variados, já eram a tal da pós-verdade esmiuçada depois por D’Ancona. Atualmente esses “boatos” seriam tachados de *fake news*.

Do mesmo modo, entre 2014 e 2016, podia-se ler acusações “vazadas” pela Operação Lava-Jato, como: Dilma participou diretamente da compra da refinaria de Pasadena, e nos acarretou prejuízo, pagando com sobrepreço. (Era verdade. O país comprou a refinaria de Pasadena em seu governo, mas Dilma não participou diretamente da compra e não houve prejuízo para o Brasil na negociação) (LIMA, 2021). Esta é a fórmula. Pega-se um pedaço de verdade e coloca-o ao lado de uma mentira. A intenção é dar à notícia falsa um ar de “credibilidade”.

Para reforçar os exemplos, em seu livro *Pós-Verdade – A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News* – Mathew D’Ancona, ao discorrer sobre as mentiras a respeito do plano de saúde criado pelo então presidente americano, Barack Obama, em 2009, conhecido como *Obamacare* – um sistema de saúde a preço acessível –, conta que foram disseminadas ideias tais como a da existência de “comissões da morte”. Ele relembra que pelo Facebook foram espalhadas “denúncias” de que se o plano fosse implantado, haveria a figura dos “grupos de avaliação”, para decidir se pacientes e idosos ou crianças com doenças crônicas seriam “merecedoras de assistência médica”. E completa:

Se o fracasso institucional erodiu a primazia da verdade, também para isso contribuiu a indústria multibilionária da desinformação, da propaganda enganosa e da falsa ciência que surgiu nos últimos anos. Da mesma forma que pós-verdade não é simplesmente outro nome para mentira, essa indústria não tem nada a ver com *lobby* e as relações corporativas legítimas. Empresas, instituições beneficentes, grupos que fazem campanhas e figuras públicas têm todo o direito de buscar representação profissional no labirinto governamental e midiático. (D'ANCONA, 2018, p. 46)

Para D'Ancona, “essas campanhas de desinformação prepararam o terreno para a era da pós-verdade. Invariavelmente, seu propósito é semear dúvida, em vez de triunfar, de imediato no tribunal da opinião pública (em geral, um objetivo impraticável).” (p. 49).

Segundo o jornalista, ex-colunista do jornal *The Guardian* e pesquisador convidado da Queen Mary University of London, “a questão é manter a discussão em andamento, para assegurar que nunca cheguem a uma conclusão” (p.49). Daí ser tão importante para a União Europeia que, no momento, as notícias sobre a guerra (Rússia X Ucrânia) venham todas dos veículos e canais ocidentais, pois estarão em andamento por uma ótica única e parecerão fidedignas, originadas de fontes de mídia conhecidas e “inquestionáveis”, sem o contraditório dos veículos russos.

Nesse aspecto, D'Ancona dialoga com o intelectual francês Jean-Marie Domenach que, já na introdução do seu livro *A propaganda política*, demonstra a força desse método, tão amplamente empregada nos períodos do nazismo e, segundo seu estudo, também no fascismo. Períodos, aliás, que voltaram a ser muito discutidos no momento.

Um dos fenômenos dominantes da primeira metade do século XX é a propaganda política. Sem ela, os grandes acontecimentos da nossa época: a revolução comunista e o fascismo, não seriam sequer concebíveis. Foi em grande parte devido a ela que Lenin logrou instaurar o bolchevismo; Hitler deve-lhe essencialmente vitórias, desde a tomada do poder até a invasão de 1940. Mais que estadistas e líderes guerreiros, esses dois homens, que de maneira, sem dúvida diferente venceram profundamente a história contemporânea. (DOMENACH, 1950, p. 3)

E é tão espantosa a atualidade do seu trabalho apontando, por exemplo, o que deu certo na técnica usada na propaganda nazista de Goebbels, que poderíamos jurar ter o autor escrito o trecho a seguir, depois de ler o conjunto do material dos jornais escolhidos como objeto desta pesquisa – *O Globo* e a *Folha de São Paulo* –, nos períodos pré-1964 e pré-2016. (O material compilado a partir desses jornais impressos será explanado no capítulo: *Análise de Conteúdo*). Em ambos os casos, será estudado o período que antecedeu à derrubada dos dirigentes, a fim de constatar se ambos os veículos usaram a receita já observada por Domenach, no *modus operandi* de Goebbels.

A orquestração de dado tema consiste na sua repetição por todos os órgãos de propaganda, nas formas adaptadas aos diversos públicos e tão variada quanto possível. “Para um público diferente, sempre um matiz diferente”, prescrevia uma das diretivas de Goebbels, e ele mesmo levava o cuidado de adaptação ao público a ponto de observar em seu Diário que “a propaganda no domínio da cultura é sempre mais eficiente no tocante aos franceses”. (DOMENACH, 1950, p. 24).

Como nos aponta o trecho acima, Goebbels definia o que escrever e para qual público, para angariar simpatia para a causa nazista. A constância, a repetição, o discurso e a coincidência de pautas a soar como um aríete a bater contra a parede da desinformação diariamente é o que acaba por romper as resistências e a angariar simpatias para a causa a ser defendida.

2.2 – Meios de ação sobre a opinião pública

Como acontece em uma campanha militar, cada agente golpista escolhe as armas mais convenientes e parte para a luta para chegar ao objetivo. Em suas pesquisas, Domenach registrou que “a campanha antissemita dos nazistas foi conduzida simultaneamente pelos jornais, que ‘informavam’ e polemizavam, pelas revistas, que publicavam sábios artigos sobre a noção de raça e pelo cinema, que produzia filmes como ‘O Judeu Süß’ (p.24). Ele atestou que quando os nazistas tiveram em mãos os meios de agir sobre toda a opinião europeia, “a sua técnica de orquestração atingiu sua plenitude máxima”. (DOMENACH, 1950, p. 24).

Aqui é preciso registrar o mesmo feito – o de exhibir filmes –, empregado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), que produziu um conjunto de 14 curtas-metragens, levados aos sete cantos do país, com o objetivo específico de mostrá-los às populações de todas as camadas sociais, inclusive as sem acesso a jornais e revistas, de baixo poder aquisitivo e sem opção de lazer, contendo uma mensagem da inquietação quanto ao governo. Desse modo, essa população carente de tudo era atraída nos fins de semana para as pracinhas do interior, onde eram exibidos os curtas com mensagens contra o governo e favoráveis a que se colocasse simpática ao golpe. Assim, todas as camadas da população eram alcançadas pelo trabalho de convencimento.

Embora o rádio fosse àquela altura uma poderosa força – o transistor espalhou-se por todos os recônditos, pois precisava apenas de pilhas para funcionar – e o espaço em suas programações habilmente utilizado pelo Ipês, nas mais importantes redes, foi na produção de filmes que o Instituto focou suas atenções. (...) Favelas e bairros de periferia das cidades de todo o Brasil assistiram aos filmes dirigidos por Jean Manzon. Caminhões com projetores instalados transformaram-se em “cinemas ambulantes” e se deslocavam para esses lugares e para grêmios estudantis, como os da Faculdade de Direito da

Universidade Mackenzie e da Faculdade de Medicina de São Paulo. (ASSIS, 2001, ps 41-42).

É como nos ensina Domenach, quando diz:

A ampliação exagerada das notícias é um processo jornalístico empregado corretamente pela imprensa de todos os partidos, que coloca em “evidência todas as informações favoráveis” aos seus objetivos: a frase casual de um político, a passagem de um avião ou de um navio desconhecidos, transformam-se em provas ameaçadoras. (1963, p. 23).

Foi o que nos revelou René Armand Dreifuss, em seu livro, *1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*: “Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais modelando esses interesses em uma classe ‘para si’. (1981, p. 281).

Ele relata que a elite orgânica, por meio do seu Grupo de Opinião Pública (GOP) e o Grupo de Doutrina e Estudos de São Paulo, dinamizava as atividades no Rádio e Televisão, onde os seus militantes recebiam tratamento privilegiado, obtendo a máxima cobertura, bem como apoio às suas atividades e ideias, com ampla repercussão e divulgação. “Através da mídia audiovisual organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o executivo.” (p. 244).

Embora de períodos históricos diferentes – D’Ancona escreve na atualidade –, seu diálogo com Domenach se estabelece quando registra uma frase de um jornalista investigativo, Ari Rabin-Havt: “Essas mentiras são parte de um ataque coordenado e estratégico, planejado para esconder a verdade, confundir o público e criar controvérsias onde nenhuma antes existia.” (D’ANCONA, 2018, p. 46).

A impressão que se tem é a de que ambos estão incluindo no diálogo a representante da União Europeia, Ursula von der Leyen (e o seu visível objetivo de confundir a opinião pública sobre a guerra da Ucrânia), ao mesmo tempo em que as falas se adequam às teorias de Goebbels, que por sua vez parecem ter instruído as atividades dos veículos atuantes nos dois últimos golpes no Brasil (1964 e 2016).

D’Ancona (2018) atribui toda essa manipulação à ação do populismo, “que tenta simplificar a todo custo, comprimir fatos inconvenientes em uma forma preordenada ou excluí-los totalmente”. (p.45).

Em sua opinião, o jornalismo tem como tarefas “revelar a complexidade, a nuance e o paradoxo da vida pública, desmascarar a transgressão e – o mais importante de tudo – regar as raízes da democracia com um fornecimento constante de notícias confiáveis”. (p.45). E atesta:

Exatamente quando a confiança na mídia é mais requerida, ela, de acordo com as pesquisas de opinião mundiais, caiu ao menor número de todos os tempos. Vivemos em uma era de fragilidade institucional. As instituições da sociedade agem como anteparos. São os órgãos que encarnam seus valores e suas continuidades. Lançar luzes sobre seus fracassos, sua decadência e seu colapso absoluto é intrinsecamente perturbador. Mas isso não é tudo. A pós-verdade floresceu nesse contexto, quando os *firewalls* e os anticorpos (misturando metáforas) se enfraqueceram. Quando os supostos fiadores da honestidade vacilam, o mesmo acontece com a verdade. O filósofo A. C. Grayling talvez tenha razão ao identificar a crise financeira como o momento germinal que levou, em questão de anos, à era da pós-verdade. “O mundo mudou depois de 2008”, disse ele à BBC, em janeiro de 2017 – e assim foi. (D’ANCONA, 2018, p.45).

A referência de D’Ancona ao poder financeiro como um dos instrumentos de manipulação da mídia se faz presente também nas observações de Foucault, quando se refere aos interesses dos emissores da notícia, que tentam agradar os que estão no poder. No próximo item é disto que trataremos: poder e mídia, a partir de Foucault.

2.3 – Amarra-se a mensagem, à vontade do dono

Esse proceder de escamotear a verdade, ou dar-lhe uma roupagem de modo a que a mensagem seja conveniente aos interesses de quem a emite, ou aos que estão no poder nos leva a recorrer à *Microfísica do Poder*, de Foucault (2014):

Quero dizer que, em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações podem se dissociar, se estabelecer em funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcione segundo essa dupla exigência e a partir dela. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isso vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial. (FOUCAULT, 2014, p. 279)

Desnecessário se faz, mas talvez fosse o caso, da fala acima vir com a advertência: “contém ironia”. Não é possível transitar nos dias de hoje pela política e conseqüentemente, pelo poder, sem estar de braços dados com a Comunicação e com essa discussão que se trava sobre a transparência e a verdade.

Outros que apontam o papel da mídia enquanto elemento de peso na interferência direta na vida política são Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, autores do *best-seller*. *Como as democracias morrem*. Ao discorrerem sobre a fórmula como se reduziria a polarização entre Republicanos e Democratas, os dois únicos partidos existentes nos EUA, reconhecem o seu poder de mudança:

Reduzir a polarização exige que o Partido Republicano seja reformado, quiçá refundado de todo. Em primeiro lugar, o GOP¹ precisa reconstruir o seu próprio establishment. Isto significa recuperar o controle da liderança em quatro áreas principais: finanças, organização de bases, comunicação social e seleção de candidatos. A liderança do partido só vai se transformar se conseguir se libertar das igrejas, de doadores externos e da mídia de direita. (2018, p. 211).

O que os escritores chamam de “mídia de direita”, acaba por encerrar uma redundância, pois em se tratando da mídia tradicional, ela estará sempre à serviço das elites e dos interesses do mercado.

Para corroborar esta tese, a do uso da mídia em benefício do poder que se quer, as teorias da “guerra híbrida” elencam entre seus itens fundamentais, a mídia. Para o autor, Andrew Korybko, este é o ponto culminante de toda a “infraestrutura do movimento”. Segundo descreve, a mídia pode ser a nova (blogs ou sites de notícias alternativas), ou a tradicional (TV, jornais etc.). São esses os canais que vão inundar a sociedade de informação de interesse da “revolução”. É essa a estrutura que legitima a ideologia do movimento, lhe dá a aparência “respeitável” e “solidifica a percepção de forte presença na sociedade” (p.122). Ele nos ensina também que ambas as plataformas de mídia (nova e tradicional):

atuam para recrutar mais civis, até então hesitantes em aderir ao movimento, uma vez que antes o viam como frágil e fadado ao fracasso. A nova mídia pode então pressionar a mídia tradicional a divulgar as últimas do movimento, em especial se a mídia tradicional estiver relutante em fazê-lo por motivos políticos. (2015, p.122).

Em seu trabalho de pesquisa sobre *Mídia – Crise política e poder no Brasil*, Venício A. de Lima (2006) reforça: “A mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política” (p. 54)

De forma direta e simples, o que Lima está nos dizendo foi praticamente “desenhado” no livro escrito a quatro mãos pelos jornalistas Perseu Abramo e Aloysio Biondi, em que ambos avançam para descrever em “padrões”, como se produzir (e manipular) notícias, atendendo à sociedade e aos padrões.

2.4 - Padrões de manipulação

Esse poder atribuído à mídia foi atestado e registrado por aqui, numa apresentação redigida por José Arbex Jr. - que foi - professor de Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero e é atualmente na PUC-SP – para o livro *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*,

¹ Grupo de Opinião Pública (GPO).

de autoria de Perseu Abramo, jornalista e sociólogo, em parceria com o também jornalista, Aloysio Biondi. Escreveu Arbex:

Nossos dois grandes mestres, Perseu Abramo e Aloysio Biondi, demonstram detalhadamente, nos textos aqui apresentados, que “a grande mídia” constitui, hoje, – com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições –, uma coluna de sustentação do poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, e produz “realidades” parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mitifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados.

Ambos, Abramo e Biondi, mostram com grande acuidade analítica como isso é feito. Explicitam os “padrões de manipulação”, as operações normalmente utilizadas para produzir determinados efeitos. Fornecem um guia para os que querem aprender a “ler” a mídia. (ARBEX, 1996, p. 8)

E, de fato, logo na abertura, Abramo nos entrega de forma categórica a afirmação de que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação”. (ABRAMO, 1996, p.23). O efeito disto é que, em sua opinião, o leitor recebe um noticiário contendo apenas parte da realidade, que tem algum tipo de relação com a realidade (p.24). No seu entender, tudo se passa como se fosse realidade, mas com um único objetivo: criar outra realidade. “Assim, o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece” (p. 24).

Ele pontua, enumera e rotula “padrões” para essa manipulação e os divide em quatro qualificações. Um deles, o “padrão de ocultação”, é definido como “o padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa” (p.25). Abramo nos alerta: “não se trata, evidentemente, de fruto de desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real” (p.25). Trata-se, segundo ele, de um deliberado silêncio que ele chamou de “militante”, e que opera ainda na fase preliminar: na busca pela informação. No planejamento da edição. “No ‘momento’ das decisões da edição, da programação da matéria particular daquilo que na imprensa geralmente se chama de pauta” (p.26). Para não deixar dúvida, Abramo nos esclarece:

A ocultação do real está intimamente ligada àquilo que frequentemente se chama *fato jornalístico*. A concepção predominante – mesmo quando não explícita – entre empresários e empregados de órgãos de comunicação sobre o tema é a de que existem *fatos jornalísticos* e *fatos não jornalísticos* e que, portanto, à imprensa cabe cobrir e expor os fatos jornalísticos e deixar de lado os não-jornalísticos. Evidentemente, essa concepção acaba por funcionar, na

prática, como uma racionalização *a posteriori* do *padrão de ocultação G* na manipulação do real.

Ora, o mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos, pela primeira razão de que as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto de observação, e sim no sujeito observador e na relação que ele estabelece com aquele. O “jornalístico” não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação do jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa, decide estabelecer com a realidade. Nesse sentido, todos os fatos, toda a realidade pode ser jornalística, e o que tornar jornalístico um fato independente das suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu “projeto”, enfim, como se diz hoje.

Por isto o *padrão de ocultação* é decisivo e definitivo na manipulação da realidade: tomada a decisão de que um fato não é “jornalístico”, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa. (ABRAMO, 1996, p. 26 - Grifos do autor)

Nesse ponto é preciso acrescentar ao trabalho de Abramo – não que ele não dê conta de expor as características, muito pelo contrário –, que esta decisão, muitas vezes equivocadamente colocada pelo grande público na conta do repórter (jornalista de ponta, o que vai à rua testemunhar os fatos, ou aos gabinetes apurar as confabulações), não é uma decisão dele, e sim dos editores. Às vezes, até mesmo dos patrões, que repassam aos editores no comando das redações, as orientações que querem imprimir ao noticiário.

No capítulo a ser apresentado mais adiante, em “contextualização”, será possível entrar em contato com uma dessas situações concretas, em que o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) vai dialogar com um dono de jornal e sai de lá sabendo qual o teor do “editorial” que será encomendado à redação para o dia seguinte.

Mas voltemos aos “padrões” de Abramo. O segundo que ele nos aponta é o *padrão de fragmentação*. Neste, eliminados os fatos considerados pelos editores como *não-jornalísticos*, o “resto” da realidade “é apresentado pela imprensa ao leitor como uma realidade, com suas estruturadas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e suas consequências” (p.27). O todo real, neste caso, é estilhaçado:

despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes e de seus consequentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e artificialmente inventados (p.27).

Daí ser comum ouvir de algum repórter jovem, nos corredores das redações, a expressão carregada de insatisfação: “destroçaram a minha matéria”. Até que ele se acostuma à rotina e entende que a matéria, na verdade, é “do patrão”.

Abramo nos chama a atenção para o fato de que também esse padrão é decidido no momento da elaboração da pauta, mas principalmente na busca de informação, na elaboração do texto, das imagens e dos sons – nos casos de rádio ou TV – na edição, enfim.

O padrão de fragmentação implica duas operações básicas: a *seleção de aspectos*, ou particularidades, do *fato* e a *descontextualização*.

A *seleção de aspectos* do fato que é objeto da atenção jornalística obedece a princípios semelhantes aos que ocorrem no padrão de ocultação. Embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, o fato é decomposto, atomizado, dividido em particularidades ou *aspectos*, e a imprensa seleciona os que apresentará ou não ao público. Novamente, os critérios para essa seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão. (p. 27)

É interessante inserir aqui exemplos de como esta “fragmentação” pode mudar rumos, inclusive, históricos. Quando houve o golpe contra João Goulart, em 1964, ele estava no Rio de Janeiro e foi se encontrar com a família – que deixara o palácio da Alvorada, em Brasília, rumo à fazenda que tinham em Porto Alegre. Imediatamente, a notícia fornecida pela cobertura jornalística foi a de que o cargo da presidência estava vago, pois Jango havia empreendido fuga.

E em seu lugar – ainda com Jango em solo brasileiro –, na condição de presidente da Câmara, segundo na linha sucessória, foi empossado na madrugada de 2 de abril o deputado Ranieri Mazzilli. A cobertura jornalística omitiu o fato de que Jango não renunciara e tampouco estava em fuga. Uma edição honesta – não fragmentada – teria mandado uma equipe ouvi-lo. Mas qual? Para que ouvir um “golpeado”, não é mesmo? No dia 11 de abril o Congresso Nacional referendou a escolha do general Humberto Castelo Branco, que inaugurou o período ditatorial no país, com duração de 21 anos (1964-1985).

Da mesma forma, em 2016 a perícia do Senado Federal concluiu que a presidente Dilma Rousseff não havia cometido “pedaladas fiscais”, motivo apontado para o seu impeachment. Apenas O Globo deu matéria a respeito, mas dentro do princípio da fragmentação de que nos fala Abramo. O tom da reportagem era de questionamento jurídico sobre a validade da perícia, colocando o fato na conta das “narrativas” do Partido dos Trabalhadores (PT) e não comentou a repercussão do resultado com o ministro Lewandowski, que iria coordenar o processo do impeachment, tampouco com a defesa

da presidente. Levantar qualquer dúvida naquele momento sobre a legalidade do processo poderia pôr tudo a perder.

Em ambos os casos, essas coberturas poderiam talvez ter mudado o cenário político, mas iriam contra os interesses da classe dominante, dos donos dos jornais e do tal mercado, que a tudo domina, principalmente influenciando no noticiário.

Abramo destaca que a “descontextualização” sofrida por essas notícias “é uma decorrência da seleção de aspectos” (p.28) Isoladas algumas particularidades da notícia ela perde totalmente o significado real, podendo passar informação, inclusive, contrária ao seu significado original. Essa é a “outra realidade” de que nos fala.

Por fim, ele aponta o terceiro, *padrão da inversão*. Depois de fragmentado o fato e descaracterizado do seu sentido original, intervém o padrão da inversão, que opera elencando a troca de lugares, a hierarquização, a “importância dessas partes, a substituição de umas por outras e prossegue, assim, com a destruição da realidade original e a criação artificial de outra realidade” (p.28)

É um padrão que opera tanto no planejamento como na coleta e na transcrição das informações, mas que tem seu reinado por excelência no momento da preparação final, ou da edição, de cada matéria ou conjunto de matérias.

Há várias formas de inversão. Frequentemente muitas delas são usadas na mesma matéria; em quase todas as matérias ocorre uma ou outra inversão. As principais são:

- *A inversão de relevância dos aspectos* – o secundário é apresentado como principal e vice-versa.

- *A inversão da forma pelo conteúdo* – o texto passa a ser mais importante do que o fato que ele reproduz.

- *A inversão da versão pelo fato* – não é o fato em si que passa a importar, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa.

- *A inversão da opinião pela informação* – A utilização sistemática e abusiva de todos esses padrões de manipulação leva quase inevitavelmente a outro padrão: o de substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião. (p. 31. Grifos do autor).

E, por último e quarto padrão, Abramo considera o *padrão da indução*. Ele chama a atenção para o fato de que os padrões não ocorrem em todas as matérias e programas de órgãos impressos ou televisivos e auditivos. É possível encontrar um grande volume de matérias onde esses padrões acima descritos não existam. E, ainda, que “deve-se levar em conta, também, a variação da intensidade de utilização da manipulação segundo o órgão em exame ou o assunto, o tema ou a ‘editoria’ de cada órgão”. (ABRAMO, 1996, p.33)

Mas o que torna a manipulação um fato essencial e característico da maioria da grande imprensa brasileira hoje é que a hábil combinação dos casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, em geral e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de ver

e compreender a realidade real e a induza a consumir outra realidade, artificialmente inventada. É isso que chamo de *padrão de indução*. Submetido, ora mais, ora menos, mas sistemática e constantemente, aos demais padrões de manipulação, o leitor *é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja* (p.33.Grifos do autor)

Em Pierre Bourdieu, no seu discurso *Sobre a televisão*, vamos encontrar a síntese do que nos diz Perseu Abramo, que usa a classificação de padrões para demonstrar a manipulação da notícia, a partir da pressão de interesses. Toda essa pressão sobre a mídia, na visão de Bourdieu, advém da lógica comercial. Para ele, nesse contexto, até mesmo os editores e diretores sucumbem a essas pressões.

Penso então que atualmente todos os campos de produção cultural estão sujeitos às limitações estruturais do campo jornalístico, e não deste ou daquele jornalista, deste ou daquele diretor de emissora, eles próprios vencidos pelas forças do campo. E essas limitações exercem efeitos sistemáticos muito equivalentes em todos os campos.

Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos. Através da pressão do índice de audiência, o peso da economia se exerce sobre a televisão, e, através do peso da televisão sobre o jornalismo, ele se exerce sobre os outros jornais, mesmo os mais “puros”, e sobre os jornalistas, que pouco a pouco deixam que problemas de televisão se imponham a eles. E, da mesma maneira, através do peso do conjunto do campo jornalístico, ele pesa todos os campos de produção cultural. (BOURDIEU, 1997, ps. 80-81).

Enquanto Abramo e Biondi nos mostram os padrões da manipulação das notícias, influência direta do poder político e financeiro, Bourdieu nos aponta uma verdadeira cadeia de influência existente na mídia, engrenagens que se movem interligadas, levando a que a televisão influa sobre o jornalismo, que por sua vez repassa essa influência para os jornais menores e acaba chegando nos jornalistas, eles mais fracos dessa corrente, levados a aceitar as imposições da audiência das TVs.

2.5 – Mídia, poder político e notoriedade

Sobre o peso exercido pela mídia sobre a pauta que vigora na sociedade, podemos observá-lo, principalmente, no que diz respeito à formulação da agenda pública e da noção de “enquadramento” (*framing*), definida pela obra de Erving Goffman (1986). Segundo ele, a mídia fornece os esquemas narrativos que levam a uma interpretação dos acontecimentos. Em artigo intitulado: *Comunicação e Política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil*, assinado por Luiz Felipe Miguel e Flávia Birolli, eles afirmam que o ambiente social contemporâneo é configurado, em grande parte, pela mídia, causando impacto indiscutível na vida política. Tal como afirmou Bourdieu, os autores apontam que “os meios de massa cumprem papel primordial, também, na universalização de determinados referentes – sejam marcas comerciais ou produtos da

indústria cultural – que balizam o nosso cotidiano e nossa visão de mundo (MIGUEL, Felipe; BIROLI, Flávia 2010, p. 8).

Ressaltam, no entanto, que embora “mais do que no passado, os candidatos a posições de destaque político têm de adotar uma preocupação com a *gestão da visibilidade*” (p.10) alertam que este não é um fenômeno que se possa “singularizar a época atual pela presença do ‘espetáculo político’, já que aspectos similares fazem parte das práticas políticas desde há muito, como foi demonstrado exemplarmente para a França de Luiz XIV (APOSTOLIDÈS, 1993, BURKE, 1994, *apud*, MIGUEL, Felipe; BIROLI, Flávia 2010, p.10).

Os pontos centrais são outros. Há em primeiro lugar, a busca do fato político (aquele que é assim reconhecido pela mídia), como forma de orientar o noticiário e, assim, influenciar a agenda pública, o que implica a absorção de critérios de “notabilidade por parte dos atores políticos. Além disso, a visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente da produção do capital político. A presença em noticiários e *talk-shows* parece determinante do sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar ou do exercício de um cargo executivo; isto é, na medida em que deve acrescentar algo ao capital político próprio do ocupante. A notoriedade midiática é condição necessária para o acesso às posições mais importantes do campo político. (MIGUEL, Felipe; BIROLI, Flávia, 2010, p.10).

Não é preciso muito esforço para ligar essa afirmação à figura do ex-juiz Sergio Moro, que se serviu da Operação Lava-Jato para ganhar notoriedade, através de vazamentos constantes repassados à mídia, obtendo generosos espaços, galgando, em consequência disso, à condição de ministro e, próximo passo, alçou-se à tentativa de virar presidente da República.

Ao mesmo tempo em que se expõem em busca da notoriedade, um ponto destacado que merece a atenção dos políticos é a gestão de suas vidas privadas, fontes de constantes escândalos.

(...) a visibilidade precisa ser cuidadosamente gerida. Muito mais do que no passado, os candidatos à elite política devem cuidar da “retaguarda” das suas vidas, isto é, das esferas privadas, que não deveriam estar expostas aos olhos do público. A gestão do escândalo político torna-se componente cotidiano das ações de governos, partidos, parlamentares e candidatos. (TOMPHSON, 2002, *apud* MIGUEL, Felipe; BIROLI, Flávia 2010, p. 11).

Embora todos esses pontos sejam levados em conta no cenário político atual, como influência e centralidade inegável do papel da mídia, Miguel (2010) destaca que o discurso político tradicional ainda tem uma função importante na relação com o público, pois ao apresentar-se com uma fala mais elaborada o candidato passa uma “pretensa” competência. Desse modo, ainda que a mídia detenha o poder de eleger os temas a serem tratados, um candidato com presença, desenvoltura e uma pauta de interesse também

consegue direcionar o noticiário. Para os autores, “a gestão da visibilidade é uma tarefa política central, mas nem toda a política é visível uma parte significativa dela continua ocorrendo nos bastidores” (p.11)

Weber (2000) nos diz que os jornais não buscam apenas o lucro, mas também organizações políticas que funcionam como clubes políticos. Em sua concepção, falar de notícias é falar de política no âmago da sociedade.

O jogo é complexo – o da relação mídia e política –, e funciona como uma via de mão dupla. Os políticos que disponibilizam um bom debate de ideias têm melhor acesso à mídia. Ela, por sua vez, precisa que esses lhes deem acesso às suas ideias e projetos, para alimentar o noticiário.

Foi Thompson (2008) quem observou que “a atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coercitiva.” (p.24). Para ele, os indivíduos funcionam voltados para as atividades de expressão de si mesmos, em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; “eles são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico” (p. 24)

Na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com conseqüências as mais diversas. As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descreer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva. (THOMPSON, 2008, p. 24)

Muitos de nós ainda têm na memória as transmissões tendenciosas das manifestações de 2016 e as chamadas nos jornais e canais de TVs, que incentivavam a população a encher as ruas e colocar abaixo o governo de Dilma Rousseff. É bem verdade, que a classe média em seu perfil conservador, é terreno fértil para se plantar influências desse tipo. São reações como essas que exemplificam o que nos diz Thompson (2008).

A mídia constitui-se, então, no palco principal e importante instrumento para as articulações dos atores políticos durante suas disputas políticas e eleitorais, ao mesmo tempo em que também foi influenciada pela política e passou a se estruturar a partir do discurso e do funcionamento desse campo. Nessa relação, é possível observar como os meios de comunicação estão em constante disputa para construir imagens públicas dos atores políticos aos olhos da população – que consome os recortes e enquadramentos feitos pela mídia. Esses atores se encontram em disputa para prevalecer suas imagens, de modo positivo, diante daqueles que os enxergam enquanto atores. É uma disputa

constante entre imagens idealizadas e imagens a serem propagadas (GOMES, 2004; PORTO, 2004; SCHWARTZENBERG, 1977, *Apud* COIMBRA, 2018, p.16).

Bourdieu (1989) traduz essa disputa de imagem em *O poder simbólico*. Para ele, “os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (p.9). E explica também que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1989, p. 07).

Talvez seja essa a influência da mídia sobre o seu público, estabelecendo uma cumplicidade tal com os fornecedores da notícia que consomem, que esses seguem os seus mandos, ignorando a condição de submissão.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além das alternativas dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e transfiguração. (BOURDIEU, 1989, p. 15)

Na propaganda política, Maria Helena Weber (2000, p.45) considera em *Espetáculos da Política*:

a linguagem mercadológica das mídias podem transformar as particularidades da classe dominante e a das classes dominadas e valores comuns universais. Este processo é desencadeado pela utilização de uma estética homogênea, que simula a igualdade, a participação e os resultados da integração entre governo e sociedade.

Segundo Weber, porém, mesmo tendo sido adaptado pela propaganda, o discurso da política não se enquadra no discurso apenas televisivo, porque o discurso político “não pode ter segredos e a sedução não lhe é inerente” (p.45)

Já para Bourdieu, os sistemas simbólicos servem como meios de dominação:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p.14, Grifo do autor).

Em resumo, “como se não fosse uma ideologia ou instrumento de dominação, quando na verdade é de interesse da classe produtora dessa ideologia, a classe dominante” (DE SOUZA, 2014, p.3). Bourdieu, porém, não faz a distinção.

A estética da linguagem televisiva e as estratégias de marketing suavizam a noção de persuasão da propaganda ideológica, historicamente implícita na propaganda política. Na propaganda política, a conquista de prestígio e consenso da sociedade é realizada através de conflitos retóricos marcados pela competição, em substituição ao confronto explícito de forças. Esse tipo de conflito marca tanto a política como a disputa mercadológica.

Do espetáculo político editorial ao espetáculo político arbitrário, política e sistemas de comunicação se sustentam e se confrontam de forma dialética. A disputa de um e outro discurso provoca questões diretamente relacionadas aos sujeitos, à história. (WEBER, 2000, ps. 44 - 45).

Nesse sentido, nota-se que existe cada vez mais uma preocupação em controlar a imagem, arquitetar estratégias e administrar situações que sejam capazes de não colocar em risco aquilo que as pessoas enxergam de determinado líder. A dificuldade torna-se ainda maior quando constatamos que a imagem pública não é algo que se possa fixar, torná-la definitiva diante de todos os seres. Ainda que se tente controlá-la, o comportamento humano não é algo sistemático, rigorosamente controlado para produzir um único significado, até mesmo porque a imagem pública de alguém só começa a existir na recepção, no momento em que as pessoas recebem as informações (GOMES, 2004, *Apud* COIMBRA, p.14).

Tanto Bourdieu quanto Weber discutem a simbologia em jogo no poder político. Vale mais o que o político aparenta, o que constrói de sua imagem pública, do que ele é na essência e esconde do público. Daí toda a preocupação com o gerenciamento da imagem. A qualquer deslize, a mídia, atenta, registra ou constrói versões que podem ser fatais para a carreira deste ou daquele político. É disso que trata Gomes, por exemplo.

2.6 – Um espetáculo de Comunicação

Para Guy Debord, que se dedicou a analisar a sociedade sob esse aspecto, o do espetáculo, ele é compreendido na sua totalidade simultaneamente como o resultado e o projeto do modo de produção existente.

Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. (DEBORD, 2007, p. 15)

Se o espetáculo se espelha na realidade, a política é a realidade sob a forma de espetáculo, com roupagem de uma propaganda voltada para a sociedade real. Vale lembrar que ao examinar detidamente o processo que julgaria a parcialidade ou não da atuação do juiz Sergio Moro, na Operação Lava-Jato, a ministra Carmem Lúcia decidiu mudar seu voto a favor da condenação do juiz, se atendo exatamente no ponto em que descreveu as ações e atitudes dele como “espetacularização”.

Buscando um exemplo, chega-se ao descrito em Serrano (2015), ao relatar o clima estabelecido no processo que ficou conhecido como “mensalão”, em seu livro *A Justiça na Sociedade do Espetáculo*.

Um ano antes do início no Supremo, quando a maior parte da banca de advogados de defesa chegava a acreditar na absolvição da maioria dos réus pela falta de provas, ele apontava para o risco de formação daquele ambiente de “corrupção sistêmica”. Lembrava verdades elementares: “julgamentos não devem ser produzidos pela imagem midiática que deles decorra, mas sim pela aplicação de nossa ordem jurídica ao caso concreto”.

Falava de reportagens “dotadas da verossimilhança dos romances” e não da verdade que deveria ser o mote dos relatos jornalísticos, esclarecendo que o trabalho dos meios de comunicação poderia produzir um efeito previsível e perverso. Ajudaria a “criar um certo consenso de corredor de Tribunal que, mesmo que não existam provas de qualquer conduta delituosa por parte dos réus, esses devem ser condenados para manutenção da imagem da corte”. (SERRANO, 2015, p.14)

Ao fim e ao cabo, o que está em jogo é a discussão dos princípios democráticos, que podem ser desvirtuados ou corroborados num trabalho de pressão executado pela mídia, com todo o seu poder de persuasão, fartamente demonstrado na discussão que se travou neste capítulo. Fica patente o diálogo entre mídia e política, e a centralidade que esta ocupa na sociedade moderna. Ao mesmo tempo, ao visitarmos todos esses teóricos, vamos constatar que a questão aqui colocada vem sendo analisada e trazida em seus vários aspectos e um ponto fica patente: o poder da elite nas decisões mais importantes. Ela é a que se imiscui, corta e recorta caminhos estabelecidos pelo povo e tenta represar a sua vontade. À mídia, caberia o papel vigilante e denunciador de tais manobras, mas infelizmente, ao longo dos demais capítulos, poderemos verificar que não é o que acontece. Não na mídia tradicional.

O fluir dos direitos da sociedade, se devidamente refletidos e reportados pela mídia, se constituem numa base para que ela se organize e funcione melhor.

No livro *Estado e Democracia*, escrito a seis mãos – André Singer; Cícero Araujo e Leonardo Belinelli (2021), os autores destacam:

O jurista Gaetano Mosca, teórico inaugural do elitismo, argumentava que, ao contrário do que se supunha a tradição do pensamento ocidental, não existiam três formas de governo básicas – monarquia, aristocracia e democracia -, com

suas decorrentes composições e/ou deformações, mas uma única: o governo de elites. Para ele, todo poder, independentemente da estrutura, é conduzido por uma minoria organizada – que ele chamará de “classe política” – contra uma maioria desorganizada.

No fundo da tese de Mosca está a ideia de que a democracia não existe, pois seria impossível dividir o poder completamente. (2021, p. 195)

Em outro trecho, versam sobre a função da imprensa na discussão pública, onde dizem que “para alimentar as discussões públicas é necessário conhecer os argumentos. Daí a função original da imprensa, à qual, antes de ser convertida em veículo publicitário, caberia levar ao público as peças argumentativas” (p.205)

Os autores consideram que, hoje, “diante do papel pouco elucidativo da massa de informações despejadas pelos sistemas de mídia, sem falar das *fake news*, as páginas de opinião restantes parecem ténue homenagem a tempos passados” (205-206).

O linguista e filósofo Noam Chomsky (2013) nos conta que nos idos dos anos de 1960, acreditava-se que a democracia estivesse em crise. Uma crise que deveria ser superada, disse. “Felizmente a crise da democracia continua viva e saudável, mas não muito eficaz para transformar a política. Ao contrário do que muita gente acredita, porém, ela é eficaz na transformação da opinião pública”. (p.34)

Nestes momentos, os de crise, como aponta Chomsky, a mídia se apodera de situações, escolhe lado e formula para a sociedade as teses que lhe interessa.

O que se pretendeu neste capítulo foi estabelecer um diálogo entre os conceitos e os pensamentos sobre a mídia e a política, e as indagações sobre a influência de uma sobre a outra. Tal diálogo tornou-se necessário, quando o objeto deste trabalho é exatamente trazer à luz o uso que se fez da mídia nos golpes de 1964 e 2016. Aqui nos coube caminhar pelas vertentes da Ciência Política, da História e da Sociologia, a fim de enriquecer o debate proposto.

No capítulo a seguir, será demonstrado de que maneira e com que ferramentas a mídia trabalhou entre 1962 e 1964 para inquietar e incomodar a população no processo de retirar do governo o presidente que esta mesma população elegeu, pelo voto democrático, e que às vésperas de sua queda gozava de uma popularidade em torno de 72%, segundo pesquisa do Ibope.

Traremos à cena personagens importantes nas denúncias à época, da ação decisiva da Comunicação, que com a ajuda da CIA comprou espaços em jornais, além da adesão de profissionais de imprensa e políticos, dispostos a fazer a ponte entre um mundo e outro. Isso, até que o candidato Miguel Arraes, vitorioso do Partido Social Trabalhista (PST),

ao governo de Pernambuco, entrasse em cena e, de posse de uma mala contendo cerca de 500 documentos, denunciasse a ação intrujona, nefasta, dos estadunidenses na sua disputa pelo governo daquele estado, usando de todos os expedientes de propaganda e marketing.

A despeito de toda a ação golpista, Arraes obteve 47,98% dos votos, tendo sido eleito com o apoio do PCB e setores do PSD, derrotando o udenista João Cleofas, o representante das oligarquias canavieiras de Pernambuco.

Vale a pena ver a transformação do jornalista americano, Joseph A. Page – que segundo rumores do período, fora enviado ao Nordeste pela CIA –, cair-se de empatia por Miguel Arraes, à medida que se embrenhava pelo Pernambuco profundo, acompanhando-o em sua campanha. Todas as contradições descritas acima, na teoria, serão, a partir de agora, esmiuçadas na exposição dos fatos vividos na cena política brasileira. Os reflexos desta influência da CIA na campanha de Arraes, ao governo de Pernambuco, espalhou-se pela política nacional, sendo o método usado também para a deposição de Jango.

O papel da imprensa na queda de João Goulart foi tratada por DREIFUSS (1981), ASSIS (2001) e DA SILVA (2014), dentre outros, como Juremir Machado da Silva, e essa mesma atuação no que diz respeito à retirada de Dilma Rousseff do poder, em 2016, abordada por Jessé de Souza e Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo. A presente pesquisa a ser apresentada buscará evidências empíricas, que testem o papel da mídia nesses dois golpes (1964/2016).

3 - A mídia na preparação do golpe de 1964 sob o pretexto de combate à corrupção e ao comunismo

Entre os golpes de 1964 e 2016 ocorridos no país, há um espaço de 57 anos. Nesse período, o mundo andou veloz no campo da Comunicação, um dos que apresentou maior avanço. Porém, os princípios da propaganda política, como demonstrou Jean-Pierre Domenach (1963), seguem influenciando da mesma forma nos diversos grupos sociais, pelos meios de que dispõe, como podemos observar aqui:

Certos jornais, certos comentaristas de rádio, em todos os países, são encarregados de lançar “balões de ensaio”. A maneira como reage a opinião nacional e internacional representa preciosa indicação para orientar a política. O “balão de ensaio” é, sobretudo, empregado para a propaganda de guerra ou a fim de preparar uma mudança política no exterior. Há por vezes missões “sacrificadas”: se a reação da opinião é desfavorável ou se as circunstâncias mudaram repentinamente, o jornal ou o informante encarregado de lançar o balão de ensaio são desaprovados e acusados de falta de seriedade ou mesmo de serem “provocadores” a serviço do adversário. (DOMENACH, 1963, p. 25).

Não foi diferente no Brasil. Enquanto o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês) usou de filmes, compras de espaço nos jornais da época e em canais de TV, em seu núcleo conspiratório, em 2016, na conspiração contra Dilma Rousseff, foram acrescentadas as mensagens pelas redes sociais, poderoso instrumento da Comunicação atual. Basta lembrar que a guinada para a ultradireita, ocorrida nas eleições de 2018 – uma continuidade do golpe desfechado no ano de 2016 –, teve início pelo Twitter, com o envio de um tuíte do general Eduardo Villas Boas, o comandante do Exército Brasileiro, em conluio com toda a cúpula daquela Força (CASTRO, 2021). De novo eles, na cena golpista. Desta vez, no conforto do gabinete. Bastou um “clique”.

Um mergulho nos documentos do acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês) – eufemismo para o grupo conspiratório que se formou a fim de tramocar a derrubada do presidente João Goulart, em 1964 – não deixa dúvidas de que aquele golpe não foi engendrado apenas por militares. Contou, principalmente, com a ajuda da elite burguesa (conforme a Comissão Nacional da Verdade fez constar do seu Relatório Final, entregue à presidente Dilma Rousseff e à sociedade, em 10 de dezembro de 2014), preocupada em implantar um modelo de país que protegesse o que ela possuía de mais caro: o capital. Contou, ainda, com o apoio praticamente unânime da mídia. Com exceção do jornal *Última Hora* e da *Rádio Mayrink Veiga*.

A estratégia foi repetida em 2016. Dessa vez, porém, com novos ingredientes às motivações: uma pauta “moral”, a reação contra o “politicamente correto”, e o arrancar de cascas de feridas mal cicatrizadas – resultado ainda do primeiro golpe –, com a implantação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Embora não tivesse o papel de “acerto de contas” e sim de “memória e transição”, a criação da CNV fez tremer os que no passado andaram trancando esqueletos no armário da história.

Houve o contraponto da mídia alternativa, mas sem nenhuma força para fazer frente ao verdadeiro tsunami que afogava a opinião pública – à mercê de 24h de informações nas TVs abertas e a cabo –, com o discurso golpista.

Um balanço de atividades sobre o que deu certo em 1964, passada a ação do golpe, feito pelo vice-presidente do Ipês, o engenheiro Glycon de Paiva, ao apagar das luzes do Instituto, no dia 29 de março de 1972, permite aferir o papel da mídia naquele episódio:

Pesquisando, compreendeu o sistema de forças do golpe e pôde conceber estratégia e táticas para enfrentá-los. Desencadeou o Ipês um sistema de divulgação da matéria democrática em toda a imprensa falada e escrita. Seus membros e empresários produziram centenas de artigos. Dinheiro dos empresários lhe não faltava. (ASSIS, 2001. p. 23).

Como se pode constatar, uma prova irrefutável de que, sem o apoio empresarial e da mídia a conspiração não chegaria a lugar algum. O trecho acima consta da ata de extinção do Ipês, reproduzido em (Assis, 2001, p.23), em que Glycon fez um balanço das atividades do Instituto e relembrou o objetivo da sua criação, respaldando as atividades na premissa de que seus fundadores levaram em conta “tanto a liberdade individual, quanto a empresarial”, escorado no discurso “anticomunista”.

Desencadeou também o Ipês um sistema de divulgação de matéria democrática em toda a imprensa falada e escrita. Seus membros empresários produziram centenas de artigos. (p.74).

Alegou que se sentiam ameaçados “pelo plano de socialização dormente do seio do governo João Goulart.” (p.74).

O Ipês atuou nos mais diversos setores da sociedade, sempre alegando “proteger os princípios democráticos”, como constava de seus postulados básicos de fundação e os interesses do empresariado. Imbuídos desses propósitos, os integrantes da organização idealizaram um eficiente programa de propaganda. Também esse ponto foi descrito por Glycon no balanço final do Ipês, que reproduzi no meu livro (ASSIS, 2001).

Acompanhou o Ipês o movimento político, participou de propaganda eleitoral e trouxe oradores de toda parte para a televisão, motivando fortemente a

Nação. (...) Subsidiou o movimento católico operário e colaborou com a criação da **CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia** – até o extraordinário episódio da **Marcha da família com Deus pela Liberdade**. (ASSIS, 2001. p. 74)

Qualquer semelhança com o apoio dado a iniciativas como o Movimento Brasil Livre (MBL) em 2016, não é mera coincidência.

Para executar o tal programa de propaganda, foi montado, a partir de 1962, um esquema de doações – conforme consta da ata de dissolução da instituição:

Um quadro social constituído por cento e vinte e cinco pessoas físicas e noventa e cinco jurídicas. Dessas últimas, cinco (Listas Telefônicas Brasileiras; Light; Cruzeiro do Sul; Refinaria e Exploração de Petróleo União e Icomi) arcavam com mais de setenta por cento das contribuições. (ASSIS, 2001, p. 75).

Todo esse dinheiro era carreado para o verdadeiro bombardeio ideológico efetuado pelo Ipês, através das agências de propaganda: Promotion S.A; a Denisson Propaganda; a Gallas Propaganda; a Norton Propaganda e a Multi Propaganda, apenas para citar as principais. Todas em plena expansão, graças à intensa produção de folhetos, filmes (um conjunto de 14 curtas-metragens) para o cinema e programas de televisão e rádio. De Norte a Sul, elas se incumbiam de levar a mensagem golpista do Instituto.

As empresas de publicidade responsáveis pela política de convencimento operavam em uma espécie de *pool*, capitaneadas pelo empresário José Luiz Moreira de Souza, que além de herdeiro da rede Ducal de magazines, era o dono da Denisson e se incumbia da “limpeza do dinheiro”. Ele recebia as doações através de sua agência e as repassava ao Ipês. Inclusive os dólares americanos, vindos da CIA, com a fachada de serem destinados à propaganda do programa *Aliança para o Progresso*. Uma ação dos EUA, para auxiliar no “desenvolvimento da América Latina”.

O trabalho conspiratório do Ipês tinha como objetivo plantar no coração da população brasileira uma aflição desmedida pela troca do poder e dar apoio ao golpe de estado ocorrido em 1964, ao qual se seguiu a ditadura civil-militar que durou 21 anos.

Com um discurso conciso, sutil e convincente, os 14 curtas-metragens foram exaustivamente veiculados Brasil a fora nas favelas, sindicatos, universidades, nas empresas, durante os horários de almoço; em praças das cidades do interior; clubes de serviços, e antes da exibição dos filmes principais, nos cinemas.

À luz das teorias de Theodor Adorno (O fetichismo da música e a regressão da audição) e sua tese sobre os efeitos da indústria da comunicação de massa, esse conjunto de filmes feitos como peça de propaganda, demonstra que o método pode ser uma experiência exitosa. Os curtas produzidos pelo Ipês dão concretude ao que nos diz

Adorno, de que a dominação sobre o outro pode ser obtida pela indústria cultural e a sociedade de mercado.

3.1 - O Ipês e a ideologia do golpe

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) – sim, com acento – foi preponderante no desfecho que mudou o rumo da história recente do país ao trabalhar para a derrubada do presidente do Brasil, João Goulart, em 1964. Essa é uma conclusão já demonstrada e aprofundada em teses e livros ao longo dessas cinco décadas, em obras de Dreifuss, Juremir Machado, Carlos Fico e outros.

Dissecado com extrema competência pelo doutor em Ciências Políticas, René Armand Dreifuss, o (Ipês) reuniu o que ele chamou, com propriedade, de “elite orgânica”, composta por empresários, militares, parte da Igreja e segmentos à direita dos meios sindicais e estudantis, com apoio da CIA. Engana-se, portanto, quem ainda hoje fala em “golpe militar”, apenas.

Árvore símbolo nacional, o ipê perde as folhas para florir. Era o que desejavam os que, capitaneados pelo general Golbery do Couto e Silva, fundaram o Instituto, em 2 de fevereiro de 1962. Implantada a ditadura, Golbery serviu como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, aos governos dos generais Ernesto Geisel (1974/1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985), o último ditador do regime. A meta dos que ali militaram ao seu lado era derrubar o governo do presidente João Goulart, para que em seu lugar “reflorisse” uma nova “democracia”, cujo modelo seria estabelecido por aquele grupo.

A organização teve início em agosto de 1961, a partir de uma fusão da ata da *Aliança Para o Progresso* (programa assistencialista americano para a América Latina, desenvolvido nos anos 60) e os princípios da Encíclica *Mater et Magistra* (lançada pelo Papa João XXIII na mesma época). Da ata de fundação do instituto (ATA, 1962) constam expressões do tipo: “empresários e democratas para o progresso” que se reuniram “côncios de sua responsabilidade na vida pública do país”.

O general Golbery do Couto e Silva desenvolveu no Instituto um eficiente programa de propaganda. Nele misturava conceitos de Joseph Goebells e a ideologia anticomunista desenvolvida nos EUA. Golbery era egresso da Escola Superior de Guerra, onde conviveu com oficiais que participaram da Segunda Guerra Mundial e voltaram da Europa embevecidos com a doutrina de Segurança Nacional elaborada pelos americanos.

De posse dessas teorias, ele conseguiu seduzir os vários segmentos das classes dominantes.

Para isso, trabalhou com o seu grupo da Escola Superior de Guerra (ESG), também conhecido nos meios militares como “o grupo da Sorbonne” – por ser um centro de estudos de elite e reunir oficiais, empresários e políticos.

O documento de fundação dos Ipês definia o instituto como uma entidade “sem fins lucrativos”, voltada para a “democratização” do Brasil. Livros, panfletos, palestras e filmes (o conjunto de 14 curtas que enfocavam cada segmento da economia e da vida do país), eram produzidos com o único intuito de levar a população a crer que vivíamos o caos.

Entrincheirados no Ipês – que ganhou sede no 28º andar do Edifício Avenida Central, no Centro do Rio, e em seguida também em São Paulo, na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 54, no 16º andar – Golbery e seus pares eram uma verdadeira fábrica de boatos (hoje chamados *fake news*) em torno da insustentabilidade do governo e da intenção de Jango de dar um golpe comunista.

Para executar o programa de propaganda do Ipês, foi montado um esquema de doações – conforme consta da ata de dissolução da instituição, assinada pelo vice-presidente Glycon de Paiva, no dia 29 de março de 1972, na qual descreve que o Instituto foi “constituído por 125 pessoas físicas e 95 jurídicas”, sendo que cinco delas – Listas Telefônicas Brasileiras; Light; a companhia aérea Cruzeiro do Sul; a refinaria e Exploração de Petróleo União e a mineradora Icomi “arcavam com 70% das contribuições.” O restante vinha de contribuintes (pessoas físicas) entusiasmados com as ideias no instituto (ASSIS, 2001, p.85)

No auge do seu vigor e da arregimentação da militância, o Ipês lançou mão de todos os meios de influir através da propaganda agressiva sobre o seu público-alvo. A essa altura, os anos 60, brasileiros contaminados pelo *way of life* e a pujança americana descobriram o consumo, o sonho. As agências de publicidade cresciam e ampliavam seu poder de fogo, ao mesmo tempo em que o colocavam à disposição da direita em sua cruzada pela defesa do capital.

3.2 - A descoberta e a contextualização

A descoberta dos filmes do Ipês se deu a partir de pesquisa para uma reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, no ano de 1999, sobre documentos doados pela família do

General Golbery à Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Vários desses papéis faziam referência aos filmes produzidos pelo instituto. Já se sabia da existência deles pelo livro do pesquisador René Armand Dreifuss: *1964: A conquista do Estado*, que os mencionava.

Tal como nos falou o filósofo alemão e membro da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno, a civilização técnica busca dominar a natureza de forma racional, investindo de maneira autoritária e irracional no domínio sobre o outro, usando para isso todos os recursos disponíveis na sociedade de mercado. Ele apontava como exemplo dessa dominação os diferentes fenômenos de barbárie moderna (fascismo e nazismo) e via neles talvez as piores manifestações dessa atitude autoritária sobre o outro. Foi com esse intuito que esses filmes foram criados: o de exercer influência sobre a opinião pública e incutir-lhes ideias anticomunistas.

Os filmes se encontravam sob a guarda do Arquivo Nacional, mas impedidos de serem exibidos aos pesquisadores, porque a direção desconhecia a autoria. Qualquer reprodução, parcial que fosse, poderia resultar em processo contra a instituição. Uma das alternativas para destrancá-los era assistir a pelo menos um, e a partir de sua ficha técnica investigar os autores. O conjunto era constituído de 14 curtas, com cerca de 10 minutos cada. A direção do arquivo concordou com a proposta. Além de assistir ao filme, era preciso buscar na documentação do Instituto os recibos provando que foram eles os produtores, de fato.

Conforme já mencionado, o Ipês funcionou no edifício Avenida Central, na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro, onde talvez ainda fosse possível obter alguma informação sobre a produção do conjunto de curtas. Em uma das antigas salas que compunham o espaço onde se instalou o Ipês, Glaycon de Paiva Filho dirigia uma imobiliária. Glaycon vem a ser o filho do segundo homem no organograma, Glycon de Paiva, braço direito do General Golbery.

Glaycon confirmou que os filmes foram produzidos pelo Instituto e doados ao Arquivo Nacional, juntamente com todo o arquivo, no ano de 1972, data em que foi extinto. Ora, se quem paga é o dono e o arquivo foi doado, a conclusão foi a de que os filmes passaram a pertencer ao acervo do Arquivo, não havendo nenhum risco de reivindicação de autoria, ao serem exibidos. Além disso, os recibos localizados comprovavam que o documentarista Jean Manzon foi pago para dirigi-los, o que colocava por terra qualquer dúvida sobre se seria ele o proprietário dos curtas.

Depois de consultar o seu departamento jurídico, a direção do AN concordou com a tese. Os filmes, desse modo, pertenciam ao Arquivo, detentor de todo o acervo remanescente do Instituto. Restava, pois, recuperá-los, já que se encontravam bastante deteriorados, e tirá-los da clandestinidade, dando ao público de modo geral e aos pesquisadores, em particular, acesso total aos filmes produzidos pelo Ipês.

Com apoio da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), foi possível restaurá-los a partir de um processo de telecinagem quadro a quadro e banho de prata. Por fim, foram regravados em betacam e entregues de volta ao Arquivo Nacional, sendo possível, hoje, serem consultados e reproduzidos livremente. O conjunto de 14 curtas se encontra disponível na sala de consulta do Arquivo e constam também em canais do Youtube.

Para que melhor se entenda como o Brasil atingiu a técnica cinematográfica a ponto de usá-la como objeto de persuasão ideológica, é necessário historiar a rapidez com que o país teve acesso às projeções de filmes – um ano após o lançamento do invento na Europa. E para dimensionar a capacidade do cinema de influenciar o seu público e de verificar de que maneira, no início do século XX, o setor resistiu à crise que se abateu sobre as produções, convém também lembrar que tal atividade, por aqui, sobreviveu e ganhou força a partir do cinema de propaganda.

3.3 - O Brasil conhece o Cinema

A novidade cinematográfica chegou cedo ao Brasil. Os aparelhos de projeção exibidos ao público europeu e americano no inverno de 1895 aportaram no Rio de Janeiro, centro político e cultural do país, logo no ano seguinte, em junho de 1896, durante o inverno tropical (GOMES, 1996, p.8). Ignora-se o nome do empresário que importou a máquina, mas registrou-se o do projetor que reproduziu as primeiras imagens em solo brasileiro: *Omnigrapho* (provavelmente fabricado pelo explorador brasileiro da máquina), conforme registra Ademar Gonzaga em sua *História do Cinema Brasileiro*.

As exibições foram feitas numa sala da Rua do Ouvidor, no Centro da cidade, ponto nervoso da então capital, por onde zanzavam homens de negócios e senhoras elegantes atrás dos últimos modelos lançados em Paris. (A Rua do Ouvidor é citada em vários romances de Machado de Assis e teve seu auge na *Belle Époque* como um ponto

da moda no Rio antigo.) Durante duas ou três semanas, as sessões se repetiram e foram comentadas com estardalhaço pelos jornais.

Já no ano seguinte, a nova tecnologia era apresentada inúmeras vezes nos centros de diversão da capital e em algumas poucas cidades. Em 1898 o país também realizava as primeiras filmagens. No início, foram os irmãos Segreto os principais exibidores e escassos produtores de filmes de atualidades. O entrave ao florescimento do cinema no Rio e nas demais capitais do país era o precário e arcaico sistema elétrico. Bastava um temporal ou uma ventania para que o fornecimento fosse interrompido.

O problema só foi contornado em 1907, quando a energia elétrica passou a ser produzida industrialmente. Esse avanço possibilitou a abertura de várias salas de exibição na cidade, assim como em São Paulo, animando a importação de filmes estrangeiros e a produção brasileira. Primeiramente, curtas-metragens, que foram aos poucos se alongando e se transformando em filmes de ficção. (*Light - um século de muita energia: 1905-2005*, - Centro da Memória da Eletricidade no Brasil)

A princípio, a mão de obra técnica era constituída de italianos, cujo fluxo imigratório foi considerável no final do século XIX e no início dos XX. Recém-saídos da escravidão, os brasileiros consideravam trabalhos executados com as mãos tarefa para escravos – se mais simples –, e para os estrangeiros –, se mais complexos. A importação de mão de obra branca tinha também o caráter inconfessável de impedir o “escurecimento” da raça branca do país. Com a libertação dos pretos escravos, a miscigenação grassava, o que não era visto com bons olhos pelas elites.

O cinema de propaganda caminhou simultaneamente ao desenvolvimento do setor e, em determinado momento, em torno de 1910, chegou mesmo a praticamente se sobrepor ao cinema de atualidades e ficção. Nessa fase predominaram os documentários e o período ficou conhecido entre nós como de “cavação”, quando os produtores iam atrás de empresas e empresários a fim de que estes os contratassem para vender ideias e produtos.

A esta altura é conveniente verificar o que nos diz Bourdieu sobre a função de jornalista e o poder desse profissional, definição que está contida em seu livro *Sobre a Televisão – A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos*.

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, a grande difusão. (É contra esse

monopólio que nos chocamos quando, enquanto indivíduos ou enquanto membros de uma associação, de um agrupamento qualquer, queremos difundir amplamente uma informação.) Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à *notoriedade pública* (o que, para os políticos e para certos intelectuais é um prêmio capital). (BOURDIEU, 1977, p. 65)

3.4 - A exemplo de Joseph Goebbels

Antes da ditadura imposta pelo golpe de 1964 o Brasil viveu a dura experiência da ditadura do Estado Novo, com início em 10 de novembro de 1937, indo até 1945. O golpe, desferido pelo próprio presidente da República, Getúlio Vargas, cancelou uma eleição presidencial prevista para dali a alguns meses, fechou o Congresso e colocou o país sob a égide de uma nova Constituição. Ao mesmo tempo, eliminou a atividade político-partidária e pôs na prisão os opositores do governo. A expressão Estado Novo pretendia realçar a diferença entre a nova ordem – de caráter autoritário – e a anterior, de traço liberal.

O regime estadonovista conduziu uma política de Comunicação extremamente organizada e eficiente, custeando sua própria propaganda e sistematizando a produção de mensagens favoráveis ao governo. A época era de otimismo em relação à abrangência e ao potencial mobilizador dos modernos meios de Comunicação, como o rádio, o cinema, a imprensa escrita e ilustrada. Crescia a importância das massas urbanas como personagem fundamental para a legitimação dos regimes políticos autoritários, um fenômeno vigente não só no Brasil, mas também na Alemanha e na Itália, onde o nazifascismo já se impusera.

Para melhor controlar a produção de notícias sobre o governo foi criado em 27 de dezembro de 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que teve sua origem no Departamento Nacional de Propaganda (DPDC). O DIP nasceu com a determinação de fiscalizar e censurar os meios de Comunicação, divulgar as realizações do Governo Federal, cultivar a cultura cívica e homenagear os chefes do Estado Novo.

Era de responsabilidade do DIP a produção do *Cine Jornal Brasileiro*, incumbido de levar ao grande público, através das salas de cinema de todo o país, as mensagens e benfeitorias empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas. Também a série de documentários, a exemplo do que foi feito posteriormente com os filmes do Ipês, era de exibição obrigatória antes das sessões de cinema. No *Cinejornal* fazia-se a crônica

cotidiana da política nacional, recorrendo-se ao forte impacto dos recursos audiovisuais. Alguns filmes eram exportados para países como a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

A entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados exacerbou os rachas ideológicos dentro do regime e precipitou a extinção do DIP, o que se deu em 25 de maio de 1945.

Fazendo um retrospecto, independentemente de serem filmes produzidos por encomenda, os curtas do Ipês tiveram sempre a preocupação de que a mensagem viesse embalada em um rigoroso padrão estético. O discurso não era passado apenas com imagens descritivas. Havia um capricho na edição e na montagem e, ainda, uma grande preocupação com a inovação no enquadramento.

3.5 - A força do marketing político

Para melhor entender o êxito do marketing obtido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais na desestabilização do governo Goulart, é preciso traçar um painel de época. Em 1956, o líder soviético Nikíta Khruchtchov devassou para o mundo, num relatório que levou o seu nome, os crimes e atrocidades cometidas pelo regime de Stálin. O resultado foi uma perplexidade geral e, em particular – para os opositores do modelo soviético –, significativa munição para combatê-lo.

O mundo – principalmente os países católicos – ainda digeriria essas informações quando, em janeiro de 1959, foi surpreendido pela ousadia de Fidel Castro. Com um pequeno grupo de revolucionários ele invadiu Havana, desbancando do poder o ditador Fulgêncio Batista e implantando o socialismo na Ilha de Cuba. A sucessão desses episódios praticamente coincidiu com o lançamento, em 1961, pelo Papa João XXIII, da Encíclica *Mater et Magistra*.

Nela, a sede da Igreja em Roma se posicionava ao lado dos pobres e falava em distribuição de renda. Essa gama de acontecimentos elevou no mundo o sentimento religioso e o grau de resistência ao que se alardeou fossem os princípios marxistas. A Igreja, por sua vez, apontava um caminho para a igualdade pelas vias da fé e da caridade, bem longe das práticas de Stálin.

Em nome de Deus, era possível aos estadunidenses, por exemplo, dividir um pouco de roupas usadas e algumas latas de leite em pó, com os “irmãos latinos”, através do programa *Aliança Para o Progresso*. Com os donativos vinham as orientações sobre controle à natalidade e o combate à proliferação dos comunistas para serem distribuídas nas paróquias.

No Brasil, a essa altura, o Partido Comunista, que se mantinha na clandestinidade desde 1947 (só pôde se registrar, tornando-se novamente oficial, em 1985), apostava nas reformas de base propostas pelo governo, optando por dar-lhe apoio.

Todo esse conjunto de fatos encontrou eco no país católico, de dimensões continentais, presidido antes de João Goulart pelo populista Jânio Quadros. De personalidade controvertida, Jânio decidiu medir a força da sua popularidade num ato tresloucado de renúncia ao cargo, após sete meses de governo. Pretendia – é o que contam os livros de História – voltar ao poder aclamado pelo povo, o que não aconteceu. Jânio morreu sem declarar os reais motivos para o seu ato, que atribuiu a “forças ocultas”.

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, o seu vice, João Goulart, assumiria o poder. Sua posse, no entanto, se deu sob ameaças, marchas e contramarchas dos militares. Por infeliz coincidência Jango acabava de retornar da China, o que só reforçou a suspeita de que fosse um “vermelho” pronto a colocar em prática as teses comunistas.

De posse dessa “tese” e dos dólares repassados às agências de publicidade, pela CIA, o Instituto virou uma verdadeira “usina” de boatos, espalhados seja sob a forma de folhetos e impressos, seja na elaboração de inteligentes roteiros de filmetes para o cinema, a maioria dirigida pelo cineasta Jean Manzon.

O cineasta aprimorou sua técnica como fotógrafo no exército francês. Logo depois, já atuava – e bem – com a câmera cinematográfica, na época uma *Arriflex*, que constituía o suprasumo da sofisticação.

Quando não trabalhava como cineasta, atuava como repórter fotográfico de reconhecida competência. O talento desse documentarista está impresso nos 14 filmes patrocinados pelo Ipês, todos eles muito semelhantes aos que eram produzidos na Europa na década de 1930.

Em alguns planos – principalmente gerais e de conjunto – deixam transparecer certa influência de pelo menos dois diretores: o inglês Victor Saville e o francês Claude Sautet.

As lentes de Jean Manzon passearam dos rostos castigados pelo sol do Nordeste aos movimentos quase coreográficos dos trabalhadores urbanos, passando pelo ideal de família, favelas e empresas modernas (para a época). Como se tivesse seguido os conceitos de S. Kracauer (1988) – para quem a montagem era um componente-chave na linguagem ideológica cinematográfica –, em suas tomadas Manzon faz do corte e da edição seu principal meio de convencimento.

Impressiona a cena do filme *Um Conceito de Empresa*, em que Manzon move sua câmera de um grupo de retirantes (nordestinos que fogem da seca para os grandes centros urbanos) à sala do empresário, dando a impressão de que a revolta daqueles pode alcançar o executivo encastelado em seu escritório.

Na mesma fita, um balé de fios e carretéis de uma empresa têxtil traduz, em menos de dois segundos, toda a ideia de progresso e desenvolvimento industrial que ele quer transmitir.

O cinema foi um grande aliado na propaganda política produzida pelo Ipês. O Brasil já possuía a experiência com os jornais da tela, em especial com as chamadas *Atualidades Atlântida*, grandemente inspiradas no telejornalismo desenvolvido pelo LUCE, instituto de propaganda fascista criado na Itália de Mussolini. Mais tarde, o famoso *Canal 100* – um cinejornal exibido antes das principais sessões dos cinemas – criado por Carlos Niemeyer, iria tornar-se fonte inspiradora da linguagem fílmica dos jornais brasileiros, em especial a da TV.

Tais jornais eram exibidos nos cinemas antes do filme principal, e quase sempre depois de um seriado de curta-metragem. Esse era o modelo de programação. Dessa forma, o público não estranhou quando os curtas com as mensagens do Ipês começaram a preceder as sessões de cinema. Eles seguiam o tom entusiasta e ufanista das *Atualidades Atlântida* e do *Canal 100*, e tinham praticamente o mesmo formato, com imagens sendo descritas por voz *off*.

Foi a partir dessa experiência que os dirigentes do Ipês imaginaram a produção dos filmetes de propaganda, eficientes em atingir uma população profundamente arraigada em suas crenças religiosas. Os filmes deveriam centrar sua atenção no caráter ateu do comunismo e na ameaça das ideias socialistas contra a família e a propriedade.

Há registro da participação de Carlinhos Niemeyer, o criador do *Canal 100*, nas atividades de direção dos filmes do Instituto. Em setembro de 1999, pouco antes de morrer, ele negou qualquer envolvimento com o grupo. Mas apesar da ênfase dada por Carlinhos Niemeyer à negativa de participação na produção ou direção dos filmes do Ipês, documento encontrado no acervo da instituição liga seu nome a essas atividades. (ASSIS, 2001).

Os roteiros ficavam a cargo do ex-delegado e então diretor da Light, contratado no Ipês para o Grupo de Opinião Pública (GOP), como redator de cartas e releases e que só mais tarde seria um escritor consagrado: José Rubem Fonseca. Em apenas 10 minutos de fita Fonseca conseguia criticar o governo sem, contudo, se confrontar com João

Goulart e sua equipe, disseminando, de forma sutil, a mensagem da “necessidade de mudança”. Mudança, esta, que se daria com eles, claro, líderes da elite que defendiam com unhas e dentes a sua condição de privilegiada. A empreitada contou com a fundamental colaboração da burguesia preocupada em implantar um modelo de país que protegesse, ainda que pela força, o que ela havia amealhado. (ASSIS, 2001).

O texto estiloso e fluente do redator, era embalado por músicas escolhidas a dedo para modular a emoção do espectador, fazendo-o desligar-se da mensagem ali contida, levando-o para um estágio que Adorno define assim:

o prazer do momento e da fachada de variedade transforma-se em pretexto para desobrigar o ouvinte de pensar no todo, cuja exigência está incluída na audição adequada e justa; sem grande oposição, o ouvinte se converte em simples comprador e consumidor passivo” (ADORNO, 1975, p.176).

José Rubem Fonseca era integrante do comitê executivo do Ipês, coordenava o Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP) (DREIFUSS, 1981, p. 190) e se dedicava também à tarefa de redator das cartas endereçadas às instituições formadoras de quadros e lideranças – além de ter permanecido no instituto até a sua extinção, em 1972.

A linguagem do jornalismo da tela era largamente aceita nos grandes centros urbanos do país – com enorme interação com o público, que concordava ou discordava do narrador, aplaudindo ou vaiando. Sua ação nas áreas mais pobres do país, no meio rural, ocupava o vácuo deixado pela absoluta falta de lazer. Atraía famílias para a distração gratuita, na pracinha, onde elas entravam em contato com o discurso ameaçador da chegada do comunismo, que “todos” precisavam “combater”. (ASSIS, 2001).

No vale-tudo para defender o Brasil dessa ameaça, o Ipês, através dos seus filmes aconselhava: “Utilize as armas do inimigo. Lance mão de palestras de esclarecimento, gravações de rádio, da televisão e da força mais eficiente e direta da propaganda moderna: o cinema.” Esses ensinamentos estão contidos no texto do filme *Conceito de Empresa*, que faz parte do conjunto de curtas produzidos pelo Instituto e tinha discurso contundente:

Mostre ao povo as imagens adequadas. Transmita aos operários e ao homem do campo a sua mensagem. Nós lhe repetimos: faça propaganda de sua imagem. Fale ao homem simples numa linguagem simples. Mostre a ele que você está trabalhando para a grandeza da pátria (Documentário “*Conceito de Empresa*”, [1962-1964] 16” P&B U-MATIC 109 (3833) – Catálogo de filmes do Ipês – ASSIS, Denise, 2001).

Seguindo o princípio de que a propaganda audiovisual tinha grande poder, o Ipês investiu em seus filmes, usando como elo entre eles trechos e a logomarca da encíclica *Mater et Magistra*.

Assim, se exibidos separadamente tinham um efeito único e dirigido. Juntos, atingiam objetivos mais amplos, numa linguagem crescente de combate ao comunismo.

Para realizar os curtas, Manzon tinha à disposição equipamentos de última geração: guias, som de boa qualidade e até aviões de pequeno porte para tomadas aéreas. Os personagens, tanto podiam ser reais (motorneiros de bondes, funcionários públicos, sindicalistas, médicos e enfermeiros em pleno desempenho de suas funções), como figurantes contratados. Há cenas, como uma tomada em uma das favelas cariocas, em que salta aos olhos o uso de “extras”. Em *Nordeste, problema nº 1*, esse uso também fica patente. Basta olhar o físico dos que empunham as picaretas na frente de trabalho. Totalmente fora dos padrões da região, onde grassava a fome.

Domício Gama, ex-chefe do departamento de pessoal do Ipês, relatou que costumava “faturar algum”, fazendo figuração nas filmagens. Entre a documentação doada ao Arquivo Nacional, há recibos que comprovam a sua remuneração nessa atividade. (ASSIS, 2001).

A princípio, os curtas mostram fortes críticas ao desleixo do governo com alguns setores, como por exemplo, a Marinha Mercante. (Uma defesa explícita dos interesses de uma das empresas que mais contribuíam com o Ipês, a Companhia Docas de Santos). Porém, não conclamavam a nenhuma atitude, apenas ao engajamento.

Em um dos filmes – numa colagem de imagens de arquivo, recurso também bastante usado nos curtas – há a exploração exacerbada de fotos chocantes que misturam nazismo, as invasões da União Soviética a outros países, como a Tchecoslováquia e a Hungria, e o chamamento para a revolução através do voto. Por fim, uma mensagem sub-reptícia de que o destino do país está ameaçado por greves e desabastecimentos, e só a união de todos em torno de uma atitude de mudança – não explicitada, mas sugerida – poderia levá-lo adiante.

A essa altura, a mensagem subia de tom. No curta *O Brasil Precisa de Você*, a câmera insiste em focalizar, no meio da multidão de manifestantes nas ruas do Rio, o cartaz: “Com fome não se brinca”, adverte o narrador.

Os tais “desabastecimentos”, agora se sabe, eram também orquestrados pelo Instituto. A informação circulou por meio de declarações das remanescentes da ala feminina do Ipês e integrantes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Sindicalistas eletricitários contaram (em *off*) terem sido pagos para desligar a energia de bairros como Urca e Copacabana, ambos de classe média alta – com grande concentração

de residência de militares –, na hora da exibição das novelas. Isso, segundo eles, irritava as famílias, que ficavam convencidas da inoperância do governo.

O sumiço dos alimentos de primeira necessidade, como o arroz e o feijão, componentes básicos no prato de qualquer trabalhador brasileiro, incomodavam a sociedade. A manipulação por parte de empresários poderosos do setor, simpáticos à causa, tratava de dar veracidade ao clima de instabilidade, estocando os alimentos. E deu certo. Tanto assim, que o modelo foi usado pela CIA, também no Chile, onde teve o mesmo desfecho: a deposição de Salvador Allende, em setembro de 1973. (ASSIS, 2001).

Em dois anos de atividade – levando os filmes para cidades do interior sobre caminhões, para exibi-los em praças públicas; rodando as fitas em horário de almoço em fábricas e empresas; em clubes de serviços como Lions e Rotary e antes das sessões de cinema nas principais capitais do país, com a anuência dos empresários de cinema – o Ipês conseguiu fazer o Brasil acreditar que Goulart era um governante frouxo, sem pulso, incapaz de dar rumo ao país.

Período semelhante ao investido por televisões, rádios, jornais e redes sociais, ao desgaste e no incentivo às manifestações contra a presidente Dilma, em 2016.

A esta altura, Goulart tinha praticamente toda a mídia contra o seu governo (DREIFUSS, 1981). Os pouquíssimos veículos que ficaram de fora do trabalho conspiratório de ceder espaço para o Ipês, como a *Rádio Mayrink Veiga* e o jornal *Última Hora*, foram fechados logo após a vitória dos golpistas.

Por apoiar Jango, a *Última Hora* teve a redação invadida e depredada no dia do golpe. Os demais veículos, praticamente todos, constam da lista de doadores de dinheiro e de espaço. (ASSIS, 2001)

Apesar de sua popularidade, Jango foi solapado pelos meios de Comunicação, tendo voz apenas no comício da Central do Brasil, em 13 de março, quando reuniu 200 mil pessoas para ouvi-lo falar de suas Reformas de Base. Quanto aos jornais, não lhe davam trégua.

Vale reproduzir trechos de um texto intitulado: “A Nação que Salvou a si mesma – História Secreta da Legítima Revolução do Povo Brasileiro”², que se encontra disponível no site “Quinto Poder”, organizado por policiais e dirigido a Militares da

² - Site Quinto Poder – “Este texto foi condensado a partir de uma publicação da revista Seleções do Reader's, elaborado por Clarence W Hall.” (A observação é da fonte)

FFAA e aos policiais militares federais e na Editora da Biblioteca do Exército (1978). Nele é feita uma espécie de balanço daquelas atividades golpistas.

O texto revela, com o tom ufanista da época, todas as peripécias utilizadas pelos golpistas para atingir seus objetivos:

Os anticomunistas organizavam dossiês sobre os chefes comunistas e seus colaboradores, dentro e fora do Governo e distribuíram-nos largamente entre os líderes da resistência e os jornais. Eles visavam principalmente à crescente classe assalariada do país, a grande sofredora com a galopante inflação. (Seleções Reader's, 1964)

Cada empresário, do pequeno às multinacionais, colaborava como podia.

A distribuição desse e de outros materiais anticomunistas a princípio foi clandestina, depois tornou-se ostensiva. Os lojistas punham os folhetos denunciadores dentro de embrulhos e sacos de compras. Os ascensoristas davam-nos a passageiros que se queixavam da situação. Os barbeiros punham-nos dentro de revistas que eram lidas pelos fregueses que esperavam a vez. Um tipógrafo do Rio imprimiu secretamente 50.000 cartazes com caricaturas de Fidel Castro fustigando seu povo e a legenda: 'Você quer viver sob a chibata dos comunistas?' À noite mandou vários ajudantes colocá-los em lugares públicos. (Seleções Reader's, 1964).

As manobras, já reveladas pelo próprio dirigente Glycon de Paiva, na ata de extinção do Instituto e por Dreifuss, que dissecou o Ipês, são confirmadas neste texto do mesmo site:

Os contrarrevolucionários da classe média do Brasil pagavam pelo tempo no rádio e na televisão para divulgarem suas revelações. Quando a pressão do Governo fechou muitas estações de rádio e TV a todos menos aos mais radicais propagandistas, eles formaram sua própria "Rede da Democracia" de mais de 100 estações em todo o Brasil. De outubro de 1963 até a Revolução, as estações dessa rede, organizada por João Calmon, diretor dos Diários Associados, iam para o ar na mesma hora em que o esquerdista Leonel Brizola arengava ao público. (Seleções Reader's, 1964).

Outra prática rapidamente aprendida por eles com os da esquerda e fartamente utilizada, foi o da "infiltração":

Adotando as táticas dos próprios "vermelhos", trabalhadores infiltravam-se nos altos conselhos dos sindicatos trabalhistas, fingindo-se comunistas, mas denunciando regularmente as articulações da esquerda. Repetidas vezes os planos dos sindicalistas e esquerdistas foram desmantelados, quando oradores e escritores da oposição iam para a imprensa e para o rádio revelar o que se preparava. (Seleções Reader's, 1964)

E como já havia sido descrito, o texto confirma também a manobra dos veículos de Comunicação:

Os principais jornais brasileiros cedo entraram na luta. Comunicando regularmente as descobertas dos grupos de resistência e mantendo por conta própria cerrada fuzilaria editorial, destacavam-se os dois mais influentes jornais do Rio, O Globo e o Jornal do Brasil, bem como o Estado de São Paulo,

da capital paulista, e o Correio do Povo, o mais antigo e mais respeitado jornal independente do Rio Grande do Sul. (Seleções Reader's, 1964).

3.6 - A adesão das mulheres

Mas é às mulheres do Brasil que cabe uma enorme parcela de crédito pela aniquilação da planejada conquista vermelha. Em escala sem paralelo, na história da América Latina, donas-de-casa lançaram-se à luta aos milhares, fazendo mais para alertar o País para o perigo do que outra força qualquer. "Sem as mulheres", diz um líder da classe média da contrarrevolução, "nunca teríamos podido sustar a tempo o mergulho do Brasil em direção a ditadura. Muitos dos nossos grupos de homens tinham de trabalhar disfarçadamente, mas, as mulheres trabalharam às claras... e como trabalharam! (Seleções Reader's, 1964).

O Ipês de saias, como se costuma dizer, nasceu sob a liderança de Dona Amélia Molina Bastos, ex-professora primária, de 59 anos, do Rio de Janeiro, esposa de um general reformado do Corpo Médico do Exército.

O texto acima não deixa dúvidas de que, quando você tem por dois anos consecutivos rádio, cinema, TVs – para falar em veículos de alcance popular – e toda a mídia impressa em campanha contra um governo, não há como não o enfraquecer. Sem nunca explicitar que dariam um golpe ou que derrubariam o governo, a propaganda organizada pelo Ipês teve como resultado levar o povo a ansiar pela troca de poder. Foi este o sentimento incutido na população em geral. Em vez de convocá-la para uma revolução armada ou a deposição do presidente, eles optaram por plantar a insatisfação no seio da sociedade.

À medida que a propaganda do Ipês ganhava as cidades miúdas do interior e conquistava novos adeptos, o discurso para as próximas eleições foi dando lugar às mensagens contidas nos filmes produzidos pelo Ipês. Em um deles, intitulado *O Brasil Precisa de Você*, um cartaz exposto no fundo da cena convocava: “vamos fazer uma revolução sem sangue”. (ASSIS, 2001).

Que garantias poderiam ter aqueles senhores, de que não haveria derramamento de sangue, ao mudarem o regime? Nenhuma. Mas a autoconfiança e a fé na mensagem dos curtas-metragens e no bem montado sistema de propaganda do Instituto, além, é claro, do respaldo estadunidense ao plano de tomada de governo, os levaram a querer o poder a qualquer preço. Tinham a classe média nas mãos e um cenário favorável, em que greves nos vários setores, inclusive os militares, davam margem a medidas radicais.

Com todo o investimento feito, não foi difícil para os reacionários plantarem no seio dessa classe média um sentimento de pessimismo, revolta e insatisfação, com o

patrocínio dos veículos de comunicação, da CIA, das multinacionais que dominavam a economia do país à época e os segmentos já citados: parte da Igreja conservadora e lideranças militares. Também um grupo de intelectuais –, como Gustavo Corção, (ligado à Igreja); Mário Henrique Simonsen; Raquel de Queiroz; Nélida Pigñon; o Padre Fernando Bastos D'Ávila, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Escola Superior de Guerra (ESG), um dos ideólogos da Doutrina da Solidariedade Cristã e outros – aderiram à tese de que era preciso destituir Jango. A entidade Associação Brasileira do Congresso de Liberdade da Cultura funcionava no mesmo prédio, o que facilitava a total interação com o Ipês. Estava, pois, formado o bojo da conspiração (DREIFUSS, 1981).

O Ipês foi tão eficiente no convencimento da parcela esclarecida da população com acesso a jornais e à leitura que a classe média – fiel da balança para onde pendem as decisões da sociedade em hora de crise – ignorou solenemente o fato de que se fileiras organizadas havia para dar um golpe comunista, essas haveriam de estar, da mesma forma, prontas para defender seu líder na hora da deposição. O que não aconteceu. Essa incoerência é silenciada, ainda hoje, depois de décadas, como se necessário fosse não desmontar a versão que sustenta a história oficial.

Escudados no que hoje se chamaria de ONG para estudo dos problemas brasileiros, ou uma espécie de *think tank*, o Ipês tornou-se uma eficiente usina de marketing político e de espionagem. Para os que duvidam de sua organização, basta mencionar que seus arquivos deram origem ao Serviço Nacional de Inteligência, o temido SNI (ASSIS, 2001).

3.7 - O Instituto Brasileiro de Ação Democrática IBAD

São vários e largamente estudados os motivos que levaram os Estados Unidos a intervirem no Brasil, dando apoio à organização de um golpe que destituiu Jango do poder. Para citar um exemplo, em seu livro “*O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo — O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*”, o historiador Carlos Fico explana bem o tema, bem como Phyllis R. Parker, em: “*1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*”. Porém, um dos aspectos que merece ser revisitado é a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em Recife, no ano de 1962, quando a conspiração contra o presidente eleito tem início, com a fundação do complexo Ipês/IBAD.

Sustentado pelo dinheiro da CIA, sob a fachada do programa de ajuda humanitária, *Aliança para o Progresso*, o IBAD despejou rios de dinheiro na campanha do direitista João Cleofas, o candidato apoiado pela embaixada americana e que concorria ao cargo de governador na legenda do Partido Republicano (PR). Seu principal opositor era o prefeito de Recife, Miguel Arraes de Alencar, indicado pelo Partido Social Trabalhista (PST), com o respaldo do PTB (partido do presidente João Goulart) e da dissidência do PSD. Também na disputa estava Armando Monteiro Filho, ministro da Agricultura no gabinete do primeiro-ministro Tancredo Neves, pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT).

A despeito de enxovalhado, acusado de “comunista”, e de ter feito “aliança com o mal”, numa massacrante propaganda de desconstrução de sua imagem, Arraes venceu a eleição e recolheu provas contundentes contra a ingerência estadunidense na disputa e o uso do IBAD como o braço político americano no pleito.

Sua obstinação em gritar contra os abusos cometidos em Pernambuco fez eco por todo o país. A pedido dos deputados federal Eloy Dutra (Partido Trabalhista Brasileiro-PTB) e Paulo de Tarso (Partido Democrático Cristão – PDC), foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito, (CPI) Ipês/IBAD, presidida pelo deputado federal Peracchi Barcellos (Partido Social Democrático - PSD).

Os trabalhos da comissão se destinaram a apurar a manipulação da opinião pública, com programas sociais de fachada, a fim de levar o candidato da direita ao poder. A CPI, cujos trabalhos duraram oito meses do ano de 1963, contou com a participação de figuras destacadas do cenário político da época, tais como o deputado do PTB, Rubens Paiva – hoje um dos nomes entre os desaparecidos políticos –, e Pedro Aleixo, o relator, da União Democrática Nacional (UDN). Enquanto transcorreu, trouxe à luz, através de manchetes dos jornais de todo o país, a ingerência estadunidense e a compra de deputados, sob a forma da gastança de dólares.

Em diálogo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, se pode demonstrar que, conforme escreveu o autor, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1989, p. 07). Ao mesmo tempo, vamos buscar novamente na obra de Domenach o indicativo de que esse poderoso instrumento, a propaganda, pode ser uma arma. “Outro tipo de propaganda de tendência totalitária, decorre da fusão da ideologia com a política; intimamente ligada à progressão tática, joga com todas as “molas” humanas” (1963, p. 2), nos alerta.

A fusão entre essas duas forças – propaganda e ideologia – demonstrou-se explosiva naquele 1962. Passados tantos anos, embora meios e mídias sejam distintos graças às novas tecnologias, verificamos que a propaganda montada para destruir a reputação do político Miguel Arraes teve a mesma intensidade e virulência que a enfrentada por sua neta, Marília Arraes, na campanha para a prefeitura de Recife, em 2020. E, como veremos adiante, no capítulo *Análise de Conteúdo*, o mesmo ímpeto de destruição foi impingido à presidente Dilma Rousseff.

O fato nos leva a supor que ao nos debruçarmos sobre o uso da propaganda política veremos que as técnicas empregadas por Goebbels, tão fundamentais para o sucesso do nazismo, continuam com o prazo de validade em dia, ainda hoje, em pleno século XXI. Basta ler Domenach.

Conforme esse autor nos sugere, a propaganda política eficiente necessita dos “propagandistas” e dos “agitadores”. Os primeiros, manejam e disseminam “muitas ideias”, escritas para um determinado grupo de indivíduo, moldando as suas opiniões. Enquanto os “agitadores” levam uma única ideia, espalhando-a entre muitas pessoas.

Lenin, como nos mostra Domenach, usou as técnicas de propaganda visando ganhar os trabalhadores para o seu campo de opinião. Para isso, criou uma vasta rede “psicopolítica”, denominação dada por Domenach, ao conjunto formado por imprensa, rádio, teatro, cinema, jornais locais e de fábricas, conferências, comícios e outros meios. Com esses instrumentos, chega-se a locais distantes, que se quer atingir.

Foi o que fez o IBAD, em Recife, arregimentando a peso de ouro, como comprovou Arraes, emissoras de rádio, TVs, jornais, comprando espaços em programas de divertimento, ou de entrevistas, levando, assim, uma propaganda subliminar, que não permitia aos “atingidos” perceber ou reagirem à invasão dos seus sentidos, enquanto essa máquina alterava as suas opiniões.

Há de haver uma explicação para isso e a minha esperança de que V. Exa. e os seus companheiros, dignos Deputados desta Comissão, consigam apurar esses fatos, se aí também está o dedo do dinheiro do IBAD ou de outra organização qualquer que possa, por detrás, manipular essas notícias, ou se se trata de simples defeito dos aparelhos do telégrafo nacional que, se estiverem defeituosos precisam ser consertados para não inverter assim as notícias que são publicadas, Sr. Presidente. Para que possa o meu depoimento seguir uma ordem inteligível para a Comissão eu necessito apresentar, no curso desta exposição, os documentos que estão em meu poder. São cerca de 500 documentos que trago comigo, alguns, meras repetições de gastos das campanhas, cartas, uma série enfim de documentos que constituem um apanhado através do qual se pode verificar a interferência direta, efetiva,

incontestável, do poder do dinheiro e do IBAD no pleito em que me elegei Governador do Estado de Pernambuco. (COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 320 p. ARRAES, Miguel. Transcrição do depoimento – CPI – Ipês/IBAD. 1963. TRANSCRIÇÃO..., 1963, p.3).

Todo o esforço do governador Miguel Arraes de levar à CPI, no ano de 1963, a documentação composta de 500 páginas, com provas contundentes sobre a ação do IBAD em Pernambuco, nos conta, tal como as suas revelações à Comissão, sobre um poder de que nos fala Bourdieu. Um poder organizado para exercer a sua força de persuasão sobre o público-alvo. Não deu certo no Recife, mas Arraes precisou de muito trabalho e apoio para reverter a influência exercida pelo IBAD sobre a população pernambucana:

Os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 1989, p. 09).

Nesse ponto, é forçoso explicar o que era o IBAD e como chegou até o Nordeste do Brasil, com toda a sua “estrutura”, para manter a terminologia de Bourdieu. Não foi esta a primeira descoberta do Nordeste do Brasil pelos estadunidenses. Durante a Segunda Guerra Mundial, a região serviu como uma espécie de área de estágio para o transbordo de homens e material, pelo Atlântico Sul até Dakar, na costa ocidental da África. Como sabemos, os americanos construíram uma base em Natal (Rio Grande do Norte), e instalações em Recife e outros pontos da Costa. No final da guerra o que foi montado por eles foi doado ao Brasil, como postos de saúde e construções, como a base aérea, por exemplo. Não como gesto de benevolência, mas por não fazer sentido desmontar o que já estava feito, é bom que se diga.

No livro do brasilianista, jornalista e, mais tarde, professor da Universidade de Georgetown, Joseph A. Page, *A Revolução que Nunca Houve (O Nordeste do Brasil de 1955-1964)*, ele descreve bem a chegada dessa “máquina” a Pernambuco. Page veio ao Brasil atraído pela atenção que o governo do seu país, os Estados Unidos, deu no início dos anos 60, à região Nordeste, considerada então à beira de uma revolução nos moldes da realizada por Fidel Castro, em Cuba. Não é demais destacar que tanto Cuba quanto

Pernambuco são produtores de açúcar e o imenso contingente de trabalhadores dos canaviais constituíam na época uma força que, se não mantida sob controle, poderia explodir, como aconteceu na Ilha, onde os trabalhadores fecharam com a revolução socialista de Fidel Castro, vitoriosa em janeiro de 1959. Em 1962 os fatos ainda rescendiam à pólvora, para os narizes do governo americano.

Naquele momento, em tempos de guerra fria, a mais pobre região do Brasil passou a merecer a atenção do presidente norte-americano, J. F. Kennedy, que mandou para lá agentes encarregados de abortar a temida “rebelião” que não aconteceu. Queriam acompanhar de perto a efervescência das ligas camponesas, lideradas por Francisco Julião, um deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), eleito depois deputado federal, e que almejava organizar os trabalhadores das usinas de cana de açúcar.

Por entrevistar e entrar em contato com essas principais lideranças, Page acabou preso nos primeiros dias do golpe de 1964, mas guardou o rico material que mais tarde transformou em livro. Na visão de um importante *publisher* americano da época, de nome *Weekly*, o jornalista conseguiu fazer “uma das mais dramáticas e abrangentes descrições publicadas sobre o caminho através do qual a *Aliança para o Progresso* de J. F. Kennedy tragicamente fez falhar a verdadeira democracia na América Latina”, conforme descrito no *release* de lançamento do seu livro no Brasil no ano de 1971.

Page descreve que o programa *Aliança para o Progresso*, que os EUA implementavam aqui, com investimentos de US\$ 33 milhões – cientes de que haviam feito pouco pelo Brasil, em retribuição à ajuda dada pelo governo brasileiro às suas tropas –, incluíam a perfuração de poços artesianos e a construção, na zona açucareira, de tendas destinadas a servir como centros de trabalho do programa, ao mesmo tempo que podiam também ser usadas em serviços de atendimento à saúde e à educação.

Ele relembra que “é crucial ter em mente a situação política doméstica dos Estados Unidos. Kennedy acabava de sofrer o fiasco da baía dos Porcos e a revolução cubana tinha se deslocado para uma linha abertamente marxista-leninista” (p.89). As autoridades americanas estavam convencidas de que, tal como havia acontecido em Cuba, as forças radicais em formação no Nordeste eram, sim, uma ameaça que precisava ser imediatamente extirpada.

Assim, a embaixada decidiu usar o programa de assistência americana no Nordeste para fins políticos imediatos. Isto resultaria em rejeição da possibilidade de um trabalho efetivo com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A autarquia de Celso Furtado tinha se comprometido com o desenvolvimento econômico a longo prazo, cujo sucesso dependia, em grande parte, da abstenção de envolver-se em

desgastantes emaranhados políticos. (...) Enquanto isso, elementos conservadores do Congresso brasileiro estavam obstinadamente bloqueando o plano diretor da Sudene e as verbas necessárias para sua execução. (PAGE, 1972, p. 90).

Celso Furtado não era uma figura bem-vista pelos americanos, que desde os anos de 1950 tinham sobre ele um dossiê em que aparecia como participante do bureau do Partido Comunista da Iugoslávia, em 1947, e como líder de uma célula do Partido Comunista no Rio. Do ponto de vista dele, porém, cabia-lhe negociar a ajuda estrangeira e convencê-los a aplicá-la em planos brasileiros para projetos que o país doador considerasse do seu interesse apoiar. Desse modo, o melhor era a Sudene receber empréstimos dos Estados Unidos que poderia utilizar como melhor entendesse para realizar o seu plano diretor, dentro do programa *Aliança para o Progresso*. E ele insistia que a missão americana funcionasse como um banco. Para os EUA, porém, o acordo significava que eles agora poderiam começar a combater diretamente a ameaça comunista identificada no Nordeste. Em visita a Washington, em abril de 1962, João Goulart assinou o acordo, com a garantia de que a *Aliança para o Progresso* de forma alguma competiria com a Sudene, mas ao contrário, complementaria o seu trabalho.

Por Joseph Page fica-se sabendo também que “a utilização da Aliança para o Progresso para conter o crescente movimento político de Miguel Arraes não foi a única intervenção direta dos Estados Unidos nos negócios internos do Nordeste. A Agência Central de Informações (CIA) estava de olho na efervescência no interior”. (PAGE, 1972, p. 95).

Miguel Arraes, por sua vez, tinha ao seu lado o empresário de meia idade, Antonio Ermírio de Moraes, extremamente bem-sucedido em seus negócios, tanto em São Paulo, quanto em Pernambuco. Só para se entender a extensão do seu poder, era dele a única fábrica de cimento, tijolos e cerâmicas em Pernambuco. Como todo forasteiro, apesar de todo o seu poder econômico, queria a aceitação das famílias abastadas da região. Por isso, se interessou em mergulhar na campanha local. E, como nos conta Page, Ermírio esteve prestes a ser nomeado embaixador do Brasil na Alemanha, mas foi barrado pela aliança PSD-UDN, “que dominavam o Senado e o Ministério do Exterior”. Esses fatores o levaram a apoiar Miguel Arraes para o governo, numa espécie de vingança. Todos esses ingredientes despertaram o interesse nacional pela disputa no estado. O único, “porém”, era o medo que a direita conservadora tinha de que Arraes, uma vez eleito, difundisse suas ideias e influenciasse o resto do país. Por isso trataram logo de tentar cortar suas asas.

A munição de João Cleofas era a organização denominada IBAD, “estruturada” para arrecadar fundos suficientes, interferindo nas eleições locais. Não era segredo para ninguém que as empresas americanas com plantas em Pernambuco repassavam recursos a rodo para o IBAD, onde os cunhados do então governador, Cid Sampaio, faziam o meio de campo entre a campanha de Cleofas e o Instituto. Na verdade, Sampaio era o coordenador. Arraes tratava de alardear isso em seus comícios.

Tal como aconteceu com o candidato petista, Fernando Haddad, na eleição contra Jair Bolsonaro, em 2018, a principal estratégia do IBAD era tentar desconstruir Miguel Arraes, taxando-o de “comunista-ateu”, disseminando o medo entre as famílias católicas, carentes, da periferia. No caso de Bolsonaro, a massa de manobra foi o enorme contingente das igrejas pentecostais, manipulado pelos pastores evangélicos. No Recife eram usadas as famílias humildes e extremamente católicas.

Os jornais do Movimento de Ação Católica para Adultos publicavam diariamente artigos sobre a “ameaça vermelha”. Arraes era chamado de “anticristo” e foram produzidos panfletos em que aparecia a figura de Arraes ajoelhado, com um rosário na mão, e no lugar da cruz pendiam a foice e o martelo. Em um outro, a efigie de Cristo crucificado era reproduzida tendo no lugar da coroa de espinhos, uma coroa de foices e martelos, identificando a ilustração como de autoria da campanha de Arraes.



Figura 1 - O cartaz em crayon sem identificação nem referência de autoria é guardado como material iconográfico no APEJE, acervo DOPS. (Mapoteca 1 gav. 1 doc. 15). Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE), sob a custódia do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

Em seu depoimento à CPI, Arraes detalha a confecção de tal panfleto e demonstra sua indignação pela violência da ação:

O SR. DEPOENTE – Sr. Presidente, tenho mais três pastas de documentos, aliás, cinco pastas. Vou me dispensar de ler demoradamente estes documentos. São correspondências e nelas há a comprovação, por exemplo, daquilo que eu há pouco afirmava, cartas dirigidas ao Sr. Beltrão, que prestou o depoimento; cópias de papéis obtidos no IBAD; um bilhete em que se encomenda um Cristo com uma coroa com a foice e o martelo, distribuído fartamente em Pernambuco, como se tivesse sido este que fala a V. Ex. e seus amigos que o tivessem lançado, derramado a blasfêmia cometida pelos homens do IBAD. Vs. Exs. podem ver: é a imagem de Cristo, com a foice e o martelo, como parte da chamada guerra santa, que contra mim se lançou no Estado de Pernambuco. Está aqui o bilhete onde se encomenda uma coroa de um Cristo com a Coroa de foice e do martelo. Está aí o material que foi distribuído e atribuído a mim, para minha campanha eleitoral em Pernambuco. (COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 320 p. ARRAES, Miguel. Transcrição do depoimento – CPI – Ipês/IBAD. 1963. TRANSCRIÇÃO..., 1963, p. 21)

Nesse caso, é forçoso voltar a Bourdieu, quando nos fala dos “sistemas simbólicos” e do seu uso como instrumento de dominação de uma classe sobre outra. Nitidamente, ao manipular o “sagrado” junto a populações carentes e católicas, o IBAD estava exercendo o seu papel do uso da “violência simbólica”.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”.

Ao mesmo tempo, não há como não referenciar Domenach que trata como um dos pontos de sucesso da propaganda nazista, o “predomínio da imagem sobre a explicação” e o “condicionamento em larga escala”. Nesse caso, foram usadas escala e imagem, de modo a despertar o medo e a aversão a Miguel Arraes, o “vermelho”. “O hitlerismo corrompeu a concepção leninista – de propaganda. Transformou-a em uma arma em si, utilizada indiferentemente para todos os fins” (p.14), nos ensinou ele. Sem dúvida que a imagem do Cristo numa alusão à ideologia comunista de Miguel Arraes foi uma arma de grosso calibre usada pelo IBAD, na reta final da campanha.

De acordo com os relatos do jornalista americano, Joseph Page, uma providencial transferência do arcebispo do Recife, que havia apoiado Cid Sampaio em sua campanha, enfraqueceu a carga sobre a religiosidade de Arraes. Os liberais da esquerda católica se uniram em torno dele, demonstrando publicamente repúdio à sordidez da disputa. O que

também ajudou foi o fato de sua irmã, Violeta, ser muito ativa junto à ala progressista da Igreja Católica. Ela conseguiu que em todas as suas viagens ao interior – onde as difamações e histórias mirabolantes quanto ao seu ateísmo começavam a fazer estrago – ele fosse acompanhado de três padres que subiam no palanque em seus comícios, fazendo, por vezes, uso da palavra. Page reproduz em seu livro o comentário de um dos observadores americanos, em Recife: “O povo recebeu a mensagem de que o comunismo é o mal, mas não ficou convencido de que Arraes era comunista” (1972, p.143).

Durante os trabalhos da CPI Ipês/IBAD, os deputados de oposição tentaram exaustivamente encurralar o já governador e esvaziar as suas denúncias. Porém, seu arsenal de mais de 500 documentos – incluindo cópias de cheques, correspondências, bilhetes e recortes de jornais locais, além de sua verve para discursar – fizeram dos seus depoimentos um sucesso. O gaúcho Alcides Flores Soares, eleito para 40 legislaturas para deputado estadual, em 1963, foi para federal, pelo Rio Grande do Sul, pela UDN. Era de se supor que, como membro da CPI, quisesse massacrar de Miguel Arraes em seus interrogatórios que por vezes demonstrou para com ele, impaciência. Importava para Miguel Arraes seguir com as denúncias, mesmo que as tivesse que repisar. No trecho abaixo ele discorre sobre a propaganda subliminar.

O SR. GOVERNADOR MIGUEL ARRAES – V. Exa. não entendeu bem. É pena que não tenha ouvido o meu depoimento, porque estou repetindo tudo o que já disse nesta Casa. Lamento, mas tenho a satisfação de responder a V. Exa. e estabelecer a diferença exata entre se levar um artista à praça pública e aquilo a que me referi. A campanha do meu opositor em Pernambuco, no comício, tinha a presença de um artista brasileiro do Nordeste, de quem todos nós nordestinos gostamos muito, que é Luiz Gonzaga. Toca, por sinal, música lá do Araripe, da minha terra. Pois bem. Ele ia para a praça pública, com meu opositor, tocar nos comícios. V. Exa. me permita uma observação. Ele ia e o povo comparecia aos comícios do Dr. Cleofas. Quando parava de tocar, o povo ia embora, porque ia ouvir o Luiz Gonzaga. Era a atração da campanha no Recife. Luiz Gonzaga ficava publicamente nos palanques tocando música. Isso não teria nada demais. Qualquer um pode fazer. Ele poderá ir até espontaneamente, a gosto [página 62] do candidato. Aquilo a que me refiro é ao fato da venda de tal propaganda, sub-reptícia, da propaganda subliminar, da propaganda que é feita em programas que não são políticos, da propaganda de artistas que chegam no meio de seu programa que é um show que está sendo exibido tradicionalmente ao povo e declarar: ‘recebi uma carta de uma garota aqui da terra perguntando em quem eu vou votar. Meu voto é secreto, eu não deveria declarar, mas atendendo ao apelo vou dizer que vou votar em Sr. Fulano de Tal’. É muito diferente, deputado. Isso é a venda de uma coisa que não pode ser vendida, porque é procurar ludibriar o ouvinte daquele programa que custou à emissora, que custou anos às vezes para ser formado. É como a opinião de um jornal, que não pode ser vendida, porque ele formou uma opinião, conquistou a confiança de um determinado número de leitores que não querem ser enganados. É muito diferente. (TRANSCRIÇÃO..., 1963, p. 59)

O que nos conta Arraes nesse ponto do seu depoimento, quando aborda a propaganda subliminar usada em programas que nada tinham a ver com o cunho político,

mas, sim, com o entretenimento, pegando as famílias distraídas em seu lazer, foi um fenômeno descrito nas teorias de Bourdieu. Essa cultura dominante é naturalizada pelos dominados quando trata do *habitus*, classifica, ao falar dos sistemas simbólicos de dominação.

O habitus científico é uma regra feita homem, ou melhor, o modus operandi que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter essas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de terminar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada. (p.23)

Outra tática da propaganda política usada pelo IBAD, como ninguém, foi a “Lei da Orquestração”, amplamente testada por Goebbels durante a fase áurea do nazismo, processo minuciosamente estudado por Domenach, que observou:

A primeira condição para uma boa propaganda é a infatigável repetição dos temas principais. “A Igreja Católica mantém-se porque repete a mesma coisa há dois mil anos. O Estado socialista deve agir analogamente” (Goebbels). Os partidos comunistas proporcionam um modelo nessa matéria, pela obstinação com que repetem um mesmo tema, tratando-o sob todos os ângulos. (DOMENACH, 1963, p. 23)

Ao IBAD cabia usar o que já havia sido amplamente testado e consagrado por Goebbels e analisado pelo autor de *A Propaganda Política*. Mensagens sub-reptícias, repetição de temas e a rapidez com que faziam circular boatos e histórias difamantes.

O fator de um primordial de uma campanha de propaganda é, em todo caso, a rapidez. Torna-se preciso fazer revelações continuamente, apresentar argumentos novos a um ritmo tal que, quando o adversário responda, a atenção do público se tenha voltado alhures. Suas respostas sucessivas não conseguirão recobrar o fluxo ascendente das acusações, e o único recurso será recuperar a iniciativa, se puder, e atacar com mais rapidez ainda. Faz parte desta estratégia lançar “balões de ensaio”. (DOMENACH, 1963, p. 24)

Os simpatizantes de Cleofas seguiam essa cartilha. Chegaram a construir a réplica do muro de Berlim no centro da cidade de Recife para difamar o adversário. Page relatou que os ataques atingiram um nível tal, que os correligionários de João Cleofas, o apaniguado pela direita conservadora, pagaram uma página inteira de jornal para reproduzir uma história em quadrinhos onde Arraes construía o seu próprio muro de Berlim.

Fidel Castro segurava a planta baixa; Nikita Kruchev empurrava um carrinho de mão cheio de aviões e armas com o dístico “acordos comerciais”; José Ermírio de Moraes, usando uma gravata borboleta, mexia um tonel onde estava escrito “\$cimento\$”; e Luiz Carlos Prestes empilhava tijolos (1972, p.144)

No capítulo IV do seu livro, Domenach nos aponta:

A enorme contribuição de Hitler e Goebbels à propaganda moderna. Como vimos, não a inventaram, mas a transformaram; pois não ousamos dizer que tenham aperfeiçoado. Hoje, o mundo sabe a que ponto chegaram os resultados dessa mecânica gigantesca. O grande número de técnicas e processos introduzidos pelo nazismo em matéria de propaganda, todavia, subsiste mesmo fora do clima de ódio e delírio em que desabrocharam e nada pode impedir que, doravante, façam parte do arsenal da propaganda política. (DOMENACH, 1963, p.14)

Sem dúvida, os integrantes do IBAD experimentaram a receita de Goebbels, mas por azar tinham apostado em um pangaré. Mesmo com todo o aparato e recursos investidos em João Cleofas, sua performance era de tal modo medíocre, que todos os esforços eram inúteis para levá-lo ao posto de governador, derrotando a astúcia e o carisma de Arraes. Page conta que em plena campanha um dos jornais publicou uma foto dele sentado na varanda do seu engenho, usando botas longas e rodeado por seus humildes empregados, olhando de cima para todos, como um senhor de escravos. Sem discurso, todas as camadas em Recife sabiam e comentavam que seu apoio era bancado pelos Estados Unidos. Enquanto isso, o prefeito de Recife, antevendo a vitória do opositor de Cleofas, tratou de providenciar um folheto intitulado *As Façanhas de Arraes*, onde o descrevia como um herói lendário entre o povo. Sobre os recursos repassados à campanha conservadora, o governador eleito os detalhou na Câmara, em seu depoimento:

Eu desejaria que esta Comissão pudesse, ao fim de tudo, saber de onde vem esses recursos. – Como vinha dizendo, Sr. Presidente, eu desejaria, para que houvesse ordem no meu depoimento, que ele pudesse ter um certo seguimento, que fosse dividido em duas partes. Uma delas vou procurar expor neste momento – é a do planejamento feito pelo [Página 7] IBAD, como ele se armou para operar em Pernambuco, que pessoas atuaram, para depois, numa documentação já diferente, mostrar a atuação efetiva do IBAD em Pernambuco.

– Quero, entretanto, ressaltar mais uma vez que as agências estrangeiras sediadas na nossa Pátria, que exercem pressão sobre as eleições nacionais, devem ter o destino que a lei brasileira determina, porque, Sr. Presidente, eu não quero a mais do que a lei. Como Governador defendo o exato cumprimento da lei no meu Estado, seja para quem for porque o império, o domínio da lei precisa ser estabelecido neste País para que o povo acredite no regime democrático para que os favores, as discriminações se acabem e os brasileiros confiem neste regime a fim de que possamos todos promover o desenvolvimento da nossa Pátria em benefício de todos.

– Sr. Presidente, há alguns documentos que tenho assinados e outros que fazem parte do conjunto que trago e ofereço à Comissão. Eles nos permitem ver que o IBAD funcionava como Estado, com um planejamento talvez melhor do que muitos Estados que não dispõem de meios de planejar os seus negócios. Lá

tudo era planejado com equipes para cada coisa, equipe de coordenação, de direção, de planificação e controle geral da campanha, prestação de serviços técnicos e outros. No meu estado ele foi legalmente formado através de uma procuração de Ivan Hasslocher, Carlos Lavínio Reis e Barthelemy Beer a Frutuoso Osório Filho, com poderes especiais para representar a outorgante que é a Promotion, junto às repartições federais, estaduais, municipais entidades autárquicas, etc., usá-la se for o caso, assinar contratos de locação, ativo e passivo, enfim, com os poderes em geral contidos nas procurações oficiais do Brasil. Então o Sr. Frutuoso Osório Filho lá representava a Promotion e o IBAD, a que não era estranho um dos signatários da procuração que acabo de ler e que vou fazer entrega a V. Exa. porque os estatutos do IBAD estavam também por ele assinados conforme documento que também possuo e que vou entregar à Comissão. Criou-se lá então toda essa equipe de planejamento da companhia dirigida pelo Sr. Frutuoso Osório e dirigida também por outros inferiores que dirigiam departamentos do IBAD, um deles é este que aqui apresenta uma proposta, e V. Exa., pode ver (mostra): equipe publicitária, execução artística, 1 milhão 550 mil; planejamento publicitário, 1 milhão 870 mil; planejamento itinerante, 175 mil; coordenação, direção, prestação de ser- [Página 8] viços e controle geral, 4 milhões 500 mil, totalizando 7 milhões e tantos mil cruzeiros. Sr. Presidente, essa pequena parcela de 7 milhões e tantos foi apenas para que a equipe publicitária começasse a funcionar e a programar os serviços. (TRANSCRIÇÃO..., 1963, p. 9 – depoimento de Miguel Arraes À CPI do IBAD).

Não faltaram nem mesmo planos para dar fim a Arraes, conforme também ele relatou na Câmara, instado que foi pelo deputado pelo PTB, Rubens Paiva, um dos seus interpeladores. (Vale a pena observar a intervenção de Rubens Paiva).

O SR. RUBENS PAIVA – Muito obrigado, Sr. [página 36] Governador. Dou a V. Exa. a tranquilidade de que a maioria desta Casa é composta de homens de espírito público, que saberão levar em conta a inquietação de V. Exa. e de todo o nosso povo. Finalmente, Sr. Governador, desejo trazer a esta Comissão um fato que me parece da mais alta gravidade e que me foi revelado por um Deputado Federal com assento nesta Casa, adversário de V. Exa., de que durante a campanha eleitoral V. Exa. utilizava um pequeno automóvel Volkswagen e que os homens do IBAD, como já haviam feito no Rio de Janeiro, eliminando um determinado cidadão que contrariava suas intenções, as intenções dessa entidade, promoveram em Pernambuco, ao sentirem que seriam batidos nas urnas por V. Exa., uma reunião em que estavam presentes todos os dirigentes do IBAD, da ADEP e dessas entidades em Pernambuco, sendo que nessa reunião ficou acertada, sob protesto de um militar presente, que provavelmente será o Coronel Carlos Astrogildo Correia, ficou acertada, repito, a eliminação física de V. Exa., através de um possível acidente de trânsito, no qual um grande caminhão abalroaria o Volkswagen que V. Exa. utilizaria. Tem V. Exa. conhecimento disso e poderá trazer algum esclarecimento sobre este fato estarrecedor?

O SR. GOVERNADOR MIGUEL ARRAES – Sr. Deputado, tenho conhecimento dessa reunião, através de pessoa que diz ter tido acesso a ela, mas V. Exa. há de convir que não tomo conhecimento de ameaças, que venho recebendo, também agora, no Governo de Pernambuco – várias e repetidas ameaças anônimas, através de pessoas que me vêm dizer que tais e tais elementos desejam a minha eliminação. Não tomo conhecimento, Sr. Deputado, desse tipo de ameaças. Essas ameaças visam, certamente, tirar-me do caminho que tracei na minha vida pública e dele não terei de sair. Não serão ameaças que me impedirão de fazer o que fiz nesta Comissão: vir depor, trazer documentos, denunciar e dizer a verdade. Mas sei, Sr. Deputado, que sou um homem marcado por aqueles que combatem os interesses do Brasil. Sou um homem marcado por esses que promoveram a corrupção. Sou um

homem marcado, mas Sr. Deputado, essa marca temerária, sob as cinzas das estrelas há de um dia se apagar, com dizia Joaquim Cardoso, o grande poeta de meu Estado. Tenho esperança de que essa marca se apagará através da luta de V. Exa., de todos os democratas e nacionalistas desta Casa. Vamos apagar essa marca, com a nossa luta e a nossa confiança no povo brasileiro. (TRANSCRIÇÃO..., 1963, p. 37)

Contra todas as evidências, na reta final da campanha, ou por erro de avaliação ou por terem sido pagos para isso, os jornais conservadores de Recife ainda apostavam em João Cleofas como vencedor. Nos últimos dias ele espalhava a possibilidade de um plano sangrento, com o sacrifício de muitas vidas, perpetrado pelos correligionários de Arraes, como última tentativa de provocar uma onda de medo. Também esse aspecto, o do agir no grupo, despertando sentimentos difusos, é abordado por Domenach, quando ao explicar a “Lei da Transfusão”, nos diz:

O chefe político apela imediatamente para o sentimento preponderante da multidão (...) os modernos especialistas da propaganda nada mais fizeram que aplicá-lo sistematicamente a grandes massas, uso, aliás, aperfeiçoado pela publicidade. A maior preocupação das técnicas publicitárias reside na identificação e na exploração do gosto popular, mesmo naquilo que tem de mais perturbador e absurdo, a fim de adaptar-lhe a publicidade e a apresentação de um produto. (DOMENACH, 1963, p. 26)

E o que é um candidato, além de um produto que se tenta vender, embalado em suas ideias e sua imagem? Por isso, era tão fundamental para o IBAD desconstruir Miguel Arraes em seu reduto, colando nele a imagem de comunista, ateu, desalmado, capaz de mandar eliminar inimigos, um incendiário, disposto a tocar fogo no país. Nada disso, no entanto, foi capaz de dissuadir os pernambucanos.

A esta altura é fundamental voltar a Bourdieu, quando o autor aponta que nem sempre é possível dissolver o *habitus*. O *habitus* para Bourdieu seria a incorporação das estruturas sociais em um indivíduo ou em um determinado grupo. Esse *habitus* é adquirido de acordo com a posição social do indivíduo e com o campo em que está inserido, o que permite a ele formar posições sobre os diferentes aspectos da sociedade. É o que determina o “gosto” do indivíduo.

Esse “gosto” é tido pelo indivíduo como totalmente pessoal e subjetivo. Como diz o dito popular: “gosto não se discute”. Porém, esse “gosto” é na verdade moldado pelo *habitus*, e foi adquirido por aquele que pertence a um determinado campo, sem que ele mesmo se dê conta disso.

Foi assim que, quando foram contar os votos da eleição para governador de Recife, Miguel Arraes foi anunciado o vencedor. A margem de 40.000 votos obtidas em Recife foi mais do que suficiente para fazer frente à força de João Cleofas no interior. A

diferença entre ambos foi de apenas 13 mil votos. De quebra, José Ermírio de Moraes foi eleito senador e Francisco Julião, para deputado federal. No todo, foi uma grande vitória da esquerda.

Conforme o relato de Page, irado, Cleofas rumou para o Rio de Janeiro, onde comunicou à imprensa que “o comunismo tomara o poder em Pernambuco”. A direita, aborrecida com a derrota, pedia satisfações. “Queria saber em particular por que os chefões da UDN e do PSD no interior ‘não tinham arranjado as coisas’ para que Cleofas obtivesse ali a maioria suficiente para contrabalançar os votos do Recife” (1972, p.145). O IBAD fechou o escritório na cidade, embora o cunhado de Cid Sampaio tenha mantido intacta a organização das forças ante Arraes.

No dia 31 de janeiro, data da posse, Miguel Arraes fez o que é considerado o melhor discurso de sua carreira política, dizem, escrito por um primo, professor de literatura.

Tentaram me apresentar como agitador e incendiário, o homem que iria perturbar a tranquilidade e a paz da família pernambucana, e convulsionar o país, se eleito governador do estado – declarou ele para um plenário abarrotado de gente na Assembleia Legislativa.

Depois passaram a dizer que eu era um bom moço, que iria modificar a minha posição política, abandonar aqueles princípios que, por serem os princípios do povo brasileiro, sempre nortearam a minha vida pública. Pois que ninguém se iluda: assim como não conseguiram me transformar em agitador e incendiário, também não conseguiram e jamais conseguirão me transformar num bom moço, acomodaticio aos privilégios que sempre combati e posso agora mais e melhor combater no governo do estado. (...)

Aqui mesmo nesta casa e fora dela, neste e em outros estados – continuava Arraes – há milhões de brasileiros que pensam como eu, que têm a mesma atuação que eu tenho, que são capazes de administrar e governar, de governar e administrar com honestidade e sofrimento, homens que são da Revolução Brasileira. Esses brasileiros constituem uma espécie de fraternidade dos inconformados: inconformados com a miséria, com a fome, com o atraso, com o analfabetismo. Inconformados porque sabem que o Brasil, o Nordeste inclusive, por força das mudanças sociais e econômicas que aqui estão ocorrendo, está condenado ao progresso, e esse progresso deve vir em benefício de todo o povo e não apenas de alguns grupos. Fraternidade dos que detestam o culto da miséria e por isto lutam contra o falso culto do passado e da tradição, em que ainda se comprazem intelectuais saudosistas, muito mais interessados na manutenção do *status quo* que em qualquer outra coisa. Para esses, a tradição significa o povo na senzala e eles na casa grande [era um tapa sutil em Gilberto Freire – *nota do autor*].

Ninguém é mais herdeiro das tradições do nosso passado do que o próprio povo: mais herdeiro daquela autêntica e legítima tradição pernambucana e nordestina; tradição de trabalho, de resistência ao invasor, de luta pela independência; tradição de bravura, de coragem e do heroísmo de que deram prova brancos, negros e índios, senhores e escravos, militares, comerciantes e sacerdotes, de que deu prova o povo do Nordeste, o povo de Pernambuco... Acredito ter de tudo o que um homem precisa ter para o trabalho, e que outra coisa não é senão o que foi dito pelo poeta: Tenho apenas duas mãos/ e o sentimento do mundo! (PAGE, 1972, p. 147)

O fundo documental intitulado “CPI do IPES e do IBAD” (1963), é composto por dezesseis volumes, oito anexos e um adendo que resultam em 4.697 páginas. O acervo apresentou recortes de jornais, depoimento e atas de reuniões. Consta na publicação do Diário do Congresso Nacional de 15 de setembro de 1962, que o Senhor Deputado Eloy Dutra tomou a iniciativa de promover a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática baseado nas seguintes acusações: o IBAD está financiando candidatos ao Legislativo da Guanabara e demais Estados de forma tão faustosa, que gera dúvidas quanto a origem dos respectivos recursos; o IBAD, através de sua revista, prega abertamente a destruição da Petrobras; o IBAD quer fazer crer que os seus recursos são provenientes de sua revista, que não tem anúncio e nem é vendida nas bancas.

Por motivos vários, especialmente o de estar por encerrar-se a sessão da legislatura que findava em 31 de janeiro de 1963, a Comissão criada com esse fim específico não chegou a funcionar.

A conclusão a que chegou o relator Pedro Aleixo foi a de que a CPI enfrentou muitas dificuldades para conseguir comprovar a origem dos recursos injetados nas campanhas para deputado e para o governo de Recife. Um dos argumentos usados para amenizar as sanções quanto ao IBAD e à Adep³, foi o de que muitos dos candidatos financiados acabaram não se elegendo. Uma das recomendações do seu parecer foi o de que as agências do IBAD fossem fechadas, deixando em atividade apenas as do Ipês, em sua visão, um instituto de estudos, de caráter mais inocente do que as duas instituições apontadas para encerrar as atividades. Manter o Ipês funcionando foi um erro que custaria muito caro ao país. Do seu seio, um verdadeiro ninho de conspiração, partiram as principais estratégias para a derrubada do regime, no ano seguinte, 1964.

Anos mais tarde, em 1969, já com a ditadura a plenos pulmões, Pedro Aleixo, então vice-presidente do general Artur da Costa e Silva, foi impedido de assumir o poder, quando este, acometido por um AVC, teve que deixar a presidência.

Os ministros da Marinha, Augusto Rademaker; do Exército, Aurélio Tavares, e Márcio de Sousa Melo, da Aeronáutica, assumiram o lugar deixado vago. Costa e Silva morreu poucos meses depois. A “junta governativa provisória”, como foi intitulado o

³ Adep - Organização criada em março ou abril de 1962, com o objetivo de canalizar recursos para os candidatos contrários ao presidente João Goulart que concorrerem às eleições legislativas e para o governo de 11 estados, marcadas para outubro daquele ano. (CPDOC – FGV portal da FGV: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-popular-adep>)

trunvirato que assumiu o poder, editou a Emenda Constitucional nº 1, ou “Constituição de 1969”, como foi apelidada por juristas, destituindo Pedro Aleixo e dando posse ao general Emílio Garrastazu Médici.

4 - Contextualização do golpe de 2016

"Não ficará pedra sobre pedra"

(Dilma Rousseff)

Em 10 de março de 2010, sob o título *Caso Bancoop: triplex do casal Lula está atrasado* (FARAH, 2010), o jornal O Globo publicou matéria “despretensiosa”, do dia a dia, assinada pela jornalista Tatiana Farah. A reportagem falava de um provável endereço da família Silva pós-poder e foi classificada pelo ex-juiz de primeira instância de Curitiba - (PR), Sergio Moro, no processo movido contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como prova cabal de tráfico de influência.

Àquela altura (2014, ano do início dos trabalhos da Lava-Jato), a verdadeira batalha estabelecida por Moro era provar que, não só Lula era o proprietário do triplex na praia do Guarujá, como foi receptor de benfeitorias executadas pela construtora OAS⁴, com quem – segundo o ex-juiz – o ex-presidente mantinha relações pouco republicanas.

Para isso, Sergio Moro estabeleceu uma parceria com os diversos veículos de mídia nas investigações da Operação Lava-Jato como ponto de partida de uma perseguição desenfreada ao ex-presidente, orquestrando um processo de partidarização dessa mídia, objeto de nossa investigação. Graças a esse comportamento, em 23 de março de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) o condenou e o considerou um juiz parcial (por 3 votos a 2). A decisão teve como destaque a troca do voto da ministra Carmen Lúcia, integrante da Segunda Turma do STF. Ao se pronunciar, ela detalhou os motivos que a levaram a mudar de posição.

(...) a ministra destacou que, desde então, ficou claro que Lula não havia tido um julgamento justo no caso do triplex do Guarujá (SP). Para Carmen, Moro foi parcial em quatro situações: na “espetacularização” da condução coercitiva do ex-presidente em 4 de março de 2016; ao grampear Lula, seus familiares e advogados antes de promover outras medidas investigativas; ao divulgar, de forma selecionada, tais conversas; e ao levantar o sigilo da delação premiada do ex-ministro Antonio Palocci na semana antes do primeiro turno das eleições de 2018. (RODAS e CALLEGARI, 2021).

Àquela altura, Moro já havia se transformado na principal peça da “espetacularização”, como bem definiu a ministra Carmen Lúcia. Havia conseguido

⁴ Uma das empresas construtoras arrolada no processo da Lava-Jato

estabelecer com o seu público a “relação mágica de identificação” de que nos fala Bourdieu (1989, p.188) e se apresentava como “um homem ungido, portador da fé, detentor de alguma verdade e habilitado a exercitar o poder da representação”. (WEBER, 2000, p.13).

Ao tomar por base a espetacularização da Lava-Jato para respaldar o seu voto, a ministra Carmen Lúcia estava se referindo aos vazamentos trazidos a público pelo *hacker* Walter Delgatti Neto, preso em 19/09/2019 na Operação Spoofing da Polícia Federal, que revelou à sociedade em geral a origem e o teor das conversas travadas entre o então juiz Sergio Moro e o grupo de procuradores incumbidos das apurações da Operação, pelo celular, via o aplicativo de troca de mensagens *Telegram* (CAMPOS, 2019)

Interessante observar nos diálogos vazados entre o juiz Sergio Moro e o grupo de procuradores é que há na Operação Lava-Jato o conceito de sociedade do espetáculo, descrito em Debord. “A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente”. (DEBORD, 1967, p.15).

No dia em que depôs na PF, Delgatti confessou ser o autor das invasões aos aparelhos de autoridades públicas, como por exemplo, ao do (àquela altura) ministro da Justiça, Sergio Moro e o do coordenador da Lava-Jato, Deltan Dallagnol. O processo de vazamentos e a orquestração mídia/Operação-Lava-Jato teve início em março de 2014 quando a Operação começou. As atividades do grupo foram até fevereiro de 2021.

O portal do Ministério Público Federal, onde os trabalhos da Operação estavam inseridos, a definiu assim:

A Operação Lava Jato, uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil, teve início em março de 2014. Na época, quatro organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal em Curitiba. (ENTENDA..., [201-]).

A existência da Operação Lava-Jato foi fundamental no processo que interrompeu a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder, onde se encontrava há 13 anos, mas a trama para desalojar o PT da condução do país já vinha sendo urdida muito antes e tinha mais de uma razão. Uma delas, muito forte e experimentada principalmente por países que viveram grande parte de sua existência como Estado, tolerando e exercendo a escravidão.

As normas democráticas dos Estados Unidos, portanto, nasceram num contexto de exclusão. Enquanto a comunidade política estava amplamente restrita a brancos, democratas e republicanos tinham muito em comum. Nenhum partido se mostrava inclinado a ver o outro como uma ameaça à sua existência. O processo de inclusão racial que se iniciou após a Segunda Guerra

Mundial e culminou com a Lei dos Direitos Civis de 1964 e a Lei do Direito do Voto de 1965 iria, enfim, democratizar plenamente a nação. Mas também iria polarizá-la, propondo o maior desafio às normas estabelecidas de tolerância e reserva mútuas desde a Reconstrução. (BINDER e SMITH, p.88, Apud LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 140).

Enquanto lá nos EUA o confronto surdo – entre brancos e pretos – foi realçado pós Segunda Guerra Mundial, no Brasil os negros foram libertos em 1888, mas não se livraram da condição de subalternos, em uma sociedade branca que os queria em “seu devido lugar”.

Com a redemocratização e a chegada do PT à presidência, a consciência dos negros de que poderiam ocupar todos os espaços na sociedade, inclusive nas universidades, provocou desconforto. O nivelamento cultural e a ascensão social que essa ocupação possibilitou erizou os pelos da classe média – sempre ela –, que não os queria próximos aos seus filhos nos bancos escolares, nos aeroportos, nos espaços “brancos”. Não se pode falar de 2016 sem passar, mesmo que rapidamente, por esta questão.

O sociólogo Jessé Souza foi um dos que se deteve nessa condição, chegando a escrever: “herdamos da escravidão também o cinismo e a indiferença” (SOUZA, 2016, p. 80). Ao tratar da estratificação social no Brasil e se contrapor a alguns conceitos emitidos sobre o assunto, ele coloca os endinheirados, fora da luta social, pois em sua opinião, estão acima dela. “A postura de nossa classe do dinheiro é extremamente míope, com lógica de curto prazo e extrativa, como a da antiga classe escravocrata.” (p. 80).

As políticas dos governos petistas de assistência social, transferência de renda, de cotas sociais e raciais e de estímulo ao estudo universitário significaram talvez o maior esforço de inclusão social da classe marginalizada do nosso país. Não foi criada nem de longe uma “nova classe média” como divulgado na propaganda do governo. Mas ajudou-se a mostrar que nenhuma classe, nem mesmo a dos “indignos”, está condenada para todo o sempre. (SOUZA, 2016, pp. 81-82).

Ao expor esses avanços, contrários à expectativa das classes mais abastadas, Souza conclui: “é o que acho que aconteceu entre nós na configuração social que possibilitou o golpe” (p.79)

Após falarmos desses dois aspectos, o da Lava-Jato e o da luta social, outro ponto que salta aos olhos no contexto de 2016 é a nova feição do que se convencionou chamar de golpe.

Nos últimos anos o mundo remodelou o que até então era conhecido como “golpe de Estado”. Aposentaram-se os tanques e os fuzis, trocados que foram pelo manual da “guerra híbrida”, uma nova forma de botar abaixo governos democraticamente

constituídos. A novidade dessa abordagem, como consta das teorias tecidas sobre os seus princípios, é a de que “basta semear o caos e criar forças centrípetas que por si só ameacem dilacerar uma sociedade alvo. Ela não precisa derrubar um governo em si para dar certo –, precisa tão somente fazer com que a sociedade se divida, e a incerteza em larga escala, arauto do caos social, faz o resto” (KORYBKO, 2018, p. 25).

Há etapas a vencer nessa guerra ideológica travada geralmente no campo econômico – com ajuda financeira externa e sanções que sufocam a economia do país/alvo – e no campo jurídico, fator que agora conhecemos como *lawfare*. É importante que não se confunda os dois conceitos: guerra híbrida e *lawfare*. Eles são distintos. Acima vimos a estrutura da guerra. Passemos agora ao termo *lawfare*.

A expressão provém da junção de duas palavras da língua inglesa com elevada força retórica: *law* (direito) e *warfare* (guerra). Foi usado a primeira vez em 2001, pelo major-general Charles J. Dunlap Jr., em texto escrito para a Kennedy School de Harvard, no qual fez uma reflexão sobre formas de “conflitos modernos”. No texto referido, ele esclarece que esses conflitos se utilizam da aplicação ou má aplicação das leis em substituição ao campo físico de batalhas.

Para fazer tudo isso funcionar é preciso lançar mão de um conjunto de ações. No campo social, necessita-se buscar adeptos nos vários setores, onde são cooptadas lideranças para puxar o movimento contra o governo. (No caso brasileiro, quem tomou a frente dessa tarefa foi o Movimento Brasil Livre – MBL, do qual trataremos adiante).

No campo do treinamento, este mais específico – visando instruir as lideranças para a ação –, há financiamento de forças externas. E, por fim, o setor da informação conta com o apoio da mídia tradicional, que garante a adesão da opinião pública contra o governo a ser destituído. Essa é a receita para o desmonte dos governos inconvenientes no mundo atual, segundo os conceitos expostos por Korybko (2018). E por inconvenientes pode-se entender países que de algum modo contrariam o poder dos Estados Unidos, ainda a potência econômica mundial.

O primeiro golpe dessa natureza a ser testado na América Latina foi o de Honduras, que aconteceu em 28 de junho de 2009 e depôs o presidente Manuel Zelaya, enviando-o ao exílio. O segundo se deu no Paraguai, quando em questão de horas, em 22 de junho de 2012, um veloz processo de impeachment derrubou o presidente Fernando Lugo. Coincidentemente, a embaixadora americana que servia nesses países era Liliana Ayalde, a mesma que estava no Brasil durante os preparativos do golpe de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff.

Liliana Ayalde assumiu seu posto no Brasil cinco meses antes da Operação Lava-Jato entrar em sua fase mais decisiva. Ao contrário dos antecessores, que costumam chegar ao país sob holofotes e entrevistas, Liliana foi discreta, não participou de coletiva de apresentação, talvez para se precaver da crise provocada pela denúncia do *Wikileaks* de que os estadunidenses espionavam a presidenta Dilma, o governo brasileiro e a Petrobras.

Edward Snowden, ex-funcionário da CIA e ex-contratista (terceirizado) da NSA, responsável pela obtenção dos telegramas que foram parar na imprensa mundial, chegou a fazer uma declaração reproduzida pelo portal Pátria Latina, na ocasião: “a comunidade de espionagem dos USA e a embaixada norte-americana têm espionado o Brasil nos últimos anos como a nenhum outro país na América Latina. Em 2013 o Brasil foi o país mais espionado do mundo”, afirmou. (SCHIMIDT, 2016).

Curiosamente a fala de Snowden não ganhou destaque na mídia tradicional. Mesmo ele tendo detalhado como foi montada a estrutura para a coleta ilegal de dados do governo brasileiro. Segundo Snowden, “NSA e CIA mantiveram em Brasília uma equipe para coleta de dados filtrados de satélite. Brasília fez parte da rede de 16 bases dedicadas a um programa de coleta de informações desde a presidente Dilma, seus funcionários, a Petrobras até os mais comuns cidadãos. Todos foram controlados de perto pelos Estados Unidos”. (SCHIMIDT, 2016).

No caso do Brasil em particular, além da motivação já mencionada, a pauta principal, segundo especula-se, foi a descoberta das jazidas de petróleo na camada do pré-sal, em 2007. A própria presidente Dilma já disse e repete isso em suas entrevistas. Os campos do pré-sal alcançaram num curto período, desde a sua descoberta, o nível de produção acima de 800 mil barris/dia em 2015, representando cerca de um terço do total produzido no país, constituindo-se num marco, tanto para a indústria brasileira, quanto para a indústria mundial de petróleo e gás natural.

Tal província possui cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura, e se distribui pelas bacias do Sul e Sudeste do Brasil, incluindo as bacias de Campos, Santos, Espírito Santo e compreende desde o litoral do Espírito Santo até o norte de Santa Catarina. (PINTO, 2016)

Com esse salto, o Brasil atingiu a condição de autossuficiência na produção de petróleo e os olhos do mundo se voltaram para o país, nos colocando como alvo de monitoramentos. (A presidente Dilma Rousseff passou a ser espionada pelo serviço de

inteligência do então presidente, Barack Obama, conforme documentado nos telegramas descobertos pela operação *Wikileaks*, em setembro de 2013, como já mencionado acima).

Não é de hoje que se sabe da cobiça dos EUA sobre o petróleo no mundo, produto estratégico para o desenvolvimento da indústria química, das empresas de modo geral e das atividades militares. Em seu livro *As Veias Abertas da América Latina*, Eduardo Galeano já nos falava da criação de um cartel, em 1928, em um castelo no norte da Escócia, “quando a Standart Oil de Nova Jersey, a Shell e a Anglo-Iranianas, hoje chamada *Bristish Petroleum*, celebraram um acordo para dividir o planeta. A Standart de Nova York e a da Califórnia se integraram posteriormente ao núcleo dirigente do cartel” (p.224)

Galeano descreve no capítulo intitulado: *O petróleo, as maldições e as façanhas*, a maneira como a situação brasileira foi tratada na época – há 40 anos –, destacando que embora a Petrobras fosse a maior empresa do Brasil, também sofreu mutilações feitas pelo cartel. Ou seja, há muito que vamos a reboque de uma política injusta dos EUA para com a América Latina, no que diz respeito ao petróleo:

O cartel lhe arrebatou duas grandes fontes de lucros: em primeiro lugar, a distribuição da gasolina, dos óleos, do querosene e de diversos fluidos, um estupendo negócio que a Esso, a Shell e a Atlantic manejam por telefone sem maiores dificuldades e com tão bom resultado que, depois da indústria automobilística, é a mais forte operação dos investimentos norte-americanos no Brasil; em segundo lugar, a indústria petroquímica, generoso manancial de proveitos, que há pouco tempo foi desnacionalizada pelo governo do marechal Castelo Branco. Recentemente, o cartel desencadeou uma ruidosa campanha destinada a despojar a Petrobras do monopólio do refino. (GALEANO, 1978, p.229)

Ainda que ao tomar posse em janeiro deste ano (2021) como presidente dos Estados Unidos, Joe Biden tenha anunciado a ideia de transformar, até 2050, a energia do seu país em energia limpa, eliminando o uso dos combustíveis fósseis – apesar da reação das empresas petrolíferas –, o produto continua sendo um importante pilar para a economia estadunidense e alvo de discórdia no mundo. Desse modo, precisamos incluir, sim, a descoberta do pré-sal como uma das hipóteses – talvez a principal –, para o golpe que tirou Dilma Rousseff do poder, sem descartar os demais ingredientes já citados como parte da estrutura da “guerra híbrida”. Entre eles, e um dos fatores centrais, a ação da mídia tradicional.

Em *Guerras Híbridas*, Andrew Korybko reúne as várias teorias dos estudiosos que fundamentam as ações perpetradas por figuras como Steve Bannon. Os conceitos de Bannon – um dos coordenadores da campanha de Trump à presidência –, são didaticamente explanados em Korybko (p. 95). Um deles, é o da “criação do caos”, usado

para derrubar os governos “incômodos”. Por aqui esse caos foi produzido e traduzido em *tuites*⁵ e episódios bombásticos. Um exemplo, embora posterior ao golpe, mas continuidade dele, aconteceu em 2018. A prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi consequência direta da ação do gabinete do Comando Militar do Exército, para impedir o ex-presidente Lula de concorrer à presidência, mesmo tendo larga vantagem sobre Jair Bolsonaro, eleito naquele ano.

A princípio pensou-se que o tuíte ameaçador, publicado em dia de votação do habeas corpus de Lula no STF, com o fito de intimidar a alta corte, tinha sido iniciativa apenas do Comandante do Exército, o general Eduardo Villas Bôas (que esteve à frente do Exército de 2014 a 2019). Ao lançar seu livro de memórias, *General Villas Bôas: conversa com o comandante* (CASTRO, 2021), no entanto, ficou-se sabendo que o tuíte era de iniciativa de todo o Alto Comando⁶. A Villas Bôas coube a redação final, como revela no livro. O comandante já vinha tramando o golpe com Temer e o general Sérgio Etchegoyen, segundo contou a Celso Castro, historiador responsável por colher as suas revelações. Como prêmio por sua participação na conspiração contra Dilma, Etchegoyen veio a ser indicado pelo comandante como ministro Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo Temer.

CC - Seu pronunciamento de maior repercussão acabou sendo um tuíte na véspera do julgamento do habeas corpus do Lula. A respeito desse tuíte, o senhor foi criticado como tendo sido uma ameaça de intervenção militar. Interpretou-se que tinha sido direcionado aos ministros do STF que iriam julgar o habeas corpus. Outros acham que foi direcionado ao público interno do Exército ou às Forças Armadas em geral. Para quem era aquele tuíte?

GVB - A mensagem contida naquele tuíte só pode ser interpretada com propriedade dentro das condicionantes em que ocorreu. No texto, a palavra-chave é “impunidade”. Relembrando aquele episódio, continuo avaliando-o como oportuno. Desencadeou uma enxurrada de demonstrações de apoio que me surpreenderam. (CASTRO, 2021, p. 185)

⁵ “Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?”, dizia a primeira postagem, feita no dia 3 de abril. “Asseguro à nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”, completava. (GIELOW, 2021)

⁶ Segundo o relato feito em um depoimento publicado pela Fundação Getúlio Vargas na semana passada pelo general da reserva Eduardo Villas Bôas, que comandou o Exército de 2014 a 2019, ao menos três ministros do governo Bolsonaro e o atual chefe da Força souberam da nota. Ela foi atenuada por ação do então ministro da Defesa, general da reserva Joaquim Silva e Luna, hoje diretor-geral de Itaipu, um episódio até aqui inédito que foi relatado à *Folha de S. Paulo* por integrantes do governo Michel Temer (MDB). No dia 2 de abril de 2018, uma segunda-feira, o comandante Eduardo Villas Bôas discutiu a ideia de admoestar o Supremo Tribunal Federal, que em dois dias iria julgar um pedido para evitar a prisão de Lula, condenado em segunda instância no caso do triplex do Guarujá. Silva e Luna foi alertado acerca do tuíte e ficou assustado. Acionou o general da reserva Alberto Mendes Cardoso, conhecida voz moderada que foi chefe da Casa Militar/Gabinete de Segurança Institucional do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ambos trabalharam para retirar menções que sugerissem intenções de interferência institucional aberta contra o Supremo. (GIELOW, 2021).

Nas teorias descritas no livro *Guerras Híbridas*, uma fonte financeira poderosa entra no país/alvo e banca um grupo de “lideranças espontâneas”, desconhecidas, emergentes. Essa liderança começa a “formar” os “tenentes” influenciadores e, daí por diante, esses “tenentes” saem a campo em busca de multiplicadores movidos pelas ideias advindas desse núcleo. Basta lembrar o poderio do Movimento Brasil Livre – (MBL), coordenado por Kim Kataguirí, tratado na mídia como financiado pelo milionário americano Gorge Soros e diretor da *Open Society Foundation*. Em seu portal oficial a fundação de Soros define as suas atividades da seguinte forma:

A Open Society Foundations, fundada por George Soros, é o maior financiador privado do mundo de grupos independentes que trabalham pela justiça, governança democrática e direitos humanos. Fornecemos milhares de doações todos os anos por meio de uma rede de fundações e escritórios nacionais e regionais, financiando uma vasta gama de projetos (...) (WHO...c2022)⁷

Oficialmente o grupo diz que se mantinha através de doações, sem ter atrás de si grandes financiadores, embora existam muitos e fortes indícios sobre repasses de dólares de Soros para o movimento. Kataguirí já veio a público desmenti-los, mas não tornou transparente os meios que sustentam a atuação do MBL.

4.1 - O MBL e as Redes Sociais

O período focado neste estudo vai de janeiro de 2016 a agosto do mesmo ano, quando da massificação das mensagens insistentemente dirigidas ao público mencionava, dentre outras coisas, o “perigo comunista” e a necessidade de afastar Dilma Rousseff da presidência.

Embora com alto poder de fogo e largamente utilizadas, as redes sociais não foram consideradas neste estudo, conforme já foi dito e justificado. Porém, não é possível deixar de abordar a atuação do MBL, ainda que sem aprofundamento. Afinal, foi com essas ferramentas que eles desaguaram as mensagens de cunho ideológico contra o governo estabelecido.

Enquanto o movimento da mídia atuou como um dos braços para a deposição de João Goulart, em 1964, estampando diariamente denúncias sobre o “avanço vermelho” e

⁷ <https://www.opensocietyfoundations.org/what-we-do/themes/higher-education>

a “ameaça comunista”, o que derrubou Dilma Rousseff, em 2016, tinha como tônica as mensagens contra a corrupção. Os ataques de cunho ideológico (anticomunistas) migraram para as redes sociais – paraíso da agressividade da sociedade atual –, e Dilma e o PT provaram de uma verdadeira avalanche deles, nas redes sociais, que os apontavam como os “comunistas”, os “subversivos” e os “petralhas” (termo cunhado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, quando atuava na Revista *Veja*).

Quem pode monitorar um espetáculo ilimitado? Onde estão os selos de qualidade, os “cães de guarda”, as forças editoriais suficientes para essa tarefa? Com a migração do consumo de notícias de mídia impressa e da televisão para o éter on-line, essa não é mais uma questão acadêmica” (D’ANCONA, 2018, p. 60).

O questionamento e a tentativa de barrar a avalanche de notícias falsas é feito diariamente pela sociedade de modo geral e por autoridades, que têm se debruçado sobre a questão das *fake news*. Um trabalho insano, pois a cada limite encontrado, os internautas pegam novos atalhos para a prática.

Os adjetivos “comunistas” e “vermelhos” eram dirigidos a quantos defendiam o governo ou o Partido dos Trabalhadores, alvos de *memes* e xingamentos, nas redes. À frente desse verdadeiro exército de ultradireita, estava o MBL, cuja história vamos pincelar aqui.

O Movimento Brasil Livre (MBL) foi fundado, oficialmente, no dia 01 de novembro de 2014, após a reeleição da presidente Dilma, por Kim Kataguiri, então com 18 anos e o empresário Renan Santos, com 30 anos à época (GONZATTO, 2015). O grupo era movido pelo sentimento *antipetista*, buscava o impeachment de Dilma e propagava ideias – como ainda hoje o fazem –, à direita do espectro político nacional.

O MBL articulou e convocou para as manifestações dos anos de 2014, 2015 e 2016. A comunicação do grupo com o público se dava pela internet, sobretudo nas redes sociais, principalmente pelo Facebook. Em um estágio inicial a sede era dividida com a de uma pequena produtora de conteúdo, localizada na cidade de São Paulo. É notória a influência dos princípios da guerra híbrida na atuação do MBL. Com o passar do tempo o Movimento se expandiu pelo Brasil e ganhou certo protagonismo dentro da política nacional.

Para lotar os atos pró-impeachment, em 2016, o Movimento contou com o apoio de empresários do agronegócio e pastores evangélicos que, além de transportar os fiéis e trabalhadores rurais para as manifestações, auxiliavam na disseminação das convocações.

Como consequência deste crescimento e aproveitando as eleições municipais de 2016, diversos integrantes do MBL se filiaram a partidos como DEM, PSDB, entre outros para concorrerem a cargos políticos. Um deles, o fundador, Kim Kataguiri (DEM), se elegeu deputado federal por São Paulo.

4.2 - A motivação militar e a misoginia no golpe de 2016

Além de todas as motivações já apontadas acima para o golpe sofrido pelo governo de Dilma Rousseff, há outros tantos elementos a serem demonstrados aqui. Foi o próprio general Villas Bôas quem puxou para si e para o Comando do Exército grande parcela de responsabilidade sobre o impeachment da presidente. O motivo dos militares terem se assanhado a sair novamente dos seus cuidados – quietos que estavam desde 1985, ano da redemocratização –, para interferirem nos rumos da política do país, reside em um passado que eles não permitem que passe, posto que sempre fizeram de tudo para barrar as investigações sobre o período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Em seu livro de memórias, o general Villas Bôas não economiza verbo, sujeito e predicado para se colocar no centro da conspiração contra o governo petista de Dilma Rousseff, por ela ter organizado a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o intuito de passar a limpo e dar a conhecer à sociedade, os atos de graves violências perpetrados pelo Estado – e aí leia-se principalmente o Exército, criador dos DOI-CODI⁸. “A Comissão nos pegou de surpresa, despertando um sentimento de traição em relação ao governo. Foi uma facada nas costas, mesmo considerando que foi decorrência de antigos compromissos assumidos pela presidente Dilma”. (CASTRO, 2021, p.177).

Outro ponto a ser destacado como motivação para o golpe foi o fator “misoginia”. Dilma Rousseff foi a 36^a presidente do Brasil, mas era a primeira vez que o país experimentava a condução feita por uma mulher. Em uma sociedade tradicionalmente machista, sua conquista não foi bem digerida pelas classes dominantes, com predominância de homens brancos e poderosos.

Uma tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Mato Grosso traça um panorama dos estereótipos a que a presidente Dilma foi submetida, por ter

⁸ Foi em uma unidade do Primeiro Exército, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, que surgiu a primeira sede do (DOI) - Destacamento de Operações de Informação, (CODI) Centro de Operações de Defesa Interna, criada pelo major Freddie Perdigão, para ser centro de prisão e tortura, em 1970. Os Centros estavam sob o comando do ministro do Exército, Orlando Geisel. (ASSIS, 2020, p. 146).

ultrapassado todas as etapas do poder masculino e se apossado de um cargo jamais ocupado por uma mulher. A pesquisa investigou o estereótipo “da loucura”, o da “burrice”, o da “puta” e o da “violência simbólica”, todos atribuídos à Dilma, em sua passagem pela presidência. *De Louca a Incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidente Dilma Rousseff* foi uma tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem daquela universidade. Nas considerações finais a doutoranda Perla Haydée da Silva atestou o uso do discurso misógino contra a ex-presidente:

Acerca do estereótipo da loucura, notei que, através da operação de uma série de adjetivações e diferentes estruturas linguísticas, é reiterado nos comentários sobre Dilma Rousseff um discurso que questiona sua sanidade mental, atribuindo essa demência a uma loucura intrínseca, produto do uso de substâncias entorpecentes ou medicamentos, a lesões físicas causadas por sessões de tortura ou como resultado de periódicos nervosismos ou calores hormonais.

Os comentários analisados nessa categoria indicaram a presença de enunciados que retomam metonimicamente o estereótipo da mulher burra, afirmando a suposta incapacidade intelectual de Dilma como algo intrínseco, constitutivo de sua identidade. É recorrente a utilização de termos qualificadores como “anta”, “burra”, “jumenta”, “analfabeta”, além de palavras-valise, como “Dilmanta”, “Dilmula”, e as alusões a sua inabilidade linguística (a presidenta seria possuidora de um idioma próprio, o “Dilmês”). Essas iterações permitem a reformulação “Dilma é burra e isso, por si só, já a desqualifica para governar e justifica o impeachment”. (SILVA, 2019, p.127)

Todas as motivações acima elencadas foram acrescidas às querelas da política em si (como vamos demonstrar adiante), e que afloraram logo depois da primeira eleição de Dilma, em 2010.

Já no ano seguinte à posse do seu primeiro governo, em 2011, uma imagem motivou algumas teses e dissertações. Ela resumia o início das movimentações políticas que desembocariam no impeachment. A foto de Wilson de Souza Júnior, do jornal *O Estado de São Paulo*, conseguiu captar a síntese do cenário político que se desenhava, com a revolta dos pemedebistas dentro do governo. Na fotografia, a impressão é a de que Dilma estava sendo espetada por um espadim, pelas costas (de maneira literal), tal como o partido acabaria fazendo em 2016, (de modo figurado), com o segundo mandato em curso, impingindo-lhe um golpe.

4.3 - Fotografia capta início do processo de queda da presidente Dilma Rousseff

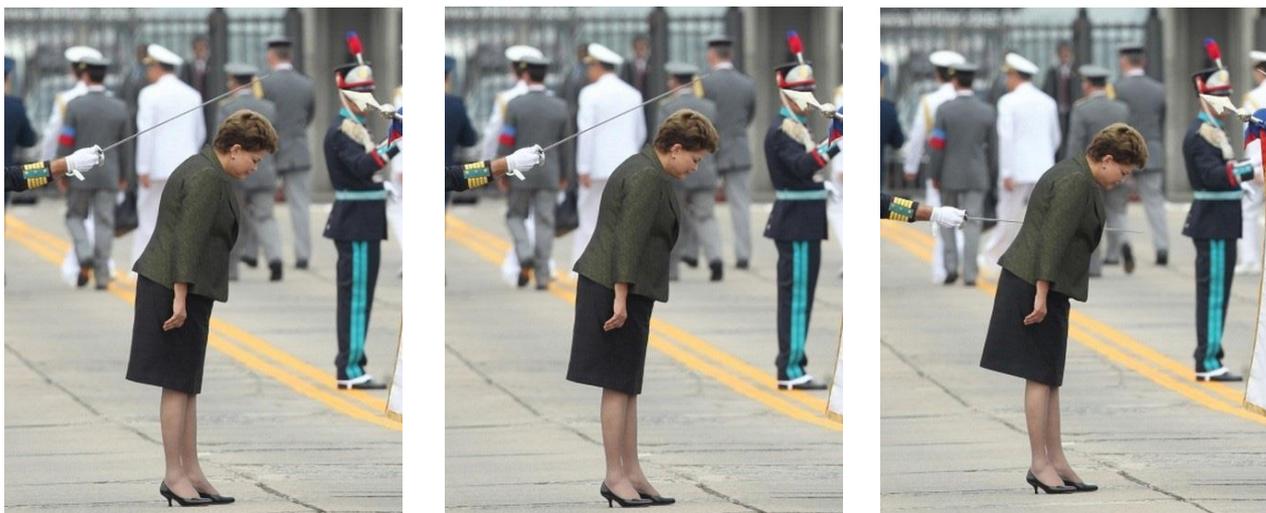


Figura 2 - Dilma na entrega de espadins em Agulhas Negras (Wilton de Souza Júnior – jornal *O Estado de São Paulo*)

No momento em que Dilma Rousseff empreendia em seu governo aquilo que ficou conhecido como “faxina no Planalto”, o fotógrafo Wilton de Souza Júnior flagrou a presidente em uma imagem de dramaticidade única. Questionada, premiada e debatida, a foto de Júnior demonstra que, na verdade, ele captou o instante em que simbolicamente Dilma Rousseff começava a sua derrocada do cargo de presidente. Embora o impeachment só viesse a se consumir cinco anos depois, naquela foto (e naquele momento político) estavam postos os indícios de sua queda.

Como nos lembra Barthes (1980, p. 23):

Como a fotografia é contingência pura e só pode ser isso (é sempre alguma coisa que é representada) – ao contrário do texto que, pela ação repentina de uma única palavra, pode fazer uma frase passar da descrição à reflexão –, ela fornece de imediato esses “detalhes” que o próprio material do saber etnológico.

Nesse caso, a foto não só foi contingência, como nos diz Barthes, mas se tornou simbólica, etnologia em seu estado puro, documentando um momento que ainda estava por se consumir.

A foto de Dilma, publicada em 20 de agosto de 2011 – o dia seguinte à cerimônia de formatura dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) –, sob o título *Touché*, registra o momento em que a presidente passa em revista a tropa de formandos daquele ano.

O flagrante feito por Júnior recebeu os principais prêmios do país concedidos à mídia. Foi agraciado com o Esso de Jornalismo e o Prêmio Imprensa Embratel. Seu

trabalho recebeu, ainda, o Prêmio Internacional de Jornalismo Rei de Espanha. Fotojornalista há mais de 20 anos (filho de um também repórter-fotográfico), seu clique suscitou a seguinte questão: até que ponto a força dessa imagem detectou indícios do que seria o início de um processo que culminou no impeachment da presidente, mudando o rumo da história recente? Seria essa a imagem síntese da sua queda, em 31 de agosto de 2016?

Pouco se fala, mas a ex-presidente Dilma Rousseff empreendeu logo em seu primeiro ano de governo o processo de “faxina” – uma espécie de embrião do que mais tarde viria a ser a chamada Operação Lava-Jato –, retirando do seu governo sete ministros suspeitos de corrupção. Os ministros Alfredo Nascimento (Transportes PR), Nelson Jobim (Defesa - MDB), Orlando Silva (Esportes – PC do B) e Carlos Lupi (Trabalho - PDT) fizeram parte da lista de baixas.

Dentre os defenestrados estava o ministro da Agricultura, Wagner Rossi (MDB), que saiu no início do mês de agosto, poucos dias antes do embarque de Dilma para a cerimônia dos cadetes da AMAN. A saída do ministro colocou em ebulição o partido do vice-presidente, Michel Temer, que já andava se queixando pelos cantos, sentindo-se preterido pela presidente. Começavam ali as manobras do MDB, de boicote ao governo Dilma, que daí por diante só se agravaram, culminando com a sua derrubada.

A forma enérgica como Dilma lidou com os episódios de suspeita de corrupção fez com que parte da população passasse a vê-la como a grande responsável pela “faxina da Esplanada”. Isso se refletiu numa aprovação de 59% do seu primeiro governo – o maior índice para o primeiro mandato de um presidente desde a redemocratização. Maior até que a popularidade de Lula nos primeiros quatro anos na presidência, que foi de 52% (BBC News/Brasil, 18 de março de 2015)

Especialmente naquele agosto de 2011, seu índice de popularidade estava nas alturas. Divulgada em no dia 30, pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) atestava que a presidente Dilma Rousseff era aprovada por 71% dos eleitores. A pesquisa tinha margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, o que significa que esse índice podia estar entre 69% e 73%.

A imagem de Júnior, feita no pátio da AMAN, em Rezende – RJ, parte de uma sequência (são três fotos), acabou por produzir o efeito de uma “execução”. Na primeira tomada o espadim é erguido. Na segunda, ele desce em direção ao corpo de Dilma e, finalmente, na terceira foto, ele parece atravessar o dorso da presidente, consumando o ato final.

Nesta terceira tomada ela está mais inclinada, como se acusando o golpe. O diafragma fechado em sua figura destaca a tessitura do blazer, em furta-cor, com nuances douradas. A tensão da foto fica por conta da mão contraída e da inclinação mais acentuada do corpo.

Em 21/01/2012, na premiação em Madri, Júnior declarou à Agência EFE – entrevista reproduzida pelo Portal Uol, na mesma data - que a fotografia com a qual ganhou o Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha pretendia retratar o difícil momento político que a presidente Dilma Rousseff vivia em agosto de 2011, com uma imagem forte. "Ao editar o filme, vi que tinha uma boa foto, mas só depois me dei conta de seu real valor", contou ele, emendando com uma explicação sobre a sua intenção ao clicar. "A presidente passava por um momento muito difícil. Eu buscava uma foto que pudesse sintetizar esse momento”.

As dificuldades enfrentadas por Dilma Rousseff no início do ano de 2011, logo no seu primeiro mandato, são consequência de um padrão de governabilidade instituído a partir de 1988, com a promulgação da Constituição, elaborada numa constituinte que perseguiu garantir os direitos do cidadão e varrer qualquer possibilidade de um novo golpe, nos moldes do ocorrido em 1964. A nova Carta estabeleceu também as bases de governos que o sociólogo e cientista político Sergio Abranches chamou de “presidencialismo de coalizão”.

Caso o tivesse batizado de presidencialismo de “colisão”, não teria errado de todo, pois as dificuldades e armadilhas que o sistema oferece leva a conflitos e choques constantes entre os que se estabelecem no governo a bordo de um grande arco de alianças e uma base reduzida de representantes no Congresso. Isso, numa sociedade heterogênea, com desvãos sociais abissais, tanto do ponto de vista dos setores de produção, quanto dos que podem e não podem consumir.

Assim, o espaço socioeconômico dos setores mais avançados da sociedade está próximo dos países capitalistas industrializados, ao mesmo tempo em que parcela considerável da população ainda persiste em condições socioeconômicas típicas de regiões em desenvolvimento, sem mencionar a parcela significativa da população que vive em condições de destituição similares àquelas que prevalecem nos países mais pobres (ABRANCHES, 1988, p. 2).

Tanta disparidade gerou a necessidade de se encontrar um ordenamento. O dilema institucional brasileiro define-se pela necessidade de se encontrar um ordenamento institucional suficientemente eficiente para agregar e processar as pressões derivadas desse quadro heterogêneo, adquirindo, assim, bases mais sólidas para sua legitimidade,

que o capacite a intervir de forma mais eficaz na redução das disparidades e na integração da ordem social. Era necessário definir as regras para resolução de conflitos oriundos da diversidade das bases sociais de sustentação política do governo e dos diferentes processos de representação. (ABRANCHES, 1988, p. 7).

Embora Abranches nos lembre, que 76% dos países têm como forma e sistema de governo o parlamentarismo, foi no presidencialismo que a população brasileira apostou no plebiscito de 1993.

O cientista político atribui a frequência de coalizões à fragmentação partidário-eleitoral, “por sua vez ancorada nas diferenciações sócio-culturais” (p. 7). O que torna praticamente impossível a eleição de um governo sustentado apenas por um partido. E quanto maior a diversidade de partidos, maior o arco de alianças e, por conseguinte, a instabilidade.

A existência de distâncias muito grandes na posição ideológica e programática e, principalmente, na ação concreta dos componentes da coalizão pode comprometer seriamente sua estabilidade, a menos que existam subconjuntos capazes de encontrar meios de suprir esses vazios com opções reciprocamente aceitáveis. Mais que do peso da oposição dos “de fora” – sobretudo em se tratando de grandes coalizões –, o destino do governo depende da habilidade dos “de dentro” em evitar que as divisões internas determinem a ruptura da aliança. A ruptura é, frequentemente, precedida por um “fracionamento polarizado”, no qual cada segmento nega legitimidade aos demais. (ABRANCHES, 1988, p.15)

Dilma, em seu primeiro mandato, contou com nove partidos em sua coligação, resultando em 311 deputados eleitos, o que lhe dava maioria mais três, além do necessário para aprovação de emendas à Constituição. Contava, portanto, com maioria parlamentar suficiente para encaminhar propostas que sempre enfrentaram dificuldades na Câmara, tais como a reforma política.

Quanto aos de oposição, coligados com o candidato José Serra – seu oponente –, elegeram 112 deputados – 53 do PSDB, 43 do DEM, 12 do PPS e 4 do PMN. O PV, ligado à candidata Marina Silva, elegeu 15, e o Psol, identificado com o candidato Plínio de Arruda Sampaio, conseguiu uma bancada de três deputados.

Como nos aponta Leal (2005, p. 55): “As instituições representativas devem refletir a quem representam e escolher líderes habilidosos, capazes de tomar decisões acertadas em nome dos representados”. À presidente Dilma não faltou poder de decisão e tampouco apoio popular, no seu primeiro governo. Como vimos acima, em 2011 o seu índice de aprovação oscilou entre 71 e 73%. Tampouco representatividade no Congresso. O que se diz, mas neste ponto para justificar a perda de apoio político – e que nós já vimos ter sido fabricada fortemente pela mídia –, é que lhe faltou “habilidade”.

Ainda conforme LEAL (2005, p. 62), vamos encontrar uma questão importante quanto ao quesito “representatividade”. A partir de uma análise ampla do que foi o partido até ali, e pelo rumo que o PT tomou enquanto governo, o autor previu a necessidade de mudanças com relação às suas conexões eleitorais.

O clamor da direção partidária por maior autonomia decisória, o crescimento institucional do partido, a mudança significativa de sua composição, o inequívoco processo de profissionalização, a ampliação da política de alianças eleitorais e a pressão dos parlamentares no sentido de criar mandatos que atendam melhor às suas conexões eleitorais são elementos que indicam a tendência de que, no futuro, processos de mudanças significativas podem se dar no partido, sobretudo a partir dos desafios que vem enfrentando o governo Lula. (2005, p. 62)

E quando falamos na representatividade do Partido dos Trabalhadores é preciso destacar um ponto sensível:

A permanência no governo de um partido liderado por um homem do povo, que usava metáforas futebolísticas e falava a linguagem da maioria dos trabalhadores, recebia por parte de analistas e comentaristas políticos a ideia de que estar tanto ao lado de Lula, quanto de Dilma significava passar recibo de inculco, mal-informado – o que socialmente não caía bem. (SOUZA, 2016, p. 84).

Estavam ameaçados os privilégios reais de salários e prestígio. O ataque cerrado da mídia manipuladora ao PT e o ataque concatenado a Lula não foram, portanto, ataques a pessoas ou partidos específicos. Foram ataques a uma política bem-sucedida de inclusão das classes populares que Lula e o PT representaram. (SOUZA, 2016, p. 85). A avaliação coincide com a do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, quando diz que “O denominador comum entre os golpistas dos anos de 1950 e 1960 e os de 2016 é a rejeição ao progresso econômico e o social das classes vulneráveis (SANTOS, 2017, p. 42).”

Há quem atribua ao papel desempenhado pela Assembleia Nacional Constituinte, que nos legou a Constituição de 1988 e permitiu a organização da sociedade civil e de movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o primeiro momento importante do aprofundamento democrático. Essa “institucionalidade participativa” fez surgir mais de 20 mil conselhos no país, fruto dessa organização. (AVRITZER, 2016, p. 49).

Do ponto de vista da elite e da mídia, porta-voz do seu pensamento, essa massa deve permanecer fora da política e de seu ordenamento. É preciso, a partir do totalitarismo, criar uma força que faça cessar nos indivíduos o impulso que os leva a estabelecer vínculos intersubjetivos essenciais à política. Nada de incentivar vínculos

entre uns e outros (ARENDR, 2013 apud. SINGER; ARAÚJO e BELINELLI, 2021, p. 217). Arendt nos mostra que essa massa de “párias” forma uma população supérflua, sem ter um Estado que as proteja. Trazendo para o quadro dos governos do PT, era assim que deveriam continuar, segundo as classes abastadas: sendo párias.

Estabelecido que não era elegante tolerar um governo popular, que abria espaços para pobres ombrearem em lojas e restaurantes com a “gente chique”, a imprensa intensificou as suas críticas e se uniu a grupos econômicos poderosos e a toda uma elite com capacidade de disseminar opinião, para tirar do poder o partido que os aproximava das classes populares.

Foi a união entre uma violência simbólica inaudita, comandada pela imprensa, com base social que ansiava por travestir seu ódio e o seu desprezo de classe, reprimidos durante todos os anos anteriores de governo petista, em uma bandeira hipócrita, mas “racional” de guardião da decência e da moralidade. Esse é o componente proto-fascista do golpe. Ele envolveu a manipulação consciente do medo de uma classe social que se percebia ameaçada. O fascismo europeu dos anos 1920 e 1930 se alçou ao poder pelo mesmo mecanismo e pelo mesmo tipo de manipulação.

Foi esse medo, representado pela rápida ascensão social de setores populares, que ajudou a consolidar uma barreira ao projeto inclusivo do PT. Faltava a narrativa adequada, um discurso que tornasse racional o medo irracional, e um líder carismático com o mesmo peso que Lula tinha junto às classes populares. O discurso foi o moralismo de ocasião típico do combate seletivo à corrupção que já discutimos. O líder carismático foi o juiz Sergio Moro, que “exemplificava” e sintetizava nas suas maneiras e nas suas ações, ou seja, na sua estética e na sua moral, os anseios dessa classe por uma higiene redentora do país. (SOUZA, 2016, p. 86).

Nesse ponto, Souza corrobora as ideias de Arendt, quando aproxima os sentimentos de desprezo cultivados no seio das classes dominantes, com o fascismo europeu.

As condições de insatisfação com os governos populares a elite já tinha. Os resmungos da classe média sentindo no cangote o bafejar dos pobres em seus ambientes, também. Faltava agora o ingrediente que unisse as duas classes contra o populacho. Uma pauta que servisse de desculpa e levasse para as ruas esses “insatisfeitos” em protestos ruidosos que abalasses as estruturas de poder. Não tardou a aparecer um “motivo”.

4.4 - As jornadas de rua

Em abril de 2013 o governo federal externava a preocupação com novos aumentos de preços, a fim de evitar pressão sobre a inflação, que já havia estourado a meta no acumulado de 12 meses. No dia 18 daquele mês, depois de uma reunião com a presidente Dilma, para reivindicar a redução de impostos tais como PIS/Cofins e ICMS, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), anunciou que seu pedido visava minimizar o

impacto do aumento das passagens, que ele previa, aconteceria em junho. Sem reajuste há dois anos, o setor pressionava pela recomposição da inflação do período nas tarifas. “Em junho, as passagens sobem. Isso já foi estabelecido em conversas com o governo federal”, disse Haddad, sem citar índice, embora existisse uma estimativa de que o reajuste fosse de 12%. “Se houver redução do ICMS e do PIS/Cofins, com certeza o impacto no novo valor da tarifa será menor”, declarou o prefeito, na saída do Planalto (MONTEIRO, 2013).

No dia 16 de maio de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) – composto essencialmente por movimentos sociais e partidos de esquerda – postou convocatória no Facebook para a primeira manifestação contra o prefeito Fernando Haddad pelo aumento nas passagens de ônibus. O que o MPL não explicou, embora se intitulasse um movimento de esquerda, foi por que a convocação para a primeira daquela série de manifestações, citava o aumento das tarifas dos ônibus, responsabilidade do governo petista de Fernando Haddad, mas não mencionava o aumento idêntico (de 20 centavos) que estava sendo aplicado às tarifas do metrô, então de responsabilidade do governo do tucano Geraldo Alckmin. Jovens tanto de classe média quanto da periferia lotaram as ruas.

Não tardou para que o antipetismo fosse amplificado por partidos como PSOL, PSTU e Rede, entre outros, atraindo grupos de direita, em silêncio e recolhidos desde o fim da ditadura civil-militar.

As manifestações de junho de 2013 marcaram o ponto do início do cerco ideológico, que de municipal atingiu o nível federal, afetando a presidente, até então navegando em ótimos índices de aprovação.

De maio, quando aconteceu a primeira manifestação, até 29 de junho, quando uma pesquisa Datafolha aferiu sua aprovação, ficou constatado que nas três primeiras semanas daquele mês, Dilma havia perdido 27 pontos percentuais de aprovação, caindo de 57% para 30% no período (APROVAÇÃO..., 2013). O estrago era ainda maior na faixa mais jovem: “Entre os mais jovens, a taxa de aprovação a Dilma fica abaixo da média (24%), assim como entre aqueles com ensino superior (21%), entre os mais ricos (21%) e em cidades com mais de 500 mil habitantes (24%)”, constatava a pesquisa.

O bordão usado nas passeatas era o “Vem Pra Rua” (contra o aumento dos ônibus), logo incorporado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), de características fascistas. A partir do palco armado pelo Movimento Passe Livre – tido como de esquerda –, grupos de direita e extrema-direita marcaram nas ruas um encontro com a história e rapidamente se organizaram. Tudo conforme o previsto no princípio da “guerra híbrida”.

Os civis são os cidadãos comuns com quem os tenentes entram em contato. Eles entram na infraestrutura social quando se tornam simpatizantes da causa. Os civis podem ou não entrar na infraestrutura física (isto é, participar dos protestos de solidariedade à revolução colorida), mas quando entram, eles permitem uma vantagem de poder brando valiosa. A cobertura da mídia de milhares de civis participando de uma manifestação de revolução colorida pode influenciar outros civis a também participar desses atos. Assim como os tenentes, um civil sozinho não passa de um peão, mas, em grandes números, eles são uma ‘arma’. (KORIBKO, 2018, p. 118).

No início, a cobertura das manifestações choveu no molhado. Falava do transtorno para se chegar em casa, com a ação dos “vândalos” que tomavam as ruas e tumultuavam o trânsito. A *Folha*, no dia 14 de junho, chegou a fazer um editorial implacável, em que dizia que a tentativa de reverter a tarifa de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 não passava de pretexto de “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária”. No mesmo editorial, clamava por repressão aos que tumultuavam a vida das cidades e depredavam os patrimônios público e privado. (Editorial – Folha de S. Paulo: “Retomar a Paulista” de 13/06/2013, postado às 3h30).

A repressão veio, com o apoio explícito dos jornais e da burguesia paulistana. As forças policiais não economizaram gás lacrimogêneo e balas de borracha, até que uma delas atingiu um dos olhos de uma jornalista da *Folha*, causando ferimento grave. Em última instância, motivado por apelos do seu patrão. Os muitos feridos pela repressão e os vídeos demonstrando a ação violenta da Polícia surtiram efeito contrário e só fizeram lotar as ruas. O discurso do “vandalismo” caiu no vazio.

A partir de certo momento, ainda na quinta-feira, a cobertura televisiva tornou-se confusa e caótica. Nitidamente os locutores narravam uma realidade e as imagens mostravam outra completamente distinta – até porque àquela altura não havia como captar qualquer imagem que não fosse de repressão e violência policial. (...) Já era possível perceber que a radicalização repressiva gerava efeitos contrários, como ferimento para o crescimento das manifestações. Ainda na quinta-feira à noite, várias informações e vídeos colocavam a nu a grosseira manipulação da grande imprensa. Ao contrário do que tinha sido dito, verificava-se que a repressão produziu muitos feridos; que as liberdades democráticas foram completamente atropeladas (...). (CALIL, 2013, p.9)

As críticas seguiram nessa linha até que os veículos percebessem estar ali a chance de ouro para a deflagração do movimento que precisavam para desentocar o PT do poder. Era chacoalhar e tirar a Dilma. Daí por diante os protestos ganharam o rótulo de “pacíficos” e foram abraçados pela Fiesp, que passou a acender uma enorme bandeira nacional no painel de led de sua fachada, cada vez que os manifestantes passavam pela Av. Paulista.

Foi nesse ponto que a esquerda perdeu os símbolos nacionais. Os canais de TV entrevistavam senhoras bem-vestidas, arrematando o figurino com as camisetas da CBF,

senhores de bermudas de linho e tênis de marca, também trajando a famigerada camisa amarela, e portando a bandeira nacional. Esses faziam questão de alardear: “nosso partido é o Brasil”, ou então: “não somos de nenhum partido. Nossa torcida é pela pátria”. As fotos nos jornais impressos davam destaque nas capas para aquele verdadeiro exército conservador e moralista que sobrou dos “protestos”, e se transformou em estridentes fileiras radicais de direita, levando para a rua as “mensagens-sementes” do que viria. O golpe estava sendo gestado a partir dali, quando os objetivos das tais manifestações ganharam um rumo bem definido.

A cobertura do Jornal Nacional no dia 19 de junho passou por uma transformação decisiva. A federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura da presidente, começou a ganhar corpo com a criação de palavras de ordem pelo próprio jornal, que passava agora a promover e incentivar as manifestações como explosão democrática do povo brasileiro. Pela primeira vez. De 79% de contentamento em março de 2013 – sua maior aprovação histórica – para 71% em junho. Apesar da queda inicial ter sido apenas moderada, percebia-se claramente que os protestos podiam ser canalizados para atingir a presidente.

O Jornal Nacional cerrou fileiras contra a presidente e seu governo. Os temas que se tornariam clássicos mais tarde se constituíram aqui. (SOUZA, 2016, p. 91).

A esta altura convém prestar atenção ao que nos diz Foucault sobre o discurso e o desejo, dois substantivos unidos pelos donos da mídia para norteá-los sobre pelo que lutar. Donos do discurso, eles o colocaram a serviço do desejo, que não era outro a não ser apelar Dilma Rousseff. Em resumo, ter novamente influência absoluta sobre o poder.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que isto – a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 1971, pp. 9-10)

A partir dali o Movimento Passe Livre (MLP) anunciou que se afastava das convocações e das manifestações – com a vitória da redução do preço das passagens – e o que se viu foi a ocupação das praças e principais avenidas de todo o país pela bandeira da antipolítica e do antipartidarismo (SOUZA, 2016, p. 91).

A Rede Globo passou a dar voz aos manifestantes e à pauta anticorrupção. A política foi demonizada e os políticos escorraçados dos carros de som, onde predominavam os discursos do Movimento Brasil Livre (MBL), enquanto o noticiário falava em “festa pacífica e democrática”. As manifestações ganharam ampla cobertura midiática, até o impeachment. Para além da principal palavra de ordem: “abaixo a

corrupção”, cartazes apontavam para várias direções. Das reivindicações por aumento de salário, aos pedidos de “intervenção militar, já!” e melhorias na Educação. Se fôssemos buscar uma definição, os protestos caberiam, na medida, na “geleia geral” de Gilberto Gil e a turma da Tropicália (1967). Até a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), que tradicionalmente se colocava no campo progressista, dessa vez emitiu apoio aos manifestantes, entendendo que a luta era contra desigualdade.

Se observarmos mais de perto, aquele momento caberia, também – com as superposições de falas, palavras de ordem e mensagens truncadas – em *A Ordem do Discurso*, de Foucault, quando nos chama a atenção para a “logofobia” (aqui no sentido do medo que certas falas causam).

Há sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras, mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso. (FOUCAULT, 1971, p. 48).

Ao longo do ano de 2014, de acordo com a análise de mais de cinco milhões de postagens (AVRITZER, 2016, p. 92), o governo Dilma não sai do centro das publicações nas redes sociais. A pauta da corrupção domina a pauta política. Uma vigorosa campanha da imprensa dita o conteúdo das postagens, contaminando a opinião pública, que passa a demonstrar aversão ao sistema político, enquanto a mídia tradicional cumpre o papel de amplificar os “escândalos”, colocando o PT como o centro de todos eles.

A pauta é visivelmente seletiva e falseia com a verdade. Basta observar que o número de prefeitos do Partido dos Trabalhadores afastados naquele ano, por corrupção, é bem menor do que o de todos os grandes partidos, assim como o número de candidatos do PT bloqueados pela Lei da Ficha Limpa (Agência Estado – 10/04/2013 – 16h04 – atualizado às 16h34). Ao ler a imprensa tradicional daquela época, a impressão não é essa, embora nas regiões Sul e Sudeste, foi a que prevaleceu, graças aos vazamentos constantes da Lava-Jato, reproduzidos na íntegra pela mídia e sem dar voz ao outro lado.

O nível de radicalização foi a tal ponto que em 22 de março de 2014, uma manifestação já se situava abertamente identificada com o golpe que derrubou João Goulart, e pedia a volta dos militares. O protesto chamou a si mesmo de Marcha da Família com Deus e pela Liberdade e foi inspirado em marcha homônima ocorrida em 19 de março de 1964, a menos de duas semanas do golpe civil-militar que duraria 21 anos. Organizada pelo braço feminino do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), que atuou desde 1962 pela derrubada de Jango, as mulheres da Campanha da Mulher pela

Democracia (CAMDE) também contavam com generosos espaços na imprensa para a divulgação de suas atividades. (ASSIS, 2001).

O ano de 2014 se iniciou com a presidente Dilma Rousseff em bom nível de popularidade, mas logo em março, quando todos se preparavam para dar início aos trabalhos das eleições presidenciais que aconteceriam em outubro, apresentou queda significativa.

A quatro meses da largada oficial para o pleito, pesquisa CNI/Ibope, divulgada no dia 27 daquele mês, apontava uma queda na aprovação e na popularidade da presidenta Dilma Rousseff em relação ao final do ano anterior. Entre novembro de 2013 e março de 2014, a parcela da população que considerava o seu governo bom ou ótimo, caiu de 43% para 36%. Reflexo do cenário internacional, com o preço das *commodities* despencando, principalmente o do barril de petróleo, que em junho sofreu uma queda de 35%. Lá fora, muitos países enfrentavam ainda os efeitos da crise econômica de 2008, desacreditando os sistemas políticos. Principalmente após movimentos e manifestações ocorridas em países do Oriente Médio.

Aqui, um aspecto marcou a candidatura de Dilma: o cerco em torno do seu partido, o PT, feito pela Lava-Jato. Prisões, notícias de suspeitas, depoimentos, tudo isso acabou por contaminar a sua campanha. O efeito é analisado no artigo: *Das eleições de 2014 ao Impeachment de 2016*, em que Leal; Souza e Oliveira, fazem uma avaliação de como foram trabalhadas as imagens dos candidatos Aécio Neves e Dilma Rousseff.

Note-se que, em diversos momentos, o candidato Aécio Neves buscou desconstruir a imagem de Dilma, dizendo que ela deveria elevar o nível do debate. Da mesma forma, o candidato faz uso de sinônimos da palavra “fracassou”, demasiadamente utilizada por ele com a finalidade de desconstruir a imagem da petista e de seu governo: “fracassou, candidata”, “o seu governo fracassou”, “incapacidade”. O foco de Aécio se sustentou também nos escândalos políticos, concentrando-se na exibição de ações negativas da adversária. Como cita Leal (2002), ao discorrer sobre as ideias de Thomas Holbrook (1996), as campanhas eleitorais tendem a corroborar para ressaltar as diferenças dos candidatos, para que haja um ponto de equilíbrio na disputa. (2019, pp. 8 e 9).

Embora não passassem de mero instrumento de manipulação do consórcio da mídia tradicional, que as transformou em um bloco “punitivista”, as classes média e média alta temeram que também os seus privilégios e empregos fossem ameaçados e assumiram para si o discurso de que políticos não prestavam, eram todos “sujos”, o que era visto como engajamento, mas não passava de recibo de reacionarismo. Nada de convivência com a classe emergente, barulhenta, “empoderada”, que evoluía pelos aeroportos e jovens da periferia que faziam “rolezinhos” nos shoppings. Esse movimento de “asco” pelo

“populismo petista” (SOUZA, 2016), quase levou à presidência o senador tucano, Aécio Neves. Dessa vez, ele, que sempre fez o discurso do moço de centro-esquerda, nesse bojo de direitismo que se formou abandonou esse discurso e assumiu com desenvoltura o rótulo de candidato do conservadorismo. Quase deu.

Até Marina Silva (PSB) surfou na maré para se apresentar com uma aura de “novidade”, envergando um figurino clássico/modernoso e um quê do que Souza chamou de “classe média de Oslo” (p. 104).

Aproveitando-se da revolta dessa classe conservadora pela derrota nas eleições de 2014 – quando Dilma Rousseff, mesmo com toda a carga contra o PT, ganhou a presidência –, o “complexo jurídico-policial do Estado” entrou no jogo. Instituições que têm a cargo proteger a democracia, agora passaram a agir afinadas com a mídia, para derrubá-la. (p. 105).

No capítulo *A cruzada anticorrupção e seus fundamentos: Liberalismo e Arbítrio no discurso dos juristas políticos*, escrito para o livro intitulado *A Nova República em Crise*, o cientista político Jorge Chaloub discorda em parte de Souza, quando diz que os juízes, promotores e policiais da Lava-Jato não surgem como representantes do Estado. Para Chaloub, eles entram no jogo como “representantes da *sociedade civil e da cidadania*”.

Se há uma novidade no Brasil, é uma sociedade civil que deixou de aceitar o inaceitável. A reação da cidadania impulsionou mudanças importantes de atitude que alcançaram as instituições, a legislação e a jurisprudência”. Tal impulso autônomo e genuíno foi, por sua vez, bem interpretado pelo STF: “O Supremo Tribunal Federal foi capaz de interpretar esse sentimento” (BARROSO, 2019, p. 12). Do outro lado, temos a reação dos cúmplices e protagonistas da corrupção: “o pensamento progressista acredita que os fins justificam os meios”, o “pensamento conservador brasileiro que milita no tropicalismo equívoco de que corrupção ruim é a dos adversários e “os próprios corruptos”. (CHALOUB, 2021, P36).

A casta jurídica, que após a redemocratização passou a frequentar os cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), onde se entocaram os oficiais oriundos dos porões e corredores do poder da ditadura, até terem chance de entrar novamente em cena – o que só fariam em 2018 –, abraçou o combate à corrupção, blindou a direita e perseguiu a esquerda, numa espécie de alavanca, para jogar pelos ares o governo do Partido dos Trabalhadores. “o clima para a deslegitimação final do governo estava pronto.” (SOUZA, ano, 2016, p. 110) Faltava apenas desamarrotar o discurso da “corrupção”, usado em 2005. Este foi sendo construído paulatinamente, com vazamentos contínuos feitos pela Lava-Jato e reverberado sem nenhum questionamento ou crítica pela mídia.

A criminalização do PT – e, por extensão, do projeto inclusivo que ele representou – passou a partir daí a ser uma construção incansável dos dois principais parceiros do golpe: o complexo jurídico-policial do Estado e a mídia conservadora. (SOUZA, ano, 2016, p. 110).

Aqui, é preciso lançar mão dos conceitos de pós-verdade, para entender como foi conveniente esse verdadeiro bombardeio empreendido pelos jornais impressos e demais veículos, jogando sobre a sociedade tudo o que vinha das mãos do ex-juiz Sergio Moro, como verdade absoluta. Para Chaloub, o ministro Barroso assume um tom moral, mais próximo de um missionário do que de um juiz, para tratar a questão.

“Essas campanhas de desinformação prepararam o terreno para a era da pós-verdade. Invariavelmente, seu propósito é semear dúvida, em vez de triunfar de imediato no tribunal da opinião pública (em geral um objetivo implacável)”. (D’ANCONA, 2018, p.49). Mesmo falando de modo genérico, o autor nos dá a dimensão de como o preceito é usado e foi aplicado nesse caso.

4.5 - O acirramento da crise em 2015 e o avanço para o impeachment

O ano de 2015 seria o do acirramento de todas as tempestades juntas. A mídia, conforme exposto no capítulo *Análise de Conteúdo*, investiu-se da missão de levar a presidente às cordas e não poupava esforços para isso, aproveitando-se para apontar o dedo aos mínimos deslizes de Dilma sem, contudo, oferecer a ela e a seu governo o espaço devido para réplicas e tréplicas. Do mesmo modo agiam os fiéis escudeiros da Justiça que, como sempre foi denunciado pelos jornalistas e blogs alternativos – sem a mesma força para fazer frente aos abusos e perseguições da mídia tradicional –, embarcou em grande parte, no *lawfare* e no “trabalho” da Lava-Jato.

Nas últimas décadas a imprensa passa por um processo de mudança estrutural importante. Como no resto das grandes corporações sob o comando do capital financeiro, a relação do comando se verticaliza de modo absoluto. Esse fato permite muito maior controle do conteúdo de cima para baixo. Deixam de existir os debates nas redações, e quem gosta de discutir, segundo me relatou um informante privilegiado dessa mudança, passa a ser discriminado como chato e problemático. Paralelamente ocorre um expurgo dos nomes mais críticos e independentes, especialmente a partir da década de 1990. Muda o perfil dos repórteres e redatores, que passam a ser bem mais jovens e dóceis ao comando de cima para baixo. Produz-se uma homogeneidade de pensamento em conformidade com o processo de obrigatória obediência vertical. Instaura-se, inclusive, uma competição pela obediência e pela antecipação dos desejos dos chefes lá em cima. (SOUZA, 2016, os. 114 e 115)

Basta observar como se comportaram os que davam plantão no “cercadinho”, nos primeiros meses de governo Bolsonaro (2018 até o momento). Ele os ridicularizava, os recebia aos berros (só em 2021 foram registradas 147 agressões, segundo números da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj (BRASIL..., 2022), enquanto os repórteres pareciam atordoados, sem saber como reagir.

Os profissionais que cobriram eventos durante a ditadura, ou mesmo na transição, tinham mais habilidade para lidar com situações adversas, gritos e até safanões. Essa troca de “frota”, chamemos assim, representou economia na folha de pagamento para os veículos contratantes, embora tenha contribuído para a prática do “pensamento único”, acrítico, editores subservientes e sempre dispostos a criminalizar as lideranças de esquerda. As semelhanças entre o conteúdo de um jornal para o outro, nesse período, foram gritantes (ver capítulo *Análise de Conteúdo*) o que também se passou entre os canais de TV.

Ficou nítido nas manifestações de 15 de março que o ano se iniciava em fogo alto. Ali já se podia avistar o “pato amarelo” – uma espécie de mascote da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) –, a imagem do juiz Sergio Moro com as vestes do “super-homem” e os bonecos infláveis de Dilma e Lula em trajes de presidiários. A junção da Lava-Jato com a mídia e os juristas resultou no fio condutor para o afastamento da presidente, que aconteceria dali a um ano.



Figura 3 – Manifestação Av. Paulista 2016 (Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil)

À mídia, aos juristas e às classes conservadoras se juntaram os parlamentares, pautando no Congresso a crise que as ruas fabricaram, os veículos ecoaram e

incentivaram, e a Justiça abraçou. Para agravar ainda mais o quadro, havia a expectativa de que a *Standard & Poor's* (S&P) previa um triênio de déficits fiscais – algo em torno de 7% para os anos de 2015, 2016 e 2017, o que levaria o país a perder o seu “grau de investimento”.

No dia em que esse fato se consumou, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy foi protagonista de uma falha imperdoável: se atrasou e perdeu o espaço já apalavrado, do *Jornal Nacional*, onde poderia explicar, ao vivo, para uma parcela significativa da população qual seria o comportamento da equipe econômica dali por diante. Apareceu no *Jornal da Globo* – tarde da noite –, apresentando o argumento de que haveria cortes nas contas do governo e seria criado um imposto. Ele não tinha claro ou consensuado valores ou modelo nem para um nem para outro e a proposta de orçamento pronta para ser enviada ao Congresso previa um rombo de R\$ 30 bilhões. Nas hostes petistas o imbróglio serviu para atizar a antipatia pelo ministro, o que ecoava na imprensa sob a forma de críticas ao governo. Levy ficou por um fio, mas se segurou.

Uma das saídas pensadas vazou para o jornal *O Estado de São Paulo*: a recriação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), com uma alíquota em torno de 0,2% – embora a proposta do governo fosse a de 0,38, como vigorou no passado. A reação foi a pior possível. A CNI disse que a ideia era “absurda” e a Fiesp, claro, classificou a proposta de “retrocesso”. Estávamos em agosto, mês com fama de aziago. Diante de reação violenta vinda de todos os lados, o governo recuou.

Tanto rebuliço no cenário político, amplificado na mídia, levou a um aprofundamento da recessão e à queda da popularidade da presidente. Enquanto isso, no Congresso era travado um debate encarniçado, tendo do lado do governo o senador Renan Calheiros, e na Câmara o presidente da casa, o deputado Eduardo Cunha, respaldado pelo amigo próximo e correligionário, Michel Temer.

Aqui é preciso registrar que Dilma jamais quis Temer por perto e não escondia certa antipatia pelo partido dele. Na eleição de Eduardo Cunha para presidir a Câmara, o PT lhe negou apoio e lançou a candidatura de Arlindo Chinaglia (PT-SP). Com a crise instalada a presidente recorreu às articulações do seu vice para baixar a fervura. Foi nessa época que ele, com as cartas na mão, iniciou as articulações contra ela e ainda acirrou algumas animosidades. Temer saiu dizendo que alguém precisava unificar os partidos da base de apoio do governo. De preferência, ele, como depois ficou claro.

Em seu livro *À Sombra do Poder*, Rodrigo Almeida, o assessor de imprensa de Dilma, descreveu assim, este momento:

(...) no início de setembro, num encontro reservado com empresários de São Paulo, Temer afirmou que seria difícil Dilma Rousseff chegar até o fim do mandato se permanecesse com índices tão baixo de popularidade. “Ninguém vai resistir três anos e meio com esse índice baixo. (...) Se continuar assim, eu vou dizer a você, 7%, 8% de popularidade, de fato, fica difícil.” O sinal vermelho piscou no gabinete da presidente, Temer deixou a articulação política, e as relações com o PMDB ficaram ainda mais frágeis. (ALMEIDA, 2016, p. 86)

Mas mesmo sabendo disso, a presidente tinha de abrir espaço para o PMDB e uma reforma ministerial foi pensada, incluindo redução no número dos ministérios. Foram cortadas oito pastas, baixando de 39 para 31. (ALMEIDA, p. 89). “(...) Celso Pansera, o novo ministro da Ciência e Tecnologia e Marcelo Castro, o novo ministro da Saúde, eram nomes ligados a Eduardo Cunha. Pansera ficou conhecido ao ser apontado pelo doleiro Alberto Yussef como “pau-mandado de Cunha.” (p. 89).

Os jornais não perdoaram e a Folha estampou em manchete: *Reforma de Dilma fortalece PMDB e ex-presidente Lula*. Para a Revista *Veja*, *Ela Passou a Faixa*. Na visão dos diversos veículos, Lula havia recobrado força e espaço e todos reclamavam do aumento de sua participação no governo.

Em novembro a presidente enfrentava um grande desastre. Dessa vez, o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à empresa Samarco, varreu o pequeno município de Bento Rodrigues, próximo a Mariana, em Minas Gerais. A tragédia resultou em 19 mortos e foi considerada o maior desastre ambiental do país, afetando a vida de centenas de milhares de pessoas e 650 quilômetros percorridos pela lama. (ALMEIDA, p. 94). Dilma recusou as sugestões de ir até o local, para não parecer estar tirando proveito da situação, por si altamente e dramática. Montou um grupo de gestão de crise, exigiu todas as providências, acompanharia tudo de perto, mas não se deslocou até lá. Foi duramente criticada pela mídia, que cobrou da presidente até mesmo atribuições da esfera estadual. Foi assim, até dezembro, de assombro em assombro, de crise em crise.

Amparado pelos jornalistas e comentaristas, que faziam vista grossa às suas manobras, o presidente da Câmara e deputado Eduardo Cunha passou praticamente o segundo semestre articulando o que, enfim, conseguiu concretizar em 2 de dezembro. Quase ao apagar das luzes de 2015, ele acolheu o pedido de impeachment contra Dilma, redigido pelos advogados Miguel Reale Júnior, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo. Oposição e movimentos contrários a seu governo apoiaram a iniciativa. Entre eles, o declaradamente direitista Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. Até ali,

Cunha tentou negociar – ou seria chantagear? – com os integrantes do governo. Seguraria o pedido, exigindo apoio para não ter o mandato cassado.

(Tive a oportunidade de perguntar isso diretamente à presidente Dilma, quando fui escalada pelo portal *Brasil 247*, para ser uma das entrevistadoras dela, no encontro com os assinantes, promovido em Niterói (RJ), e que tinha a então ex-presidente como atração, em 26 de outubro de 2019. Ela assentiu. Sim. Foi chantageada).



Figura 4 – Em entrevista com Dilma

“Durante várias semanas, foram idas e vindas nas conversas entre representantes do governo e Eduardo Cunha. Dilma se inquietava com aquele papo de acordo. Deixava alguns dos seus auxiliares prosseguirem o percurso para ver no que aquilo iria dar, sem jamais cancelar qualquer proposta de apoio. ‘Ele exige aquilo que não podemos prometer, muito menos garantir’, disse uma vez”. (ALMEIDA, p. 101).

Cunha estava sendo processado pelo Conselho de Ética da Câmara, por uma série de denúncias. Certo de que tinha o PT na mão por ser sua, por lei, a prerrogativa de aceitar ou rejeitar o pedido de impeachment, ele manobrava e ameaçava colocar em votação as “pautas-bomba”, contra o governo. Nessa data, dois dias depois de almoçar com Michel Temer, decidiu anunciar, por volta das 18h, que o processo de impeachment começaria a tramitar. Na entrevista/anúncio, lembrou ter recebido, até ali, 34 pedidos nesse sentido.

Completei dez meses na presidência da Câmara ontem, e durante esses dez meses, praticamente em todos os lugares do país em que eu andava a gente escutava uma coisa, as pessoas cobrando um posicionamento sobre os pedidos de impeachment”, disse. “Não tenho nenhuma felicidade de praticar esse ato e não o faço por motivação de natureza política. (...) Eu sei que isso é um gesto delicado, no momento em que o país atravessa uma situação difícil, (...) não causa felicidade a ninguém isso”. (ALMEIDA, 2016, p.104).

Na opinião do assessor, Dilma sabia que se cedesse a Cunha uma vez, mais cedo ou mais tarde ele deflagraria o processo. Melhor não consentir e agir mantendo a sua dignidade, a despeito do risco de perder o governo. “Havia uma nova meta fiscal, que autorizava o governo a fechar o ano de 2015 com um déficit de quase R\$ 120 bilhões. Se aprovasse a nova meta – como foi feito – enfraqueceria os argumentos de que ela teria incorrido em crime de responsabilidade ao descumpria a Lei de Responsabilidade Fiscal”. (p.106).

4.6 - 2016: um ano para não esquecer

O ano de 2016 se iniciava com o cerco se fechando no campo político e previsões sombrias do mercado financeiro, baseadas em anúncios do próprio governo que, refêm do que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (o autor da estratégia), denominou de “pautas-bambas”, tentava sobreviver à asfixia imposta pelo Congresso, pelo judiciário e pela mídia.

Como já dito antes, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já dera entrada no final do ano ao pedido para a tramitação do impeachment. De forma surpreendente, mas sem abandonar o tom crítico, logo no início do ano *O Globo* publicou uma reportagem que acolhia um texto preparado pela equipe do governo, demonstrando por que o impeachment – apesar de previsto na Constituição – nesse caso, era golpe. Deixa estar que não havia inocência no gesto. A intenção era exatamente o contrário, colocar em discussão e derrubar a tese do Planalto de que o impeachment, apesar de instrumento constitucional, no caso da presidente, era golpe. Um discurso que começava a ganhar força e defesa nas ruas.

A matéria intitulada *Sob orientação do Planalto, texto traz dez pontos para defender Dilma*, assinado pela repórter Júnia Gama, e publicado em 11 de janeiro, tinha o seguinte teor:

BRASÍLIA — Sob orientação do Palácio do Planalto, começa a circular nas redes sociais, entre a militância petista e a base aliada, um documento com dez pontos para defender a presidente Dilma Rousseff do impeachment, que será analisado pelo Congresso a partir de fevereiro. Baseado nas defesas feitas nas frentes jurídica, técnica, política e econômica, o texto compila argumentos utilizados para propagar a tese de que o impeachment é “insustentável”. Os pontos são trechos resumidos e sistematizados de defesas do coordenador jurídico da campanha à reeleição de Dilma, o advogado Flávio Caetano; da nota técnica do Ministério do Planejamento sobre os decretos não numerados; e de ideias já defendidas pela AGU, entre outros. (GAMA, 2016).

Em seus discursos nos eventos oficiais a presidente passou a denunciar os ataques de que vinha sendo alvo e, principalmente, defendia que processo de impeachment sem

crime era golpe. Mas, como desdobramento do decálogo publicado pelo *Globo*, não tardou para que a mídia, encabeçada pela *TV Globo*, buscasse falas de ministros do STF e juristas comprometidos com a “causa”, para rebater a fala de Dilma. Todos, incluindo políticos de oposição, desfilaram no *Estadão*, *Isto É*, *Veja* e, claro, na TV, argumentando que se o instrumento estava previsto na Constituição, então não poderia ser golpe. (Discutiam o instrumento, não o mérito).

Em seu livro/testemunho, *À Sombra do Poder* o assessor Rodrigo Almeida relembra a estratégia criada pelo governo para se contrapor ao ataque: “Foi aí que se decidi pelas frases mais ditas e repetidas pela presidente Dilma entre abril e início de maio, todas concebidas pelo jornalista Mario Marona, um dos seus principais redatores de discursos: “impeachment sem crime de responsabilidade é golpe”. (ALMEIDA, 2016, p. 205).

Daí por diante Dilma passou a falar abertamente sobre a parcialidade do então juiz Sergio Moro – o que restaria provado em 23 de março de 2021, pelo STF –, e mais ainda depois que ele divulgou seu diálogo com o presidente Lula, gravado sem autorização judicial. “O problema do grampo não é por ser comigo, a Dilma, mas por ser eu a presidente do Brasil”, reagiu (ALMEIDA, P.204).

Foram muitos os parlamentares e jornalistas que admitiram em conversas reservadas que Dilma estava sendo impedida “pelo conjunto da obra”. Até mesmo o decano Elio Gaspari, sabidamente crítico ao PT, escreveu em seu artigo na *Folha de São Paulo*, no dia 29 de junho de 2016:

Paralisia, falta de rumo e incapacidade administrativa podem ser motivos para se desejar a deposição de um governo e milhões de pessoas foram para a rua pedindo isso, mas são insuficientes para instruir um processo de impedimento. Como diria o presidente Temer: não está ‘no livrinho’. (ALMEIDA, 2016, 214).

Em fevereiro de 2016, Nelson Barbosa, ministro da Fazenda recém-empossado para substituir Joaquim Levy, veio a público revelar que o resultado primário das contas públicas sofreria um déficit de R\$ 60,2 bilhões em lugar do superávit de R\$ 30,5 bilhões aprovado em 2015. Um mês depois, Barbosa ampliou a previsão de déficit para R\$ 96,7 bilhões (Retrospectiva: Veja o que aconteceu na economia em 2016 – Pequenas Empresas & Grandes Negócios – 20/12/16).

Em 6 de março o jornal *O Globo* previa, em editorial (*13 anos de Escândalos*), que se Dilma continuasse no governo:

a queda do PIB seria de 8% nos dois anos que se seguiriam, taxas de desemprego em dois dígitos e inflação com persistência acima da meta dos 6,5%. Resulta uma tragédia: queda de renda e retrocesso nos ganhos sociais de que os próprios lulopetistas tanto se orgulham. E faturam em períodos eleitorais. Ou faturavam.

E concluía que o impeachment (ainda em março!) “já se torna justificável”. Era esse o *script* para aquele ano e nada os faria arredar pé da convicção de que “era só tirar a Dilma”.

A dura realidade brasileira provaria para eles, dali a pouco, que a saída de Dilma, a toque de um golpe, não seria o suficiente.

De nada adiantava argumentar ou denunciar o que se passava no Congresso, pois em meio ao “braseiro” instituído, ninguém dava voz ou espaço para esse tipo de argumentação. Pelo contrário. Havia conivência de todos os setores, inclusive dedos dos EUA, era o que mais se apontava.

A cada proposta encaminhada, a cada tentativa da equipe de Dilma de aprovar um projeto, ele passava por tantas emendas e boicotes que o transformava em um monstrego. Ainda hoje, há economistas e colunistas que preferem ver apenas o que estava diante dos olhos, sem abrir a lente grande angular para avaliar as interligações entre o massacre jurídico-midiático e os resultados econômicos. Quem reuniu esses elementos numa descrição pormenorizada foi o sociólogo Jessé Souza:

De dezembro de 2014 até abril de 2016 a população viveu um bombardeio sem trégua. O aparelho jurídico-policial, com claras cores partidárias, como vimos, fornecia material ilegal em massa aos órgãos de imprensa, TV Globo à frente, que articulava, selecionava, manipulava e incendiava seu público com os jogos de dramatização, demonização do inimigo aprendido nas telenovelas. Os protestos de rua pipocavam em todo o país, com epicentro na capital paulista. Protestos maciços em março, abril e agosto de 2015 se realizaram em mais de 200 cidades do país. A combinação de vazamentos seletivos ilegais e dramatização midiática com os protestos de rua se revelaram esmagadores. O governo ficou acuado e aderiu, em desespero, às bandeiras do inimigo. No campo econômico, adotou um ajuste fiscal suicida que implica afastamento progressivo de sua base de apoio popular. Os interesses que haviam sido desafiados em 2012 agora mandavam e desmandavam no próprio Palácio do Planalto. No campo político, o governo, e muito especialmente a presidenta, davam total apoio às investigações, que se revelariam mais tarde seletivas e partidárias aos olhos de todos. (SOUZA, 2016, p. 123)

Era inevitável – só hoje se percebe – que em 17 de abril os deputados desfilassem ao microfone, como um bando de “baixinhos da Xuxa”, mandando beijos “para a mamãe, para o papai” e votando em nome de Deus, pela abertura do processo de impeachment,

depois do ataque diário de um verdadeiro pool empreendido pela mídia, contra a permanência de Dilma Rousseff no poder, para onde foi levada por votos legítimos.

Na opinião de Souza (2016, p. 131), o golpe não teria acontecido sem a politização do poder judiciário. Afirmo, também, que não houve defesa da Constituição ou defesa dos direitos individuais. Foi um golpe “que articula capitalismo selvagem de rapina e enfraquecimento das garantias democráticas. As perspectivas são de um capitalismo selvagem do saque à riqueza nacional, com um estado repressivo e policial”.

Em maio, com a abertura do processo pelo Senado, Dilma foi afastada por 180 dias e o então vice, Michel Temer, assumiu a Presidência da República interinamente, escolhendo para o Ministério da Fazenda, Henrique Meirelles. O ministro chegou anunciando a revisão da meta de déficit em 2016, para R\$ 170,5 bilhões. O Congresso aprovou a mudança cinco dias depois, e nos 12 meses terminados em outubro, União, estados, municípios e estatais acumulavam déficit primário de R\$ 137,2 bilhões.

Pelo segundo ano seguido, o Brasil registrou contração na economia. Apenas nos nove primeiros meses do ano, o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) acumulava queda de 4% em relação ao mesmo período de 2015. Com a expectativa gerada em torno do impeachment da presidente, os donos de empresas e industriais enxugaram os seus quadros de funcionários – também muitos trabalhadores foram demitidos pelas empresas envolvidas na Lava-Jato (um total de 4,4 milhões de empregos dissolvidos nas empresas investigadas na operação, conforme dados do Dieese). A incerteza do quadro político os levou a pararem de investir em seus negócios, criando um cenário de paralisia. Com a carência de emprego, o consumo foi reduzido. No início do ano as instituições financeiras projetavam queda de 2,99% na atividade econômica em 2016. Em dezembro, a estimativa de retração aumentou para 3,43%. Os que apontavam o dedo para a presidente tiveram que se conformar com a ideia de que não havia um cavalo-de-pau a ser dado.

Também a arrecadação de impostos e as contribuições federais foram fortemente impactadas pelo cenário econômico e principalmente político, em 2016. De janeiro a outubro, chegou a R\$ 1,059 trilhão, com queda real de 3,47% em relação ao mesmo período de 2015. Ao longo do ano, os técnicos da Receita Federal confirmaram os efeitos provocados pela recessão, com todos os indicadores macroeconômicos desfavoráveis. Os conflitos e as incertezas no âmbito político influíram sobre o quadro traçado pelos técnicos da Receita. Esses efeitos não foram mencionados, claro, pois não cabe aos

técnicos da Receita fazer análise desse tipo, mas saltava aos olhos da sociedade a razão para que o país estivesse daquela maneira.

Os aplausos da mídia para o governo de Michel Temer, dando a falsa impressão de normalidade levou à queda do dólar. Em janeiro, a cotação da moeda norte-americana fechou em R\$ 4,16, no maior nível desde a criação do real, em meio ao agravamento da crise política e à queda nos preços internacionais do petróleo, de acordo com dados do Portal de Investimentos em Ações da Bolsa de Valores do Brasil. Àquela altura, em 2016, quando os nervos estavam à flor da pele e o golpe a pleno vapor, o preço do dólar a R\$ 4,16 levou os brasileiros à exasperação. Quem diria que, cinco anos depois, a moeda teria atingido a casa dos R\$ 5 e tal, como está hoje (abril de 2022)?

No dia em que Temer assumia a vaga que ele cavou com os próprios pés – 13 de maio de 2016 –, a BBC fez um balanço econômico do legado do PT nos 13 anos de governo. Angel Melguizo, chefe da unidade de América Latina e Caribe do Centro de Desenvolvimento da OCDE, destacou na ocasião que nos últimos anos os índices de pobreza brasileiros caíram pela metade com a emergência de uma nova classe média. E admitiu que parte desse contingente podia ter seus ganhos ameaçados pelo aumento do desemprego e recessão econômica, e fez uma ressalva relativamente otimista, mas que já estava prestes a desandar:

Dados do Banco Mundial que mencionaremos em nosso próximo relatório indicam que 43% dessa nova classe média brasileira seria o que chamamos de classe média consolidada, que tem trabalho formal, proteção social e mais condições de se proteger da crise. E que apenas 38% seria parte da classe média vulnerável, que pode voltar para a pobreza. O índice do Brasil é melhor que em outros países da região", afirma. (COSTAS, 2016)

A inflação iniciou 2016 em ritmo acelerado e com projeções do mercado financeiro bem acima do teto da meta, de 6,5%. Em janeiro, a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), teve variação de 1,27%, com aceleração em relação a dezembro (0,96%). Em 12 meses, ficou muito acima do teto da meta, chegando a 10,71%, superior aos 10,67% registrados em 2015.

O desempenho de Michel Temer no setor econômico foi risível e o país pós-golpe permaneceu em estado de perplexidade e estagnação. Estudo do IBGE publicado em 4 de dezembro de 2021 constatou o avanço da miséria no país. Enquanto nos governos do PT 36 milhões de pessoas foram retiradas da condição de miseráveis, o que se viu nesse estudo foi que 1 em cada 4 brasileiros estão vivendo, hoje, abaixo da linha da pobreza. (ESTUDO...2021).

Temer entrou extinguindo o Ministério da Cultura, o do Trabalho e botou abaixo os direitos trabalhistas, numa ligeira agenda liberal rumo ao estado mínimo. Pequeno mesmo ficou o seu papel na história do país, depois de escândalos como as gravações do senador Romero Jucá e os seus próprios diálogos no escurinho da garagem, com Joesley Batista, o empresário absoluto do setor de frigoríficos e exportação de carnes. Preocupado com a possível delação por Eduardo Cunha, de seu torpe papel de conspirador (e outras coisas mais) no golpe, determinou: “Tem que manter isto aí, viu?” A mídia repercutiu, mas Michel Temer conseguiu sua inocência na Câmara ao preço de R\$ 14 bilhões aos cofres públicos (GLEISI..., 2018).

O ataque à democracia e às garantias constitucionais se deu em nome da Justiça e da moralidade (SOUZA, 2016). E, no entanto, o que se viu logo a seguir ao golpe foi o despencar de biografias de homens brancos, de ternos caros e bons sapatos, alguns com título de ex-ministro, como Moreira Franco, Gedel Vieira e outros nomes não menos “ilustres”. Todos esses perseguiram como cães farejadores o impeachment da presidente Dilma Rousseff em nome da tal moralidade de que nos fala Jessé Souza. Poderíamos acrescentar, ainda, o desejo de punir, presente em Foucault:

Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí está representada a defesa de cada um. Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator se torna o inimigo comum. (FOUCAULT, 1975, p. 89).

Foi a esta condição que reduziram Dilma Rousseff: a de inimiga comum do país, que precisava ser extirpada da cadeira da presidência, para dar lugar a um Brasil supostamente mais limpo e organizado. Não levaram em conta nem sequer o que apurou a perícia do Senado, em material divulgado em 27 de junho pela *Agência Estado*, e que foi comentado pela presidente, em entrevista à Rádio Guaíba, naquele dia. “Hoje ficou caracterizado que os motivos pelos quais me acusam não caracterizam crime. Nós viemos dizendo isso há muito tempo, mas agora a perícia constatou isso”, declarou. (PERÍCIA..., 2016).

Como nos contou Almeida (2016), o Brasil inteiro parou para ver a luta – ou para lutar contra a presidente. Chegou ao clímax uma paralisia asfíxica que fez tudo ficar à espera de um desfecho da longa e tenebrosa novela. Investimentos, confiança, governabilidade, projetos, emprego, esperança, tudo foi agravando ao longo de 16 meses do segundo mandato de Dilma.

Da resistência à ditadura militar até o impeachment que sofreu, Dilma se acostumou a enfrentar dificuldades e lidou de maneira fria e racional com elas. Assim aconteceu durante o processo em que foi mastigada diariamente por uma sucessão de crises. Dias antes, mesmo questionada sobre a debandada de aliados, interessados em cortejar o iminente novo presidente em troca de benesses do poder, e como se manter firme diante do que via, ela abriu sua memória para os tempos de combate da ditadura. Quando caiu nas mãos da repressão, disse, ela levada de um lado para outro para ser torturada. Um dia na Oban, outro no Dops, outro no presídio Tiradentes – a ponto de sentir alívio nos feriados, quando sabia que os torturadores iam para suas casas descansar com a família. “Você ia pensar o quê? Não tem saída, isso é assim para sempre? Você se desespera? Não. Eu só pensava que aquilo ali não duraria para sempre. Você encara se tiver esperança de que aquele estado de coisas vai mudar. E muda (ALMEIDA, p.215).

Sim. Muda. A sua saída do governo não necessariamente representou a mudança que as elites e a classe média conservadora queriam. Ela mesmo – a classe média -, já com parcela significativa de arrependidos. Muitos dos que gritaram “fora Dilma”, abriram caminho para a chegada ao poder de um governo de ultradireita. Podem não admitir, mas sabem disso.

Os personagens daquela ópera bufa estão por aí. Alguns tentando um retorno aos holofotes da política, outros se equilibrando, ainda, sobre acusações e processos intermináveis abertos pela famigerada Lava-Jato.

Os fatos foram contados a conta-gotas, ora pela própria mídia – como a *Folha de São Paulo*, que chegou a publicar as conversas pouco airosoas, travadas pelos baluartes da Operação – ou pela boca (e pela pena) dos que usurparam o poder. Talvez Freud explique. Não suportaram o silêncio de suas culpas e trouxeram em entrevistas e livros, revelações, como o próprio Michel Temer, que deu à sua obra o apropriado título de *A Escolha* e confessou: “foi golpe”. O mesmo fizeram o senador Tassos Jereissati (PSDB-CE), o ex-ministro Aloysio Nunes (PSDB-SP) e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, mais recentemente.

Não vimos, ainda, jornalistas enfezados, que compraram a briga dos patrões, dizerem de público que contribuíram com a “numeralha” negativa do desemprego, da desordem política e da alienação do patrimônio do país, a troco de nada. Ainda não lemos um editorial dos veículos que se uniram em *pool* golpista para desinstalar do poder uma presidente comprovadamente honesta, reconhecendo que jogaram o país em uma aventura que ainda não terminou. Estamos “no ar, antes de mergulhar”.

Mas lemos, ora se lemos, um general escrever suas memórias onde revelou: “fui eu e o alto Comando do Exército”. Um ex-presidente indevido contar como articulou para abocanhar o poder. E, por fim, pudemos ter entre as mãos as 1307 páginas do livro, *Tchau*

Querida, indigestas, manipuladoras e, em grande parte, mentirosas, do articulador do golpe, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Com toda a desfaçatez que lhe coube, ele inicia a sua narrativa – palavra desbotada, esta –, assim:

Este livro começa com a história cujo final todos conhecem. No dia 17 de abril de 2016, um domingo, por volta das 23 horas, o então deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) deu o voto decisivo, de número 342, a favor da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em uma votação que terminaria com 367 votos favoráveis, 137 contrários e sete abstenções (p.15)

De sua conspiração participaram: Michel Temer (PMDB-SP); Aécio Neves (PSDB-MG), Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP); José Serra (PSDB-SP); Aloysio Nunes (PSDB-SP); Rodrigo Maia; ex-DEM-RJ, e tantos outros, com o fundamental apoio da mídia, assim descrito pelo sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos.

A forma, na democracia, confirma o conteúdo. Julgar por um suposto crime e condenar por um pretense conjunto de fatos mais graves é uma forma de manipulação da opinião pública. Mais uma vez, entre o empresariado, a sociedade e os seus representantes, a mídia assumiu papel de coordenação. Na ponta, alguns dos mesmos veículos de 1964: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. No lugar de Carlos Lacerda, uma miríade de jornalistas e de políticos sem o mesmo talento retórico, mas com a mesma sede golpista. (SANTOS, 2016, p. 155).

O sociólogo ilustre viu na atuação da mídia em 1964 e em 2016 a mesma volúpia pela conspiração e pelo golpe, para defender o que perseguem: o capital. Esta impressão encontra respaldo em evidências concretas e observáveis, se analisada com rigor metodológico a cobertura dos principais veículos de comunicação do país na crise de 2016? É o que o próximo capítulo desta dissertação pretende responder, por meio da realização de análise de conteúdo das coberturas da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*, em busca dos padrões discursivos adotados pelos dois veículos no período de janeiro a agosto de 2016.

5 - Análise de Conteúdo

Dilma Rousseff foi a 36ª pessoa a presidir o país e a primeira mulher eleita para o cargo de presidente da República do Brasil, para o período 2010-2014. Concluído o último ano de mandato – o que poderia optar pela reeleição (2014) –, ela voltou a se candidatar, concorrendo a um segundo mandato (previsto na Constituição para quatro anos). Venceu um pleito apertado, em que disputou sendo alvo de um jogo bruto do tucanato, cujo candidato foi o então senador por Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Um liberal abertamente apoiado pela mídia tradicional. Dilma alcançou 51,64% dos votos válidos (54,4 milhões de votos) e Aécio chegou aos 48,36%, obtendo 51 milhões, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A distância de pouco mais de três milhões de votos entre eles desencadeou no dia seguinte ao pleito uma verdadeira campanha pelo “cancelamento” do poder da presidente eleita. Numa atitude nunca vista, Aécio Neves não reconheceu a vitória de sua oponente, atropelou a ética e a democracia e foi ao TSE pedir recontagem dos votos. Dali por diante, o que se viu foi a sucessão de fatos diariamente amplificados pela mídia, que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, concorrendo para isso manchetes, editoriais e insistentes matérias negativas, conforme será demonstrado neste capítulo.

As Eleições 2014 ocorreram em um contexto singular do país, marcado por um momento de crise política e econômica. (...) Ao comparar a estratégia narrativa, adotada pelos dois candidatos do segundo turno do pleito de 2014 de modo decrescente, foi observado que Dilma Rousseff focou em três principais preocupações: “ataque a adversário”, com 35,78%; “construção de sua imagem do país”, com 26,06%; e “construção da imagem política”, com 13,74%. Por outro lado, Aécio Neves dividiu sua narrativa focando em três objetivos: “ataque a adversário”, com 41,7%; “construção da imagem do político”; com 19,81%, e “(des)construção da imagem do país”, com 12,77% (Quadro 02). (SOUZA; LEAL; OLIVEIRA, 2019, p.6)

Durante os dois últimos anos em que esteve à frente da presidência, Dilma passou por um processo – do ponto de vista da mídia –, muito semelhante ao que contribuiu para o golpe contra o ex-presidente João Goulart, cuja atuação da imprensa e dos canais de TVs, por sua queda, foi fortemente organizado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), entre 1962-1964.

Com a diferença que, desta feita, as redes sociais, inexistentes em 1964, entraram em campo para impulsionar e apressar a mobilização da sociedade, principalmente a classe média, verdadeiro fiel da balança quando se trata de se posicionar politicamente.

A classificação da classe média como nova burguesia surgiu com os estudos de Gisborne, no século XIX, que afirmou haver a existência de uma *middle class*. Um dos papéis atribuídos a ela, por Gisborne, era o de fazer a intermediação entre nobres e os menos favorecidos, ou os “arrendados”.

Em janeiro de 2016, com a Lava-Jato em curso, a mídia já havia se posicionado, intensificando o trabalho diário da cobertura das atividades do grupo de Curitiba. Tal postura desequilibrou as forças progressistas que ocupavam o poder (Partido dos Trabalhadores - PT).

Como aconteceu com os jornais impressos que circulavam em 1964, os editoriais, as matérias e as manchetes apontavam o dedo para as mazelas do governo, não da maneira responsável e vigilante que deveria nortear o trabalho dos jornalistas e veículos de Comunicação, mas com visível viés persecutório e destabilizador, como será possível observar no estudo detalhado das tabelas que compõem esta análise.

Cientes do seu poder de persuasão, os diversos veículos voltaram as suas baterias para um trabalho constante de levar aos leitores ideias alarmistas e golpistas. Essas ideias, emanadas dos barões da mídia, resvalavam para os “aquários” – espaço onde ficam os comandantes das redações, os editores –, até chegar à ponta, ao “reportariado”. Este, sim, o grupo incumbido de colocar a mão na massa e trazer das ruas, empresas e gabinetes o fermento (as informações) que fariam crescer em negatividade e torrar no forno das ideologias neoliberais os personagens a serem descartados.

O presente trabalho buscou através do método de análise de conteúdo formatado pela professora de Psicologia na Universidade de Paris V, Laurence Bardin (ela aplicou a técnica que dá título ao seu livro-referência, na investigação psicossociológica), inspecionar, com base em tabulação dos dados coletados e de tabelas, a incidência de assuntos pré-selecionados, como a temática do golpe de 2016.

O objetivo, neste caso, foi verificar as intenções contidas no jornalismo que deveria ser isento, em democracias consolidadas, praticado pelos dois principais jornais do país. Partiu-se dos veículos de maior circulação: *O Globo* (Rio) e *Folha de São Paulo* (SP), ambos com um discurso influente tanto na classe média – seu público/leitor – aquela que forma o rumo das opiniões, emanadas de uma elite poderosa –, quanto a de um mercado financeiro com claros interesses no destino do capital. Esses veículos, como

veremos, tomando por base o material averiguado, se colocaram a serviço do golpe de 2016.

Como resultado, a julgar pelos números, colheram mais antipatia do que leitores. Dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), - publicados pelo portal Meio & Mensagem, de 20 de fevereiro de 2017 -, financiado pelas próprias empresas para medir o alcance desses veículos e informar ao mercado publicitário quantas pessoas leem cada um deles, registraram em abril de 2016 vertiginosa queda nas tiragens. É bom lembrar que este foi o mês que marcou a votação na Câmara pelo afastamento de Dilma. Era o auge do golpe, portanto, e a tiragem dos jornais brasileiros – *Folha de S. Paulo* e *O Globo* – despencou.

De acordo com o site Uol, reproduzido pelo portal DCM (GOMES, 2016) os valores – embora se referissem apenas ao mês de abril, o que prejudica a comparação com os três meses anteriores –, demonstram que a retração nas vendas foi grave. A *Folha de São Paulo* que em 2013 vendia 240 mil exemplares foi despencando: caiu para 217 mil em 2014; 189 mil em 2015 e chegou a 2016 com uma tiragem de apenas 166 mil exemplares.

Igual situação se deu com *O Globo*, que em 2013 estava com a tiragem em 228 mil; já em 2014 era de 213 mil; em 2015 caiu para 194 mil, chegando a 2016 com 181 mil exemplares em sua tiragem. Um pouquinho acima da *Folha*, talvez graças ao perfil conservador do seu público. Em ambos os casos, porém, fica evidente o tamanho do tombo. Principalmente no caso da *Folha*, que há duas décadas tinha aos domingos uma tiragem na casa de 1,5 milhão de exemplares.

Sem dúvida há que levar em conta a tendência dos leitores de migrarem para o meio digital, mas é possível que essa queda exatamente naqueles anos, reflita a insatisfação do público com a linha editorial adotada, em que fatos importantes foram “editorializados” ou a cobertura feita de modo unilateral comprometeu o resultado.

A queda aponta mais para uma insatisfação com o conteúdo, levando-se em conta que o período de 2013-16 elevou o interesse pelo noticiário, em razão da crise política e econômica. O esperado seria que os jornais estivessem vivendo um apogeu e, no entanto, demonstraram decadência.

A reboque da massificação de notícias diárias, a classe média ecoou em volumosas manifestações as palavras de ordem dos poderosos, colhidas nos jornais (e, agora, de todo tipo de mídia, incluindo as novas ferramentas tecnológicas usadas para eleger ou destituir

governantes, as redes sociais). Esse dirigismo das opiniões é descrito pela filósofa Marilena Chauí, no trecho de um dos seus artigos, transcrito abaixo.

(...) No entanto, basta darmos atenção aos horários dos programas de rádio e televisão ou ao que é vendido nas bancas de jornais e revistas para vermos que as empresas de divulgação cultural já selecionaram de antemão o que cada classe e grupo sociais pode e deve ouvir, ver ou ler. No caso dos jornais e revistas, por exemplo, a qualidade do papel, a qualidade gráfica de letras e imagens, o tipo de manchete e de matéria publicada definem o consumidor e determinam o conteúdo daquilo a que terá acesso e o tipo de informação que poderá receber. Se compararmos, numa manhã, cinco ou seis jornais, perceberemos que o mesmo mundo – este no qual todos vivemos – transforma-se em cinco ou seis mundos diferentes ou mesmo opostos, pois um mesmo acontecimento recebe cinco ou seis tratamentos diversos, em função do leitor que a empresa jornalística tem interesse (econômico e político) de atingir. (CHAUI, 2008, ps. 59,60).

O método de que utilizamos para analisar o material foi escolhido pela coincidência de parâmetros. Ao descrever, logo na abertura da introdução do seu livro *Análise de Conteúdo*, os questionamentos que lhe assaltaram a alma enquanto escrevia o seu trabalho-referência, Laurence Bardin conta que se perguntava: “como passar do uno ao múltiplo? Como compreender, analisar, sintetizar e descrever inquéritos, artigos de jornais, programas de rádio ou de televisão, cartazes publicitários, documentos históricos e reuniões de trabalho?” (p.11) São perguntas coincidentes com as que ainda hoje povoam as nossas mentes.

Naquela época, o formato de análise dessas comunicações ainda não existia, mas a vontade de entendê-los já estava presente nos que se debruçavam sobre os estudos do marketing ou por meio de entrevistas utilizadas pelos sociólogos. Enquanto se fazia tais perguntas, a autora conta que buscava: onde está o “livro de receitas”? Com o material reunido a partir de trabalhos dos quais participou, considerou que poderia fazê-lo, mas ao mesmo tempo estancou diante de outras tantas perguntas tais como:

Como proceder para analisar, e depois teorizar, a partir de um material abundante, sobredeterminado de sentido, na ausência quase total de um método técnico para além da primeira e original demonstração de Barthes a propósito das relações entre texto e imagens das famosas massas Panzani? (BARDIN, 1977, p. 12).

Bardin concluiu o seu trabalho em 1977 e em 1987 fez nova edição, reformulada, retirando a parte em que citava Pêcheux (*Análise Automática do Discurso*) por considerá-la, naquele momento, “protótipo demasiado experimental”. Em sua obra, Laurence Bardin nos traz uma apreciação crítica de análises de conteúdo como uma forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas.

Mesmo na edição remodelada, ela não deixou de lado a parte histórica, em que traz a hermenêutica como “a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos”; “a

interpretação dos sonhos, antiga ou moderna, a exegese religiosa (em especial a Bíblia)” (p.20). Porém, de volta ao século XX, colocou a análise de conteúdo no colo de quem a pariu, de fato, lá nos idos de 1930, tal como a conhecemos: os Estados Unidos.

Nesta época, o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo da Columbia dá o pontapé inicial e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais. É feito um inventário das rubricas, segue-se a evolução dos órgãos de imprensa, mede-se o grau de “sensacionalismo” dos seus artigos comparam-se os periódicos rurais e diários citadinos. (BARDIN, 1977, p. 21).

Tampouco deixou de abordar os que vieram antes dela na busca do que chamou de “investigação laboriosa de documentos”. Apelar para a investigação de documentos, diz Bardin, “é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer “não à ilusão da transparência” dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea”. Para ela, essa busca compreende acima de tudo a dúvida:

É igualmente “tornar-se desconfiado” relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do “construído”, rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade. Esta atitude de “vigilância crítica” exige o desvio metodológico e o emprego de “técnicas de ruptura e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objeto de análise. É ainda dizer “não “à leitura simples do real”, sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o caráter provisório de hipóteses, definir planos experimentais ou de investigação (a fim de despistar as primeiras impressões, como diria P.H. Lazarsfeld). (BARDIN, 1977, p.34)

Seguindo os preceitos da autora, o que se buscou nesta análise de conteúdo foi verificar em que medida, em 2016, os veículos de modo geral e em nosso caso os jornais impressos particularmente usaram, tal como no período compreendido entre 1962 e 1964, do convencimento e da repetição de alguns temas até a derrubada do presidente João Goulart, em 1964. Conforme o material coletado, a mesma estratégia foi trazida pela mídia para o golpe de 2016, quando as edições aliavam manchetes escandalosas, escoradas em fatos pinçados para também influir e colocar para fora da presidência a governante do PT, partido que já estava no comando do país há 13 anos e se encaminhava – com a eleição da presidente Dilma Rousseff – para trilhar 16 anos de poder.

Assim, com a mesma sanha golpista com que trabalharam a derrubada de Jango, na década de 1960, desta vez o fizeram para tirar do Planalto uma mulher, a segunda a

dirigir um país na América no Sul (a primeira foi Michelle Bachelet, no Chile de 2006 a 2010) e a primeira a ter o cargo mais importante, no Brasil. Qualquer semelhança entre o processo levado a cabo entre 1962 e 1964, e outro, o de 2016, pode não ter sido mera coincidência, como vamos passar a demonstrar, usando o método de análise de conteúdo de Bardin.

5.1 - Breve história sobre os veículos analisados

Aqui, nesta análise, por optar pelo caráter comparativo entre a atuação dos jornais em 1964 e o processo de 2016, a escolha recaiu, como já dito acima, sobre *O Globo* (Rio) e a *Folha de São Paulo* (SP). Pelo motivo já exposto – o de serem de grande circulação entre a classe média – e para estabelecer um padrão compatível com os meios disponíveis na época (1962-1964), que também eram os jornais impressos. Para repisar a tradição desses veículos convém passar brevemente pela história de ambos.

5.1.1 - *O Globo*:

O jornalista Irineu Marinho fundou o vespertino *A Noite*, no ano de 1911. Depois de vender o controle do jornal a um dos sócios, mediante o compromisso de recompra das ações, o acordo não foi cumprido. As ações não lhe foram revendidas e Irineu perdeu o título do jornal. De volta de uma viagem à Europa, Irineu Marinho entregou-se à criação de um novo jornal identificado com o Rio. Foi assim que surgiu *O Globo*. Antigos companheiros de *A Noite* vieram juntar-se a ele nessa nova empreitada.

A primeira edição do então vespertino circulou no dia 29 de julho de 1925, dez dias após o aniversário de Irineu. Nesse dia foram lançadas duas edições do jornal, num total de 33.435 exemplares. Inicialmente, a distribuição ficou a cargo dos chamados “gazeteiros”. Em seguida, *O Globo* chegou às bancas.

Para escolher o nome do seu novo jornal, Irineu Marinho promoveu um concurso. O resultado foi anunciado em 20 de junho de 1925, com o título *Correio da Noite* aparecendo como o mais votado. Mas essa patente já tinha dono, e o jornalista decidiu-se pelo segundo nome mais votado, *O Globo*.

5.1.2 - *Folha de São Paulo*:

Segundo o site da Folha/Uol:

A história da Folha começa em 1921, com a criação do jornal “Folha da Noite”. Em julho de 1925, é criado o jornal “Folha da Manhã”, edição matutina da “Folha da Noite”. A “Folha da Tarde” é fundada após 24 anos. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal Folha de S. Paulo (HISTÓRIA...[201-?])

Olívio Olavo de Olival Costa foi o primeiro diretor da *Folha da Noite* e da *Folha da Manhã*. Em 1962, o jornal foi adquirido pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Frias assumiu o comando da linha editorial. Atualmente, o diretor de redação do Grupo Folha é Sérgio Dávila, jornalista que há 25 anos vem trabalhando na casa.

5.2 - Sai a subversão e entra em cena a corrupção

Os ataques aos “comunistas”, “esquerdistas” e aos “vermelhos”, que de 1962 a 1964 frequentaram à exaustão as páginas dos jornais – e permaneceram enquanto durou a ditadura implantada com a queda de Jango (1964-1985) –, ganharam agora destaque os espaços, das redes sociais. E se no passado a “subversão” dominou o discurso na mídia, concorrendo com a “corrupção”, em 2016 a predominância se deu no tema “corrupção”, tônica das manchetes, editoriais e matérias na mídia naquele ano.

A migração em massa dos conteúdos noticiosos para a internet, já a partir da virada do milênio, causou uma grave crise econômica nos meios tradicionais da imprensa, pois rapidamente se viram privados de boa parte de seus rendimentos advindos de assinaturas e de anunciantes (BOLAÑO, 2018). Os usuários, antigos assinantes, foram à internet em busca de notícias gratuitas ao passo que os anunciantes, por razões óbvias, os seguiram. As receitas que antes financiavam a operação dos grandes jornais e do telejornalismo agora são canalizadas por serviços como o GoogleAds a sites que muitas vezes não são produtores de conteúdo jornalístico. (FERES JÚNIOR, João, 2020, p.3)

Passemos ao material colhido e aferido dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*. ao compilarmos os dados, obtivemos os seguintes resultados: foram analisados um total de **42** editoriais de *O Globo* e **45** da *Folha*; **45** manchetes de *O Globo* **43** da *Folha* e **45** matérias de *O Globo* e **45** da *Folha*. Todo esse material, num total de **265** unidades analisadas, ganhou destaque o termo “corrupção”. Tomou-se por critério que o conjunto a ser examinado deveria ser o de: editoriais (por traduzirem a voz do dono), manchetes (que é onde o olhar do leitor pousa primeiro) e reportagens (resultantes do trabalho dos jornalistas que vão a campo). As datas selecionadas foram as que se referissem à véspera de um fato importante que tenha desencadeado algum movimento ou mudança marcante no ambiente político, a do dia do fato em si e a do dia seguinte.

Para melhor compreender o conteúdo analisado foi necessário, conforme as teorias de Bardin (1977, p. 51), destacar em uma tabela os itens com maior probabilidade de aparecerem no material pesquisado (*categorização*).

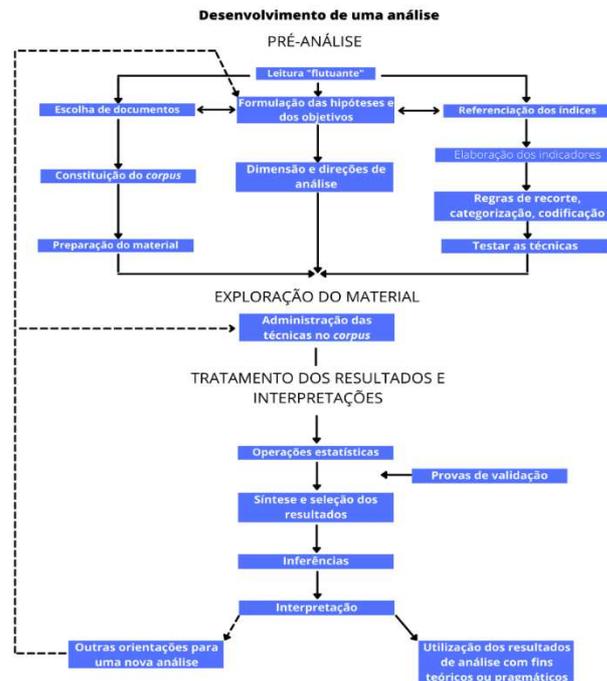


Figura 5 – Desenvolvimento de uma análise (Fonte: BARDIN, 1977, p.132)

Laurence Bardin nos chama a atenção para o fato de que “por detrás da semelhança de certos procedimentos existem diferenças essenciais”. E nos mostra o contraste:

- A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).
- A análise documental faz-se, principalmente, por classificação-indexação; a análise categórica temática e, entre outras, *uma* das técnicas da análise de conteúdo.
- O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. (BARDIN, 1977, p.52)

Tomando então o caminho da análise de conteúdo, a providência inicial foi a escolha dos itens que comporiam a tabela básica (*categorização*). A escolha foi apontada pelo contexto político e influenciada pela organização que os próprios jornais imprimem às suas edições. A divisão clássica é por editoriais, que têm como carros-chefes a “Política” e a “Economia”, seções onde costumam desaguar os temas que mudam a vida do país. É preciso destacar também que “Economia” era um dos fatores em que uma sociedade machista poderia se pegar para apontar fragilidades no governo da primeira

mulher que dirigia o Brasil. Afinal, do ponto de vista dos preconceitos acumulados ao longo dos anos, mulheres “não entendem de economia”. Vejam o exemplo abaixo:

Na matéria “Temer deveria ajudar Estados e privatizar, afirma ex-presidente do BC” (28 de abril de 2016), o jornal apontou que o economista Gustavo Franco, defensor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, disse haver uma “incompatibilidade de gênios’ entre a economia e a petista”.

A imagem pessoal de Dilma também é negativa. Há uma dramatização de sua imagem. O jornal a apresenta sob a imagem de uma pessoa em total descontrole, que não sabe mais o que fazer e perdeu o domínio sobre a própria vida (SCHWARTZENBERG, 1977). Dilma Rousseff aparece como sendo um animal felino, que ataca e oferece perigo àqueles que estão à sua volta pela sua personalidade difícil e pelo seu gênio forte (COIMBRA, 2018, p. 238).

***A análise consistiu no enquadramento dos conteúdos em sete categorias:**

- 1) Economia (textos centrados em debates relativos a essa área);
 - 2) Política (quando o tema foi abordado sem que a ênfase do material recaísse nas personalidades de Dilma ou em outras figuras do governo);
 - 3) Personagens do governo (foco em ministros, secretários etc.);
 - 4) Dilma-personagem (foco na figura de Dilma, e não nas questões programáticas e ações do governo que ela dirigia);
 - 5) Gênero (textos cujas estruturas enfatizaram a condição feminina para abordar Dilma e seu governo);
 - 6) Corrupção (quando esse eixo temático foi apresentado em termos generalistas ou em outros casos que não os relacionados à operação Lava-Jato);
- Sobre o tema “Corrupção” é interessante observar que o jornal *O Globo* chegou a criar “selos” de alto de página, a fim de chamar a atenção dos leitores. Naquele espaço, seriam tratadas as notícias em torno dos “escândalos”: “Crise Política”; “Escândalos em Série”; “Ecos da Lava-Jato” e “Lava-jato no Planalto”, são apenas alguns dos exemplos.
- 7) Lava-Jato (conteúdos cujas ênfases se concentraram nessa operação específica).

*Um dos itens a serem cogitados para integrar a tabela de categorização, foi o tema subversão, forte argumento contido na preparação do golpe de 1964. Porém, com o avanço tecnológico, esse item migrou para as redes sociais, onde era explorado com intensidade, sumindo das páginas dos jornais impressos em 2016. Com o desfecho do processo de impeachment e aumento das manifestações pró-Dilma, a subversão frequentou novamente as páginas da Folha e de O Globo, indo parar, inclusive, no editorial deste último. Neste caso, foi forçoso incluí-lo na análise e no gráfico do final (agosto/setembro), a fim de demonstrar de forma fiel o que foi e o que não foi notícia no período.

Aqui, o modelo da tabela elaborada, a partir do conceito de categorização:

Tabela de análise		
Jornal:		
Data de circulação:		
Título:		
Editorias	Política	
	Corrupção	
	Economia	
	Lava-Jato	
	Dilma	
	Personagens do governo	
	Gênero	
Manchetes	Política	
	Corrupção	
	Economia	
	Lava-Jato	
	Dilma	
	Personagens do governo	
	Gênero	
Matérias	Política	
	Corrupção	
	Economia	
	Lava-Jato	
	Dilma	
	Personagens do governo	
	Gênero	
Observação:		

Figura 6 - Modelo de tabela utilizado na pesquisa

A opção por este método – o da análise de conteúdo – teve o intuito de demonstrar como evoluíram as crises e de que modo os jornais as reverberaram, amplificando os seus significados e efeitos. Por exemplo, o dia do afastamento do deputado Eduardo Cunha (MDB – RJ) presidente da Câmara e um dos principais articuladores para a queda da presidente. Nesse dia, 05 de maio de 2016, foi quando Eduardo Cunha perdeu não só o seu posto, como também o mandato de deputado federal. Ou ainda a cobertura do que os veículos chamaram de “a maior manifestação política de todos os tempos” (cuja convocação eles próprios se incumbiram de organizar nos dias que antecederam os atos), em 13 de março de 2016. A manifestação mereceu página inteira, com profusão de fotos e números em destaques sobre o total de pessoas que acorreram às ruas país a fora (falou-se de um público de três milhões) em ambos os jornais.

5.3 - O golpe nas páginas de *O Globo*

O processo para o impeachment da presidente Dilma Rousseff iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos

Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida em 15 de outubro daquele mesmo ano. A denúncia foi apresentada pelo procurador de Justiça aposentado, Hélio Bicudo, e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, tendo se arrastado por nove meses, até o dia 31 de agosto de 2016, quando resultou na cassação do mandato de Dilma. Nessa data ela se tornou a quarta pessoa a exercer o cargo de Presidente da República a sofrer impeachment, no Brasil. Antes dela, outros passaram pela desventura de serem depostos: Café Filho, Carlos Luz e Fernando Collor de Mello, o mais recente (1992).

Janeiro

Já em janeiro de 2016 o editorial de *O Globo* (dia 23) – *A Construção da Desconfiança na política econômica* –, demonstrava claramente o seu objetivo de erodir a confiança da sociedade na política econômica do governo e na capacidade de Dilma, que mal acabara de assumir o cargo. Nesse mês, ao todo, foram analisados três editoriais, três manchetes e três matérias e todas seguiram a tendência dos editoriais. Nesse mesmo dia em que a voz dos donos criticava a economia conduzida por Dilma, a manchete de primeira página chamava: *Procurador acusa governo de tentar proteger corruptos*, numa busca evidente de desqualificar a presidente Dilma Rousseff, e levando a crer que ela estaria acobertando a corrupção.

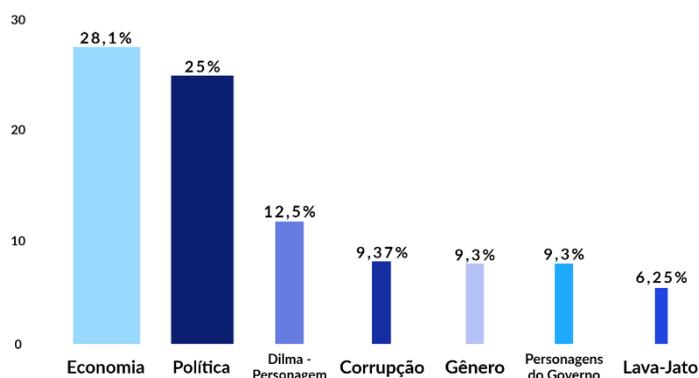
Os temas que predominaram tanto nos editoriais quanto nas manchetes e matérias foram as pautas econômicas. Era o início da “campanha” – como se vai observar ao longo dos demais meses analisados –, contra a maneira com que a presidente governava o país. Os jornais procuravam demonstrar que Dilma não tinha a capacidade gerencial que lhe foi atribuída em sua passagem pelos ministérios de Minas e Energia e da Casa Civil, onde adquiriu fama de boa gestora. Para isso, subtraíam a sua fala, o contraditório.

“Não haveria surpresas de última hora, quando os jornais, revistas e TVs buscavam a Secretaria de Imprensa ou diretamente os ministros instalados no Palácio para ouvir o outro lado, de denúncias ou notícias negativas para o governo – não raro faziam isso a poucos minutos do fechamento de suas edições, o que exasperava a presidente, o secretário de imprensa e quem mais lidasse com a resposta em questão”. (ALMEIDA, Rodrigo, “À Sombra do Poder”, 2016, p.16).

Editoriais – economia: 37,5%
Manchetes – 25% para economia e 25% para política
Matérias – 25% para economia e 25% para política

Tabela 1 – Aferição dos temas: janeiro *O Globo*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: JANEIRO - O GLOBO

Gráfico 1 – Recorrência dos temas: janeiro – *O Globo*

Levando-se em conta os dados acima, pode-se verificar que do ponto de vista de *O Globo* era importante, nos ataques à presidente Dilma Rousseff, demonstrar a sua inabilidade para a condução de uma política econômica eficiente, razão pela qual “economia” foi o tema mais frequente, com 28,1%. Também era preciso fazer crer que ela era conivente com a corrupção e não tinha a capacidade gerencial que a levou a ser indicada por Lula a candidata do partido, daí o tema “política” ter aparecido em segundo lugar, com 25%. E, ainda, não davam voz ao governo para se defender das críticas, motivo pelo qual as referências a ela foram menores: “Dilma-Personagem” (12,5%), o mesmo se dando com “personagens do governo” (9,3%) e “gênero” (9,3%).

Fevereiro

Numa exibição flagrante de má vontade para com o governo que se iniciava, o editorial de *O Globo* do dia 23 desqualificava as reformas da Previdência e Fiscal, anunciadas pelo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e pretendidas por Dilma. O jornal viu na atitude dela resistência às mudanças e as classificou de tardias e propositalmente modestas, com o fim de não contrariar o PT e os movimentos sociais. Segundo o jornal, Dilma deveria ter assumido o segundo mandato e tomado logo as medidas de contenção

de gastos. Só faltou o adjetivo “lerda” na linguagem de achincalhe adotada pelo jornal, para com a presidente.

Por conseguinte, Tavares (2003: p.3) destaca que “as relações de gênero são construídas historicamente através de uma hierarquia/antagonismo de gênero, caracterizadas pela dominação masculina e subalternidade das mulheres, ou seja, por uma assimetria no que se refere a posições e espaços ocupados por homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto privada”. (DE SANTANA, 2010, p.3).

No dia seguinte, (24), o jornal abusava dessa assimetria e voltava à carga na manchete e na matéria principal, acusando Dilma (assim como ao PT) de aparelharem os Fundos de Pensão com o objetivo de carrear verbas desses fundos para o “Caixa 2” das campanhas de Lula e Dilma – o que não restou provado. O discurso usado contra a presidente e o seu governo é o da corrupção, mesmo atacando a reputação do ex-ministro Luiz Gushiken, já morto àquela altura (falecido em 13/09/2013).

No dia consecutivo aos novos ataques, (25), *O Globo* destacou em editorial que com a prisão do marqueteiro João Santana cresceram os decibéis dos painelaços e a sociedade estava cada vez mais convencida da culpabilidade do PT nos malfeitos da Lava-Jato. No mesmo texto, anteviam o mal-estar que Lula sentiria ao assistir ao Jornal Nacional e o quanto os argumentos do partido estavam se fragilizando frente ao avanço das investigações da Operação que, dessa vez, ganhou um nome debochado: “Operação Acarajé”, referência à origem do baiano marqueteiro. O jornal culpava Lula pela radicalização do discurso “nós contra eles”. Matérias e manchetes desses dias refletiram a mesma posição estampada no editorial.

Fevereiro:

Editorial: política e personagens do governo – 21,42% cada
Manchetes: política – 42,85%
Matéria: política, corrupção e lava-jato – 20,8% cada

Tabela 2 – Aferição dos temas: fevereiro *O Globo*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: FEVEREIRO - O GLOBO

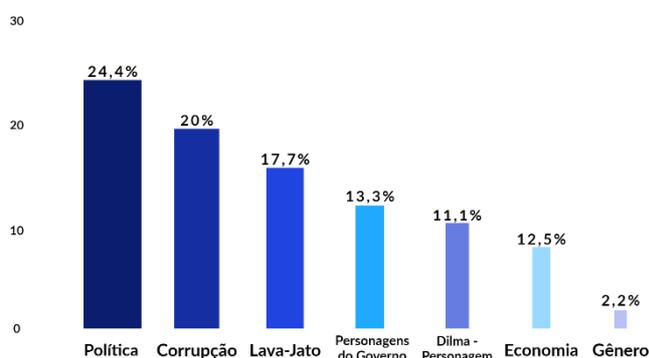


Gráfico 2 – Recorrência dos temas: fevereiro – *O Globo*

Nesse mês de fevereiro, a predominância foi a abordagem “política”, com 24,4% seguido de “corrupção”, com 20%; já se observando um crescimento do foco na “Lava-Jato”, com 17,7%. “Personagens do governo” entraram na pauta com 13,3%; “Dilma-Personagem”, com 11,1%; economia, com 8,8% e “gênero” com 2,2%. Enquanto as manchetes se voltaram para a política, as matérias exploraram o escândalo quase na mesma proporção, levando os itens “corrupção” e “Lava-Jato” a terem destaque. O jornal subia o tom da campanha difamatória contra o governo.

Ao acusar a presidente Dilma Rousseff de postergar as reformas – de interesse do mercado e do empresariado – e encaminhar “propostas modestas” para implementá-las, insinuaram que ela estava mais voltada para atender aos interesses do PT do que os da sociedade. Também a acusação de que o seu governo fez o aparelhamento dos Fundos de Pensão levavam a crer que o partido avançava sobre setores importantes de dominação da massa trabalhadora e “usurpava” poder em benefício dos seus quadros.

Março

O dia 5 de março foi determinante para todos os acontecimentos que viriam depois, até a queda de Dilma Rousseff. Naquele dia – o posterior à prisão coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, o jornal comemorava o fato de a Lava-Jato jogar lama sobre ele, o governo e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. Era o *day after* e *O Globo* comemorava, de maneira escancarada, com a seguinte manchete: “Finalmente a Lava-Jato chega às portas de Lula”.

Sem disfarçar a ansiedade e a torcida para que esse dia chegasse logo – o uso do advérbio “finalmente”, nos leva à esta conclusão –, também a delação premiada do senador Delcídio Amaral vazada naquele dia foi bem-vinda, do ponto de vista dos editores. Eles reforçaram no editorial a necessidade de se ir cada vez mais fundo nas “investigações” feitas pela turma de Curitiba, incensada e aplaudida pela “operação” de condução de Lula, que mais tarde viria a ser condenada pelo ministro do STF, Gilmar Mendes. O ministro a considerou ilegal, posto que Lula não recebeu um convite para comparecer espontaneamente ao depoimento. O ex-presidente da República foi “levado” sob aparato espalhafatoso da PF. A polícia invadiu a sua casa armada, às seis horas da manhã, quando ele ainda dormia, ao lado da esposa, D. Marisa, em São Bernardo do Campo (SP).

Como já apontado anteriormente, ao registrar no editorial do dia 6 daquele março (*13 anos de escândalos*) eles previam que se Dilma continuasse no governo o quadro econômico seria de “tragédia”, com a inflação chegando a 6,5%, e retrocesso dos “ganhos sociais”, que classificavam de “medidas eleitoreiras”. A mensagem sub-reptícia era a de que: “é preciso tirar a Dilma”.

O Globo insistia na tese de que o impeachment já se tornara justificável. Impossível não levar em conta que a debacle apontada por eles naquele momento se tornou de tal forma aguda nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que os números premonitórios da tragédia anunciada pelo jornal, naquele dia 6 de março 2016, hoje pareceriam inocentes e positivos, se configurassem o quadro econômico atual.

No dia 7 de março os editorialistas atacaram mais uma vez a política econômica da presidente, prevendo que “o inevitável estava por vir” (o impeachment). Criticavam principalmente a ideia ventilada por membros da equipe da presidente de voltar com a CPMF. Apelavam para um discurso moralista, ao mesmo tempo que visando a atingir o inconsciente coletivo na sua preocupação maior – a da segurança pública – aventando a hipótese de que Dilma estaria disposta a liberar máquinas caça-níqueis, o jogo do bicho e outras modalidades de jogos de azar, para aumentar a arrecadação, em vez de “adotar as medidas acertadas”.

Afirmavam que esse era o plano do ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves. Chegaram a falar do risco de que a liberação dessas modalidades trouxesse à cena as milícias e os seus banhos de sangue.

A violência não precisou do combustível anunciado pelo *Globo*: a volta dos jogos de azar. Pouco tempo depois – em 16 de fevereiro de 2018 –, Michel Temer nomeou o

general do Exército, Walter Braga Netto, como interventor do Rio de Janeiro. Ele, que ocupava o posto de Comandante Militar do Leste, foi deslocado para conter uma suposta onda de violência incontrolável, pelas forças de segurança locais. Sob a sua coordenação, o Rio viu acontecer no dia 14 de março daquele mesmo ano (2018), um crime político de repercussão mundial.

A vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) foi morta a tiros no interior do seu carro oficial, na Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, na região central do Rio, por volta das 21h30, quando saía de uma reunião. Além da vereadora, o motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e morreu. Uma outra passageira, assessora de Marielle, foi atingida por estilhaços. A investigação da Delegacia de Homicídios concluiu que Marielle foi executada por integrantes da milícia. Dilma estava fora do governo havia dois anos e os jogos de azar não entraram em pauta desde então, deixando claro que para a ação da milícia no Rio não precisava o funcionamento de jogos ou cassinos no estado. Ela já estava lá. Bem estruturada e intocável.

No dia 15 de março de 2016, os editores voltavam à carga contra a presidente, na manchete: “Dilma pode dar a Lula superpoderes no governo”. Nas praças e avenidas o povo engrossava as manifestações, numa massa compacta contra a presidente, inspiração para o editorial do dia. As PMs falaram em 3,4 milhões de pessoas nas ruas em todo o país, nas manifestações do domingo, dia 13. Os organizadores (Movimento Brasil Livre) “inflacionaram o número para 6,9 milhões”, de acordo com o próprio jornal (Editorial: Um ‘basta’ das ruas a Dilma, Lula e PT”, 15/03/2016, O Globo).

Em sua análise sobre o que aconteceu pelas praças Brasil a fora, o jornal decidiu dar um tom “editorializado” às matérias, interpretando que quem se manifestou o fez contra Dilma e o PT e “a favor de Sérgio Moro e da Lava-Jato”. Classificaram os atos como “maior manifestação política do país”. (“A voz que ecoa das ruas” – O Globo – 14/03/2016). E não perderam a chance de passar o recado dos patrões, dizendo que as manifestações: “forçam uma definição sobre o futuro de uma presidente acuada no Palácio”. (Editorial: “Um ‘basta’ das ruas a Dilma, Lula e PT”, 15/03/2016, O Globo). Tinham pressa.

A imagem da presidente acuada trazia embutido um viés de gênero, pintando-a como uma “mulherzinha” presa na “torre” do palácio. O tom até fazia lembrar a figura das pobres princesas indefesas, raptadas na Idade Média por reis inimigos.

(...) é evidente certa insistência da mídia e dos considerados mais tradicionais em preservar normas do passado no tempo presente. Trata-se de valores ultrapassados, utilizados para manter sistemas e modelos de conduta ao ser

feminino, atitude totalmente inadequada ao contexto atual. (SOUZA; MELLO, 2021, p. 238)

Outro ponto destacado foi a convenção do PMDB, ocorrida no sábado anterior às manifestações do dia 15. A convenção reconduziu o vice-presidente da República e articulador do golpe, Michel Temer, ao cargo de presidente do partido. Ao mesmo tempo, o PMDB lhe dava um ultimato: ele deveria em 30 dias tornar-se independente do Planalto (leia-se, da presidente Dilma).

Enquanto isso, Eduardo Cunha, já de costas para o Planalto, imprimia celeridade ao processo de impeachment. Há quem tenha interpretado a sua atitude como uma vingança por não ter tido apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), na ocasião de sua eleição para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Ao contrário do que ele esperava, o PT apostou na candidatura de Arlindo Chinaglia (PT-SP), deixando Cunha no “sereno”. O texto fazia troça do discurso do Partido dos Trabalhadores, de que Dilma estaria sofrendo “um golpe” e chamaram a denúncia de “mantra” do partido.

Não era só o PT e tampouco era um mantra. Em Paris, naquele mesmo dia 15 de março em que *O Globo* parecia fazer pouco do receio externado pelo partido da presidente, de que a tentativa da mídia local e de todas as forças da oposição era derrubar o governo, o jornal *Le Monde* trazia a primeira denúncia internacional de que a presidência do Brasil estava sob ataque e isso poderia resvalar para um impeachment. De perfil sabidamente liberal e conservador, o jornal reproduziu a denúncia de “golpe”.

Embora a matéria tenha aproveitado o enfoque das manifestações, ela já estava sendo articulada por mim, desde o dia 5 de março, quando detectei naqueles acontecimentos a iminência de um golpe, nas mesmas feições do que havia sido armado contra o presidente João Goulart, em 1964. A prisão coercitiva de Lula acendera o alerta. Nesse dia, o da prisão do ex-presidente, escrevi um manifesto acrescido de alguns parágrafos do professor e coordenador do departamento de Direito, da PUC, João Ricardo Dornelles. Com sua ajuda, colhi 134 assinaturas de intelectuais, juristas e artistas de peso, como a do compositor Chico Buarque de Holanda, e em seguida encaminhei a denúncia ao jornal *Le Monde*.

A finalização da intermediação em Paris foi feita pela jornalista brasileira e radicada na França, Leneide Duarte-Plon. Desde o dia 5, o posterior à condução coercitiva do ex-presidente Lula, a matéria com o manifesto permaneceu na gaveta, até que com o “gancho” (motivação) das manifestações foi, enfim, publicada. Em meia página, a edição dava destaque para os protestos da direita, mas concedia voz aos que do outro lado

lutavam pela manutenção da democracia e pelo respeito aos 54 milhões de votos em Dilma Rousseff.

O texto do *Le Monde* citava o manifesto – embora contabilizasse um total de apenas 80 assinaturas, com destaque para a do músico e compositor Chico Buarque –, e trazia uma avaliação de um integrante do Gabinete de Análises e de Prognósticos Políticos – Eurasia, João Augusto de Castro Neves.

Na opinião do cientista político, havia 65% de probabilidade de Dilma deixar o governo. E, avaliava: “*La question n’est plus de savoir quand mais comment le gouvernement va tomber*” (“A questão não é mais quando, mas como o governo vai cair”) antecipava. Ele considerava também a probabilidade de colapso do governo. “Ao contrário do que alguns acreditam, o impeachment não seria uma solução para a estabilidade política do país”.

8 | INTERNATIONAL

fr. *Monde*
MARDI 13 MARS 2016

Au Brésil, Dilma et Lula conspués par la rue

De grandes manifestations ont visé la présidente et son prédécesseur, soupçonnés de corruption

SÃO PAULO - correspondante

Ce dimanche 13 mars, sur l’avenue Paulista, à São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva, président du Brésil de 2003 à 2010, icône des classes populaires, ne valait guère plus de 10 reais (2,50 euros). Le prix d’un petit ballon à effigie de l’ancien métallo grimé en bagnard, matricule « 13-171 », que se sont arraché une bonne partie du 1,4 million de manifestants (selon le secrétariat à la sécurité de São Paulo ; 500 000 selon l’institut de recherche Datafolha) venus réclamer la prison pour l’ancien président suspecté de corruption. « C’est cher payé. Lula, le vrai, il veut zéro », lâche Leticia Falcao, une jeune bourgeoise accompagnée de sa mère et de son fils.

Des centaines de milliers de manifestants à Rio de Janeiro, des dizaines de milliers dans les autres grandes villes du pays, les Brésiliens étaient au total plus de 3 millions, selon le secrétariat à la sécurité publique, à être descendus dans les rues dimanche. Une mobilisation historique. En colère contre Lula, le « *démago* », et Dilma Rousseff, sa successeuse et actuelle présidente, dont il réclame la destitution (« impeachment »), les manifestants n’applaudissaient qu’à la vue des hélicoptères de la police fédérale et à l’évocation du juge Sergio Moro, leur « justicier », qui se bat contre la corruption gangrenant leur pays.

Quatrième édition d’une série de protestations commencée en avril 2015 pour appeler au départ de la présidente quelques mois seulement après sa réélection, l’exaspération des Brésiliens a été aiguisée par les derniers développements de l’enquête « Lava Jato » (lavage express) dirigée par le juge Moro. L’affaire, qui a mis au jour un réseau de corruption tentaculaire liant le groupe pétrolier Petrobras, des entreprises du bâtiment et des travaux publics (BTP) et des politiques de tout bord, se rapproche maintenant de Lula. Suspecté d’avoir bénéficié de caudex de groupes de BTP, l’ancien président a vu son domicile perquisitionné, le 4 mars, avant d’être contraint à faire une déposition devant les policiers.

Sur la défensive

L’opération, menée devant les caméras de télévision, a outré les plus fidèles soutiens de l’ancien syndicaliste, qui ont dénoncé la partialité de la justice, le complot des élites et une chasse aux sorcières orchestrée contre le Parti des travailleurs (PT, gauche), la formation présidentielle. Mais l’action policière a aussi révélé un Lula mal à l’aise face aux accusations, un homme sur la défensive, soutenu maladroitement par Dilma Rousseff, prête à le faire entrer dans son gouvernement. De quoi renforcer la hargne de ceux qui exècrant l’ancien dirigeant et réclament le départ de la présidente,

membre d’un parti accusé d’avoir précipité le pays dans la récession.

La rue fera-t-elle vaciller le gouvernement ? « Les parlementaires seront influencés par le bruit de la foule », indique Carlos Melo, politologue, professeur à l’Institut d’études supérieures Insper de São Paulo. Déjà menacé par une procédure de destitution, M^{me} Rousseff pourrait perdre le soutien du Parti du mouvement démocratique brésilien (PMDB, centre), son principal allié au sein de la coalition gouvernementale, réputé pour son opportunisme et une idéologie qui se résume à être de tous les gouvernements. L’ancienne gâzierelle torturée sous la dictature militaire (1964-1985) a beau jurer qu’elle ne démissionnera pas, elle serait alors dans l’incapacité totale de gouverner.

« La question n’est plus de savoir quand mais comment le gouvernement va tomber »

JOÃO AUGUSTO DE CASTRO NEVES
cabinet d’analyses Eurasia

« La question n’est plus de savoir quand mais comment le gouvernement va tomber », prévient João Augusto de Castro Neves, du cabinet d’analyse et de pronostics politiques Eurasia, qui évalue à 65% la probabilité d’une chute du gouvernement. « Contrairement à ce que croient certains, l’impeachment

ne serait pas une solution pour la stabilité politique du pays », dit-il. En cas de destitution, le vice-président, Michel Temer (PMDB), censé assumer le pouvoir après le départ de M^{me} Rousseff, resterait menacé par une procédure du Tribunal supérieur électoral : des soupçons de financement illégal planent sur la campagne présidentielle de 2014 menée avec M^{me} Rousseff. Sa culpabilité ferait à nouveau tomber la tête du gouvernement.

Selon l’analyste, l’issue ne pourrait donc venir que de l’organisation de nouvelles élections. Un nouveau scrutin dans lequel le PT aurait peu de chances. Sali par les scandales, usé par treize ans de pouvoir, le parti, abîmé, manque de souffle. « La jeunesse de gauche, celle qui n’a pas connu les années Lula, n’adhère pas au modèle du

PT », souligne Daniel Pereira

Andrade, sociologue à la fondation Getulio Vargas, à São Paulo. Les plus pessimistes voient ainsi se reformer la parenthèse du PT qui avait donné, avec Lula, la parole aux « invisibles », aux oubliés des gouvernements, que l’ancien président a contribué à sortir de la misère. « La situation est grave », estime Denise Assis, écrivaine signataire, avec plus de 80 intellectuels et artistes, dont Chico Buarque, d’un texte en soutien à Lula, dénonçant un « coup d’État » de la droite. « Je ne mettrai pas ma main au feu que Lula est innocent. Le gouvernement de Dilma a déçu. Mais on ne peut laisser le pays à des gens qui défendent un libéralisme échevété », soutient-elle. ■

CLAIRE GATINOIS



Un ballon géant à effigie de Lula lors des manifestations à São Paulo, le 13 mars. PAULO WHITAKER/REUTERS

Figura 7 – Matéria *Le Monde* (Fonte: *Le Monde*)

No dia 16 de março o jornal *O Globo* se indignava de ver o índice de desemprego atingir a taxa de 8,5% e apontava que o país tinha cerca de dois milhões a mais de

desocupados que no ano de 2014 (o da eleição de Dilma Rousseff). Atribuía à crise política o insucesso econômico, sem levar em conta que o abalo nas contas estava imbricado no avançar do impeachment que eles próprios haviam pautado.

Uma das mensagens nítidas dessa interferência da mídia no processo político em curso foi a acusação frontal à Dilma de estar mais preocupada em salvar Lula das investigações da Lava-Jato do que de combater a crise. Ultrapassaram a barreira da notícia para emitir para o público, no caderno destinado às matérias noticiosas, uma opinião.

A crítica veio ainda mais forte no dia seguinte (17), quando deram destaque para a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. Sugeriram, então, que ela tentava salvar a pele dele, ao mesmo tempo que destacavam, pela primeira vez, sua aparição como “implicada” na compra da refinaria de Pasadena.

“Surgiu uma nódoa na imagem que a presidente cultivava com vigor, a de ser uma pessoa imune à corrupção”, sugeriam, fazendo com que a manchete soasse quase como uma comemoração.

Roland Barthes trata desse tema quando nos fala de “significado”. Em seu livro *Elementos de Semiologia*, ele cita Saussure, que diz que “o significado não é uma “coisa”, mas uma representação psíquica da “coisa” (BARTHES, 1964, p.64). Parece ser a isso a que *O Globo* se referia quando tratou da “imagem” de “incorruptível”, de Dilma.

Basta ver o que Barthes explica sobre o emprego desse conceito: “o significado só pode ser definido dentro do processo de significação, de uma maneira praticamente tautológica: é este “algo” que quem emprega o signo entende por ele”. (BARTHES, 1964, pp.55-56).

Àquela altura, apesar da torcida ostensiva por sua queda, o jornal (os seus donos e diretores) explicitavam uma ambiguidade. De um lado, viam na presidente alguém que não se deixaria levar pela corrupção; por outro, queriam e trabalhavam pelo seu afastamento.

Conforme *O Globo*, essas “novidades” trazidas a público levaram a Lava-Jato para dentro do Palácio. (Esse foi o dia em que Moro, ilegalmente, fez vazar o áudio de Dilma em conversa com Lula, já fora do horário permitido pela Justiça para que fosse feita a escuta).

Divulgada a gravação do diálogo sobre a nomeação, (dia 18), a Lava-Jato acusou a ambos de tentarem obstruir a Justiça, tendo pressa em colocá-lo a salvo, com foro privilegiado, livrando-o das acusações. A manchete era um estardalhaço: “Judiciário

repudia ofensas e suspende manobra de Lula” (“JUDICIARIO repudia ofensas e suspende manobras de Lula” – O Globo – Manchete – 18/03/2016).

O que denominavam “manobra”, se apropriando da interpretação feita pela Operação Lava-Jato era, na verdade, a posse de Lula como ministro da Casa Civil, suspensão minutos depois do ato de sua posse, pelo ministro do STF, Gilmar Mendes. Segundo o juiz Sergio Moro e o grupo de procuradores de Curitiba, a nomeação de Lula visava apenas a obter foro privilegiado e escapar das malhas da Justiça. A posse do ex-presidente foi contestada por mais de 30 ações no Supremo, que reagiu à fala dele, segundo o qual a Corte estava “acovardada”. O decano Celso de Mello foi um dos que rebateu Lula em nota que O Globo reproduziu: “condutas criminosas à sombra do poder jamais serão toleradas”. Juízes e procuradores de várias partes do país apoiaram Moro e, em resposta, ele divulgou carta dizendo que respeitava o Judiciário.

Enquanto o seu futuro era ameaçado por uma guerra de liminares na Justiça, o ex-presidente Lula compareceu ao ato na Avenida Paulista (Centro de SP), que reuniu os manifestantes pró-governo. A matéria do corpo do jornal – páginas internas – tinha um título irônico: “Lulinha paz e amor. De novo”, (numa referência ao cargo para o qual havia sido nomeado) e trazia como destaque o fato de ele ter ido à Paulista. (*O Globo* - Rubrica: “Lava-Jato no Planalto” – editoria O País - “Lulinha paz e amor. De novo”, 19/03/2016).

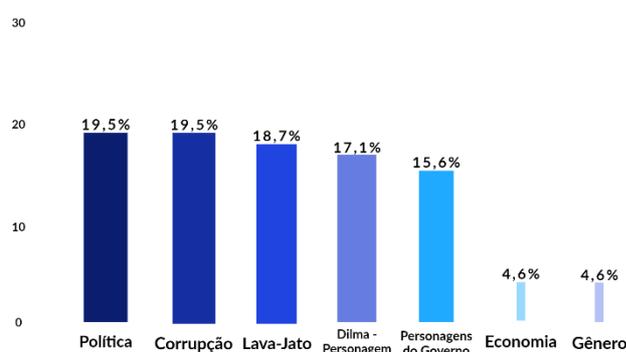
Apesar do grande volume de público presente à manifestação, a matéria de *O Globo* preferiu focar no ex-presidente e não mencionar o número de participantes. Descreveu apenas que Lula havia retornado à condição de “*Lulinha paz e amor*”, como o próprio havia se definido para o público presente. O presidente da CUT, Vagner Freitas, discursou, dizendo que o país precisava se livrar do juiz Sergio Moro. Houve ato também em Brasília, com a presença do ex-ministro Gilberto de Carvalho e o filho do ex-presidente Jango, João Vicente. No Rio – um dos atos mais concorridos; falou-se em 150 mil pessoas, dado não confirmado oficialmente. Marcelo Freixo (PSOL) e artistas como Letícia Sabatela denunciaram o golpe em suas falas.

Março:

Editorial: política, corrupção e Dilma -Personagem– 17,3% cada
Manchetes: política, corrupção e lava-jato – 20% cada
Matéria: política, corrupção e lava-jato – 21,6% cada

Tabela 3 – Aferição dos temas: março *O Globo*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: MARÇO - O GLOBO

Gráfico 3 – Recorrência dos temas: março – *O Globo*

Em março, os temas que mais apareceram nos editoriais, manchetes e matérias foram: “política” e “corrupção”, com 19,5% cada. A atuação da Lava-Jato crescia e se refletia nos números: nesse mês, subiu para 18,7% o percentual de frequência. Em seguida, a figura da presidente (“Dilma-Personagem”) entrou no foco, com 17,1% de aparições nos editoriais. “Personagens do governo” também ganharam destaque, com 15,6%. Empate para “economia” e “gênero”, com 4,6%.

Março foi um divisor de águas na história do golpe. Nesse mês o jornal se colocou na trincheira, ao instituir a rubrica de página “Escândalos em Série”, e vestiu o uniforme de campanha. Tratou com estardalhaço a condução coercitiva do ex-presidente Lula, inaugurando a fase de apoio irrestrito à Lava-Jato, apostando numa espécie de “série de TV”.

Ao adotar a postura de “amplificador da Lava-Jato” eles jogaram a opinião pública sobre o Supremo Tribunal Federal, influenciando em suas decisões, como chegou a

comentar, recentemente, o ministro Gilmar Mendes que cassou, naquele mês, a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ministro da Casa Civil.

O Globo passou a usar o “medo” como arma de convencimento à sociedade, de que o país vivia “uma tragédia”, com a inflação na casa dos 6,5%. Foi o mês da instituição do bordão: “É só tirar a Dilma” e da disseminação da ideia de que o impeachment era irreversível.

Foi também nesse mês que um dos elementos usados na preparação do golpe contra o presidente João Goulart, o “moralismo”, foi utilizado pelo jornal. Trouxeram à baila, em tom de “ameaça”, a volta dos “jogos de azar”, como um passo para corromper os costumes e a segurança pública.

Foi ainda em março que *O Globo* pretendeu colocar Dilma na condição de “fragilizada” e “dependente”, ao fazer crer que ela nomeava o ex-presidente como ministro para que este pudesse manobrar a política e governar por ela.

Foi também nesse mês que o destaque dado às manifestações contra a presidente não se limitaram a demonstrar que eram contra o PT e o governo, mas começavam ali a construir a imagem do então juiz Sergio Moro como super-herói. Ao mesmo tempo que ao acusar Dilma de querer salvar Lula jogavam a crise dentro do Palácio do Planalto.

Por fim, março foi o mês em que a mídia internacional despertou para o fato de que havia um golpe em curso no Brasil.

Abril

O jornal começa o mês de abril, logo no dia primeiro, atacando em editorial a dificuldade do governo em reduzir os gastos e retomar o equilíbrio fiscal.

No dia 2, temendo que os *lavajatistas* alcançassem também nomes do campo do tucanato chegaram a antever o senador Aécio Neves como factível de dissabores. O editorial alertava para o fato de que a Lava-Jato não podia descambar para uma operação *Mãos Limpas*. Tampouco podia permitir, como acusaram o deputado petista Wadih Damous, de querer *blindar* Lula, quando ele propunha apenas o respeito ao que está escrito na Constituição, não permitindo a prisão na condenação de Segunda Instância (antes do trânsito em julgado), bem como o seu pedido de barrarem a legislação que concede a “delação premiada”.

Também no editorial do dia 3 atacavam mais uma vez a política econômica da presidente. O jornal afirmava que Dilma foi seguida pelos estados, quando se tratava de

dividir a responsabilidade do déficit nas contas. Acusavam-na também de ter praticado “economia criativa”, e de levar os estados a se aproveitarem de brechas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Atribuíam ao governo “erros crassos” cometidos por ela e colocavam em sua conta a culpa de haver provocado “a maior crise econômica desde 1930”. (*O Globo* – Opinião – “Estados participaram da farra fiscal” – 03/04/2016).

Enquanto os editoriais eram verdadeiras metralhadoras voltadas contra Dilma, as manchetes miravam em Lula, como a do dia 11 daquele mês. Com o título: “Planalto concentra força na votação em plenário” a chamada era para o esforço de Lula e ministros, na tentativa de conseguir novos apoios para a votação em plenário da Câmara, a fim de barrar o afastamento da presidente.

Governistas já davam como certa a derrota na comissão do impeachment. De acordo com a apuração preliminar do jornal, de 65 membros da comissão, 34 iriam votar a favor e 21 contra. A imagem da capa trazia a simulação de um mapa dos votos favoráveis ao seu impedimento.

Já o editorial nesse dia (11), criticava o alto grau “ideológico” das políticas públicas, dizendo que isso começou no segundo mandato de Lula, mais especificamente em 2009, quando foi necessária uma alta intervenção do Estado na economia, por conta da crise de 2008. O texto aferia essa atitude como correta, mas, desde então, o PT viria utilizando dessa estratégia para ganhar as eleições, acusavam. E no entender do jornal tais intervenções eram ruins. Ao final, apontavam a solução: ajustar as contas públicas (sabemos que isso significa menos investimento) a fim de atrair capital privado, tanto interno quanto externo.

Na matéria interna era traçado o cenário político antes da votação da comissão de impeachment. Falava-se que o governo já reconhecia a derrota e estava focado na votação em plenário. As falas atribuídas aos políticos, em sua maioria, eram de pessoas favoráveis ao impeachment, inclusive a de Carlos Siqueira, do PSB (até então aliado de Dilma, mas prestes a romper com o governo). Em sua declaração ele apontava que a melhor solução seria realizar novas eleições – uma saída impossível constitucionalmente àquela altura. Afirmava, também, que a presidente havia perdido as condições de governar. Apenas um deputado petista foi ouvido na matéria: Vicente Cândido (SP).

No dia 16 de abril, véspera da votação para o início do processo, seguindo a manchete, a matéria interna detalhava os esforços da presidente e seus aliados em conseguir mais votos para enfrentar os deputados no plenário.

A oposição, por sua vez, pressionou os representantes de seus partidos, conseguindo que mudassem de voto. Um deles, o PP, chegou a ameaçar até de punição, naquela tarde, quem votasse contra a orientação pró-impeachment. A matéria revela, por exemplo, que o vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), foi destituído do comando do diretório estadual, pelo fato de ter gravado um vídeo revendo sua posição e prometendo votar contra a destituição de Dilma Rousseff. No vídeo, ele dizia ter conseguido virar os votos de mais 11 deputados do seu partido.

O Globo anunciava ter feito um levantamento que apontava para 345 votos a favor da saída da presidente. Três a mais do que o necessário. Quanto ao governo – diziam – havia conseguido apenas passar de 118 para 122 votos. Muito longe do total de 342 votos necessários para barrar o impeachment. A matéria relatava que na véspera da votação decisiva estiveram com Dilma os governadores da Bahia, Rui Costa Pimenta (PT); do Amapá, Waldez Góes (PDT) e da Paraíba, Ricardo Coutinho (PT). Descrevia, ainda, a saga do ex-governador do Rio, Anthony Garotinho (PR), que tentou buscar votos em Brasília, pela presidente, mas tendo uma atuação muito regional, pouco conseguiu influir.

Ao fim do dia a tropa de choque em defesa do governo contabilizava 180 votos. O tom adotado pelo jornal era respeitoso, mas o espaço reservado à presidente se limitava a mostrar a sua reação, dizendo que não podia aceitar o governo dos “sem votos” e do “estado mínimo” (prevendo a entrada do vice). É fato, porém, que não deixaram de registrar e relatar a atuação da turma de Michel, em campo com forte atuação, oferecendo cargos e verbas. Argumento decisivo, em Brasília.

Chegou o dia da votação (17/04/2016). Dilma amanheceu ao telefone, nas negociações para garantir apoio. Pela manhã recebeu os governadores Tião Viana, do PT do Acre; Camilo Santana (PT-CE); Welington Dias (PT-PI) e do Amazonas, José Melo (PROS). De acordo com o jornal, ela deu uma passada no Palácio do Planalto, onde pegou um mapa de previsões de votos e foi para casa, acompanhar a votação. Outra revelação de bastidor dava conta de que coube ao ex-presidente Lula ir ao acampamento dos sem-terra e dos sem-teto agradecer, em nome da presidente, o apoio recebido. Eles estavam acampados em Brasília desde o início da semana. Segundo a interpretação do jornal, Lula foi designado para a missão para não parecer que Dilma buscava ajuda em movimentos radicais. Quais e quantos votos o governo arrebanhou, eram informações que estavam sendo mantidas em sigilo, para que não fossem abordados por Temer, dizia *O Globo*.

No dia seguinte ao da votação o jornal que foi para as bancas mostrava em sua matéria principal como Dilma e Temer viveram as horas em que acontecia a votação.

Trouxe, claro, o resultado folgado: 367 votos favoráveis, contra 137 contrários. Naquela tarde de 17 de abril, tinha início o processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Segundo contabilizou *O Globo*, estavam presentes 511 deputados, dos quais sete se abstiveram.

A foto sob o título: “Aviso prévio: Dilma perto do afastamento”, mostrava um mar de pessoas com a camiseta da seleção brasileira, que se transformaria no uniforme da ultradireita, nos próximos anos. Elas erguiam os braços em júbilo por ter conquistado um futuro que desembocaria numa derrocada econômica, e um fascista na presidência, em 2018. Embaixo, ainda na matéria principal, numa foto pequena, uma mulher chorava com o filho no colo. A pose era de derrota, abandono, tristeza. O jornal *O Globo* não sabia, mas estava retratando as consequências do impeachment para os próximos anos. Foi assim que o país permaneceu. Sem nenhuma reação. E o jornal captou isso muito bem.

Editorial: política – 26,47%
Manchetes: política – 30,5%
Matéria: política – 22,2%

Tabela 4 – Aferição dos temas: abril *O Globo*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: ABRIL - O GLOBO

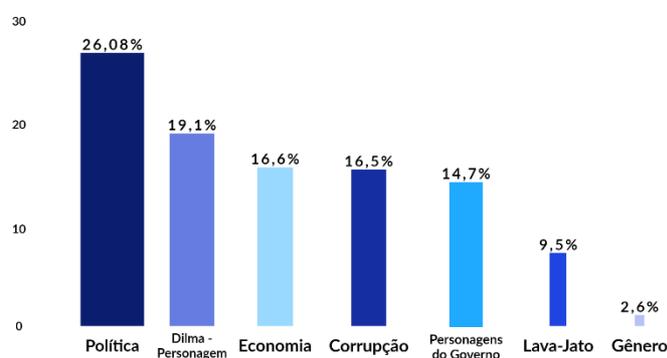


Gráfico 4 – Recorrência dos temas: abril – *O Globo*

No mês de abril seria dado o pontapé inicial para o afastamento de Dilma do cargo de presidente. Daí por isso os temas “política” (26,08%) e “Dilma-Personagem” (19,13%) se sobrepuseram aos demais. *O Globo* colhia os resultados de sua campanha pró-impeachment, tendo feito carga na “economia” (16,65%) e “corrupção” (16,52%). Já ciente da vitória, tentou passar isenção, quando sugeriu em um editorial que a Operação Lava-Jato não podia correr o risco de se assemelhar à Operação Mãos Limpas, da Itália, que caiu num populismo desenfreado, levando ao poder Silvio Berlusconi (Força Itália). Um alerta que caiu no vazio e nos legou Jair Bolsonaro em 2018 (eleito pelo PSL, hoje, sem partido), consequência direta da campanha antipetista.

A primeira etapa estava vencida. Dilma perdeu a votação na Câmara por 367 a 137 e o jornal apertou o passo nos ataques à sua política econômica, imputando-lhe “erros crassos” e a acusaram de usar as políticas públicas para se reeleger. “Políticas ideologizadas”, desqualificaram. A essa altura, com a derrota na Câmara, o Centrão, fisiológico por natureza, embora com vários cargos no governo, retirou-lhe o apoio.

O jornal só assumiu o já citado tom respeitoso, quando na véspera da votação percebeu que a vitória do sim ao impeachment era irreversível. A derrota de Dilma Rousseff foi traduzida pela foto miúda na primeira página, onde uma mulher amamenta o filho e chora. Nenhuma reação em socorro à presidente parece ter sido a intenção de *O Globo*, ao publicá-la.

Maio

Esse foi um mês decisivo entre a democracia e o novo estado de coisas que se instalou no país no ano de 2016. Pelas páginas do jornal se podia constatar que um grupo de homens brancos, ricos e idosos chegara ao poder.

O acompanhamento do material produzido por *O Globo* desde janeiro daquele ano desembocaria inevitavelmente na conclusão: a posse de Michel Temer como presidente interino. Agora o próximo passo era abrir frente para descartar a primeira peça dentre os personagens que fizeram parte da conspiração. De figuras úteis ao bote a ser dado na cadeira presidencial, o jornal expunha que alguns passaram a “estorvo”. Ou porque sabiam demais – como era o caso do presidente da Câmara, Eduardo Cunha –, ou porque foram com muita sede ao pote, ultrapassando a barreira constitucional de suas atividades. Também foi esse o caso de Cunha e, por exemplo, o ex-líder dos governos Lula e Dilma, no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR). Nas duas situações, era conveniente retirá-los

de cena. Principalmente por seus flagrantes de irregularidades. E, nesse ponto, o jornal seguiu o script.

Logo no dia 6 de maio a manchete era a decisão – tomada no dia anterior –, do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, o relator do processo, que afastava Eduardo Cunha em caráter provisório do cargo de deputado federal (PMDB-RJ). Em consequência ele perdeu também a presidência da Câmara. De acordo com a chamada de *O Globo*, o afastamento se deu por unanimidade. A matéria descrevia a votação, de 11 X 0, e dizia que o ministro considerou inadequado que um deputado réu em ação penal, arrolado na Operação Lava-Jato, presidisse a Câmara. “Os poderes da República são independentes entre si, mas jamais poderão ser independentes da Constituição”. A frase cortante contida no voto de Zavascki foi reproduzida pelo jornal, acrescentando esperar que Cunha renunciasse ao cargo, pois, a uma semana de uma possível posse de Temer, era necessário ter um Congresso apaziguado. Estava dado o recado.

A decisão do STF pelo afastamento do deputado federal Eduardo Cunha tomou por base a solicitação do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot. O documento apontava 11 motivos para a medida.

- 1- Eduardo Cunha fez uso de requerimentos para pressionar pagamento de propina do empresário Júlio Camargo e o grupo Mitsui. Já havia casos de requerimento para pressionar dirigentes de empresas de petróleo
- 2 - Eduardo Cunha estava por trás de requerimentos e convocações feitas a fim de pressionar donos do grupo Schahin com apoio do doleiro Lúcio Funaro. Depoimentos de Salim Schahin confirmam isso. Lúcio Funaro pagou parte de carros em nome da empresa C3 Produções Artísticas, que pertence à família de Cunha
- 3 - Eduardo Cunha atuou para convocar a advogada Beatriz Catta Preta na CPI da Petrobras para “intimidar quem ousou contrariar seus interesses”
- 4 - Eduardo Cunha atuou para contratação da empresa de espionagem Kroll pela CPI da Petrobras, “empresa de investigação financeira com atuação controversa no Brasil”
- 5 - Eduardo Cunha usou a CPI para convocação de parentes de Alberto Youssef, como forma de pressão
- 6 - Eduardo Cunha abusou do poder com a finalidade de mudar a lei impedir que um delator corrija o depoimento
- 7 - Eduardo Cunha mostrou que retalia quem o contraria com a demissão do diretor de informática da Câmara, Luiz Eira
- 8 - Eduardo Cunha usou cargo de deputado para receber vantagens indevidas para aprovar parte de medida provisória de interesse do banco BTG
- 9 - Eduardo Cunha fez “manobras espúrias” para evitar investigação na Câmara com obstrução da pauta com intuito de se beneficiar
- 10 - Eduardo Cunha fez ameaças ao deputado Fausto Pinato (PRB-SP), ex-relator do processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara
- 11 - Eduardo Cunha teria voltado a reiterar ameaças a Fausto Pinato (OLIVEIRA e RAMALHO, 2016).

O pedido de cassação do deputado Cunha foi instaurado em 3 de novembro de 2015. Em 5 de maio de 2016 ele perdeu provisoriamente o cargo de presidente da Câmara

e foi afastado do mandato. O processo se arrastou até setembro daquele ano, quando só então ele foi cassado por 450 votos favoráveis e 10 contrários.

Em seu livro de memórias, *Tchau, querida: o diário do impeachment*, o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, narra um encontro que teve com o presidente do Conselho do Grupo Globo, João Roberto Marinho, no auge da crise por seu afastamento definitivo (12/09/2016) da presidência da Câmara e dias antes do desfecho do impeachment. A conversa se deu no dia 14 de agosto, a 16 dias, portanto, da queda definitiva da presidente (31/09/2016). Cunha relata que foi recebido por Marinho, “na companhia de Paulo Tonet, o vice-presidente de Relações Institucionais da Globo”:

Com a dúvida dos movimentos de João Roberto Marinho, solicitei uma audiência a ele. Fui recebido na sexta-feira, dia 14, na companhia de Paulo Tonet, o vice-presidente de Relações Institucionais da Globo. Fui direto. Indaguei se havia alguma mudança das organizações em função do encontro com os senadores do PT e com o governo, acerca da visão editorial sobre o governo e sobre mim. João Roberto falou que não, mas me criticou pelo rompimento com o governo – achou equivocado; e concordei com ele. Disse a ele que a boataria era de que a Globo teria feito um acordo com o governo contra o impeachment. Ele novamente negou. Também comentei sobre os boatos que estavam circulando, de que muitas coisas ainda aconteceriam, que iriam vazar os pagamentos da Odebrecht ao marqueteiro da campanha de Dilma em contas no exterior, na Suíça. Ele respondeu que, se acontecesse isso, cobriria com total isenção. Na prática, tive a certeza de que eles estavam contra o impeachment ou com medo de se associarem a algo que pudesse ser considerado um golpe. Alertado por mim de que havia uma medida provisória relatada pela senadora do PT Gleisi Hoffmann, na qual ela havia colocado a tributação da distribuição de dividendos no relatório, João Roberto mandou preparar um editorial criticando isso. Ficou claro para mim, com esse episódio, que a despeito das negativas de interferência dos donos na linha editorial das organizações, nada saía que não fosse aprovado por eles (CUNHA, 2021, pp. 546-547).

Em 7 de maio a Comissão especial do impeachment no Senado derrotou o governo por 15 a 5, mantendo a margem de 70% de votos a favor do afastamento da presidente Dilma, como já tinha sido na Câmara, informava o jornal. No pé da matéria cumpriam a praxe jornalística (de ouvir o outro lado) dando espaço ao advogado-geral da União, José Eduardo Cardoso, para anunciar, como era de seu dever, que recorreria, defendendo a tese de que todo o processo deveria ser anulado, por estar contaminado pelo “desvio de poder” do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Outro ponto trazido por Cardoso, era o de que se o STF afastou Cunha por seus malfeitos, todos os seus atos deveriam perder a validade. Ganhou voz o deputado da Rede-RJ, Miro Teixeira, um dos mais antigos e com posição afinada com a “casa”. Em sua fala ele defendeu que o STF “não retroage”. Quer dizer, não invalidaria a decisão de Cunha. No editorial, Dilma é acusada de estar vivendo uma “catatonia ideológica” e ser

uma presidente “petrificada” e, em consequência, destacavam, o país dava um mergulho no “abismo econômico”. Mergulho este, nunca é demais lembrar, resultado da crise política em que os golpistas – mídia incluída –, jogaram o país, levando empresários e industriais, na incerteza, a parar de investir e aguardar por nove meses o resultado do processo.

A véspera do afastamento da presidente – no dia 11 – motivou um editorial que se limitava a explicar o papel do ministro Lewandowski na votação do Senado. O jornal destacava que o ministro estava ali apenas para garantir que a tramitação ocorresse sem exageros ou cerceamento de direitos, mas não competia a ele ou ao judiciário julgar o mérito do impeachment. O jornal tentava passar uma imagem de neutralidade.

Em um dos seus editoriais fortes contra o governo da presidente Dilma Rousseff, (o do dia 12 de maio), o jornal afirmou que os seus crimes foram mais graves que os do ex-presidente Collor, pois foram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto Fernando Collor (1989-1992) foi afastado por corrupção. É isso mesmo. Assim, com todas as letras, o jornal que fez da corrupção a sua bandeira naquele ano, não via nada demais em se contradizer. Logo na abertura, porém, cometeram um ato falho, deixando margem à interpretação de que estavam assentindo com a existência de um golpe.

A aprovação pelo plenário do Senado da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff pode ser vista de vários ângulos relevantes. Um deles, o fato de o Brasil, no mais longo período ininterrupto de estabilidade institucional da sua história republicana, enfrentar, dentro da lei, dois afastamentos de presidente eleitos pelo voto direto; de Collor em 92, e este, de Dilma, ainda a ser confirmado em julgamento final. A norma no continente é outra, de golpes com a participação de militares, como aconteceu no Brasil desde a própria Proclamação da República, em 1889.

Ao construírem o texto, deste modo, deixaram margem à interpretação de que estavam admitindo: foi golpe!

No dia em que a presidente deixou o palácio do Planalto como dirigente afastada pela votação no senado – 13 de maio –, o jornal *O Globo* fez mais um dos seus editoriais agressivos contra ela e o seu partido. Atacou-a por ter chamado de “golpe”, o que de fato era um golpe e acusou-a e ao seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, de usar o Palácio como “palanque” para os seus “comícios” na tentativa de salvar o seu mandato. Chamou de “catastrofismo” o discurso emocionado e histórico de Dilma, em que ela se dirigiu ao país chamando à razão os que de maneira irresponsável, davam prosseguimento a um

processo calcado em motivações tênues, carente de provas contundentes e à altura do gesto de afastar uma presidente conduzida ao cargo pela vontade popular.

Eu fui eleita presidenta por 54 milhões de cidadãs e de cidadãos brasileiros e é nesta condição, na condição de presidenta eleita pelos 54 milhões, que eu me dirijo a vocês nesse momento decisivo para a democracia brasileira e para nosso futuro como Nação.

O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário-mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais. (CONFIRA...; 2016)

O discurso proferido com voz firme, antes de deixar o palácio, tomado de assalto pela equipe do seu vice dali a poucos minutos, para a posse como interino, foi reproduzido pelo *Globo*.

Antes de se dirigir à nação, Dilma experimentou o tratamento que lhe seria dispensado depois que deixasse o cargo. A descrição é do seu ex-secretário de imprensa, Rodrigo Almeida, testemunha que ainda no calor do desfecho do impeachment escreveu o livro: *À Sombra do Poder*, lançado ainda em 2016. Almeida relata que a expectativa de que milhares e milhares de pessoas se reuniram em frente ao Palácio para ouvir o discurso de despedida, foi ardilosamente sabotada.

Por volta das 8h (...) policiais militares convocados pelo governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, não só fechavam a passagem para a Esplanada dos Ministérios, como impunham um vistoso e rigoroso controle de detectores de metal para quem quisesse seguir adiante. O resultado: uma lentidão inquietante que desanimaria muita gente. Assim, ia para o ralo a previsão de reunir milhares e milhares de pessoas para acompanhara saída da presidente, apoiá-la e denunciar o golpe. Passou-se a temer que apenas gatos-pingados conseguissem enfrentar a barreira policial e ocupassem os espaços onde militantes, jornalistas e autoridades públicas ouviriam o discurso de despedida. (ALMEIDA, 2016, p.16).

A providência levou a que os militantes a desistissem da despedida, que incluiria a presença dos movimentos sociais e a entrega de flores à presidente, por 100 mulheres convidadas pelo ministro-chefe do Gabinete Pessoal da Presidência, Jaques Wagner. Ele tentou intervir, mas ouviu do novo Comandante da Segurança, a seguinte frase: “o senhor já não é mais ministro”. Não haveria vida fácil até o último momento”. (ALMEIDA, 2016, pp. 16 e 17).

Ao mesmo tempo em que Dilma enfrentava as primeiras agruras longe da presidência, o jornal enalteceu o caráter “*substantivo*” da fala de posse Michel Temer, em que ele garantia a manutenção dos programas sociais. Mentiu. Deu continuidade a alguns, sem lhes conceder recursos, o que os tornou quase inoperantes. O jornal antecipou a agilidade com que Temer faria as reformas que lhes interessavam e a boa parte dos seus leitores e ao empresariado. Não esconderam que torciam por elas, principalmente a trabalhista, que só foi ser anunciada praticamente um ano depois de Temer assumir, em julho de 2017. Michel Temer praticamente rasgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁹, cujo início da construção data ainda da era Vargas.

Em sua reforma subtraiu direitos fundamentais. Por fim, tentou implementar a da Previdência, sem conseguir, a despeito da verdadeira campanha empreendida pelo jornal, apoio para tirá-la do papel. Deixou a fatura para ser paga em 2018, somente no governo de Jair Bolsonaro, que tratou de salvar os militares dos pontos desfavoráveis da reforma.

Em 14 de maio – no primeiro dia de governo de Temer como interino –, *O Globo* passou-lhe a mão pela cabeça. De maneira pouco usual no caso de editoriais (ou se poderia arriscar: nunca, antes, vista) montou para encimar o texto, três gráficos onde demonstravam a gravidade de índices como: inflação (na casa de 6,9%); da dívida pública (em 71,5%); desemprego (em 10,9 %) e gastos públicos, (em -8,7%). (Vide reprodução abaixo).

⁹ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. A Consolidação foi assinada pelo então presidente no Estádio de São Januário (Club de Regatas Vasco da Gama), que estava lotado para comemorar o feito. Dois anos antes, em 1941, Getúlio havia assinado a criação da Justiça do Trabalho, no mesmo local e mesmo dia do ano. A Consolidação unificou toda a legislação trabalhista então existente no Brasil e foi um marco por inserir, de forma definitiva, os direitos trabalhistas na legislação brasileira. Seu objetivo principal é regulamentar as relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. Ela surgiu como uma necessidade constitucional, após a criação da Justiça do Trabalho.



Figura 8 – Editorial *O Globo*: *Tempestade Perfeita numa caixa-preta*

O texto, bastante condescendente, traçava um quadro em que compararam a chegada de Temer ao poder com a de alguém que “entra numa casa desconhecida e sem luz, tateando no escuro”. E para serem ainda mais benevolentes, elencaram cinco pontos que o colocavam na condição de “coitado” da vez: “sucedeu um governo que empregou:

1) contabilidade criativa; 2) números das contas públicas são um obstáculo ao crescimento; 3) sem condições para avaliar mudanças profundas; 4) déficit crescente no sistema previdenciário; 5) ter de parar o crescimento da dívida pública em relação ao PIB, para evitar a insolvência”.

Deram destaque ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele se prontificou a avisar que Temer tinha pressa de mostrar trabalho antes que o destino de Dilma fosse decidido definitivamente. Enquanto isto, prometeu medidas duras e emergenciais.

Merece destaque o tom também benevolente do dia 24 de maio, para com o governo interino de Temer, no editorial. Chama a atenção a boa vontade com que sua equipe é classificada de: “competente”. Contudo, não demorou muito para que o interino já tivesse, de cara, de demitir o ministro do Planejamento, Romero Jucá. Não havia como evitar que Jucá fosse parar na manchete por ter sido flagrado em gravação, articulando contra a operação Lava-Jato e dela virando alvo.

O jornal teve de descrever que o grampo evidenciava a conspiração do senador elevado à condição de ministro do Planejamento para o desfecho do golpe, ao combinar tudo com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

Sobre Temer, continuavam nas páginas as análises positivas, como por exemplo, dizer que “ele tem conseguido montar uma equipe competente, sob o comando do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles”. Aqui, aproveitavam para dar mais uma espetada na presidente afastada: “gastos descontrolados”, “prevenção contra o setor privado”, “descuido com a inflação”.

Em 25 de maio a saída de Jucá foi manchete. Como esconder um fato de tamanha gravidade? A fim de angariar e assegurar simpatia, Michel Temer tentou dispersar a nuvem negra que pairou sobre a sua gestão, com o vazamento da gravação do seu ministro do Planejamento, Romero Jucá, expondo em público as vísceras do golpe.

Temer gozou de pacífica e longa lua de mel da parte dos editores e articulistas dos grandes jornais, a despeito do intenso envolvimento de seus ministros com escândalos de corrupção desde o início de seu governo. Isso viria a mudar com denúncias graves de corrupção oriundas da divulgação de gravação de conversa entre ele e o empresário Joesley Baptista, em julho de 2017 – evento responsável pelo mais alto pico de negativas em sua cobertura. (FERES JÚNIOR, 2020, p.8)

O interino tratou logo de organizar uma comissão para entregar aos líderes do Senado e ao do Congresso, Renan Calheiros, a proposta de revisão da que chamaram de a “inexequível” meta fiscal deixada pela presidente Dilma. Claro que a providência mereceu ampla cobertura de *O Globo*. O jornal interpretou o seu gesto como de respeito ao Congresso.

O editorial manteve o tom que insistia em usar a expressão da qual fizeram uso durante todo o processo de impeachment: “lulopetismo”. E, claro, voltaram a desqualificar a presidente como alguém que não sabia o que estava fazendo (porque mulher não entende dessas coisas, só faltavam dizer). Começava-se a se desenhar ali o famigerado “teto de gastos”, com o total aplauso do jornal, ainda que apontando e reconhecendo como consequência, verdade seja dita, a brutal redução das verbas para a saúde e a educação.

Mais uma vez fazendo uso do termo “lulopetismo”, o jornal acusava no editorial de 26 de maio, à presidente Dilma Rousseff, afastada do cargo e à espera da votação no congresso, de querer juntamente com o “lulopetismo”, a permanência no poder. (Diga-se de passagem, um desejo lícito, posto que ela chegou lá pela vontade do povo). E apontava como um dos facilitadores desse desfecho – o do afastamento –, o “trabalho” da operação

Lava-Jato que descreveram assim: “Ao lado da mais séria turbulência econômica pelo menos desde o final da República Velha, a Operação Lava-Jato também cumpre uma função aceleradora do impedimento da presidente”. No conjunto de críticas, atribuía a Dilma o combate à Operação.

Toda essa conspiração, de lulopetistas como de bandas peemedebistas, contra a devassa anticorrupção que vem sendo feita por organismos de Estado desde o mensalão se mostra infrutífera, e assim continuará sendo, por uma razão: as instituições republicanas felizmente já se fortaleceram a ponto de resistir a este tio de conspirata.

Em mais arroubos elogiosos a favor de Temer, destacavam que ele iria aprofundar a “faxina ética na política”.

Editorial: política – 18,42%
Manchetes: política e corrupção – 19,56% cada
Matéria: política, corrupção, Dilma-Personagem e personagens do governo – 17,85% cada

Tabela 5 – Aferição dos temas: maio *O Globo*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: MAIO - O GLOBO

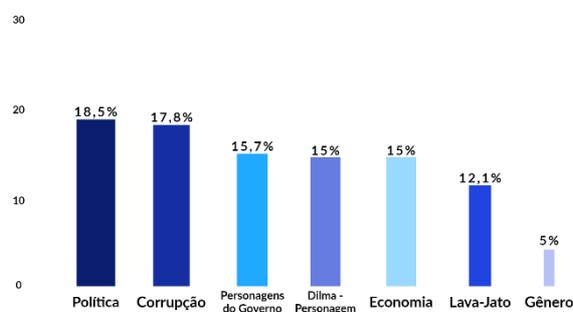


Gráfico 5 – Recorrência dos temas: maio – *O Globo*

Nesse mês, quando houve o afastamento da presidente, não por acaso o assunto “política” dominou o noticiário e os editoriais, com 18,57%. Homens brancos, ricos e de direita chegaram ao poder graças a um detalhado trabalho de convencimento sobre a má atuação da presidente – “Dilma-Personagem” – (15% do noticiário) como presidente. Em seus últimos dias no poder, ela foi veiculada nas páginas daquele impresso como portadora de “catatonia ideológica”, responsável por mergulhar o país num “abismo

econômico”. Nesse mês, o da posse do interino, (“personagens do governo”)¹⁰ apareceram em 15,7% das notícias. O combate sistemático ao modelo de “economia” de Dilma levou o tema ao segundo lugar entre os mais tratados (15%).

A votação avassaladora conseguida na Câmara dos Deputados, de 367 votos contra 137, inegavelmente foi conseguida à base de manchetes fortes, editoriais desrespeitosos, comparações inconcebíveis (Collor melhor que Dilma) o que resultou na evidência dos temas sobre “corrupção”. O item ficou em segundo lugar, com 17,85%.

Ao sair da presidência para a espera de um longo e sofrido processo em defesa do seu mandato, Dilma fez questão de dizer que chegou lá a bordo de um caminhão de 54 milhões de votos. A pressão sobre ela levou o item “gênero” a aparecer em 5% do noticiário. Fora eleita de forma legítima.

Não tardou para que os golpistas começassem a colher as derrocadas. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi afastado do mandato e da função e, há 12 dias apenas no cargo de ministro do Planejamento do governo interino, o senador licenciado Romero Jucá (RR-PMDB) expôs as vísceras da conspiração (“Lava-Jato” apareceu com 12,1% em maio) para derrubar Dilma. O vazamento tornou irreversível a sua permanência à frente de que cargo fosse e até mesmo da política, de onde foi banido, não conseguindo sequer se reeleger para o Senado em 2018.

Julho

Recém-empossado como interino (em 12 de maio de 2016), Michel Temer, o vice-presidente, agora no cargo de presidente, com o afastamento de Dilma Rousseff – para que o processo do impeachment caminhasse, como determina o artigo 52 da Constituição Federal –, chegou à cadeira com volúpia pelo poder e a fim de mostrar serviço.

Depressa providenciou projetos de reformas como a da Previdência, para a alegria do jornal que saudou a iniciativa, retratando a euforia do empresariado. Porém, a reforma que mereceu aplausos no editorial do dia 30 de julho, em *O Globo*, foi a reforma política. Comemoraram a perspectiva – malsucedida, viu-se depois –, da redução do número de partidos e, um outro ponto (este pareceu ser unanimidade), o fim do financiamento de

¹⁰ A partir do afastamento da presidente Dilma, o item personagens do governo continuaram a aparecer nas análises e gráficos, embora já não fizessem mais parte do governo, assumido por Michel Temer. No entanto, eles continuaram a aparecer no noticiário, como personagens ligados ao seu governo, até o final do processo de impeachment.

campanhas por empresas, passando todos a obter recursos do Fundo Partidário (dinheiro público).

Em contraponto o jornal prosseguiu com os ataques ao trio mais citado em manchetes e editoriais: Dilma, Lula e o PT, invariavelmente nesta ordem. “Transformar política em negócio é envenenar a democracia. Além de tudo, a enorme pulverização partidária dificulta a formação de alianças para dar sustentação aos governos. Este é outro incentivo à corrupção, como demonstrou o PT de Lula e Dilma”, dizia o texto.

No dia seguinte, (31) Michel apresentou ao distinto público, com a total simpatia do jornal aos seus movimentos, um balanço dos programas sociais. O interino decidiu que não havia verba para tocar todos, como vinha sendo feito no governo Dilma. Desse modo, optou por seguir com o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o ProUni e o PronaTec. Tema do editorial nesta data, *O Globo* bateu forte na agenda social do governo petista afastado: “O governo do presidente interino, Michel Temer, tem mesmo de avaliar cada programa social. Até por uma fé ideológica tosca na ideia de que tudo que for feito em nome do pobre é válido - inclusive exercitar a corrupção -, petistas relaxaram na supervisão, avaliação e controle das bilionárias despesas sociais”, atacaram.

Editorial: política, lava-jato e personagens do governo – 19,2% cada
Manchetes: política, corrupção, lava-jato, Dilma-Personagem, personagens do governo e gênero – 16,6% cada
Matéria: política, corrupção, lava-jato, Dilma, personagens do governo – 18,18% cada

Tabela 6 – Aferição dos temas: julho *O Globo*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: JULHO - O GLOBO

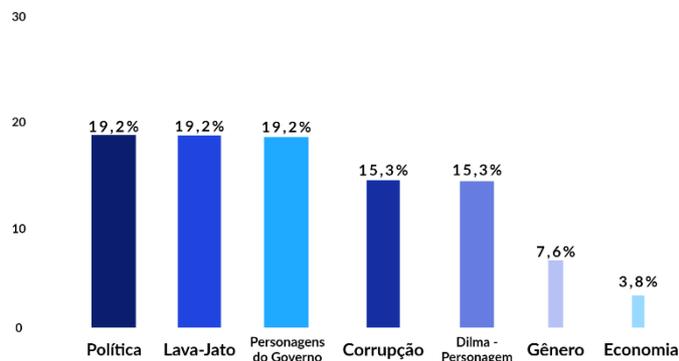


Gráfico 6 – Recorrência dos temas: julho – *O Globo*

Com a ascensão de Michel Temer ao poder, depois de ter articulado com militares e o PSDB a derrubada de sua companheira de chapa, Dilma Rousseff, Temer, como vimos acima, foi recebido pelo jornal com benevolência. Suas iniciativas entraram no foco do noticiário, com empresários e os barões da mídia bafejando as suas propostas, uma delas a reforma política. Não por acaso o assunto despontou como um dos mais evidentes, ao lado de “personagens do governo” e a espinha dorsal do golpe, a Lava-Jato, levando cada um dos temas a 19,2% de relevância. Mesmo com o vice empossado, *O Globo* não deixou de bater em Dilma, acusando-a de transformar a política em negócio e envenenar a democracia. Mantê-la como alvo elevou o índice de citação de “Dilma-Personagem” para (15,3%), o mesmo nível atingido por “corrupção”. Afastada e fragilizada, o tratamento dispensado a ela até a sua saída fez subir o item “gênero” para 7,6%, enquanto “economia” ficou com 3,8%. Já tinha contribuído bastante nos demais meses, para o objetivo final.

Agosto

Assim que assumiu o poder, mesmo na condição de interino, Temer tratou de cumprir as pautas repesadas do neoliberalismo. Como primeira providência colocou em discussão a do fim da gratuidade das universidades. Sua iniciativa não vingou e ainda atraiu para si a ira dos estudantes, que onde o viam gritavam: “golpista”. Neste dia (01/08) o jornal embarcou na defesa do fim da gratuidade das universidades no editorial e chamou a permanência do sistema gratuito de “deformação social”. Não satisfeito, usou o seguinte

argumento: “Acabar com a gratuidade será um ato criterioso de correção de uma injusta forma de acesso à faculdade”.

A situação de governo substituto levou Michel a pisar em ovos para renegociar as dívidas com os estados. Mirando a permanência definitiva na cadeira, adotou postura cautelosa, levando *O Globo* a lamentar, em editorial, o fato dele estar sendo “flexível” demais com os governadores, a fim de não criar atrito com o Congresso, onde ainda precisava vencer a etapa da última votação no Senado, para retirar Dilma Rousseff do seu caminho.

O jornal esbravejava contra esta sua atitude: “parte ponderável dos políticos não têm ideia da gravidade da crise em que o país se encontra. Numa esperteza contábil - no estilo de maquiagens das contas públicas na gestão Dilma -, governadores não consideraram despesas com salários os pagamentos de terceirizados adicionais” bateram. “Mais um preocupante recuo do governo no ajuste fiscal, motivo de duras críticas de aliados tucanos ao planalto”.

Enquanto corria o processo contra Dilma, a cidade do Rio de Janeiro recebia funcionários e turistas para a Rio 2016. As Olimpíadas organizadas ao longo do governo dela, ironicamente seriam abertas pelo presidente interino, responsável por conspirar pela sua queda, o seu vice, Michel Temer. Neste dia, 01 de agosto, a manchete enfocava os preparativos para a abertura dos jogos.

Chegou enfim o grande dia: 5 de agosto, em que a cidade do Rio de Janeiro iria sediar a abertura dos Jogos Olímpicos. *O Globo* deu destaque no dia seguinte (6), de meia página para a festa, claro, em manchete, destacando a presença da *top model* brasileira mundialmente famosa, Gisele Bündchen, e o Hino Nacional interpretado por Paulinho da Viola. Ainda na primeira página, optaram por publicar em pequenas colunas equivalentes, espaços bem divididos tanto para as atrações, quanto para a vaia que recepcionou Temer no Estádio Mário Filho, o Maracanã. O alto de página foi praticamente tomado pela foto panorâmica da festa, feita pela Agência AP.

A abertura dos jogos Olímpicos foi marcada mais pelas ausências do que pela presença do recém-empossado presidente da República. Inexpressivo, sem nenhuma participação na organização do evento, todo montado por uma equipe reunida e coordenada pela presidente Dilma, Temer nem sequer pôde ser anunciado ao microfone. Os organizadores temiam a vaia. Que veio, assim que a imagem do presidente interino apareceu no telão. De acordo com a matéria, a vaia durou oito segundos, atingiu 105

decibéis e tomou conta do estádio. Sarney, FHC, Collor e Dilma, convidados, não compareceram.

No filme *Alvorada*, da cineasta Anna Muylaert, ela conta que não quis ir. Não compareceria como coadjuvante, em uma festa que ela organizou, colocou de pé, para ver o outro em cena, em seu lugar.

O mês já ia na casa do dia 25 e para o jornal o processo de Dilma entrava na reta final sem que, na opinião do impresso, ela conseguisse provar a sua inocência, ainda que tivesse o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardoso como advogado, faziam a ressalva. Continuavam a usar com insistência a expressão: “Lulopetismo”. Aliás, só se referiam assim, ao governo, numa alusão ao caráter de “gangue” a que quiseram reduzir o seu governo e o PT. Acusavam-na de ser “delirante” no uso da expressão “golpe”. Quando se referiam à pressão sofrida por ela, diziam que lhe foram dadas liberdades e todas as condições de defesa. Agora que a mídia internacional reverberava lá fora o que aqui se passava, o jornal falava que o discurso da presidente só servia para “animar militantes, quase sempre sectários e simpatizantes estrangeiros desinformados”. E prosseguiam: “influentes estes são, pois até conseguiram induzir organismos multilaterais a encaminhar formalmente perguntas sobre a legalidade do processo, respondidas pelo Congresso sem sobressaltos”.

Por fim, comentavam que a presidente chegava ao final do processo “fragilizada” dentro do seu partido, “onde nunca teve grande trânsito”, afirmavam, por ser “brizolista de alma”. Mencionavam que com Dilma o PIB teve déficit de 0,6% “claramente subestimado”, segundo eles, e um déficit primário de “R\$ 170 bilhões pelas contas de Temer”. Pelas do governo, “o déficit era de R\$ 139 bilhões”, ressaltavam.

No alto da manchete do dia 25, em charge do caricaturista Chico Caruso, a presidente aparecia saltando a cúpula do Senado com vara, enquanto Michel Temer aguardava a sua queda, do outro lado, tendo à mão uma raquete de tênis, pronto para espantá-la com uma raquetada. Uma charge nitidamente machista e abusiva, com teor de estímulo à violência contra a mulher.

(...) Todo texto, seja ele verbal ou não, carrega a intenção do autor. É importante analisar que a charge implicitamente possui forte carga opinativa, que se manifesta carregada de juízos de valor. Faz-se necessário abordar o caráter ideológico da charge. O que é ideologia? Qual sua função? Como procede? Como nos tornamos alienados? (MOUCO; GREGÓRIO, 2007, p.17).

Na manchete, em si, o clima era de “já vai tarde”. Davam o impeachment como favas contadas e revelavam que a posse do vice já estava sendo organizada pelo Planalto.

Uma chamada para a coluna do analista político Merval Pereira traduzia a espera do epílogo: “Confusão generalizada atrapalha as investigações.”

No dia seguinte, 26/08, o canto da manchete de alto de página trazia um minieditorial com o sugestivo título: “Pugilato verbal”, descrevendo um clima de “feira” no texto, sobre o desenrolar dos depoimentos de testemunhas a favor e contra a presidente.

Logo abaixo, do minieditorial havia uma continuidade da charge de Chico Caruso, publicada no dia anterior. Dessa vez, a presidente em short e camiseta havia transposto a cúpula do senado com o seu salto com vara e Temer, já com a faixa presidencial, preparava a raquete de tênis para um golpe que, a julgar pela altura da raquete e a direção do seu olhar, acertaria a presidente no bumbum. Mais machista impossível.

A chamada de capa do dia 27 comemorava – sim, esse era o tom – o indiciamento do presidente Lula e sua mulher, Marisa Letícia, no processo de obras que beneficiaram o tríplice do Guarujá. De acordo com o texto na primeira página, onde constava também o seu indiciamento por “falsidade ideológica”, Lula classificava as acusações de “peça de ficção”. Na mesma data foram indiciados Leo Pinheiro e o ex-presidente da OAS, Paulo Gordillo. Ao lado um minieditorial reforçava: “impeachment tem mais um dia de baixarias” e mais uma charge da série – salto com vara – de Dilma, dessa vez com a inserção da figura de um burro que sai da cúpula do senado, relinchando, enquanto Michel Temer, com a faixa presidencial a aguardava para mais uma raquetada no bumbum.

O editorial, neste dia 27 de agosto, iniciava com o discurso de que o PT, em pleno processo de impeachment, no período em que ela estava afastada, procurava “virar a página”. Os editorialistas teimavam em que havia “provas fartas de crime de responsabilidade”, embora o tempo – e a própria auditoria feita pelo Senado – tenham provado que os motivos tênues alegados contra Dilma (o de que cometera pedaladas fiscais) foram derrubados com um sopro de averiguações mais acuradas.

Convém lembrar – hoje com uma mirada pelo retrovisor da história –, que dois dias depois de tomar posse (em 2 de setembro de 2016) Michel Temer transformou em Lei o direito de se cometer “pedaladas”, o “crime” que derrubou a presidente Dilma Rousseff – democraticamente eleita –, do cargo (DOIS..., 2016).

Ainda assim, o jornal se mostrava revoltado com os 12 milhões de desempregados gerados no bojo da crise que cavaram ao dar início a um processo de desmoralização do governo, das empresas sólidas que o país possuía e, principalmente, da Petrobras, verdadeiro esteio da economia nacional, com ramificações em áreas importantes e potentes na geração de empregos.

A vida política parou. A economia congelou e o resultado da Lava-Jato, hoje se sabe, foram 4,4 milhões de empregos cancelados pela Operação, que destruiu não só postos de trabalho, mas também as mais sólidas empresas empregadoras do país, tais como a Odebrecht e a OAS. Com isto – o abalo econômico causado pelo processo Lava-Jato/impeachment – levou a um desinvestimento no país da ordem de R\$ 172 bilhões e a retirada de circulação, na economia, de R\$ 85 bilhões em massa salarial.¹¹

A “liberalidade” de *O Globo* para elucubrar sobre o Partido dos Trabalhadores era tamanha que chegaram a dizer que o premiado documentário *O Processo*, da cineasta Maria Augusta Ramos, produzido ao longo dos 180 dias que antecederam o desfecho do impeachment, foi feito com a intenção de ser uma “peça de propaganda” e usaram a expressão “por certo” para prever que ele seria utilizado “à exaustão”, mostrando um PT “vitimizado”. Tudo para, de acordo com o editorial, ganhar tempo, pois “a presidente cometeu crime de responsabilidade”.

O dia 30 de agosto teve um significado todo especial. Dilma falou – segundo consta nos demais veículos, por 14 horas, mas que *O Globo* contabilizou em 12h –, para uma plateia de irrequietos senadores. O jornal registrou o acontecimento na matéria intitulada: “Cartada final”. Como subtítulo, o alerta: “seu último discurso antes do julgamento”. Enquanto isto, registravam que o vice Michel Temer preferiu agir como se nada de extraordinário ocorresse, naquele dia. “Do outro lado da Praça dos Três poderes, no Palácio do Planalto, Temer recebeu atletas olímpicos e provocou risos ao vestir uma touca de polo aquático. E demonstrou pouco interesse pelo discurso de Dilma, afirmando que não teve tempo de acompanhar porque ficou ‘trabalhando nos despachos’”.

Mais uma vez Dilma foi alvo do editorial de *O Globo*:

O comparecimento da presidente afastada, Dilma Rousseff, ao Senado poderia reservar alguma surpresa. Chegou-se a prever que o discurso de Dilma entraria para a História. Mas a decisão, até corajosa, da ré, de ir ao Congresso se defender foi frustrante. Viu-se apenas a enfadonha repetição de velhos argumentos.

Pesando a mão, o jornal tratou a presidente pelo substantivo: “ré”. Uma agressão desnecessária, que a colocava no mesmo nível dos criminosos comuns, quando na verdade ela ainda era a presidente, mesmo estando afastada do cargo.

¹¹ Fonte: Elaboração do Dieese a partir de Matrizes obtidas com a metodologia de PASSONI (2019).

Classificaram o seu pronunciamento como “sem pé nem cabeça”, por falar em “golpe parlamentar” e criticaram a acusação de Dilma, de que o golpe de que falara foi “desfechado por uma conspiração fantasiosa das elites, e sob o ‘silêncio cúmplice da mídia’”. Segundo o jornal, ela “agrediu o mensageiro pelo teor da mensagem”. Poderíamos avaliar que o troco foi em “alta fidelidade” (para os que viveram os tempos das eletrolas).

O texto chamava a atenção também para o fato de as denúncias terem sido feitas no Congresso, na presença de Lewandowski, então o presidente do Supremo, ao qual a defesa da presidente recorreu algumas vezes. E argumentavam, ainda, que isso jamais aconteceria num golpe. De acordo com o jornal, tudo estava sendo feito dentro do “estado democrático de direito, garantindo plena liberdade de defesa para quem cometeu crime de responsabilidade” – repisaram –, concluindo com o jargão em moda: “simples assim”. Acusaram Dilma de desafiar a prudência, comparando-se a Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e até mesmo mencionando o seu processo na Justiça Militar da ditadura. O jornal chamou a atitude de “insensata”. Nem uma palavra sobre a postura digna e firme da presidente, que durante 14 horas falou e foi inquirida pelos senadores sem fraquejar, sem verter uma lágrima – o que poderia transformá-la em alguém em busca da vitimização.

No último parágrafo, aproveitaram para fustigar o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, lembrando que ele agiu por “vingança”, mas fazendo questão de destacar que os demais deputados se juntaram a ele, por concordarem com as acusações. “Sozinho Cunha nada conseguiria”, arrematavam. E, por fim, concluíram que ao encaminhar a sua fala neste rumo, “Dilma apontou para um futuro sem ela no Planalto”. Ou seja, anteciparam a votação, decretando-a: culpada.

No dia seguinte ao ataque à presidente, num editorial que desqualificou a sua autodefesa no Senado, o jornal voltou à carga, subindo o tom. Alcançaram, talvez, uma oitava acima. Desta feita, para defender novamente o processo, dizendo que “sobre pressão, o Legislativo e o Poder Judiciário são fiadores atentos da extrema lisura de toda a tramitação do afastamento da presidente Dilma”. Categoricamente o jornal antecipou o resultado da votação ao dizer que “não restaram dúvidas sobre a culpabilidade da presidente Dilma, criticada pelo seu pensamento econômico, desde o final de 2005, no fim do primeiro governo Lula, quando assumiu a Casa Civil”.

Na avaliação do jornal, “ao comparecer ao Senado para se defender, Dilma não deve ter mudado votos contra si”. E, por fim, partiram para um discurso misógino:

Na extensa parte da sessão em que respondeu a perguntas e críticas de senadores, foi a Dilma de sempre: irritadiça, autoritária, confusa. E deve ter pulverizado de vez a possibilidade do retorno ao Planalto quando se recusou a dizer o que faria contra a crise econômica caso o impeachment fosse rejeitado. Demonstrou que a hipotética volta à Presidência poderia ser um salto no escuro. (*O Globo* – Opinião – editorial de 30/08/2016: “Dilma não responde a acusações e repete argumento”).

Daí por diante, quem deu um salto na escuridão foi o próprio *O Globo*, rumo ao apoio a um governo que em dois anos desmontou o setor da Cultura, rasgou as leis trabalhistas, engessou a economia e abriu caminho para um substituto fascista, nas eleições de 2018, ocasião em que apoiaram abertamente o capitão Jair Messias Bolsonaro.

Editorial: política e Dilma-Personagem– 18,75% cada
Manchetes: política, corrupção, Dilma-Personagem e personagens do governo – 17,64% cada
Matéria: política, corrupção e personagens do governo – 19,31% cada

Tabela 7 – Aferição dos temas: agosto *O Globo*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: AGOSTO - O GLOBO

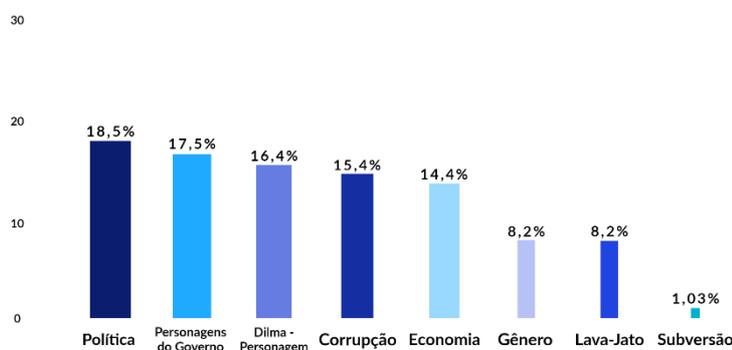


Gráfico 7 – Recorrência dos temas: agosto – *O Globo*

O Globo chegou, enfim, ao propósito do “impeachment irreversível”, que previra no início do processo persecutório em busca do seu objetivo: encerrar com os 13 anos do Partido dos Trabalhadores no poder. No epílogo, era natural que a “política” despontasse como tema mais assíduo nas páginas do diário, com 18,05%. “Personagens do governo” estiveram em evidência, alcançando o percentual de 17,52%, seguidos por “corrupção”, a bandeira preferida da movimentação pelo impeachment (15,46%). “Dilma- Personagem”, o alvo naquela quadra do noticiário, apareceu com 16,49%. Não para lhe darem voz, mas para se certificarem que a sua saída do cargo em definitivo estaria mesmo garantida, trabalhada que foi com as pancadas diárias sobre as suas opções para a “economia”, outro assunto bastante tratado (14,43%). A misoginia esteve presente, principalmente nos seus últimos dias no governo, quando os chargistas e críticos deitaram e rolaram no politicamente incorreto, elevando “gênero” para o grau 8,2%. Quanto à subversão, graças aos protestos, apareceu com 1,03%.

*Setembro

O Globo circulou no dia 1 de setembro com a manchete dos sonhos: “Dilma está Fora”. Uma outra, intermediária, perguntava: “E agora, Temer?”, passando para ele, logo abaixo, em várias “chamadinhas” – ou sub-retrancas, o nome técnico –, o dever de casa. Por exemplo: “aprovar o ajuste fiscal e as reformas da Previdência e trabalhista”. Um dia histórico para o jornal, que alicerçou o resultado, e para o país, que se viu capotando em sucessivas cambalhotas rumo à condição de pária internacional. A propósito: vale a pena ver de novo.



RECORRÊNCIA DOS TEMAS: SETEMBRO - O GLOBO

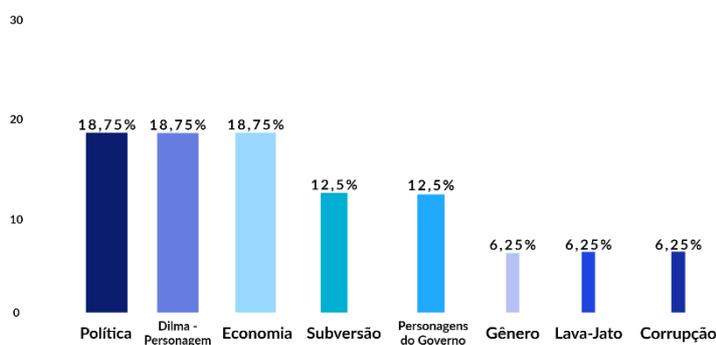


Figura 9 – Capa *O Globo*: *E agora, Temer?* Gráfico 8 – Recorrência dos temas: setembro – *O Globo*

Não restou claro quais foram os louros colhidos pelo jornal ao fomentar o golpe. Em seus planos estavam conduzir Geraldo Alckmin (PSDB-SP), ao cargo de presidente em 2018. Alckmin obteve reles 4,7% na disputa presidencial, em 2018. Tinham em perspectiva continuar influenciando na opinião pública, mas perderam espaço – como já foi mencionado – para as mídias sociais na preferência da audiência.

Ao assumir a presidência para um mandato tampão de dois anos, com uma pauta combinada com os setores do mercado e do empresariado, no dia 13 de maio, Michel Temer provou do contato com a dura realidade que buscou. Por onde andou país a fora, grupos de estudantes (que não o perdoaram por propor o fim da gratuidade nas universidades públicas e a redução de verbas para a educação) e populares (usurpados em seus direitos trabalhistas) tratavam de chamá-lo pelo rótulo que o caracterizou: “golpista”.

Em sua primeira cerimônia pública, conforme mencionado acima, a da abertura dos Jogos Olímpicos – Rio 2016, preparados cuidadosamente por Dilma Rousseff, foi recebido com sonora vaia no Maracanã, onde seu nome nem sequer pôde ser anunciado no microfone. Dilma optou por não comparecer à cerimônia, mas a hostilidade a Temer a fez presente.

5.4 - O golpe nas páginas da *Folha de São Paulo*

Tal como *O Globo*, também a *Folha* teve pressa em ver resultados no governo Dilma, antes mesmo da chegada da metade do primeiro mês do ano.

Janeiro

Neste dia, 23 de janeiro, a manchete principal foi a entrevista do banqueiro, Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco. Ao lado, numa manchete secundária, a *Folha* dava a notícia de que 104 advogados, inclusive o contratado para defender Marcelo Odebrecht, assinaram uma carta condenando as práticas abusivas da Lava-Jato, sob o ponto de vista do Direito. Nabor Bulhões, o advogado escolhido por Murilo Odebrecht para defender o filho, fez questão de deixar claro que estava agindo não porque fora contratado, mas movido pela indignação que viu nos métodos usados na Operação Lava Jato (importante deixar registrado que a *Folha* optou por “Lava Jato”, sem o hífen, mas para dar uniformidade, vamos usar o hífen daqui por diante).

Participando do Fórum Econômico Mundial em Davos¹², Luiz Carlos Trabuco defendeu que os bancos tivessem mais liquidez e a política nacional não fosse tão na linha do ajuste fiscal. Ele sugeriu o fim do depósito compulsório para os bancos, apontou a necessidade da reforma da Previdência e o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria, o que acabou acontecendo somente no governo de Jair Bolsonaro. Presente ao Fórum, a repórter Maria Cristina Frias, como fiel representante do grupo de que é herdeira, esboçava pessimismo quanto ao ano que começava, enquanto Trabuco se disse confiante e destacou que o ministro Barbosa estava “no rumo certo”. Este era só o início dos ataques que viriam sobre a equipe econômica de Dilma.

No dia seguinte, a toada era a mesma. A *Folha* previa um futuro nebuloso para o país, com a taxa de juros em 14,25% anuais, respaldados no prognóstico do FMI que vislumbrava para o Brasil, àquela altura, “elevação das incertezas domésticas e, sobretudo, externas”. Temiam que a redução de crescimento da China, combinada ao aperto monetário – ainda que gradual dos EUA –, ameaçassem os países emergentes, para os quais as instituições financeiras prenunciavam forte saída de capitais.

Não se antevia, entretanto, uma recessão global. Saudavam o barateamento do petróleo, na expectativa de que este fator propiciasse um crescimento das economias mundiais. Para o Brasil, a “previsão” do jornal era a de que o PIB “puxasse a economia do mundo para baixo”. Uma análise debochada e pessimista para um ano que mal começava.

Na manchete daquele mesmo dia (23), havia uma chamada para a entrevista da presidente à jornalista Natuza Nery, em que Dilma cobrava o “direito de defesa” dos envolvidos na Operação Lava-Jato: “é impossível alguém ser questionado em interrogatório com base no diz que diz”.

Na entrevista, concedida em seu gabinete, em Brasília, no dia 22, no início das investigações sobre o seu governo, ela criticava a forma como os inquéritos da Lava-Jato estavam sendo conduzidos. No seu entender, sem apresentar provas durante os

¹² O Fórum Econômico Mundial foi fundado em 1971 pelo economista e engenheiro alemão Klaus Schwab, que à época ministrava aulas de gestão empresarial na Universidade de Genebra. Com o patrocínio da União Europeia, o professor convidou 444 empresários europeus a uma conferência na pequena cidade de Davos, na Suíça — um local recluso e afastado, longe dos ambientes habituais do mundo dos negócios — para introduzi-los aos métodos empresariais americanos. Com o sucesso do encontro, Schwab passou a organizar um evento anual, sob o nome de Simpósio Europeu de Administração. A intenção, naquele momento, era discutir os interesses dos empresários participantes. Foi apenas em 1987 que a organização mudou seu nome para Fórum Econômico Mundial, ou, em inglês *World Economic Forum (WEF)*. (INSTITUTO..., 2020).

interrogatórios. Ela chamou de “pontos fora da curva” essas conversas e citou a carta assinada pelos advogados, contra a forma como os inquéritos estavam sendo conduzidos, totalmente fora da liturgia dos cânones do Direito.

Questionada sobre se o objetivo da investigação era levá-la ao, a presidente reagiu exigindo: “prove. Tem que provar. Já investigaram tudo meu. Reviraram a minha vida. Tenho de defender o direito de defesa e, ao mesmo tempo, o direito institucional de investigação. Ninguém pode ser acusado sem prova, nem ninguém pode ser condenado sem direito de defesa”. Nessa entrevista, Dilma é acusada de controlar o Ministério Público e rebate: “Eu controlo? Se o Ministério fala mal de mim? Então eu sou uma incompetente na arte do controle”, resumiu.

Editorial: política e economia – 30% cada
Manchetes: política – 33,33%
Matéria: política, economia e Dilma-Personagem – 20% cada

Tabela 8 – Aferição dos temas: janeiro *Folha*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: JANEIRO - FOLHA

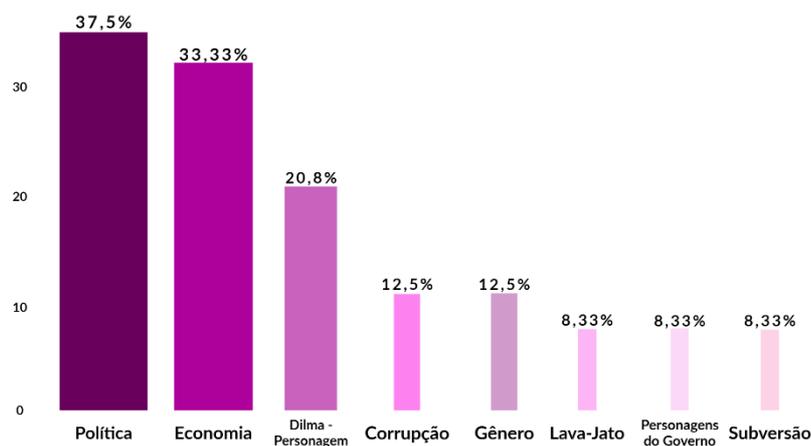


Gráfico 9 – Recorrência dos temas: janeiro - *Folha*

A *Folha* começou o ano abrindo artilharia pesada contra a presidente Dilma Rousseff. Era a sua primeira entrevista naquele janeiro e já mencionavam a possibilidade do seu impeachment. A carga sobre o tema “política” aparece nos 37,5% como o item mais tratado naquele mês, seguido por “economia”, com 33,33% e, ela própria, aparecendo com 20,83%. Em início de ano é normal as projeções econômicas, mas desta

vez elas ficaram a cargo de uma das herdeiras do Grupo Folha, Maria Cristina Frias, que diretamente do Fórum de Davos destilava pessimismo, prevendo um ano “nebuloso” para o governo.

A Lava-Jato, por sua vez, começou o ano com força total. Daí o tema “corrupção” ter ganho 12,5% do noticiário, o mesmo índice de “gênero” (12,5%), com os ataques pessoais à presidente aparecendo com frequência. “Personagens do governo” tiveram menos espaço (8,33%), equiparando-se a “subversão” (8,33%). O 2016 prometia.

Fevereiro

No editorial do dia 23 o jornal criticava os gastos do governo e cobrava um limite para as despesas. Dilma acenava com um projeto de estabelecer um teto, mas nada semelhante ao arrocho implantado por Temer no pós-golpe, que garroteou a Saúde e a Educação. Pela proposta de Dilma, “a cada quatro anos, limites máximos para a despesa total, em percentuais do PIB. Quando o teto estiver sob ameaça serão tomadas providências como cancelamento de concursos, redução de benefícios ao funcionalismo e, em último caso, suspensão de reajustes reais de salários”, foi o que trouxe a *Folha*. (*Folha – Opinião – editorial 23/02/2016: “Buraco no teto”*).

Naquele dia, havia sido preso o marqueteiro João Santana, na 23ª Operação da Lava-Jato. Com sua linguagem claudicante no *jurisdiquês*, Moro declarava à Folha que “há fundada suspeita” de que João Santana, e sua mulher, Mônica, ambos presos por terem recebido US\$ 7,5 milhões por contas no exterior, teriam sido pagos por terem prestado serviços ao PT. Dessa forma, contaminava um pouco mais a imagem do partido, colocando lenha no “antipetismo” e na desmoralização ao governo da presidente.

Em destaque, a *Folha* antecipava na manchete que “João Santana, o Marqueteiro responsável pela campanha de Dilma, para a reeleição, vai admitir que praticou caixa 2 no exterior”. Na linha fina, abaixo da chamada principal, o jornal fez questão de chamar a atenção para o fato de que o marqueteiro havia atuado em três campanhas do PT. Importante observar que a manchete não o tratou pelo nome, bastante conhecido. Fez questão de denominá-lo como: “o marqueteiro de Dilma”.

No dia seguinte (24), o tema do editorial reverberava a fala de Moro, apontando que o “conselheiro informal e frequente da petista esteve à frente das três últimas campanhas do partido ao Planalto”. Preso na Lava-Jato, na véspera, ele “havia recebido

irregularmente, US\$ 7,5 milhões no exterior, de firmas ligadas à Odebrecht”, afirmava o jornal. (*Folha* – Opinião – 24/02/2016 – editorial – “A alma do negócio”).

Apesar de Mônica, a mulher de Santana, ter declarado que o casal fez uso da prática de caixa 2, o marqueteiro que atuou, sim, na campanha de Dilma, argumentava que também trabalhou nas eleições de candidatos de seis países onde a Odebrecht tinha atividades, devido à fama que adquiriu no Brasil. Segundo Sérgio Moro, “os recursos que perfaziam um total de US\$ 7,5 milhões, foram pagos pela empresa sob a forma doações”, dizia a *Folha*: “Ao decretar a prisão do casal, Moro apontou que os pagamentos da Odebrecht a Santana seriam doações eleitorais sub-reptícias, ou seja, caixa dois de campanha”. Isto, baseado em suposições. Não foram apresentadas provas.

Por isso, o jornal alertava sobre a necessidade de se ressaltar que os termos entre aspas reproduzidos no editorial: “forte probabilidade de que os pagamentos guardem relação com serviços prestados ao PT”; ou: para o juiz Sergio Moro, há “fundada suspeita” de que o dinheiro “tenha sido extraído dos contratos superfaturados da gigante estatal”, precisavam ser lidos com cautela. E assinalavam: “resta distância considerável entre os fatos conhecidos e uma prova suficiente, para como pretende a oposição tucana, definir o processo que pede a cassação de Dilma na Justiça Eleitoral”. Diferentemente do *Jornal O Globo*, a *Folha* tinha certa preocupação em parecer isenta.

Na cobertura do depoimento de Mônica, mulher de João Santana, publicada na edição do dia 25, reproduziam:

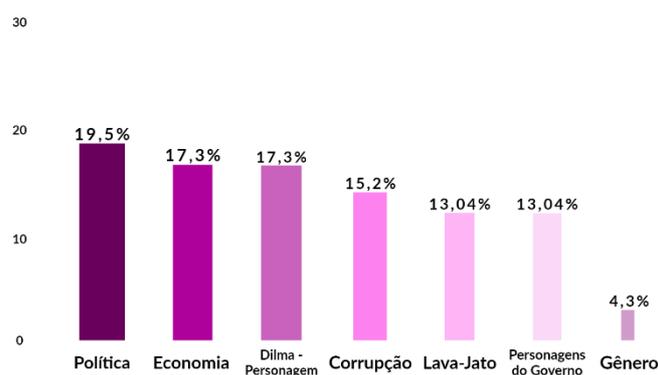
Mônica diz que os 3 milhões de dólares que o casal recebeu da Odebrecht em conta no exterior, foi por prestação de serviço de campanhas em Angola, Venezuela e no Panamá. Procuradores da Lava-Jato, no entanto, suspeitam que o dinheiro possa ter relação com campanhas petistas e desvios da Petrobras. A defesa de Santana nega.

Nessa data também o jornal deu chamada de primeira página e detalhou em matéria interna a má vontade das agências de *rating* para com o país. “A principal causa é a situação das contas do governo”, se apressaram em justificar. Em consequência, destacaram, o dólar subiu levemente, pois o mercado já contava com o rebaixamento do país. Não houve surpresa. O jornal alertou que aquele tinha sido o terceiro rebaixamento feito pelas agências de *rating*. O país passou de Baa3 para Ba2, descendo, de uma só vez, dois degraus. Antes a *Standard & Pool's* e a *Fitch* já haviam feito o mesmo. A matéria reforçava o discurso da “incompetência” da presidente para a economia.

Editorial: política – 25%
Manchetes: política, corrupção, economia, Lava-Jato, Dilma-Personagem e personagens do governo – 16,66% cada
Matéria: política, economia e Dilma-Personagem – 18,75% cada

Tabela 9 – Aferição dos temas: fevereiro *Folha*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: FEVEREIRO - FOLHA

Gráfico 10 – Recorrência dos temas: fevereiro – *Folha*

Com a intensificação das atividades da Lava-Jato, que ataçavam as críticas ao governo, ao desempenho da economia e tentava jogar a presidente no fosso dos denunciados por corrupção, o tema “política” foi o mais frequente em fevereiro (19,56%), seguido de “economia” (17,39%) e a “corrupção” (15,21%), puxada pelas ações espalhafatosas da “Lava-Jato”, que apareceu com 13,04%. O índice é o mesmo de “personagens do governo” (13,04%), alvo das investigações. Desta vez, mirando no desgaste político, “gênero” ficou com apenas 4,34% e “subversão” não constou.

Março

Com a prisão do marqueteiro João Santana e sua mulher, Mônica, a ideia de que o cerco se fechava em torno do Planalto foi intensificada com a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele teve a sua casa, em São Bernardo, invadida ao raiar do dia por policiais e foi levado para uma sala da Polícia Federal, no aeroporto de Congonhas, em 4 de março, conforme já vimos em *O Globo*.

Para a *Folha*, mais que natural a ação era um reforço na imagem de que Lula estava comprometido não só com as reformas no sítio de Atibaia e o triplex do Guarujá, mas com toda a “cadeia de comando” dos desmandos atribuídos pela Lava-Jato ao PT. Ao mesmo tempo, na interpretação do jornal, a prisão deu margem à “desconversa” e incentivou a indignação e solidariedade em torno do ex-presidente. Enquanto isso, no editorial da edição do dia 5, os redatores concordavam com a prisão de Lula que, segundo eles, trazia à baila a conversa de que “todos são iguais perante a Lei”.

A desculpa do então juiz Sergio Moro reproduzida pelo jornal para tamanho e desnecessário aparato numa sala do aeroporto foi a de que, sendo intimado a depor com antecedência na sede da Polícia Federal, Lula angariaria militantes para se manifestarem na frente do prédio da PF, em seu favor. O jornal, porém, concluiu que a medida foi em vão, pois houve simpatia nas hostes de juristas e mesmo entre lideranças de outros partidos, contra a forma de tratamento dada a um ex-presidente, era o que diziam no editorial.

Na edição do dia 6, posterior à que reportou a coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹³, a manchete era a queda brutal do dólar e a subida das cotações da bolsa, puxada principalmente pelas ações das empresas estatais. E, num ataque de “sincericídio”, interpretavam: “não se esperem dos mercados escrúpulos ou juízos morais. Sua atividade é converter informações disponíveis em preços que orientem as decisões de investidores, empresários e consumidores – tarefa que realizam não à perfeição, mas com diligência inigualável”. E exemplificaram: “se falta feijão, que o produto encareça e mais gente se anime a cultivá-lo; se um modelo de automóvel se tornou obsoleto, que seu barateamento atraia compradores”. (*Folha – Opinião – 06/03/2016 – editorial: “Está no preço”*).

No dia 7 o jornal externava preocupação com os rumos da economia, lembrando que o PIB em 2015 havia recuado 3,8% e que 2016 prometia não ser diferente, com várias empresas recorrendo à Justiça para reorganizar as suas contas. Aproveitavam para dar uma espetadela, dizendo que “não havia governo” e por isso as perspectivas eram bastante sombrias.

¹³ Aquela prisão para depor, típica de um estado policial, foi o espetáculo de mídia que a Lava Jato preparou para humilhar seu alvo, juntamente com a Globo, que foi avisada da operação com antecedência. Foi o primeiro dos graves abusos e ilegalidades que os advogados de Lula iriam reunir ao longo dos anos, até culminar com a anulação de todos os processos de Curitiba e a declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da suspeição e parcialidade de Moro contra Lula por motivos políticos, em 23 de março de 2021. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2021).

Registrava, ainda, que a média de crescimento do ramo de varejo havia atingido 7% no período de 2004 a 2014, ou seja, nos governos do PT, mas também noticiavam que a produção das montadoras no primeiro bimestre de 2015, de acordo com o que publicaram nas páginas da editoria de economia, foi 31,6% menor que nos primeiros meses de 2015. A produção de veículos fabricados caiu ao menor nível desde 2003, constatavam. Faltou, no entanto, o editorial diagnosticar que a crise política que incentivaram provocou o fosso econômico em que haviam metido o país. Todo o setor empresarial/industrial recolheu os investimentos, diante da insegurança do que viria.

No dia 14 de março a *Folha* registrava a presença de 500 mil pessoas numa manifestação pelo impeachment da presidente, na Av. Paulista e três milhões no total, nas praças e ruas das capitais país a fora. “Rejeição se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes, mas contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção”, analisaram. (*Folha – Poder – 14/04/2016: “Ato em SP atrai 500 mil pessoas, supera Diretas e impulsiona impeachment”*).

De acordo com o impresso as manifestações contra Dilma suplantaram as realizadas pelo movimento Diretas Já, em 1984. O objetivo era derrubar a teoria petista de que as manifestações estavam ancoradas no inconformismo do PSDB pela perda da eleição em 2014. O argumento era fortalecido com a notícia de que Aécio e Alckmin foram hostilizados na Paulista, a ponto de terem que deixar o palanque.

No dia seguinte, em 15 de março, a *Folha* diagnosticava e explicava o que consideravam o paradoxo que acometia o país: a crise política e pré-golpe, era o que de fato levava ao “momento contraditório” apontado pelos articulistas. Enquanto divulgavam dados sobre uma recessão que talvez se mostrasse sem paralelos em nossa história, os preços dos ativos brasileiros caminhavam na direção oposta. “Ações subiram de preço, juros de longo prazo caíram e o real se valorizou” – apontavam.

Sob a angulação dos analistas do jornal, “a degradação das condições econômicas, combinada com as recentes revelações da Lava-Jato, elevam a insatisfação popular contra o governo Dilma Rousseff (PT); as chances de a presidente sofrer impeachment também aumentam nesse cenário”, previam. Era o início, para aquele jornal, do bordão: “é só tirar a Dilma”. “Ao contrário de quase todas as crises anteriores, o problema é essencialmente doméstico”. O caos econômico era atribuído aos “erros da gestão econômica e da

incapacidade do governo Dilma de reequilibrar as contas.” (*Folha – Opinião – 15/03/2016* - editorial: “Paradoxo econômico”).

Na edição seguinte o jornal relatava uma tentativa do então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, de livrar o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) da prisão e fazer delação premiada. O jornal entendeu como “missa encomendada” pela presidente. Ela negou e Mercadante disse que foi uma iniciativa pessoal, movida por sentimento de solidariedade. Delcídio, por sua vez, conseguiu a homologação da sua delação, que mais tarde revelou-se totalmente falsa. Na época, o jornal fez a ressalva corretamente: “as palavras do delator auxiliam investigadores, mas elas não tornam desnecessárias a apresentação de provas sólidas de tudo o que foi dito”. E, de fato, o que a defesa de Lula provou, posteriormente, foi que não havia um só elemento nas denúncias de Delcídio, que o incriminasse. Eram só declarações.

Caso Delcídio (obstrução de Justiça): A defesa provou que era falsa a delação do ex-senador Delcídio do Amaral. A denúncia era tão frágil que sequer houve recurso da acusação contra a decisão da 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que absolveu Lula. Caso encerrado, Lula absolvido. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2021).

No dia 17 a *Folha* descarregou em seu editorial todo o ressentimento contra Dilma e Lula. A presidente foi esculhambada pela ousadia de querer nomear Lula seu ministro da Casa Civil, para que ele articulasse a defesa do seu governo. Um direito legítimo, mas que levou os que torciam pelo impeachment ao auge da indignação. A acusaram de “obstrução da Justiça”. E, a Lula, de querer escapar da prisão, já quase decretada pelo juiz Sergio Moro. Chamaram a nomeação de “manobra cínica” e os acusaram de ser cúmplices nela. “Imprudência”, “provocação” e “manobra” são palavras insistentes no editorial desse dia. A esta altura é preciso lembrar o “Basta” no alto de página do *Correio da Manhã*, na véspera da deposição de João Goulart, em 1964, que teve a mesma conotação.

Em 18 de março – quando Sergio Moro fez vazar o diálogo fruto da escuta ilegal, entre Dilma e Lula –, foi a única vez em todo o processo da Lava-Jato que o jornal se insurgiu contra os métodos antidemocráticos e parciais do juiz Sergio Moro, apontando os seus excessos e cobrando dele ações mais comedidas e dentro dos princípios do estado de direito. Mesmo escancaradamente favorável ao impeachment, a *Folha* rebelou-se quanto à atitude de Moro de divulgar as gravações das conversas particulares, colhidas ao arpejo da lei, e lembrou que quando não se caracterizam provas as gravações devem ser inutilizadas, e que o juiz errou em fazer uso público do diálogo entre um ex-presidente da República e a atual.

O jornal considerou que a parcialidade de Moro passou do ponto. Mais tarde (em 26 de junho de 2021) a crítica seria referendada pela condenação do agora ex-juiz Sergio Moro, pelo STF, como juiz parcial.

Na ocasião, o juiz fez uma retratação pública, enviada ao ministro do STF, Teori Zavascki, depois de receber deste uma reprimenda, onde escreveu:

Ainda que este julgador tenha se equivocado em seu entendimento jurídico e admito, à luz da controvérsia então instaurada que isso pode ter ocorrido, jamais, porém, foi a intenção desse julgador, ao proferir a aludida decisão de 16/03, provocar polêmicas, conflitos ou provocar constrangimentos e, por eles, renovo minhas respeitadas escusas a este Egrégio Supremo Tribunal Federal. (MORO, 2016, *Apud* PAULA, 2021).

Um detalhe importante é que todos os envolvidos no episódio do “grampo” tinham direito a foro privilegiado, pois estavam envolvidos não só a presidente, como ministros, “mas o ponto é: desculpas bastam? Para o CNJ e o STF, a resposta foi (naquele momento) sim”. (MORO, 2016, *Apud* PAULA, 2021).

Antes mesmo de iniciar qualquer investigação oficial, Moro mandou a Polícia Federal grampear os telefones usados por Lula, seus familiares e até dos advogados do ex-presidente, o que é totalmente ilegal e seria uma das mais fortes provas no julgamento da parcialidade Moro no STF. O episódio mais notório da espionagem ilegal foi o grampo da conversa da ex-presidenta Dilma com Lula em 16 de março de 2016. Mesmo tendo sido repreendido pelo ministro Teori Zavascki, que era o relator da Lava Jato no STF, Moro continuou espionando Lula. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2021).

Na mesma medida que incentivava a crise política, a *Folha* cobrava em editorial medidas que estancassem a crise econômica, como se fosse possível dissociar uma coisa da outra. “Em fevereiro deste ano a perda de receita chegou a 11,5% em comparação com o mesmo mês de 2015, ou 6,6% no acumulado de 12 meses (todos os indicadores são apresentados em termos reais, já descontada a inflação)”, esbravejavam, sem se dar conta do caos que ajudaram a criar ao seu redor.

Ao mesmo tempo, o jornal já falava abertamente em um futuro sem Dilma: “Os responsáveis pela condução do país devem prestar muita atenção ao cenário de terra arrasada que terão de administrar”. O jornal se colocava como espectador, sem uma autocrítica de que ela, *Folha*, havia contribuído com o quadro de “terra arrasada” que descrevia. Autocrítica, esta, que nas eleições de 2018 ela passaria a cobrar dos dirigentes petistas.

Na manchete a *Folha* estampava neste dia: “Ministro devolve processo de Lula a Moro”. O ministro em questão era Gilmar Mendes. Ele suspendeu em caráter provisório – o que acabou se configurando permanente –, a posse de Lula como ministro da Casa

Civil, indicado pela presidente, sob a alegação de que seria uma forma de o processo de Lula ir parar no STF. “Uma tentativa de fraude à Constituição”, alegava o ministro, que o reencaminhou a Moro.

No corpo do jornal, reportagem relatava o discurso de Lula na Avenida Paulista, em ato a favor do governo. Ele falou para um público calculado pela *Folha* em 95 mil pessoas (Datafolha). Enquanto isso, o jornal dava conta de que Cunha havia feito uma sessão incomum, numa sexta-feira – quando os deputados costumam viajar para as suas bases –, a fim de que fosse computada no prazo para a votação do impeachment.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – tal como no golpe de 1964 – aprovou apoio ao afastamento de Dilma do cargo, revelava a *Folha*. (Somente quando começaram a surgir as denúncias de torturas a OAB mudou de postura em relação à ditadura – 1964-1985). Enquanto isto, o ministro da Justiça, Eugênio Aragão, declarava que não iria mais permitir “vazamentos”. Caso pressentisse algum, trocava toda a equipe da PF, avisou. Em viagem à Bahia, coberta pelo jornal, a presidente reagiu contra a exposição de grampo. Disse que “quem grampeia presidente em muitos países, pode ser preso”.

Editorial: política, corrupção e lava-jato – 18,36% cada
Manchetes: política, corrupção, Lava-Jato, Dilma-Personagem e personagens do governo – 19,14% cada
Matéria: política, corrupção, Lava-Jato, Dilma-Personagem e personagens do governo – 19,56% cada

Tabela 10 – Aferição dos temas: março *Folha*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: MARÇO - FOLHA

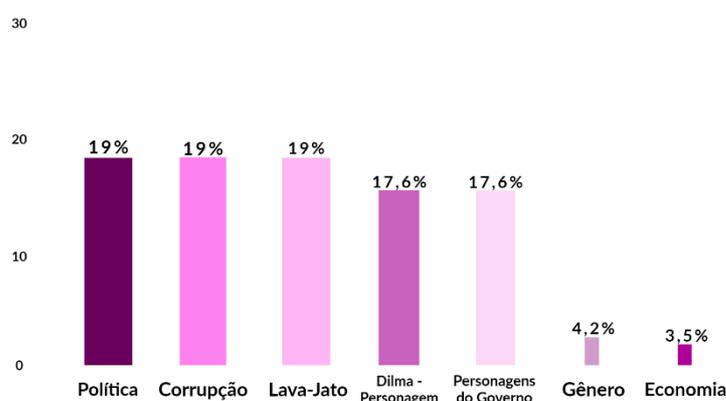


Gráfico 11 – Recorrência dos temas: março – *Folha*

Num cenário em que o mês começava com a condução coercitiva de um ex-presidente da República, era natural que os temas “política”, “corrupção” e “Lava-Jato” aparecessem no mesmo patamar, com 19% cada. Não faltaram também citações a “personagens do governo”, que começavam a ser incluídos nas denúncias e “gênero”, com novas insinuações e ataques à competência da presidente (“Dilma-Personagem” apareceu 17,6%), classificando o seu governo de “terra arrasada” no que dizia respeito à “economia” que pontuou apenas 3,5%, neste mês.

Abril

No mês de abril a Câmara iria votar o pedido de afastamento de Dilma para que o processo de impeachment tramitasse por 180 dias. Todos pareciam tomados de pressa. Os editoriais se tornavam cada vez mais ácidos. O deste dia (1 de abril), especialmente. O governo enfrentava além da crise política um surto de graves epidemias virais, como dengue, chikungunya e gripe H1n1.

Enquanto isto, a *Folha* colocava sob suspeição as movimentações da presidente e a acusava de estar oferecendo pastas em troca de votos aos partidos nanicos, como o Progressista, de Paulo Salim Maluf, um clássico da corrupção e da política do toma lá, dá cá. Para fazer a denúncia, o jornal usava de linguagem agressiva e fora até dos próprios padrões normalmente utilizados em seus editoriais, que se pretendiam assépticos. “Tal base de lama renovada em que tenta firmar os pés uma presidente cuja capacidade de indignar-se com falcatruas se mostra a cada dia mais seletiva”, acusavam. E no fecho: “Sem o menor pudor, Dilma Rousseff rifa o que lhe restou de governo para salvar a própria pele. A única coisa que comanda no presente é a liquidação do Planalto”.

Também naquele 1º de abril o jornal noticiava que o envolvimento da Odebrecht na Lava-Jato levou a empresa à derrocada financeira. Com dívidas da ordem de 90 bilhões, já em abril de 2016, sem acesso a créditos, a empresa iniciou um processo de alienação de ativos, esperando obter em torno de R\$ 12 bilhões, para tentar se equilibrar. A providência da empresa foi parar na manchete. O plano era vender bens em Angola, Peru e no Rio Grande do Sul, conforme declaração do presidente do grupo, Newton de Souza. Na chamada de primeira página a descrição era que a empresa, o quarto maior conglomerado privado do país, já havia demitido até aquele mês 70 mil dos quase 190

mil funcionários. (O balanço dos prejuízos causados pela Operação Lava-Jato foi computado em 2020, quando o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos – Dieese, divulgou amplo estudo a respeito) (NUZZI, 2021).

Abaixo dessa manchete, uma outra menor contabilizava a presença de 40 mil pessoas na Praça da Sé onde houve ato pró-Dilma. Com as demais capitais, um total de 755 mil segundo os organizadores e 141 mil de acordo com as PMs, protestaram contra o impeachment. Na matéria interna, o diretor Newton de Souza detalhava a intenção da Odebrecht de restabelecer o seu caixa, coisa que não conseguiu. Acabou sujeita a um acordo de leniência.

Souza falava da dívida de R\$ 90 bilhões causada pelas operações da Lava-Jato, que mirou na empresa e não nos seus diretores e donos, apenas. Ele confirmou que colocou à venda um pacote de unidades da Odebrecht a fim de angariar os R\$ 12 bilhões que a chamada de capa adiantava, “para atravessar o furacão”. E confirmou também as 70 mil demissões desde o início das investigações, como forma de “controle e para evitar fraudes”. Um preço alto num contexto de impeachment que mais tarde se comprovou sem motivos consistentes.

O dia 2 de abril foi decisivo no cenário político. Essa foi a data na qual um encontro dos líderes do PMDB selou o rompimento do partido com o governo. Tradicionalmente fisiológico, alguns integrantes relutaram em deixar os cargos, que poderiam ser usados pela presidente como barganha por votos contra o seu impeachment. No editorial, a *Folha* reproduziu um comentário indiscreto do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, ao ver uma foto dessa reunião: “Meu Deus do céu! Essa é a nossa alternativa de poder”. E maldosamente o jornal completou que se o ministro olhasse para o outro grupo, o que ficou com Dilma, “sua atitude tampouco seria diferente”.

Nesse dia a manchete foi: “Prisões na Lava-Jato ligam o petrolão ao Caso Celso Daniel”. Também houve chamada para as detenções do ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira e do empresário Ronam Maria Pinto. A chamada de alto de página, com foto, provocou indignação na direção do Partido dos Trabalhadores. Principalmente porque na legenda vinha a expressão: “corrupto”. Numa tentativa desesperada de incriminar Lula e o PT, os integrantes da Operação Lava-Jato traziam de volta o caso do crime do prefeito do partido, Celso Daniel, de Santo André (SP).

O enredo era o de que o PT teria pegado um empréstimo de R\$ 12 milhões, repassados a um empresário amigo – Bumlai – que seriam usados para comprar o silêncio

do empresário Ronan Maria Pinto, dono do jornal *Diário do Grande ABC*, e de um dono de uma empresa de ônibus, por ter informações importantes sobre o crime. Ronan teria chantageado Lula e os ex-ministros José Dirceu e Gilberto de Carvalho, oferecendo em troca, o silêncio do seu *Diário* que, tendo recebido os R\$ 12 milhões, não revelaria a ligação de petistas com o assassinato e um esquema de corrupção. Um emaranhado de ilações requeentadas, mas que naquele dia virou notícia.

Os R\$ 12 milhões viriam de um contrato entre a Petrobras e o Grupo Schahin, no valor de R\$ 1,6 bilhão. O grupo teria se beneficiado por ter concedido empréstimo a Bumlai. Nada disto se confirmou e esses processos foram arquivados.

Com a crise política instalada e a perspectiva de impeachment, os bancos privados fecharam os cofres, deixando as empresas que necessitavam de empréstimos sem recursos. A *Folha* não fez esta leitura. Preferiu culpar o Estado por se endividar além da conta e de promover uma absorção “das operações de dívida – que incluem empréstimos a pessoas físicas, empresas e o lançamento de títulos públicos e privados no mercado, segundo o levantamento do economista Carlos Rocca, do Centro de Estudos do Instituto Ibemec”. De acordo com o jornal, que citava o estudo de Rocca, “Foi o maior percentual de apropriação estatal do fluxo de dívidas da economia brasileira em dez anos. O estudo apresenta dados desde 2005”, ressaltava.

Feita a análise no trabalho de Rocca, o jornal afirmava em editorial:

o endividamento do governo via emissão de títulos cresceu 19,8% em 2015. E as operações de curtíssimo prazo do BC, as compromissadas, 12,9%. Segundo a consultoria Austin Asis, as aplicações em títulos de 115 instituições financeiras chegaram a R\$ 2,7 bilhões no fim de 2015, quase 40% do ativo total delas. (*Folha – Mercado – 03/04/2016: “Governo absorve 72% do crédito do país e desidrata setor privado”*).

A leitura mais conveniente para o quadro econômico, porém, seria a de que com a política em polvorosa e os empresários e industriais sempre temerosos de prejuízo, recolheram seus investimentos e não arriscaram fazer novos empréstimos para injetar crescimento aos seus negócios. Ficaram esperando o desfecho do impeachment, no qual apostavam para se moverem na direção do novo presidente liberal.

Diante desse cenário, no dia 3 eles voltavam a atacar a economia conduzida pelo governo. Em tom de denúncia, publicaram matéria dizendo: “Estado absorveu 72% das operações de dívida”. Concluíram que nessas operações “o setor público” disputava “com o setor privado essa poupança, oferecendo taxas de juros mais elevadas, o que acaba por matar a demanda por

créditos das empresas”. (*Folha* – Mercado – 03/04/2016: “Governo absorve 72% do crédito do país e desidrata setor privado”).

Sob o título: “Expectativas”, o impresso mirava o mercado, de costas para as agruras da política. De acordo com os analistas “a moeda brasileira se valoriza, assim como sobe o preço das ações”. Tais condições se deviam, na interpretação deles, “à melhoria das condições externas”. E, em parte, “o relativo otimismo expresso pela valorização dos ativos financeiros foi provocado pela probabilidade maior de reformas e ajustes”. Dito mais explicitamente, esperava-se “um governo comprometido com a reconstrução econômica” (liberal). E chamavam a atenção para a “degradação contínua, quando não acelerada, da vida real do trabalho, das empresas, do crédito das contas públicas”. Por fim, concluíam que a solução seria um governo “estável” e “capaz de apaziguar os ânimos”.

Os ânimos entre os veículos e o governo foram apaziguados com a chegada de Temer ao poder. O cenário econômico, não. O país foi só ladeira abaixo. O índice de desemprego chegou a 13,1% no primeiro trimestre encerrado em março de 2018, conforme dados do IBGE. O total de desempregados passou de 11,76 milhões na média de 2016 para 13,23 milhões em 2017, apresentando um aumento de 12,5%. De acordo com a Pnad, o número de desempregados no país vinha subindo desde 2014, ano em que atingiu o patamar mínimo da série histórica iniciada em 2012, com um total de 6,7 milhões de desempregados.

O editorial do dia 11 criticava o possível alívio na dívida dos estados com a União e debitava a possibilidade na conta do Planalto, devido à crise política da época. Classificava o governo de “irresponsável”, por tentar negociar as dívidas sem contrapartidas, colocando em risco até o pagamento do funcionalismo, alegavam. E acusavam o governo de, em meio à instabilidade política, inserir as dívidas dos estados, no que chamaram: “varejão do Planalto”.

A manchete do jornal naquele dia foi: “Governo prevê revés em comissão e tenta se salvar no plenário”. Falavam da tentativa do Governo em minimizar a derrota na comissão que analisava o pedido de impeachment, enquanto na matéria interna o texto alertava para o fato de que as possíveis debandadas do Partido Progressista (PP) e novas denúncias de corrupção na Lava-Jato atrapalhariam os planos governistas.

Faziam uma avaliação de todo o cenário das votações na comissão especial e, sobretudo, no Plenário da Câmara. Fala-se dos possíveis votos contrários dentro do PP,

PSD e PR. O texto deixava claro todo um quadro desfavorável à presidente, apesar dos esforços do governo e de Lula. Alertava, ainda, sobre as delações de ex-executivos da Andrade Gutierrez que, segundo a matéria, dificultavam ainda mais as coisas para o governo.

No dia 16 de abril, véspera da votação, a manchete discorria sobre a tentativa do governo Dilma de reverter votos contra o impeachment. Revelava a mudança de voto do então vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão (que passou a ser contra o impedimento), e da saída de Gilberto Kassab do Ministério das Cidades, já que seu partido, o PP, havia abandonado o Governo.

A chamada da matéria principal, na parte interna era: “Governo faz a última investida para tentar barrar o impeachment”, e detalhava com quem foram as conversas mantidas pela presidente para angariar votos.

Boa parte do editorial nesta véspera da votação foi reservado a descrever a sessão do Plenário do STF, na qual se discutiu, sobretudo, a ordem de chamada das bancadas na votação do impeachment, que aconteceria no domingo. (Eduardo Cunha queria convocar as bancadas do Sul e Sudeste primeiro, deixando Norte e Nordeste por último; mas voltou atrás, antes mesmo que o STF o mandasse escalonar as bancadas).

O que se poderia chamar de: o dia D (17 de abril), trouxe no editorial o apoio explícito ao impeachment da presidente, dizendo ser justo que ela, seu governo e seu partido, fossem punidos pela crise política, financeira e moral do país (colocando-os, obviamente, como grandes culpados pela situação). Na expectativa da votação, a Folha fez carga pela aprovação e cobrou celeridade no processo, em nome “da ampla maioria dos brasileiros”. Sem a menor cerimônia, decretaram: “o governo Dilma Rousseff acabou”.

Fosse qual fosse a decisão, o jornal, com plena consciência de seu poder de influir na opinião pública, estampou o editorial “Decisão da Câmara” e reverberando, como de praxe, a voz do dono decretou: “está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são os responsáveis por isso”, acusavam, sem pestanejar, isentando o intenso trabalho de destruição promovido pelos senhores da Lava-Jato, e pela guerra de opinião e pessimismo empreendida pelos veículos. (*Folha – Opinião – 17/04/2016 - editorial: “Decisão da Câmara”*).

Em seu livro *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, Foucault (1987, p. 14) fala da espetacularização das punições legais como forma de dar exemplo aos demais que assistem às condenações e de quanto há de violência nessas punições. Segundo ele, a parte final dos processos penais é a mais “velada” e costuma provocar consequências. Uma delas, a de que “a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime”. Neste caso, o de Dilma, clamavam pela punição de uma mulher.

Desde então, o escândalo e a luz serão partilhados de outra forma; é a própria condenação que marcará o delinquente com sinal negativo e unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença; quanto à execução, ela é como uma vergonha suplementar que a justiça tem vergonha de impor ao condenado; ela guarda distância, tendendo sempre a confiá-la a outros e sob a marca do sigilo. É indecoroso ser passível de punição, mas pouco glorioso punir. Daí esse duplo sistema de proteção que a justiça estabeleceu entre ela e o castigo que ela impõe. (FOUCAULT, 1987, p.14).

Atribuía à presidente: o “reco do PIB”, “a inflação que corrói salários”, o desemprego que aumentava desenfreadamente. E apontavam: “nenhum desses efeitos ocorreu sem que o dedo de Dilma estivesse entre as causas. Seu apetite intervencionista e sua inépcia gerencial arruinaram estatais como Petrobras e Eletrobras e afugentaram investidores”. No seu conhecido estilo de dar uma no cravo outra na ferradura, a *Folha* não deixou também de bater nos opositores do governo. Reconheciam: “a oposição fez tudo para barrar suas esporádicas tentativas de reconduzir a economia na direção da boa administração das contas públicas”. E nomeava como líder feroz contra Dilma, o “presidente da Câmara”, Eduardo Cunha. Defendiam que, ao final do processo, o PMDB conservasse as investigações da Lava-Jato e, por fim, com uma boa dose de cinismo, reivindicava o que não praticou: “equilíbrio, espírito crítico” e “esperança construtiva”. Ressaltava, por fim, que o jornal “ao longo de todo o processo se esforçou e se esforçará por manter”. (*Folha – Opinião – 17/04/2016 - editorial: “Decisão da Câmara”*).

Na manchete daquele dia era destacada a votação prestes a acontecer. Antecipavam que parlamentares pró-impeachment eram maioria e que a presidente tentava reverter votos. Por isso, aludiam, havia cancelado sua participação em manifestações a seu favor. Enquanto isso, Michel Temer também viajava a Brasília para garantir votos pró-impedimento. Reproduziam uma declaração do vice que rebateu a presidente. Ela antecipava que ele assim que assumisse cortaria benefícios.

Temer cabalou votos até o último minuto e tratou de desmentir a fala da presidente que previra os planos dele de desmontar os programas sociais. Esperneou, mas o tempo provou que Dilma tinha razão.

Na parte interna o jornal trouxe uma rápida explicação de como ocorreria a votação na Câmara dos Deputados. Falou-se também de um possível próximo passo (votação no Senado), caso Dilma fosse derrotada. Chamaram a caça aos votos de “duelo do impeachment”.

No dia seguinte à votação (18) a edição – como não poderia deixar de ser –, trouxe na manchete a sessão realizada na Câmara e o caminho que o processo seguiria: votação no Senado e possível recurso do Governo no STF. Foram destacadas as manifestações pró e contra o impedimento, mostrando a superioridade dos atos contra a presidente. Ganhou destaque a queda na economia desde a reeleição da presidente e os movimentos de Michel Temer para viabilizar seu governo.

De acordo com a estimativa da *Folha* as presenças nos atos ficaram assim: 250 mil anti Dilma, e 42 mil a favor. A debacle da economia foi bastante enfocada, principalmente a taxa de desemprego, que em 2014 era de 6,5% e agora estava na casa dos 9,5%, além da retração no PIB, da ordem de 3,8%. Apostando nos possíveis conflitos internos deflagrados dentro do PT, o jornal atizava, dizendo que Dilma fora “abandonada por aliados”, e auxiliada apenas pelo ex-presidente Lula. (Em parte tinham razão. Houve quem ingenuamente apostasse em Lula para 2018, sem avaliar os riscos inerentes ao ambiente de exceção que costuma se instalar após um golpe).

Os textos falavam, no geral, como transcorreu a votação do dia 17, os desafios políticos (da Lava-Jato) e econômicos (reformas a serem feitas) que Michel Temer tocaria caso Dilma fosse afastada em definitivo pelo Senado. A matéria principal discorria sobre os possíveis próximos passos que a presidente e o PT dariam (as propostas iam de diminuição do mandato à convocação de eleições e recurso no Supremo). Descreviam, ainda, como a presidente acompanhou tudo, ao lado de Ricardo Berzoini, Jaques Wagner e o assessor Giles Azevedo.

O editorial “O país tem pressa” concordava, claro, com o resultado favorável ao impeachment. No entanto, como se quisesse ela própria se justificar, a *Folha* dizia que nunca concordou que o impedimento fosse “a melhor saída”, mas, sim, as renúncias da presidente e seu vice ou a cassação da chapa por parte do TSE. Os editorialistas lembraram que o placar – eram necessários 342 votos – foi de 367 a 137. No título, onde

sentenciavam a imprensa, faltou dizer que urgência maior tinha o próprio jornal, que não se furtou, inclusive, de ditar a pauta a ser seguida pelo substituto da presidente em queda.

Contudo, tiveram um resquício de dignidade, ao lembrar que pouquíssimos deputados alegaram “as pedaladas” quando proferiram seus votos. O jornal apontou que muitos falaram em corrupção, embora estivessem enfiados em seus descaminhos. No editorial em que pedia imprensa, teve a arrogância de determinar: “Não há sentido em prolongar artificialmente a permanência de quem já não tem a menor condição de governar”. Reivindicavam ser necessário levar Cunha às barras da Justiça e dar continuidade ao trabalho da Lava-Jato.

No final de abril (24), o quadro político foi ganhando contornos mais nítidos e se via que dificilmente Dilma voltaria ao cargo. Prevendo um desfecho desfavorável para o Partido dos Trabalhadores, prefeitos filiados ao PT e com vistas à reeleição tratavam de pedir desfiliação. Segundo a matéria da *Folha*, de cada cinco eleitos pela legenda em 2012 – a seis meses da eleição municipal –, um deixou o partido. Um verdadeiro êxodo. Os dados, de acordo com o jornal, levaram em conta as desfiliações no TSE até o dia 15 de abril. A soma incluiu também os que foram cassados. “Ao todo, 135 dos 638 prefeitos eleitos pelo PT pediram para sair ou foram expulsos do partido”.

Conforme a reportagem, as maiores baixas aconteceram em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. “Em São Paulo, 35 dos 73 prefeitos eleitos migraram. No Paraná foram 18 baixas entre 40 gestores. No Rio de Janeiro, mantiveram-se fiéis ao PT só quatro dos 11 prefeitos eleitos há quatro anos.” Também houve baixas no Mato Grosso do Sul, onde 13 prefeitos se desligaram da legenda. Era o efeito do massacre do “jornalismo de guerra”, materializando o antipetismo dentro das próprias fileiras do partido.

A expressão "jornalismo de guerra" aparece no livro *Clarín, La Era de Magnetto*, escrito por Martin Silva, publicado em Buenos Aires. Segundo o autor, o Clarín (espécie de O Globo, argentino) "mudou sua forma de fazer política e passou a fazer um jornalismo de guerra", referindo-se à dura campanha desencadeada contra o governo de Cristina Kirchner. O próprio jornal, através de um de seus editores, Julian Blanck, reconheceu essa prática. (LEAL, 2017).

Talvez constatando que agiram com muito ímpeto no discurso do “nós contra eles”, martelado diuturnamente na cabeça do seu público – basicamente formado da classe média, como já foi dito –, a *Folha* naquele dia optou por dirigir-se aos leitores com um editorial sob o título: “Governos Mínimos”, em que trazia à discussão a desigualdade social do país e pedia que se baixasse a temperatura do clima de animosidade estabelecido no Brasil, agora dividido em dois times: os de camisa vermelha e os de camisetas

amarelas, com emblema da CBF. Nunca é demais repetir que a mídia jogou galões de gasolina no cenário político.

O editorial disparava contra a desigualdade econômica, apontando o fosso entre o que o Estado arrecada e o que devolve para a sociedade e cobrava “um debate urgente”. Lançava um apelo a que se abandonasse – àquela altura, no calor do confronto – as anacrônicas, segundo eles, “discussões ideológicas entre esquerda e direita”, pautando uma agenda “de consensos básicos”. Chegaram a alertar para o fato de que “em tempos de Lava Jato, talvez muitos tenham a impressão de que o nó se desatará com o combate à corrupção e com a escolha de melhores gestores”, e complementavam: “ledo engano”.

Comentavam que tais iniciativas, embora fundamentais para a sociedade, “*mal arranham o problema*”. E chegavam aonde lhes interessava. Desancavam com a “previdência injusta”, o “desperdício”, os “bilhões de reais em empréstimos subsidiados”. Partiam para o discurso ostensivamente liberal e “contra tudo o que está aí”!

Não por acaso, logo abaixo da manchete de primeira página onde descreviam a marcha em retirada dos prefeitos petistas – a seis meses das eleições municipais –, chamavam também para a sondagem feita a Henrique Meirelles para assumir o ministério da Fazenda, do futuro governo Temer. Meirelles acenou com um sim, desde que pudesse escolher todos os nomes da equipe econômica. E assim foi feito.

No dia seguinte (25), o jornal escolheu o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, para um balanço da situação do seu partido, o PT. Um dos pontos levantados pela jornalista Mônica Bergamo, que o entrevistou, foi o fato de o partido ter permanecido 13 anos (a jornalista fala em 14 anos) no poder e, naquele momento, estar sendo garroteado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB).

Para Haddad, o processo vinha de longe, desde 2006 – há 10 anos, portanto. Em sua avaliação, o cenário retratava uma escalada dos mais ricos que se tornaram mais ricos e os pobres, mais pobres, enquanto a classe média perdeu status, ficando de “marisco” da história. Entre o mar e as rochas, esta classe média teria, em sua opinião, interrompido o diálogo com o governo petista, ficando à mercê do discurso do PSDB – tucanos – que a convenceu de que ela estava perdendo a luta de classe e se encostando nos pobres, seu pior pesadelo.

Daí para o discurso de intolerância foi um pulo. Para Haddad, porém, apesar de perder a “hegemonia”, o PT sobreviveria às turbulências políticas, mas teria que repensar o campo progressista. O ex-prefeito, no calor da hora, tinha dificuldade de dizer que o

impeachment era o que era: um golpe, mas via muito do papel da classe média no que estava acontecendo.

Neste ponto a jornalista perguntou: “A classe média derrubou o governo?” Ao que ele respondeu:

A afirmação é forte para o conjunto de fatores que levou a esta situação. Mas é seguro que um fator importante foi a piora da posição relativa da classe média, que fez surgir uma equação quase impossível de solucionar: ela passou a demandar a melhora dos serviços públicos, para dispensar os privados, sem aumento de tributos.

Dentre as manobras que fez para não usar a expressão “golpe”, Haddad conseguiu afirmar que o processo contra a presidente estava centrado em “argumentos frágeis” e, caso Michel Temer assumisse, previu, “haverá um retrocesso em direitos trabalhistas e sociais. Um modelo de sociedade que eu espero seja inaceitável para a maioria”. A entrevista mereceu chamada de capa. Ao lado, a constatação de um levantamento feito pelo jornal de que ainda não havia quórum para o impeachment. Apenas 39 senadores admitiam que votariam, sim, quando eram necessários 54 votos para tirar Dilma definitivamente do poder.

Apesar de se colocar ao lado do golpe e manter a cantilena da necessidade de mudança, a própria *Folha* previa no editorial do dia 25 de abril que a recessão seria longa, devido à retração de consumo e o aumento crescente do desemprego. Nem pensar em fazer o *link* entre a destruição dos parques de engenharia, da cadeia produtiva ligada a ele ou ao desemprego em massa nos frigoríficos, animado pelas ações e operações da Lava-Jato.

Uma miopia política milimetricamente calculada – tudo leva a crer –, que só via o crescimento da taxa de desemprego “medida pela Pnad contínua do IBGE”. O jornal alardeava que o índice atingira 10,2% no trimestre encerrado em fevereiro, ficando 2,8% acima do mesmo período de 2015. O “efeito impeachment”, o resultado da paralisação do Congresso e a instituição das “pautas bombas”, nada disso era levado em conta pelos competentes analistas da Folha. Não consideravam os respingos na economia da promessa feita pelo candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), de que Dilma não governaria. Promessa agora traduzida em números, mas não para a *Folha*, que só lia a tabela dos índices e intencionalmente interrompia ali, a sua análise.

O jornal apontava um aumento de “40% no número de pessoas desocupadas, que já chega a 10,4 milhões”. (O que dizer hoje, quando este contingente esteve perto dos 15%?) E informava que “a Confederação Nacional do Comércio, por sua vez, indica em

sua última pesquisa a menor intenção de consumo da série. O seguimento de bens duráveis (como carros, geladeiras e TVs) é o mais atingido, com queda de 43,6% em relação a abril de 2015”. Mas era só tirar a Dilma... Era o mantra.

No seu melhor estilo: de ostentar “isenção”, a *Folha* um dia entrevistou Fernando Haddad, no outro a chamada de primeira página era Fernando Henrique Cardoso. Um dos principais artífices do golpe para retirar Dilma Rousseff do cargo, naquele 26 de abril, colocava-se em oposição ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, seu correligionário tucano. Para Alckmin, o apoio ao impeachment deveria ser “apenas congressual”, sem participação em cargos de um futuro governo de Michel Temer.

Quanto a FH, se colocou de corpo e alma, dando pleno apoio ao golpe. A certa altura, os jornalistas Fábio Zanini e Natuza Nery, perguntaram: “Não é ruim ser sócio minoritário de um governo que não é seu, numa situação de crise?” Ao que FH respondeu: “a política é um jogo arriscado. Quem está nessa tem de estar sempre preparado para sair do governo. Se não for por um certo caminho, você não tem razão para continuar. Não pode por exemplo, interferir na Lava-Jato”, preocupou-se. Na abertura da entrevista pingue-pongue os jornalistas destacaram:

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defende a entrada do PSDB num eventual governo Michel Temer, com indicação de cargos. Segundo ele, o partido tem 'responsabilidade política' e não pode se recusar a participar. O partido está dividido: FHC tem a mesma posição do senador José Serra, cotado para o ministério de Temer. Do outro lado, o governador Geraldo Alckmin defende que tucanos se licenciem da legenda para aderir ao governo.

José Serra era cotado para a pasta da Fazenda ou uma pasta social, mas acabou na condição de chanceler. Quanto a Fernando Henrique, impôs condições. Uma delas, a já citada: a de que Temer não deveria interferir nos trabalhos da Lava-Jato. Defendeu aumento de impostos e a redução de gastos sociais e, talvez, para ficar bem na foto, alertou que Dilma não era “criminososa”. Por fim, no seu costumeiro tom professoral, aconselhou que seria bom para o PT, se manter como “força política no país”. “Coadjuvante”, melhor seria dizer.

Nesse dia a *Folha* noticiou a formação da comissão de 21 senadores responsáveis por votar pela abertura do processo para tirar a presidente do cargo, e previu em seu levantamento que 50 dos 81 senadores afirmavam que votariam a favor de sua saída. Mais do que os 41 suficientes para isto.

Em seu editorial, o jornal não parecia seguro, contudo, quanto à substituição por Michel Temer, o vice. Sugeriu, ao final: “Outras saídas, como a realização de eleições

presidenciais, talvez ganhem cada vez mais força – hipótese que não deveria ser descartada numa crise caracterizada sobretudo pela incerteza”.

Ainda assim, saudaram a chegada de Michel, mesmo externando dúvida.

Ocorre que, ao distribuir suas pastas com base em critérios políticos, e não técnicos, Temer correrá sério risco de desagradar setores que depositam esperanças em seu governo. Se por esses motivos, a economia continuar patinando, a nova administração logo será condenada pela sociedade.

Editorial: política – 23,80%
Manchetes: política – 28,125%
Matéria: política – 25%

Tabela 11 – Aferição dos temas: abril *Folha*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: ABRIL - FOLHA

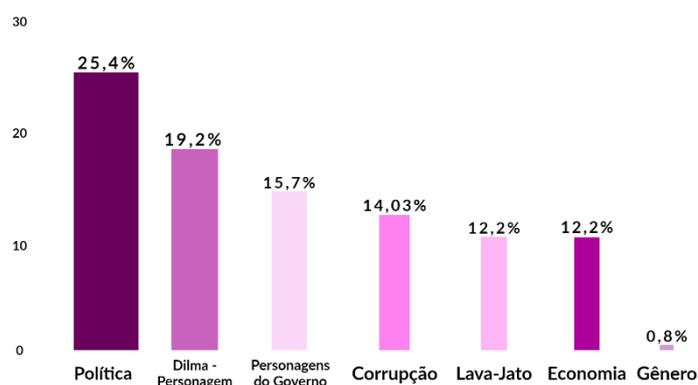


Gráfico 12 – Recorrência dos temas: abril – *Folha*

Não deu outra. Temer assumiu com a economia abalada pela crise política provocada pelo longo processo de impeachment e caminhou com ela estagnada, entregando um país pior do que recebeu.

O mês de abril foi decisivo no desfecho do impeachment. Os veículos sabiam que, uma vez afastada para responder ao processo, a presidente não retornaria à cadeira presidencial e fizeram de tudo para este desfecho. A “política”, obviamente, dominou as páginas (25,4%), em um mês em que acusaram Dilma Rousseff de trocar votos por cargos, adiando um final que já não tinha motivos para ser adiado, segundo o jornal, que chegou a dar em manchete a sentença: “o governo acabou”. O seu nome estava presente em praticamente todas as editoriais diariamente, claro, pois era a notícia da hora, (“Dilma-Personagem”: 19,29%) levando-a a ser o segundo tema mais citado.

Para os articulistas, os editores, não havia motivos para a permanência da presidente. A sua continuidade prejudicava o país, e os brasileiros aguardavam pela retomada do leito natural de desenvolvimento (que nunca mais assistiram), apesar do mantra embutido em seus noticiários e artigos de opinião: era só tirar a Dilma.

Os “personagens do governo” entravam e saíam das manchetes num ir e vir de denúncias, estonteante. Foi esse o terceiro item em frequência daquele mês (15,78%). “Corrupção” era a palavra do momento (14,03%) enquanto a máquina que movia o assunto, a “Lava-Jato”, ganhou tanta importância que empatou com “economia” (12,28% cada), outra bandeira usada na necessidade de substituir o governo. Não havia como manter os índices em um patamar razoável, diziam. Neste mês, a misoginia arrefeceu, levando o item “gênero” a 0,87%. Não era mais preciso bater da cintura para baixo em Dilma. O quadro estava favorável.

Maio

O mês de maio começou com a movimentação para tirar de cena um personagem incômodo: o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Já na primeira semana, no dia 6, a *Folha* trazia em sua manchete a notícia de que o antes todo poderoso deputado teve o mandato suspenso e foi retirado da presidência da Câmara, depois de prestar o serviço de levar para a votação o impeachment de Dilma Rousseff. Missão cumprida, pôde, enfim, ser punido pelos crimes que lhe eram imputados ter cometido, no cargo, valendo-se do poder para arregimentar colegas e o centrão, a fim de obstruir a Justiça.

Foi acusado também de corrupção, lavagem de dinheiro e produziu uma verdadeira folha corrida enquanto esteve na presidência da Câmara. Dilma elogiou a

decisão, mas petistas criticaram a demora no afastamento, apontando-a como um fator que contribuiu para o impeachment.

Também em seu editorial o jornal destacou que foi longo demais o processo de remover do cargo, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). Embora tenha sido por unanimidade, conforme constava no texto de opinião, a sua retirada de cena só aconteceu quando a oposição ao governo teve a certeza de que a saída da chefe de governo era irreversível. Cunha, o seu algoz, ficou para fazer o trabalho “sujo”, até o último minuto.

Em matéria detalhada, a *Folha* descreveu a saída de Cunha, destacando no *lead* que foi por “unanimidade”. Cunha teve o voto dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo afastamento, num processo iniciado com muitos indícios desde novembro de 2015. Mesmo assim, conforme a reportagem:

Não o fizeram, naturalmente, apenas para atender à pressão das ruas ou da chamada opinião pública. Deram resposta, isto sim, às reiteradas suspeitas de que o peemedebista utilizava o mandato não só para promover transações ilícitas, mas também para bloquear investigações criminais que pudessem revelar suas atividades espúrias.

Ao final, o editorial pedia a sua cassação definitiva, sugerindo que ele “tome vergonha na cara”.

Ao contrário dos arroubos e postura afirmativa que mantiveram até então, Eduardo Cunha ouviu calado à decisão do STF que o tirou da presidência da Câmara. Solitário, instalado num sofá para quatro lugares – como descreveu a repórter Natuza Nery –, e acompanhado apenas da mulher, Claudia Cruz, ele sentiu o peso do desprestígio, depois de ter desfilado pelos corredores de Brasília, vitorioso por liderar pelo período de 18 dias o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

No Palácio do Jaburu, Temer viveu sentimentos dúbios. Ao mesmo tempo que se livrou de um peso, perdeu um grande aliado na Câmara.

A decisão do STF não teve precedentes. Eduardo Cunha, (PMDB- RJ) foi afastado tanto do mandato quando da presidência da casa, por decisão do ministro Teori Zavascki, e atendendo a pedido do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot. A acusação que o levou à destituição foi a de interferir no próprio processo de cassação. Cunha reagiu, debitando o afastamento ao fato de ter presidido o impeachment.

Em 7 de maio, data cada vez mais próxima da votação pelo prosseguimento do processo, no Senado, o editorial da *Folha* procurava injetar ânimo no seu público, diante do crescimento da economia da ordem de 0,4%, depois de um período de estagnação a

que levou a crise política criada por eles próprios, os ordenadores do mercado. Nele, já falavam em: “discreta renovação da esperança - decerto estimulada pela iminente mudança de governo -, e a melhora de ânimos tende a ser fator importante no início de um longo caminho de recuperação” – e apontavam: este caminho foi “longo e penoso: a economia brasileira terá encolhido cerca de 8% de 2014 até o final deste ano (2016)”.

Na manchete o jornal seguiu dando ênfase às pautas econômicas do “novo governo interino”, a fim de transmitir uma ideia de dinamismo e competência ao presidente que chegava, com sua equipe encabeçada por Henrique Meirelles. Nesse dia, como já vinha fazendo eventualmente, desde o início da crise, a *Folha* optou por duas manchetes. Uma de alto de página, chamando para a minoração e desvinculação do gasto público e a segunda sobre a aprovação do relatório do impeachment.

Na matéria interna, nesse dia, a principal era com o novo ministro da Economia. Antes mesmo de assumir o cargo, Meirelles já era visto como peça fundamental para arrumar a casa. Para isso, anunciou três pontos que elegeu para a “reorganização” das finanças: a fixação de um teto para os gastos públicos (sim, foi ele); a reforma da Previdência (não chegou lá); e a racionalização do sistema tributário (nem passou perto).

Tanto ele quanto o ministro do Planejamento, Romero Jucá, vieram a público para dizer que essas iniciativas recuperariam a credibilidade da política econômica. Jucá tropeçou numa gravação que o jogou para fora em 12 dias no cargo e Meirelles, que seguiu com Temer até o final, entrou para a história como o responsável por estrangular os recursos da Saúde e da Educação. O que se esperava de Jucá era que ele estimulasse o investimento. Ele preferiu investir em si mesmo e em salvar a própria pele. Queimou-se.

Para dar uma ideia de crise econômica aguda, a *Folha* deu em manchete, nesse dia (8), a saga de uma senhora haitiana que havia optado por se fixar no Brasil. A reportagem a seguiu em fuga do Brasil pela Cordilheira dos Andes, de ônibus, para se livrar da penúria e da frustração de não encontrar aqui a oportunidade que sonhou. Ao mesmo tempo, novamente optando por duas manchetes, reproduziu a denúncia de Marcelo Odebrecht à Lava-Jato, de que Mantega e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, o pressionavam para aumentar as doações à campanha de Dilma para o segundo mandato. Ambos acabaram inocentados.

No editorial o jornal armou-se de escudo e espada e empreendeu uma caça às bruxas, (“Caça ao Privilégio”, era o título). Sugeriam até corte nas gorduras do Bolsa Família, motivados por alguns pesquisadores ouvidos pela reportagem, que consideravam a possibilidade de alguns dos beneficiários já poderem “caminhar com suas próprias

pernas”. Cobravam do novo governo Temer que transmitisse à Nação “mensagem dura, mas leal, de que os sacrifícios necessários para esta transição, serão democraticamente partilhados”. Aqui podia-se ver nítido o discurso de ódio aos que recebiam algo do governo para socorrer as suas vidas miseráveis. Pregavam o que não fizeram. “Todos os atores, na proporção de seu poderio e de suas benesses, deveriam perder um pouco, em nome do bem coletivo que é a recuperação do crescimento e dos empregos”.

Basta lembrar que entre maio de 2000 e setembro de 2016, a *Folha* detinha 50% de participação no jornal *Valor Econômico*, numa parceria com *O Globo* e em setembro daquele ano vendeu a sua parte aos Marinheiros, reforçando o caixa em alguns milhões. Mal Temer assumiu e já esperneavam pedindo a reforma da Previdência, sem ceder um centavo sequer dos seus lucros.

Nesse dia (12), após mais de 20 horas, senadores decidiram admitir processo de impeachment e afastaram a presidente. Pode-se dizer que a *Folha* trouxe um editorial demolidor. Nunca a expressão “chutar cachorro morto” foi tão apropriada. Já iniciaram o texto dando com o bico dos sapatos masculinos, de cromo alemão, sem dó nem piedade nas costelas de Dilma.

Os rótulos a ela dirigidos iam da “incompetência” à “teimosia”, para não fugir às agressões de gênero. O editorial continha pérolas tais como: “Com a presidente, afasta-se do proscênio um sistema político, ideológico e administrativo que, nos últimos anos, se afundou no próprio fracasso”. Ou, “a presente derrocada não atinge apenas a figura da presidente; abate-se sobre tordo o conglomerado petista. Suas raízes vêm de longe. Após um período de bonança, o partido reagiu com velhos vícios à conjuntura desfavorável iniciado em 2008.” Ataca dura e diretamente o PT: “o petismo abandonava de vez sua resistência ética, mergulhando sem escrúpulos na lama pragmática.”

Para Dilma, sobrou a pecha de menina birrenta: “Adotou ares de competência, incorrendo em falhas técnicas desconhecidas, e seguiu estratégias erráticas, com férrea teimosia.” Neste dia, apesar de distante do desfecho, que só viria em agosto, já falavam dela no passado e de Temer no futuro: “Temer chegará ao cargo sem respaldo popular. Dispõe de expressiva maioria no Congresso, mas esta se marca por notórias tendências ao fisiologismo”. E foi só o que marcou a sua passagem pela cadeira que usurpou.

Na manchete do dia 13 – o seguinte ao da posse de Temer para o mandato tampão –, trataram de colocar o “presidente interino” como uma figura expedita, que assumiu tocando a máquina com a tal competência cobrada à sua antecessora. Ele fez por corresponder e anunciou que traria para perto de si e colocaria sob o guarda-chuva da

presidência, a Câmara de Comércio Exterior, sinalizando que daria ênfase à política externa.

Michel tentou emplacar o filho do ex-governador de Minas, Newton Cardoso Júnior, para a pasta da Defesa, mas criticado por militares – partícipes confessos de terem também articulado o golpe –, foi impedido pelos milicos, que rejeitaram o nome oferecido por ele. Foi obrigado a retirar o convite.

Não incluiu mulheres em seu ministério e convidou Illan Goldfajn para presidir o Banco Central. Também neste dia os colunistas foram parar nas chamadas de capa, com o decano Jânio de Freitas enfiando o dedo na ferida dos petistas e rodando, posto que esta foi uma escolha que muito incomodou à militância e a alguns quadros tradicionais do PT: “Ao nomear Lewy, Dilma traiu seu eleitor e se perdeu”, apontou o colunista. A segunda chamada de capa foi para a decisão de Lewandowski, que negou recurso da defesa da presidente para barrar o impeachment. Segundo argumentaram seus advogados, José Eduardo Cardoso, um deles, era um processo “viciado”. O ministro mandou seguir.

Em reportagem no corpo do jornal, Dilma deixava escapar a sua decepção com o Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, Michel montava a sua equipe, dando ênfase à área econômica, procurando passar dinamismo e rapidez em pacificar o cenário político. Prometia transformar no principal órgão do governo, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), que segundo a *Folha*, esteve esvaziada nos últimos anos.

Mais uma pecha a ser colada na chefe do governo e em sua condução da economia. A de que não cuidou do comércio exterior. De acordo com o jornal, Temer “está convencido de que as exportações serão uma das principais alavancas da retomada do crescimento, prometendo o posto de ministro das Relações Exteriores, ao tucano José Serra”. Para o indicado, prometia “um Itamaraty turbinado”, levando junto a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, com um orçamento de R\$ 590 milhões. O Itamaraty, que vinha sofrendo cortes de verbas, contava à época “com R\$ 2,9 bilhões para operar”, anunciou o jornal.

Adotando como *slogan* o lema contido na bandeira nacional: “ordem e progresso”, bem ao gosto dos militares que bancaram a sua subida à rampa, Michel Temer assumiu naquele 12 de maio o governo interino do Brasil, acompanhado de um ministério composto de homens brancos, ricos e idosos. Dilma, por sua vez, foi esperada no pé da rampa, em sua descida, por apoiadores. Saiu acompanhada de ministros e do ex-presidente Lula. Enquanto isso, seu vice ocupava a cadeira que foi sua até minutos atrás, em cerimônia onde prometeu reformas trabalhistas – que fez, de forma draconiana – e

previdenciária, que não conseguiu entregar, e só saiu mesmo com o empurrão do novo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em 2019.

Em seu discurso de despedida – que a *Folha* não reproduziu, preferiu o do entrante, ao contrário de *O Globo*, que o publicou todo –, Dilma deu o nome correto: golpe ao que, de fato, era golpe (o processo chancelado pelo Supremo), como o jornal destacou, e disse que cometeu “falhas, mas não crimes.”

Com a presidente do cargo, Temer tomou ares de “presidente de fato”, fazendo um discurso de “posse” em que buscou se distinguir da antecessora. Seu recado foi para investidores, empresários e ainda fez medidas para os parlamentares, nas mãos de quem ficaria pendurado até o final do mandato, tendo que compensá-los em altas rodadas de emendas, pagando caro pelo silêncio e a conivência de muitos, a fim de conseguir atravessar a sua “ponte para o futuro”. Principalmente o seu futuro pessoal, que chegou a ser ameaçado por gravações nos porões do palácio, em diálogo suspeito com o empresário Joesley Batista, do ramo de frigoríficos (Friboi). Certo é que nas duas reformas os trabalhadores saíram lascados, perdendo direitos históricos.

A *Folha* condenou no editorial o erro de Temer, fruto do ranço machista, de homem branco e rico: conforme descrito acima, Temer não nomeou nenhuma mulher para compor o seu governo. Para o jornal, a atitude reforçou o discurso de Dilma, de que teria sido vítima do machismo: “nem tanto por ajudar Dilma em sua narrativa de vítima do machismo, mas pelo retrocesso de décadas que a atitude representa – basta lembrar que o último gabinete somente de homens remonta à década de 1970, na ditadura militar.”

No dia 14 o recém-empossado foi manchete com a sua primeira entrevista na nova condição. O interino falou de equilíbrio fiscal e da provável volta da CPMF e, ainda, sobre a urgência da reforma trabalhista, no que foi duramente criticado pelo deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP). O deputado, que foi um dos principais articuladores do impeachment, na Câmara, considerou a ideia da reforma previdenciária com idade mínima e regra de transição para quem já está no mercado de trabalho, “estapafúrdia”.

Nesse dia também houve chamadas de artigos na primeira página. Uma delas, a retirada, pelos presidentes vizinhos, dos embaixadores da Venezuela, Cuba, Nicarágua, Colômbia e Bolívia do Brasil em represália e solidariedade à presidente Dilma Rousseff.

Nas páginas internas o destaque era a primeira entrevista com o ministro da Fazenda de Temer, Henrique Meirelles. Ele também acenou com a possível volta da

CPMF e disse que iria priorizar a reorganização dos gastos, adotando um teto. E mais não diria, até tomar pé das coisas.

A entrevista, apesar do ministro não ter nada de concreto para anunciar, tomou praticamente todo o espaço da primeira página e suas insípidas falas ensejaram pautas para a editoria de economia, ocupando as páginas 22; 24 e 27 daquela edição. Uma aposta alta, da Folha, no governo que iniciava.

No editorial o jornal aplaudiu o anúncio das promessas do governo Temer, que prometia um teto para os gastos e o inevitável aumento de um dos impostos. Comentava com simpatia a exigência de Henrique Meirelles, que para assumir queria liberdade plena de nomeações e chegou já trazendo a tiracolo Romero Jucá, para a pasta do Planejamento. Avisou que tinha escolhidos os nomes para os bancos públicos. Garantiu as reformas do Trabalho e da Previdência e a renegociação das dívidas com os estados, desde que se comprometessem a enxugar a folha de pagamentos. Revisão de desonerações e subsídios para empresas seriam revistos. A *Folha* aplaudiu, mas queria ver para crer.

Não demorou muito, para que, já no dia 24, o jornal encarasse a sua primeira decepção com a mudança de governo que ajudou a promover no cenário político nacional. Teve que dar em manchete – porque era isso o que o fato merecia –, o vazamento de uma gravação feita por Sergio Machado, ex-presidente da Transpetro, uma das subsidiárias da Petrobras, em diálogo com o senador Romero Jucá, do ministério do Planejamento, 12 dias depois de sua posse.

No corpo do jornal a conversa veio detalhada. Sem Cunha e sem Jucá, logo nos primeiros dias de seu governo, Temer começou “manco”. Além disso, Jucá era o maestro das articulações do afastamento definitivo de Dilma. O senador, então no cargo de ministro do Planejamento, foi exonerado “a pedido”, mas todas as paredes do Planalto sabiam que não havia como sustentá-lo. Assim como havia a certeza de que ele não voltaria ao posto. O primeiro escândalo do governo. E dos grandes.

O assunto se espalhou também para o editorial. Michel Temer mal teve tempo de comemorar a posse da interinidade. Logo após anunciar o seu ministério, um verdadeiro campo minado, repleto de nomes indiciados na Lava-Jato, não tinha como não demitir aquele que estava sendo apontado como um dos seus ministros mais fortes: Romero Jucá, senador licenciado por RR e presidente interino do PMDB, o seu partido.

O grampo vazado pela Operação Dava conta de que Jucá evidenciou um pacto para deter o avanço da Lava-Jato. Sugeriu que o impeachment da presidente possibilitaria “mudar o governo para estancar essa sangria” referia-se às denúncias contra políticos do

entorno do presidente. Foi água no chope. Impossível mantê-lo. No editorial o jornal não deixou de apontar que Michel colocou no ministério personagens “judicialmente postos sob suspeita”. Caiu bem o título: “Primeira crise”. Muitas viriam depois.

Talvez numa tentativa de mudar a pauta, no dia seguinte (25), Temer apareceu na manchete com uma novidade que, aos olhos do jornal, era positiva. Lançava a sua ideia de embrião do teto de gastos, que secaria recursos para a saúde e a educação. É o seu “ pilar do plano contra a derrocada fiscal”, descreveu a folha na linha fina da manchete desse dia.

Nas páginas internas, Meirelles e Temer foram destaques, resultado da coletiva onde anunciaram quatro pontos das medidas econômicas. O principal deles, previsto para afetar as nossas vidas por 20 anos, foi o tal do teto de gastos. O mais foram detalhes, embora com consequências sérias, como o fim dos subsídios para alguns setores. O da agricultura familiar, por exemplo, muito identificado com o PT, que eles – juntamente com os procuradores da Lava-Jato – queriam varrer do mapa.

A *Folha* não economizou espaço para celebrar as providências liberais. Quanto ao teto foi aprovado pelo Congresso, num passeio, e a peso de alguns milhares de reais em emendas para deputados.

“Sem meias medidas” foi o título do editorial que aplaudiu a redução do tamanho do Estado e comentou a dificuldade em se colocar em prática a implantação de um “teto de gastos” que eles mesmos reconheciam, iria reduzir as verbas para Saúde e para a Educação. Previam que as contas do governo “permanecerão no vermelho” pelo menos até o próximo governo, “a depender de receitas extraordinárias ou de aumento de impostos”.

No dia 26 mais grampos vieram a público, e mereceram editorial. Dessa vez, desnudando uma conversa entre o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Sarney (PMDB-AP). Foram gravados pelo mesmo ex-presidente da Transpetro, Sergio Machado, e revelava a pactuação entre os dois senadores de colocar um freio na Lava-Jato. Calheiros teceu críticas à delação premiada, prática usada e abusada na Operação. A *Folha* destacou em seu editorial que, embora não tenha o mesmo tom de escândalo da conversa de Jucá, o diálogo “não era inocente”.

Claro que o novo vazamento foi parar na manchete. A atitude de Sarney (PMDB-AP), gravado oferecendo ajuda ao ex-presidente da Transpetro, Sergio Machado, a fim de evitar que o seu caso tivesse como destino a vara do temido juiz de primeira instância,

Sergio Moro, em Curitiba, Paraná, era comprometedor. As gravações envolviam Renan Calheiros e o antes grampeado Romero Jucá.

Tal como quando vazou o primeiro áudio, também desta vez a *Folha* deu página inteira com direito a reprodução dos diálogos e muitas, muitas notas no “Painel”. Tratou como “escândalo”, o que realmente era.

Outra nota apimentada da coluna painel, daquele dia, era sobre o apoiador de Temer, Paulinho da Força (Solidariedade -SP), que se revoltou com a ameaça de reforma da Previdência anunciada por Temer e Meirelles. Para quem deu pleno apoio às conspirações do golpe, a atitude surpreendeu.

Editorial: política – 19,29%
Manchetes: política – 20,83%
Matéria: política – 22,72%

Tabela 12 – Aferição dos temas: maio *Folha*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: MAIO - FOLHA

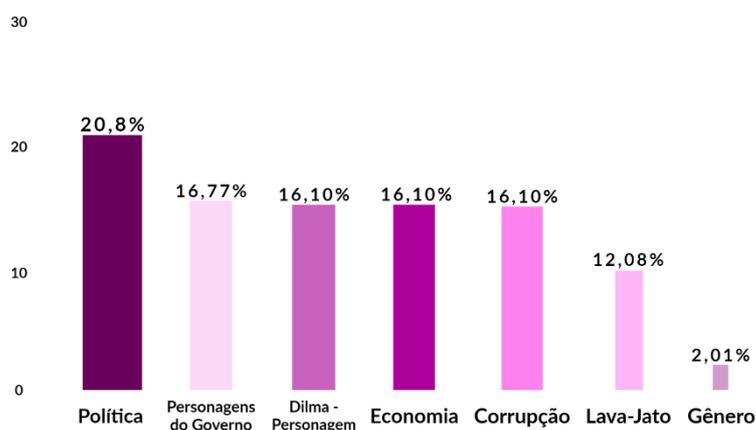


Gráfico 13 – Recorrência dos temas: maio – *Folha*

Com o cenário político do país em ebulição por conta da aprovação da abertura do processo de impeachment, era natural que “política” fosse o item de maior percentual no noticiário do mês de maio, com 20,8%. Não bastasse esse fato, ainda vieram a público grampos para lá de “picantes” envolvendo o ministro do Planejamento, recém-

empossado, Romero Jucá, e os senadores José Sarney e Renan Calheiros, o presidente do Senado. As conversas foram vazadas para a imprensa por integrantes da Lava-Jato, conforme já descrito, fazendo um verdadeiro estrago. O maior deles, a demissão sumária do ministro Romero Jucá. Outro fato que abalou o Congresso foi o afastamento provisório do deputado federal e presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Não havia como ser diferente. A política dominou a cena, assim como o item “personagens do governo”, segundo lugar, com 16,77%, na esteira dos acontecimentos já relacionados.

Graças a eles, o quesito “Dilma-Personagem”, cuja abertura do processo de impeachment tinha tudo para estar em segundo lugar, ficou em terceiro, com 16,10%, empatada com “economia”, também com 16,10%, devido aos anúncios e novidades apresentadas pelo ministro Henrique Meirelles. Desta vez, a “Lava-Jato” teve que se contentar com 12,8%, perdendo o fôlego, apesar dos vazamentos “espetaculares”. As críticas quanto à escolha de um ministério composto só por homens, o quesito “gênero” pontuou com 2% e Subversão, 0%.

Julho

O noticiário dos meses de junho e julho foi todo praticamente voltado para os preparativos dos Jogos Olímpicos, prestes a serem abertos na cidade-sede, o Rio de Janeiro. Nesse dia, por exemplo, a preocupação exposta pela *Folha* era com os quesitos comentados com apreensão: segurança e transportes e com as atividades olímpicas em si – a despoluição da baía da Guanabara –, que abrigaria a competição de velas, deslizando sobre águas imundas, para risco dos atletas.

Com a chegada das Olimpíadas em meio à crise política e econômica no país, os dirigentes das várias modalidades esportivas externaram preocupação para o pós-olimpíadas, com relação aos patrocínios das estatais, todas em situação difícil, como Correios, Banco do Brasil e Furnas. Essas já haviam já acenado com o corte de patrocínio para algumas modalidades. Como por exemplo, os aquáticos.

Porém, havia um novo escândalo em pauta, e isto mereceu manchete: “Lula se torna réu sob acusação de tentar sabotar a Lava-Jato”, trazia o alto de página. O ex-presidente aparecia na mesma chamada que fazia referência a quatro ex-diretores da Petrobras, embora o destaque do título, obviamente, fosse para ele. O recado contido naquela manchete era a importância de colocá-lo na antessala da prisão.

A acusação vinha da delação de um ex-diretor que o incriminava “por suspeita de ter sido beneficiado por empreiteiras - como a reforma de um sítio ligado à sua família” e pela delação de um ex-diretor, Nestor Cerveró, que disse ter recebido o cargo “em reconhecimento por sua suposta ajuda para quitar um empréstimo do PT”.

A matéria interna repetia a manchete, dando Lula como réu e descrevia o caso, como era de se esperar, definindo o papel de cada um dos implicados. Atribuía a Lula – calcados em material repassado pela cúpula da Lava-Jato –, ter recebido ajuda para o pagamento de um empréstimo contraído pelo PT, no valor de R\$ 12 milhões. Nessa acusação, o diretor envolveu também a presidente Dilma Rousseff.

Na mesma investigação a PF implicou o banqueiro do BTG Pactual, André Esteves, investigado por “embaraço às investigações e por uso de prestígio”. Nesse caso, a *Folha* deu aos advogados do ex-presidente Lula o mesmo espaço para que respondessem, em nome do seu cliente, às acusações, sob o título: “O outro lado”, como manda princípio elementar do jornalismo.

Neste dia os editorialistas se lançaram a analisar um dos momentos mais dramáticos do impeachment da presidente, dedicando-lhe um texto sob o título: “A Defesa de Dilma”. Ferida, mas de posse de uma firmeza que impressionou a quantos a assistiram, ela compareceu nessa data para um pronunciamento e uma sabatina no Senado, que duraram perto de 14h. A *Folha* não perdeu a chance de condená-la por antecipação: “Após quase nove meses de processo e pleno exercício do direito de defesa, não havia ângulos novos a iluminar nem revelações capazes de alterar o desfecho do julgamento”. Mesmo assim, concederam que a presidente “teve momentos notáveis em seu pronunciamento final, para a história”. Ao contrário de *O Globo*, conforme já visto.

Os pontos altos, na concepção dos redatores, vieram quando equiparou o impeachment a uma pena de morte política e afirmou que o julgamento por seu “conjunto da obra” só poderia ser feito “pela população, em eleições”. Mas, no fim, a crucificavam e desqualificavam: “Após lançar a economia do país numa de suas piores recessões, façanha pela qual nunca se penitenciou, resta a Dilma Rousseff apenas almejar que a história do Brasil a reconheça como vítima - jamais como a estadista que nunca foi”.

Em 31 de julho o jornal demonstrou a sua indignação com os pífios resultados da economia apresentados pela dupla: Temer/Meirelles, publicando o editorial “A mosca azul”. Terminado o semestre, as contas oficiais não fechavam, para decepção da *Folha*. As despesas não financeiras da União, de R\$ 573 bilhões (19% do PIB) superou a receita, de R\$ 33 bilhões. A retomada da economia foi descrita como “discreta” e o Planalto

esperava fechar o ano com um déficit de R\$ 170 bilhões, cerca de 3% do PIB, de resultado primário (saldo antes de computada a despesa com juros). Outro fator de pessimismo foi a retomada do emprego, que ao contrário do esperado, não aconteceu, deprimindo a receita previdenciária.

A perspectiva, segundo o jornal, era a de que esse setor ainda seguiria assim por vários meses. “Para piorar, Temer tem sido pródigo em reajustes para servidores públicos, tendo acenado com 37% de reajuste para delegados da Polícia Federal”, enfezaram-se, antecipando o diagnóstico: “a complacência de Temer e seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na área fiscal sugere que foram picados pela mosca azul da ambição eleitoral em 2018. Se não baixarem os olhos para o chão acidentado logo à frente, vão tropeçar”. Temer não cumpriu a previsão feita pela *Folha* – com popularidade na casa de um dígito, não se lançou às urnas –, mas Meirelles, sim, saiu candidato à presidência em 2018, obtendo apenas 1,2% dos votos.

Editorial: política – 50%
Manchetes: política, corrupção, lava-jato, Dilma-Personagem e personagens do governo – 20% cada
Matéria: política – 28,57%

Tabela 13 – Aferição dos temas: julho *Folha*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: JULHO - FOLHA

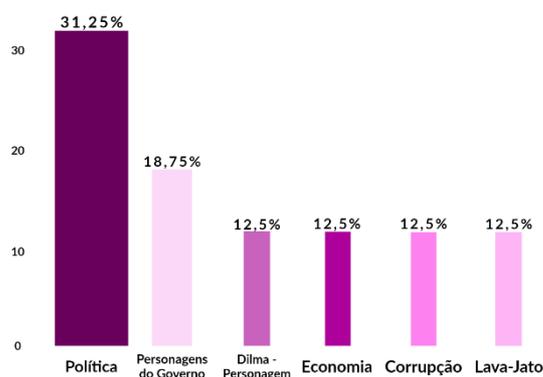


Gráfico 14 – Recorrência dos temas: julho - *Folha*

Apesar de ser o mês que antecedia à abertura das dos Jogos Olímpicos, não havia como desviar a atenção da política naquele julho de 2016. Nesse mês, o ex-presidente

Luiz Inácio Lula da Silva se tornava réu na Lava-Jato, implicado pela delação de diretores da Petrobras, em suas delações. Um deles, Nestor Cerveró. Só este fato já bastaria para que o item “política” fosse o de maior pontuação no mês. Mesmo tendo a abertura do processo de impeachment aprovada, o segundo lugar ficou com “personagens do governo”, dada à movimentação dos políticos do entorno de Lula e da presidente, o que levou o tema a esta colocação, com 18,75%. “Dilma-Personagem” e “corrupção” – o jornal os colocou com frequência no mesmo patamar – empataram com economia e Lava-Jato, ficando esses temas em 12,5%. “Gênero” e “subversão”, não pontuaram.

Agosto

“Sem personalismo” foi o título do editorial do dia 6 de agosto, que descreveu o grande embate entre petistas e Sergio Moro, ocorrido no dia 4, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, para a análise da discussão de um pacote de medidas anticorrupção.

Nele a *Folha* destacava o confronto, apontando como linha de frente dos petistas os deputados Wadih Damous e Paulo Pimenta e, do outro lado, em apoio às medidas, militantes que carregavam bonecos do então juiz Sergio Moro, vestido de super-homem, para exaltá-lo como salvador da pátria.

Importante destacar o que o texto chamava a atenção à época: “Felizmente predominaram os aspectos técnicos na explanação feita por Moro na Câmara. O juiz descartou, com ênfase, qualquer projeto de candidatura política”, dizia a *Folha*, tentando reforçar a aura de juiz abnegado e desprendido, que agia sem ambições eleitorais.

Era chegado o grande dia (5 de agosto). A festa de abertura da Olimpíada no Rio aconteceu nessa noite e foi marcada por uma vaia de oito segundos e 105 decibéis - o equivalente ao som de uma britadeira – mediu e noticiou a *Folha*. A imagem de Temer não apareceu no telão – uma forma de preservá-lo de maiores constrangimentos. Ainda assim, o público não o poupou. Parte significativa gritou: “fora Temer” e seu nome não pôde ser anunciado, pelos apresentadores, embora fosse ele o anfitrião. A cerimônia durou 4h e teve Paulinho da Viola cantando o Hino Nacional. A pira olímpica foi acesa pelo maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima. Aquele que liderava a prova em Atenas, em 2004, mas foi agarrado por um ex-padre, tirando-o da liderança, para o terceiro lugar.

A matéria reportando a festa saiu em manchete na edição do dia 6, e a reportagem interna do jornal puxou para o título: “Temer recebe vaia ao abrir Olimpíada”, era a

chamada. As manobras feitas para evitar o apuro retumbante contra Michel Temer foram em vão.

Enquanto isso, fora do estádio do Maracanã, cerca de 15 mil pessoas lideradas pelos organizadores: Frente Brasil Sem Medo, Brasil Popular e Esquerda Socialista protestaram gritando a palavra de ordem: “da Olimpíada eu abro mão. Eu quero emprego, saúde e educação”. Foram reprimidos pela Polícia Militar, com bombas de gás.

Em meados de agosto, (25) e muito próximo da votação do impeachment, a Folha tinha pressa e demonstrava isto no título do seu editorial: “Sem tempo a perder”. Com o início do julgamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o jornal já dava como certa a sua saída e cobrava celeridade no andamento das propostas apresentadas pela dupla: Michel/Meirelles, tal como a do teto de gastos, a reforma previdenciária e a renegociação da dívida dos estados.

O jornal considerava que Temer estava perdendo momentos preciosos, quando já deveria estar negociando com o congresso as mudanças, ou seja: rainha posta, rainha morta. Dilma era página virada, mesmo quando o processo ainda se iniciava naquela data.

O destaque na manchete era para o início do julgamento do impeachment, que começaria dali a um dia. Temer se dizia confiante. No Senado a disposição era a de depor a presidente. Dos 81 senadores, 48 declaravam seus votos pela saída. Enquanto isso, o Planalto tentava virar a posição do presidente, Renan Calheiros, e tinha a expectativa de obter pelo menos 63 votos. O comando do rito seria do ministro do Supremo, Ricardo Lewandowski e a previsão era a de que o julgamento se arrastaria por cinco dias.

Dentro, o título ia na mesma linha: “Temer diz já ter votos para ser confirmado presidente”. No dia seguinte (26) os senadores fariam a reunião de abertura dos trabalhos que instalava a Comissão Especial do impeachment, e elegeria o Presidente Renan Calheiros e o Relator (Antônio Anastasia), respectivamente. Michel Temer, pela primeira vez, falava em confiança de que ficaria no cargo, com 54 votos – o mínimo que necessitava para obter a deposição da sua opositora e presidente.

O julgamento acontecia nove meses depois de iniciado o processo pelo deputado federal (PMDB-RJ) e presidente da Câmara, Eduardo Cunha, agora destituído (provisoriamente) tanto do cargo, quanto do mandato. O afastamento de Dilma tinha se dado há quatro meses, sob a acusação de editar, no ano de 2015, decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso e usar dinheiro de bancos federais em programas do Tesouro, as chamadas “pedaladas fiscais.” Nesse dia a matéria era de página inteira, com os nomes dos que apoiariam a saída da presidente.

Enquanto o processo do impeachment caminhava no Senado, a manchete do dia 26 foi para a eleição para governador do estado de São Paulo, que andava esquecida. Celso Russomano (PRB) tinha 31% das intenções dos votos e liderava a corrida que tinha ainda: Marta Suplicy, que traíra Dilma e ao se engajar no PMDB, estava com (16%) em segundo lugar; Fernando Haddad – altamente rejeitado, pela campanha antipetista (8%) e disputava a lanterna com Luiza Erundina, com um pouquinho mais de vantagem pelo Psol, (com 10%).

No editorial (26) o jornal demonstrava a sua grande preocupação: “*Jogo Duplo do PMDB*” falava do ajuste de gastos e a aprovação do teto que limita despesas com Saúde, Educação e Previdência. Porém, no dia seguinte a que já havia feito tal cobrança, voltava repisar o tema, acrescentando a crítica de que o funcionalismo também deveria sofrer as consequências da necessidade desse ajuste. “O momento é grave e pede contenção de despesas com salários”, advertia, diante da ameaça de aumento dos salários dos integrantes do STF, que estava para ser colocado em votação. O embate se dava, àquela altura, no Senado. De um lado o PMDB – partido de Temer –, puxando para a aprovação, do outro, os tucanos contra. O argumento era o de que eles já tinham estabilidade no emprego.

Pelo segundo dia, naquele agosto, quase fim de governo da era petista, a manchete se voltou de novo para a eleição de SP, acentuando que Lula, Alckmin e Temer tiravam votos dos seus candidatos.

Sob o título: “Lógica do Hospício” o editorial deste dia (27) dava um ultimato ao Senado – que o presidente da casa, Renan Calheiros, definiu como semelhante a um hospício –, à medida que se aproximava a data da decisão. O jornal cobrava firmeza dos senadores, para julgar o impeachment, cujo processo descreveu em seu editorial, em linguagem quase poética:

Repetiram-se, esmiuçaram-se e esgotaram-se os argumentos que fundamentariam juridicamente a acusação contra Dilma Rousseff. Como uma estrela que alcança seu máximo de irradiação antes de extinguir-se, o debate sobre o impeachment lança seus derradeiros meteoros, agora que só resta a cada senador mostrar-se mais firme do que os rivais ao expressar as próprias convicções. (...) O aspecto político torna insustentável a permanência de Dilma Rousseff, enquanto, do ponto de vista jurídico, as argumentações de um lado e de outro permanecem abertas à dúvida e ao debate. A realidade concreta, todavia, se impõe sobre a retórica e o desespero; é hora de o julgamento, e como ele a crise, chegar a um pacífico desfecho.

A matéria de dentro ia na mesma toada da manchete, e afirmava que Temer seria o novo presidente, rememorando as acusações contra a atual mandatária.

Na manchete do dia 30, “Dilma nega no senado crime contra orçamento e volta a denunciar ‘golpe’”, o jornal destacou o discurso da presidente em que ela reafirmava não ter cometido crime, e temer pela morte da democracia. Sua fala de abertura dos trabalhos no Senado durou 47 minutos e foi o seu último ato como presidente. A sabatina a que foi submetida levou 13 horas, segundo o jornal. A previsão era a de que 52 senadores votassem a favor de sua saída, 18 contra e 11 se abstivessem. Enquanto isto, em São Paulo houve ato em seu apoio, com forte repressão. Os policiais jogaram bombas de gás contra os manifestantes.

Surpreendentemente, no dia da votação do impeachment (31), a *Folha* deixou para o colunista Bernardo de Mello Franco a tarefa de falar do epílogo da presidente Dilma à frente do governo. Preferiu comentar em editorial a janela de oportunidades que se abria para países emergentes, com a baixa dos juros no mercado internacional. “A janela de juros globais baixos ainda estará aberta por algum tempo, mas talvez não muito”, alertava.

Na manchete, sob o título: “Senado sela destino de Dilma e Temer já prepara medidas” estava embutida a aposta no resultado. A votação, prevista para o dia 30, foi adiada para aquela tarde, porque se supunha que vararia a madrugada e Temer não queria que dissessem que a votação aconteceu na calada da noite. Tantos pruridos se mostravam desnecessários, pois ele havia confabulado às claras para chegar até ali. Para a *Folha*, eram favas contadas. Temer seria o novo presidente e viajaria imediatamente para a China, para a reunião do G-20, já como presidente oficial do país.

Editorial: política – 26,31%
Manchetes: política – 35,29%
Matéria: política – 30%

Tabela 14 – Aferição dos temas: agosto *Folha*

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: AGOSTO - FOLHA

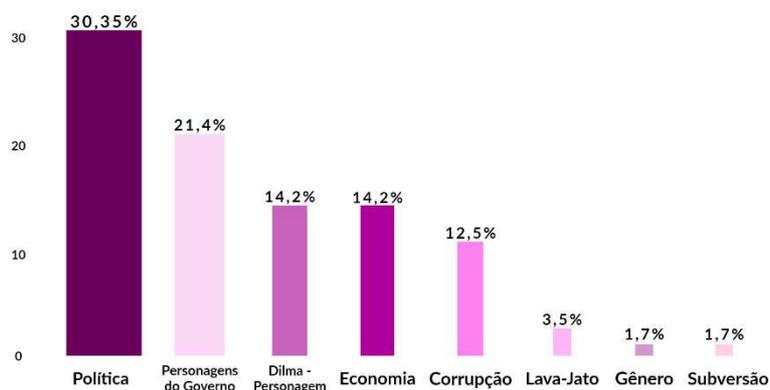


Gráfico 15 – Recorrência dos temas: agosto – *Folha*

Naturalmente que “política” haveria de ir para o pódio (30,35%) nesse agosto que afastou do cargo de presidente a primeira mulher eleita. O índice foi seguido de “personagens do governo”, por conta de tantos que ganharam protagonismo nas páginas, no calor da discussão do impeachment (21,42%). E como observou Almeida (2016), assessor da presidente, a ela pouco era dado espaço para o contraditório, por isto sua pontuação foi de 14,28%, empatando com “economia”, com os mesmos 14,28%, a despeito das críticas feitas pelo jornal aos aumentos dos servidores, concedidos por Temer – considerados fora de hora –, e a discussão sobre teto de gastos. “Corrupção”, embricada nos temas políticos, apareceu em 12,5% do noticiário, “Lava-Jato” (agora sem tanta função, pois tinha atingido o objetivo), com 3,57% e empatados na lanterna os itens: “gênero” e “subversão”, com 1,78%. Este último, graças aos protestos, à apreensão sobre como reagiriam os apoiadores de Dilma e os movimentos sociais, como o MST, acampado com grande número de seguidores em Brasília. Zero reação.

*Setembro

A manchete do dia 1 de setembro de 2016 permitiu aos veículos, enfim, estampar nas páginas o título com o qual devem ter sonhado meses: “Senado destituiu Dilma; Temer pede pacificação”.

Na foto de alto de página, Temer (75 anos) aplaudido, assina o termo de posse no lugar da presidente Dilma Rousseff, que aos 68 anos foi afastada definitivamente do cargo, por 61 votos a 20. A matéria chamava a atenção para o fato de que era a segunda

vez que o país afastava um presidente eleito, por impeachment, desde a redemocratização, em 1985, tendo sido a primeira a destituição de Fernando Collor de Mello, ocorrida em 1992.

O processo tramitou durante nove meses na Câmara, tendo havido o afastamento provisório depois de três meses até a votação definitiva, em 31 de agosto, conforme a Lei 1079/50¹⁴. A chamada de capa fazia referência ao motivo da condenação: “crime de responsabilidade em razão de empréstimo e abertura de crédito ilegais, mas não perdeu direito de exercer funções públicas”. Outro destaque era o fato de o PT ter permanecido no poder durante 13 anos, período iniciado em 2003 com a chegada ao cargo, de Luiz Inácio Lula da Silva. Houve ênfase para a questão de que o partido deixava o governo “com lideranças em xeque e envolvidas na Operação Lava-Jato”.

Ressaltaram o discurso de Temer, em que ele dizia: “a incerteza chegou ao fim” e “*é hora de unir o país*”. Não conseguiu nem uma coisa nem outra. A economia desenvolvida por ele foi claudicante e o que se viu foi o crescimento de um sentimento de divisão que convulsionou o país. Ele avisou que não admitiria ser chamado de “golpista”, adjetivo que mais ouviu desde a posse até a sua saída do cargo. E, também, que não toleraria “divisões na base aliada no Congresso” classificadas por ele de “inadmissíveis”. Não precisou lidar com isto. Pacificou sua base distribuindo emendas milionárias aos deputados.

Na parte interna do jornal o título não era menos eufórico: “Senado cassa Dilma; Temer assume com promessas de reforma e pacificação”.

Chamou a atenção desde o primeiro minuto da chegada de Temer ao palácio, o seu movimento de mãos. Um “personagem” à parte. Na foto de posse, a mão espalmada num “tchauzinho” destaca a desconexão entre dois dedos, colados um ao outro, enquanto três bailavam soltos encravados na palma. Sua dificuldade com as mãos, sempre trêmulas e fora do ritmo de sua fala foram motivo de atenção desde a cerimônia de entronização à cadeira presidencial.

A primeira página enfatizava a alegria de uns e a perplexidade de outros, como era de se esperar. Na foto de Dilma, ela aparecia com o rosto contraído pelo esforço de parecer forte, naquele que certamente foi um dos momentos mais agudos de sua vida. Atrás, os seus companheiros de partido agora fora dos cargos nos ministérios e secretarias, tinham o ar grave dos que anteviam o que vinha pela frente. “Não ficará pedra sobre

¹⁴ LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 - Lei dos Crimes de Responsabilidade; Lei do impeachment. EMENTA: Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

pedra”, disse a agora ex-presidente, em seu pronunciamento, numa das frases mais proféticas que já pronunciou.

Estampada na página A-4, a matéria de sua saída foi publicada ao lado da coluna painel, que intercalava de alto a baixo notas irônicas e descritivas da situação da presidente golpeada, desde o início da votação, acompanhada da biblioteca do Palácio por ela e os seus correligionários. O texto, francamente favorável a Temer, antecipava que ele faria um pronunciamento à nação, à noite, e logo em seguida embarcaria para a China, deixando o país nas mãos de Rodrigo Maia, figura de destaque durante o seu governo, com inegável protagonismo na costura com o Congresso para a aprovação das aguardadas reformas liberais. Também como era de se esperar, o jornal colocou-se contra a manutenção, por Ricardo Lewandowski, dos direitos políticos de Dilma.

“Governo Novo” – com este título no editorial a *Folha* comemorou com um “enfim” no corpo do texto, o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff, embora tenha dito que preferia que ela e Temer houvessem renunciado, ou a chapa tivesse sido impugnada pois, assim, haveria eleições diretas e o governo entrante teria mais legitimidade.

A opção por não cassar os direitos políticos da presidente foi também questionada, apontando que contrariava o “artigo 52 da Constituição, que prescreve a inabilitação como consequência automática da perda de mandato”. E, por fim, cobrou, usando a expressão “é imperativo” que Temer promovesse as reformas econômicas. O estabelecimento do teto de gastos públicos e a reforma da Previdência seriam a primeira tarefa. Temer cumpriu com gosto. A segunda, no entanto, não teve força política para promover. Mesmo assim, saiu dizendo que fez um ótimo governo, embora nunca tenha passado de um dígito nas pesquisas de aprovação. Quanto ao de Dilma, a *Folha* fez questão de cravar: “um dos piores da história nacional, desaparece de vez para ser recolhido aos livros de história”.

RECORRÊNCIA DOS TEMAS: SETEMBRO - FOLHA

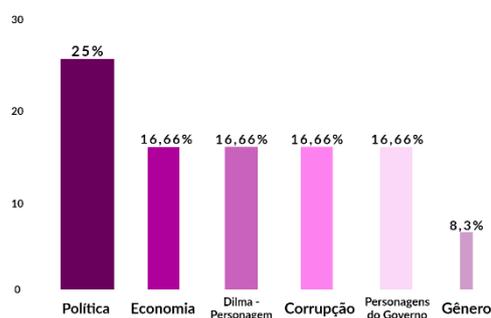


Gráfico 16 – Recorrência dos temas: setembro – *Folha*

***Como este noticiário abarcou apenas o dia seguinte ao impeachment, tornou-se desnecessário a publicação de um quadro comparativo entre as editoriais**

Por todo o caminho percorrido até o desfecho, não surpreende que “política” tenha sido o tema a cobrir 25% de todo o noticiário na edição de primeiro de setembro, o dia seguinte à queda de Dilma Rousseff. Qual o fato, naquele dia, poderia ser maior em um país com uma democracia jovem, de apenas 31 anos – desde a redemocratização, em 1985 –, e que acabava de depor a primeira mulher eleita por votação direta pelo seu povo, com 54 milhões de votos, sem motivo concreto e contundente?

Para aqueles que se denominam veículos de imprensa, a manchete, as colunas, os editoriais, só poderiam falar dessa página arrancada da nossa história recente: a passagem de Dilma Rousseff pelo poder e o seu impeachment. Os demais itens: “corrupção”, “Dilma-Personagem” e “economia”, entraram como peças essenciais, empatados em 16,66%, como recheio de uma novela rocambolesca, escrita diariamente de janeiro de 2014 ao “*the end*”, em 31 de agosto de 2016.

Para culminar, “gênero” obteve nesse dia um dos maiores índices de toda a aferição feita neste trabalho (o maior foi em janeiro, com 12,5%), delimitado de janeiro a agosto daquele ano.

A Folha não escondeu o seu jogo de bater seguidamente na presidente. Cobravam pelo editorial algum avanço na economia e que ela encaminhasse reformas para a Previdência, a Saúde e a Educação. Apontavam falhas, como o aumento dos gastos da máquina pública e a não correção no Imposto de Renda. Até aí, poderiam argumentar que era o jornal fazendo o seu dever de casa, vigiando as ações do governo. Porém, não tardou muito para ultrapassarem esse limite, como pudemos observar no conteúdo analisado.

Foram vistos de janeiro a primeiro de setembro – a edição ao dia seguinte à queda da presidente Dilma Rousseff –, 45 editoriais; 43 manchetes e 45 matérias, perfazendo um total de 133 objetos, dentro dos critérios já mencionados no estudo de *O Globo*.

Não só pelos ataques à Dilma, como também pela “foto” que congelou em nossas retinas o que tínhamos dali por diante: um governo composto apenas por homens. Homens brancos, poderosos e de direita, que nos legariam um país cada vez pior. Muito pior do que aquele que Dilma nos legou, conforme previu em seu discurso de despedida.

5.5 - Íntegra do pronunciamento da presidente após impeachment

Na tarde de quinta-feira, (31), a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou em um pronunciamento no Palácio do Alvorada, em Brasília, que o impeachment é um “golpe parlamentar”, e prometeu fazer forte oposição ao governo Michel Temer (PMDB), que assumia a presidência como efetivo.

A esta altura, a ex-presidente já havia recebido e assinado a notificação com a resolução que oficializava o resultado da votação no Senado. Abaixo, a íntegra do seu pronunciamento:

Ao cumprimentar o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todos os senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens de meu país.

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade.

Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado.

É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment.

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido.

Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes.

Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta.

Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.

Quando o presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país.

Esta história não acaba assim. Estou certa de que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade.

Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer “até daqui a pouco”.

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:

“Não estamos alegres, é certo,

Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?

O mar da história é agitado

As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,
Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta.”
Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, que compartilha comigo a crença
na democracia e o sonho da justiça." (VEJA..., 2016)

5.6 - Gráficos de recorrência total:

TOTAL DE RECORRÊNCIAS - O GLOBO

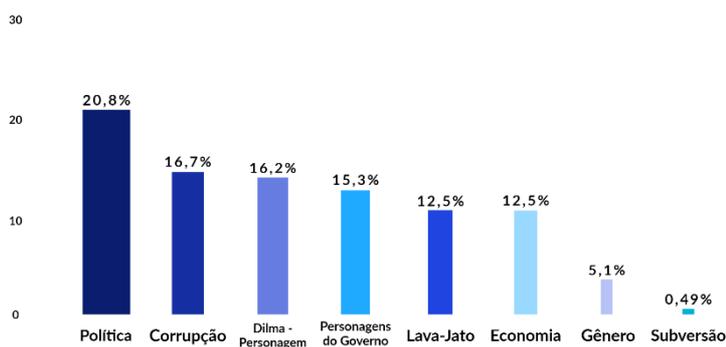


Gráfico 17 – total de recorrências – O Globo

TOTAL DE RECORRÊNCIAS - FOLHA

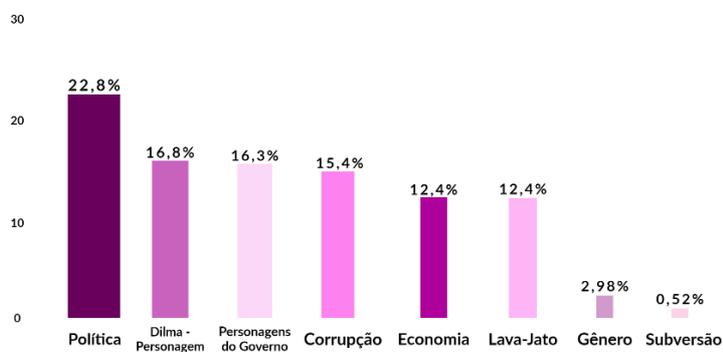


Gráfico 18 – Total de recorrências – Folha

Tabelas finais

Recorrência dos temas em números absolutos O Globo				
	Editorial	Manchete	Matérias	Total
Política	38	43	45	126
Corrupção	29	35	37	101
Dilma- Personagem	30	31	37	98
Personagens do Governo	27	28	38	93
Lava-Jato	22	24	30	76
Economia	31	20	25	76
Gênero	14	9	8	31
Subversão	1	1	1	3

Tabela 15 – Recorrência dos temas em números absolutos o Globo

Recorrência dos temas em números absolutos Folha de São Paulo				
	Editorial	Manchete	Matérias	Total
Política	44	42	44	130
Dilma- Personagem	33	30	33	96
Personagens do Governo	29	32	32	93
Corrupção	31	28	29	88
Lava-Jato	20	25	26	71
Economia	30	17	24	71
Gênero	12	2	3	17
Subversão	0	1	2	3

Tabela 16 – Recorrência dos temas em números absolutos Folha

O que as tabelas totais nos mostram é que tanto o jornal *O Globo* quanto a *Folha* de São Paulo investiram pesadamente no trabalho de desgastar até a queda, a presidente Dilma Rousseff, à frente do país em seu segundo mandato, previsto para ser cumprido no período de 2014 a 2018.

O volume de material político em ambos os impressos se equivale também quando o assunto é a própria Dilma (“Dilma-Personagem”), ficando claro que não lhe deram trégua em manchetes, matérias e editoriais. A *Folha*, principalmente, teve na presidente o seu segundo tema mais publicado, dedicando-lhe 33 editoriais. Nenhum deles elogioso, como pudemos constatar nas análises acima.

O Globo elegeu a corrupção como o segundo assunto mais tratado em suas páginas, enquanto na *Folha* este lugar foi reservado aos personagens do governo. Importante notar que tanto no *Globo* quanto na *Folha*, a Lava-Jato foi guindada a uma classificação especial. Esteve empatada com economia em ambos, com 76 publicações cada, em *O Globo*, o que não é pouca coisa. O setor costuma ser para o jornal o de páginas mais nobres e de maior cobertura.

Na *Folha* também houve empate, com um total de 71 publicações para economia e o mesmo para a Lava-Jato, verdadeira arma disparada de forma contínua contra o governo.

Foi em *O Globo* que o machismo e os ataques de gênero foram mais constantes - num total de 31 publicações -, quando a *Folha* dedicou um pouco mais da metade disso, 17, para desidratar Dilma.

Ficou patente que diferentemente do golpe de 1964, quando foi assunto quase diário nos impressos, no golpe de 2016 as acusações de subversão a serem registradas nas páginas, praticamente desapareceram, para dar lugar à arma dos golpes modernos: o “*lawfare*”. A judicialização dos inimigos, levando-os a um desgaste moral tão grande a ponto de não se sustentarem e sucumbirem sob pressão da sociedade “punitivista”, sendo destituídos dos seus cargos. Adaptando o verso do compositor Caetano Veloso em sua canção “Sampa”, para a realidade dos jornais impressos, podemos dizer, sem susto, que eles são os donos “Da força da grana que ergue e destrói coisas belas”. Lamentavelmente, dessa vez, destruíram um país próspero e bem avaliado mundo a fora.

6 - Considerações Finais

Seis anos depois de deposta do poder, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foi inocentada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) (TEODORO, 2022), no dia 26 de março de 2022, da ação que a acusava de ter cometido crime de responsabilidade, pela prática de pedaladas fiscais. “A 7ª Turma especializada decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso de apelação de Dilma Vana Rousseff, reformando integralmente a sentença atacada para extinguir o feito sem resolução do mérito”, diz o acórdão.

O TRF2 extinguiu ação movida pelo cidadão Marco Antônio Rodrigues de Lima contra Dilma, em que era pedido que a ex-presidente ressarcisse a União por supostos prejuízos causados pelas chamadas pedaladas fiscais. Segundo a acusação, os crimes de responsabilidade fiscal se deram no Plano Safra, destinado à agricultura. A ação motivou o pedido de impeachment que transitou por nove meses e resultou na sua deposição, em 31 de agosto de 2016.

A decisão contraria a 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que em 2019 condenou Dilma a indenizar a União. A condenação foi contestada pela defesa da ex-presidente, evidenciando que Dilma jamais cometeu qualquer ato que desabonasse sua conduta na Presidência.

Dois dias depois desta decisão do TRF2, no dia 28 de março de 2022, também o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que ela não agiu de má-fé, ao votar favoravelmente à compra da refinaria de Pasadena (TCU...2022). Na época (2006), na condição de ministra da Casa Civil no governo Lula, Dilma presidia o Conselho de Administração da Petrobras quando a refinaria de Pasadena, nos EUA, começou a ser comprada pela estatal. Votou pela compra de metade da refinaria por US\$ 360 milhões. Em 2012, já quando na condição de presidente da República, a Petrobras foi obrigada a comprar a outra metade da refinaria, desembolsando um total que chegou a US\$ 1,3 bilhão.

Perante a Justiça, restou claro que a presidente não cometeu as faltas que lhe foram imputadas e tampouco atentou contra o artigo 4º da Constituição Federal, onde estão descritos os “crimes de responsabilidade”. As decisões deixaram ainda mais patente que, frágeis juridicamente, as razões para o apoio de parcelas da sociedade ao seu impeachment precisam incluir variáveis de outros campos do saber que não apenas os do Direito e da Política.

Como parte significativa da opinião pública brasileira foi convencida a apoiar ou a consentir com a retirada abrupta de uma líder que não cometeu crimes? Desde 2016, e já com o golpe em curso, a afirmação frequente entre os analistas progressistas, cientistas políticos e jornalistas de blogs e sites de esquerda era a de que o golpe havia sido: jurídico, parlamentar e midiático.

Muitos foram os autores a tratar do tema. Não nos ativemos, aqui, aos aspectos judiciais – já julgados pelo Supremo Tribunal Federal – e tampouco à esfera parlamentar, de inequívoca atuação. Basta levar em conta o placar da votação na Câmara dos Deputados: 367 votos favoráveis e 137 contrários. A votação que a afastou do cargo definitivamente aconteceu no Senado, onde o impeachment foi aprovado por 61 votos, com 20 contrários.

A própria presidente deposta, Dilma Rousseff, repetiu essa tríade em diversas entrevistas, destacando sempre: a mídia foi um dos pilares do golpe. O pressuposto central da presente dissertação era o de que, tanto a dimensão jurídica quanto a dimensão política da operação que levou ao afastamento de Dilma, não teriam sido possíveis sem a disputa comunicacional que lhes preparou o terreno. Numa sociedade midiaticizada, em que milhões de brasileiros colhem informações sobre política preferencialmente pelo consumo midiático ou pela conversação em plataformas digitais, a batalha pela opinião pública antecedeu a disputa nos tribunais e casas legislativas.

Não seria a primeira vez que os meios de comunicação teriam cumprido esse papel. Há farta literatura acadêmica sobre o embate comunicacional que precedeu ao golpe militar de 1964 e sobre o apoio da maioria dos grandes veículos de imprensa à ruptura institucional, por exemplo. Essa constatação ensejou a construção do problema de pesquisa aqui apresentado: quais foram as semelhanças entre as principais narrativas do sistema comunicacional hegemônico brasileiro no processo de deslegitimação das lideranças políticas constitucionais em 1964 e em 2016?

Para tratar da batalha comunicacional anti-Jango em 1964, deu-se ênfase nesta dissertação às ações comunicacionais desenvolvidas por instituições como Ipês/IBAD, às vésperas do golpe (em grande medida porque muitos estudos já foram publicados sobre o papel da grande imprensa naquele período). Para testar a hipótese de que se desenvolveu jornalismo de guerra contra Dilma, em 2016, foi realizada análise das coberturas de *O Globo* e *Folha de S. Paulo* (principais veículos impressos do país) nos momentos que antecederam a queda da presidente.

Teriam os barões do quarto poder reincidido, como tantos analistas suspeitam? Que comparativo se pode estabelecer entre 1964 e 2016, do ponto de vista das ênfases narrativas adotadas pela imprensa nesses dois momentos? Não se pretende aqui uma abordagem hipermidiática (que supõe ser a comunicação a única variável relevante do processo), mas se toma essa dimensão comunicacional como necessária para a produção dos efeitos políticos já conhecidos nestes dois períodos.

Buscou-se, portanto, avaliar comparativamente, por meio da metodologia da análise de conteúdo, quais narrativas estiveram presentes – e identificar em que pontos se intersectaram ou divergiram – sobretudo em relação aos dois objetos acima indicados: estratégias comunicacionais de Ipês/IBAD (1964) e coberturas de *O Globo* e *Folha de S. Paulo* em 2016. Os jornais de 1964 não foram objetos da análise de conteúdo, por ser a atuação desses, no golpe contra Jango, ponto pacificado.

Com a análise de conteúdo se concentrando sobretudo nas publicações de 2016, que enquadramentos noticiosos foram adotados pelos jornais analisados sobre o cotidiano do país naquele momento? Eles podem ser interpretados como uma maneira de direcionar a sociedade para o aspecto político de interesse dos conspiradores? Que ângulos desfavoráveis ao governante foram os mais abordados? Que ações do governo foram as mais visadas? Houve silenciamento de fatos e informações que destoassem do discurso construído? O que foi destacado em determinados assuntos em detrimento de outros?

A hipótese testada foi a de que os veículos – de propriedade de conglomerados familiares, com interesses específicos – negligenciaram de maneira proposital apurações positivas para os governos, enquanto outros temas de impacto negativo aos olhos da opinião pública, “chamativos” e de caráter “escandaloso”, foram privilegiados, tendo por objetivo sedimentar na população o sentimento de indignação, revolta e pessimismo quanto ao futuro. Pretendeu-se buscar o teste dessa hipótese com base em procedimentos metodológicos consagrados na literatura sobre análise de conteúdo.

Desde o início, evidências prévias já conhecidas permitiam tratar a hipótese como plausível e merecedora de teste. Além do processo jurídico sem espaço para os argumentos de sua defesa, tema largamente estudado pelos especialistas da área do Direito, a presidente enfrentou situações vexatórias como o coro – integrado, inclusive, pelo apresentador de TV, Luciano Huck, no Maracanã - que ecoava: “Ei, Dilma, vá t... no ...”.

Foi chamada de “burra, vaca, lésbica, puta, louca e incompetente”. Teve a sua figura estampada na entrada para os taques de gasolina dos carros dos seus opositores, de pernas abertas, simulando uma “penetração” a cada abastecida.

Ainda que os tribunais não tivessem emitido os seus pareceres, alguns dos principais personagens que se locupletaram e desfrutaram de sua queda já haviam vindo a público confessar suas ações conspiratórias. Em 13 de setembro de 2018, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) falou ao jornal Estado de São Paulo e, num “*mea culpa*”, não só admitiu o apoio do seu partido ao golpe, como condenou a participação dos tucanos no governo golpista de Michel Temer (VENCESLAU, 2018).

No ano seguinte, em 16 de setembro de 2019, foi a vez do próprio Michel Temer, o vice-presidente e herdeiro do cargo que usurpou da presidente, confessar que, sim, deu um golpe. Ele o fez durante entrevista, nesta data, no programa Roda Viva¹⁵, da TV Cultura – SP, o que foi registrado pelo site Congresso em Foco:

Na entrevista que concedeu ao programa Roda Viva, da Tv Cultura, na noite desta segunda-feira (16), o ex-presidente da República, Michel Temer, usa o termo “golpe” para se referir ao impeachment de Dilma Rousseff, de quem era vice, em 2016. Durante a entrevista, Temer usa na maioria das vezes o termo “impedimento” para se referir ao processo de afastou e retirou a petista da Presidência da República. Mas, em ao menos dois casos, ele a usa palavra ‘golpe’, em uma delas, é questionado imediatamente pelo jornalista Ricardo Noblat. “Eu não poderia ser o articulador de um golpe, porque chegaria muito mal ao governo”, diz Temer. (VEJA..., 2019)

Pouco tempo depois (em fevereiro de 2021), um dos conspiradores – o braço militar dos articuladores do golpe, o general Eduardo Villas Bôas, então comandante do Exército (2015-2019) –, revelou em seu livro de memórias (FGV) *Conversa com o Comandante*, (CASTRO, 2021), ter participado da trama.

Em 2 de fevereiro de 2022, nota na coluna da jornalista Mônica Bergamo na *Folha de São Paulo* dava conta de que um dos ministros do Supremo Tribunal Federal, Luiz Roberto Barroso, admitiu em artigo para a Revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), que Dilma não foi deposta com respaldo na lei, mas por falta de sustentação política. Como o artigo 4º da Constituição Federal não prevê “falta de sustentação política” como motivação para a derrubada de um presidente da República democraticamente eleito, no Brasil, o que Barroso fez naquele momento foi confessar ter ciência de que Dilma sofreu um golpe.

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso escreveu, em artigo para a edição de estreia da revista do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), que “o motivo real” para o

impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) foi a falta de apoio político, não as pedaladas.

“A justificativa formal foram as denominadas ‘pedaladas fiscais’ – violação de normas orçamentárias –, embora o motivo real tenha sido a perda de sustentação política”, afirmou Barroso. A publicação, que será lançada no dia 10, tem Hussein Kalout, ex-secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência, como um dos editores. (BERGAMO, 2022).

Uma análise dos textos jornalísticos e editoriais de veículos como *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, jornais impressos de grande circulação, confirmaria que suas coberturas seriam tão críticas a Dilma que referendariam essas explosões de incivilidade?

É óbvio que não se pretende aqui estabelecer uma relação direta de causa e efeito: tampouco dizer que as ofensas de populares a Dilma foram necessariamente causadas por coberturas jornalísticas, mas sim identificar que tipo de abordagem se deu pelos jornais e de que modo elas podem (ao menos como uma das variáveis relevantes) ter colaborado para a construção de um clima de opinião hostil. As manchetes foram apelativas? As matérias eram tendenciosas e com baixo nível de contraditório? A estas questões se pode responder objetivamente com a análise proposta.

Teria ocorrido efetivamente em 2016 o mesmo *modus operandi* usado 1964? Se sim, com quais similitudes e com quais diferenças? Pretendeu-se, nesta dissertação, conseqüentemente, identificar, na cobertura jornalística de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo* se houve a prática de transformar as escolhas editoriais em “rolo compressor” para convencer a população a dar apoio à derrubada da presidente democraticamente eleita. Isso se deu de modo semelhante ao usado pelo grupo conspiratório do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), formado com o propósito de pôr abaixo o governo de Jango?

Os principais achados empíricos da pesquisa responderam afirmativamente à quase totalidade das questões formuladas inicialmente e acima mencionadas. Nas pesquisas efetivadas pela presente autora sobre as organizações conspiradoras em 1964, tratamos da utilização de filmes, da compra de espaços em veículos de imprensa, de tempos de televisão e as doações vultosas dos donos de veículos de informação, a fim de fomentar o golpe, à época. Seus nomes constam em listas de doadores. Ao mergulhar na análise dos métodos usados por este segmento durante o golpe de 1964. (DREIFUSS, 1981 e ASSIS, 2001), reforçou-se a necessidade de verificar se teria 2016 repetido a ação, com mais intensidade, tecnologia e rapidez.

Os dados objetivos sobre as coberturas analisadas de *O Globo* e *Folha de S. Paulo* em 2016 confirmaram esta expectativa. De acordo com o material analisado de janeiro de

2016, a primeiro de setembro do mesmo ano, quando o impeachment se consumou, os jornais inspecionados neste trabalho abusaram de manchetes escandalosas, editoriais inquisidores e matérias tendenciosas e persecutórias, quando o papel dos diversos veículos (segundo os autoproclamados valores que regeriam o jornalismo profissional) deveria ser informar com o máximo de isenção possível.

Em abril de 2016, mês em que a Câmara dos Deputados aprovaria a abertura do processo de impeachment, esses veículos foram tão incisivos nos ataques ao governo de Dilma Rousseff, e tão sonegadores de uma visão mais plural dos episódios, que aprofundaram o afastamento de uma parcela dos leitores. É óbvio que a violenta queda de vendas e assinaturas se deve a mudanças estruturais no mercado jornalístico (no Brasil e no mundo), mas a adesão acrítica a um jornalismo de guerra contra Dilma contribuiu para a perda de conexão, por parte da imprensa, com setores progressistas da sociedade.

Conforme já citado no capítulo *Análise de Conteúdo*, a *Folha de São Paulo* que em 2013 vendia 240 mil exemplares foi despencando: caiu para 217 mil em 2014; 189 mil em 2015 e chegou a 2016 com uma tiragem de apenas 166 mil exemplares. Enquanto *O Globo*, que em 2013 estava com a tiragem em 228 mil; já em 2014 era de 213 mil; em 2015 caiu para 194 mil, chegando a 2016 com 181 mil exemplares em sua tiragem. Queda, esta, que não foi interrompida. Vejamos os números de 2021 publicados em artigo de Márcio Chaer, na Revista Conjur:

Em dezembro de 2014, no auge do lavajatismo, a tiragem somada dos seis principais jornais impressos do Brasil era de 1,071 milhão de exemplares. Seis anos depois, quando a fábula se esfarinhou, além de falsos heróis, descobriu-se haver falsos bandidos. E que o "combate à corrupção" fora falsificado. Um festival de práticas jurídicas corruptas. Em 2021, a tiragem dos seis maiores jornais do país desabou. Caiu 68% em relação a 2014. (CHAER, 2022).

Seria, ao lado das mudanças do próprio mercado jornalístico numa era de tecnologias digitais e mídias sociais, um preço a pagar pelo “dirigismo” com que foram para cima da sociedade, roubando-lhe o direito de formular sua própria opinião e “editando” seus pensamentos? Não se trata da questão central desta dissertação, mas a hipótese enseja talvez desdobramento em pesquisas futuras.

A mesma estratégia narrativa usada entre 1962 e 1964, desta feita, agregou em 2016 um componente a mais: a misoginia. Era a primeira vez que uma mulher dirigia o país. Tal atitude fica patente quando verificamos as charges desrespeitosas e grotescas, com forte teor machista e os editoriais contendo termos que jamais ousariam emitir se estivesse um homem no cargo.

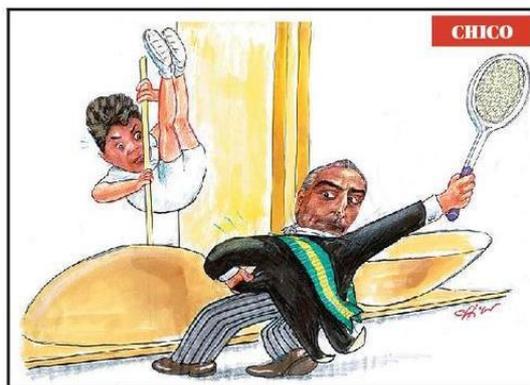


Figura 10: Charge de Dilma – Chico Caruso fez uma série com o tema das olimpíadas em que Dilma apanhava sempre do Temer.

Conforme largamente estudado, os motes explorados na imprensa pré-64 foram: “subversão” e “corrupção”. Nesta pesquisa referente a 2016 pudemos observar que, ao contrário de 1964, o tema “subversão” esteve praticamente ausente das páginas. Não que a paranoia anticomunista tivesse ficado de fora do golpe. Não ficou. Porém, com nova roupagem, migrou para as redes sociais, onde falava com mais agilidade e “intimidade” com o seu público/alvo, deixando para os jornais todo o espaço para bater de forma insistente e obsessiva na política, em Dilma e na “corrupção”. Necessariamente nessa ordem.

Causa desconforto (para quem é do ramo), ver a similitude com que *O Globo* e *Folha* pautavam os seus jornalistas. Manchetes e matérias pareciam combinadas no dia a dia, deixando plausível a hipótese de conluio no tratamento dado aos fatos. Há quem possa argumentar que, em função dos critérios de noticiabilidade mais utilizados pelo jornalismo profissional, aquele assunto se impunha como o mais relevante. Isso não explica, contudo, a semelhança nos enquadramentos noticiosos utilizados nem a compartilhada opção dos veículos pela sonegação de qualquer contraditório.

Os dados compilados não deixam dúvida. As coberturas desconsideraram os critérios jornalísticos de “ouvir os dois lados”, de checar documentos recebidos de “fontes” e de confrontar as denúncias. Tudo era repassado por integrantes da Operação Lava-Jato, e escorria para as páginas, como se os editores temessem que os arrazoados contrabandeados pelos atores da Operação, para as redações, não pudessem esfriar. Não foi dado espaço para a defesa. Não foram procuradas outras fontes.

Reler 699 matérias, editoriais e manchetes da *Folha* e de *O Globo* foi um processo doloroso. Foi ver a democracia escoar de nossas mãos, foi revisitar os ataques, as falácias e, ousou dizer, as calúnias. Agora, à distância, quando confirmadas no cotidiano todas as suspeitas, as manchetes soam ainda mais agressivas.

Em 265 unidades do material analisado, um dos termos de grande frequência foi, como se supunha, também e principalmente usado na preparação de 1964: a “corrupção”. Esse ecoar diário foi sendo entranhado na alma da sociedade, que sem escudo contra essa avalanche de acusações, pendeu toda para um só lado, fazendo ir a pique o barco da democracia.

Juntos, afinados nas linhas mais gerais da cobertura, os dois jornais cumpriam um verdadeiro jogral, todos os dias, durante quase três anos. Mesmo diferenças acessórias (*O Globo* manteve a “corrupção” em segundo lugar na pauta, enquanto na *Folha* ela apareceu em quarto lugar, perdendo para o item “política”, líder absoluta sobre os demais temas) não impedem a percepção da convergência editorial no mais essencial.

Na *Folha*, “política” foi assunto contabilizado no material analisado, 130 vezes, enquanto no *Globo* apareceu 126 vezes. Com muito mais frequência nas matérias internas, onde os temas podiam ser mais bem detalhados. Foram 45 matérias no *Globo* e 44 na *Folha*.

Diferentemente do que se via em 1962/1964, quando se evitavam ataques frontais a Jango, ou a citação de seu nome, movendo a artilharia contra os seus ministros, os “desmandos” do seu governo, e o desqualificar de sua política, desta vez a presidente Dilma entrou no foco. Com uma diferença de dois pontos, *O Globo* cita diretamente Dilma em suas matérias 98 vezes, enquanto a *Folha* a faz de vidraça 96 vezes no período já mencionado: janeiro a 1 de setembro de 2016.

Importante observar que a *Folha* equilibrou 44 editoriais com 44 matérias sobre “corrupção”. *O Globo*, que deu mais ênfase ao assunto, ficou 13 pontos à frente da concorrente, o abordando 101 vezes. Ambos se equivaleram nos ataques pelo editorial. Foram 31 na *Folha*, contra 29 de *O Globo*. Em percentuais, podemos dizer que os da *Folha* atingiram 35,22% sobre o total de 88 abordagens do tema “corrupção”, enquanto *O Globo* tratou em 28,71% do seu conteúdo, sobre a questão, num total de 101 abordagens.

No quesito gênero, o *Globo* marcou sua atuação machista. Enquanto a *Folha* tocou no ponto 17 vezes, o jornal dos Marinho atacou Dilma 31 vezes, sendo que se levarmos em conta apenas os editoriais onde o gênero aparece de forma negativa, eles praticamente empataram: *Folha* fez 12 e *O Globo*, 14.

Tanto *Folha* quanto *O Globo* investiram pesado em matérias com o material de denúncias da Lava-Jato, sendo 76 no *Globo* e 71 na *Folha*. O tema foi parar nos editoriais 22 vezes em *O Globo* e 20 na *Folha*. Quanto às manchetes tratando da “Operação” ficaram assim distribuídas: 30 em *O Globo* e 26 na *Folha*.

As críticas quanto à condução da economia da presidente Dilma foram praticadas em matérias de *O Globo* 76 vezes, enquanto na *Folha* foram 71. O assunto foi enfocado em 31 editoriais do jornal dos Marinho e 30 no dos Frias, enquanto viraram manchete 25 vezes na *Folha* e 24 em *O Globo*.

O tema “subversão”, conforme já dito acima, mereceu três menções em ambos os veículos. Apenas na época da repressão às passeatas em defesa do governo Dilma, em 2016, mas somente *O Globo* tratou do tema em editorial.

É preciso deixar claro que esta pesquisa apenas levanta a ponta do tapete para onde varreram o lixo desta história. Há caminhos a serem percorridos. Há boas aspiradas a serem dadas, por exemplo, estendendo este estudo para as redes sociais, para onde migraram as mensagens ultradireitistas e as “denúncias” fanáticas disseminando o terror e o “temor” da ameaça do “comunismo”, que tal como o “inverno” na série do canal HBO, *Game of Thrones*, um dia chegaria para arrasar com tudo e todos.

Outro aspecto seria aprofundar a investigação da cobertura jornalística dos personagens, tal como Eduardo Cunha e sua atuação no Congresso, um universo a ser desvendado. Do ponto de vista da mídia, um filão seria verificar quais os discursos eram repetidos pelos principais jornalistas da mídia, os comentaristas. O que era comum entre eles e suas falas? Quem eram? O que usaram de argumentos para tornar crível as suas “denúncias”, que se esvaíram vazias, mero “eco” dos interesses dos patrões?

Há muito a ser trabalhado, pois o distanciamento histórico ainda não se fez e, como disse anteriormente, o golpe tal como em o *Bolero de Ravel* segue a sua marcha, incluindo novos instrumentos e intensificando os acordes e dissonâncias, num crescendo contínuo. Espero ter sido o surdo, que num ribombar acordou os espectadores para outros movimentos. Por enquanto, desçam a cortina.

7 - Referências bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. **Significado político da manipulação na grande imprensa.** Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados. Revista de Ciências Sociais.** vol. 31 n. 1 Rio de Janeiro. 1988. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=348>
- ADORNO, Theodor. O fetichismo da música e a regressão da audição. *In*: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ALEX, Viany. *Introdução ao Cinema Brasileiro*, apresentação, Biblioteca de Divulgação Cultural – Série B – IV – Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro – 1959.
- ALMEIDA, Rodrigo. **À Sombra do Poder.** Rio de Janeiro: LeYa; 1ª edição. 2016.
- ALVORADA – documentário dirigido por Anna Muylaert e Lô Politi, 2021, 1h:22:07
- APROVAÇÃO a Governo Dilma cai 27 pontos em três semanas. **Datafolha Instituto de Pesquisas.** Opinião Pública. 29 jun 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>
- A QUEDA vertiginosa da tiragem de Folha, Globo e Estadão. Por Raymundo Gomes. **Diário do Centro do Mundo.** 08 jul. 2016. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-queda-vertiginosa-da-tiragem-de-folha-globo-e-estadao-por-raymundo-gomes>
- ARBEX, José. **O legado ético de Perseu Abramo e de Aloysio Biondi.** Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- ARAÚJO, Cícero; BELINELLI, Leonardo; SINGER, André. **Estado e Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- ASSIS, Denise. **Catálogo de filmes do Ipês.** Rio de Janeiro: Mauad Editora. 2001
- ASSIS, Denise e GUERRA, Claudio. **Matar e Queimar.** Curitiba: Kottler Editorial. 2020.
- ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962/1964).** Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ. 2001.
- ATA de fundação do Ipês. 02/02/1962. 2 páginas. Acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 1977.

BARROSO, Luiz Roberto. Prefácio: Empurrando a história: combate à corrupção, mudança de paradigmas e refundação do Brasil. *In*: PINOTTI, Maria Cristina. (org.). **Corrupção: Lava-Jato e Mãos Limpas**. São Paulo: Portfolio-Penguin. 2019.

BARTHES. Roland. **A Câmara Clara**: Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A. 1984.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Editora Cultrix. 1964.

BERGAMO, Mônica. 'Motivo real' de impeachment de Dilma foi falta de apoio, não pedaladas, afirma Barroso. **Folha de São Paulo**. Colunas e Blogs, 02 fev. 2022.

Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/motivo-real-de--impeachment-de-dilma-foi-falta-de-apoio-nao-pedaladas-afirma-barroso.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha&origin=folha.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação de massa e eleições no Brasil: da influência simples à interação complexa. **Revista USP**, n. 90, p. 74-83, 2011. São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34013>

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

BRASIL registra maior número de agressões a jornalistas desde 1990; Bolsonaro é o principal agressor. **Brasil 247**. Mídia. 27 jan. 2022. Disponível em:

<https://www.brasil247.com/midia/brasil-registra-maior-numero-de-agressoes-a-jornalistas-desde-1990-bolsonaro-e-o-principal-agressor>.

BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Lei dos Crimes de Responsabilidade; Lei do impeachment. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

CALEGARI, Luiza; RODAS, Sérgio. Com mudança de voto de Carmen, 2ª Turma do STF decide pela suspeição de Moro. **Consultor Jurídico**, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-23/mudanca-voto-carmen-turma-stf-declara-moro-suspeito>

CALIL, Gilberto. **Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho**. São Paulo: Projeto História. 2013.

CAMPOS, João Pedroso. Preso pela PF era colega de hacker e temia ‘ser envolvido’, diz mãe. **Revista Veja**. 29 set. 2019. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/preso-pela-pf-era-colega-de-hacker-e-temia-ser-envolvido-diz-mae>

CASTRO, Celso. **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2021.

CHAER, Márcio. Imprensa que operou “lava jato” perdeu 68% dos leitores em 6 anos.

Consultório Jurídico. 26 jan. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jan-26/imprensa-operou-lava-jato-perdeu-68-leitores-anos>.

CHALOUB, Jorge; LIMA, P. L. A cruzada anticorrupção e seus fundamentos: Liberalismo e Arbítrio no discurso dos juristas políticos. *In*: CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando; DULCI, João (orgs). **A Nova República em crise**. Editora Appris. 2020, pp. 19-55.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *En*: Crítica y Emancipación. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, no. 1, jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponible en:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COIMBRA, Mayra Regina. A disputa de sentidos sobre a imagem de Dilma Rousseff: as estratégias de construção da imagem da ex-presidente *versus* o enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo no período do impeachment. 2018. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6950/1/mayrareginacoimbra.pdf>

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 320 p. ARRAES, Miguel. Transcrição do depoimento – CPI – Ipês/IBAD. 1963.

CONFIRA a íntegra do discurso de despedida de Dilma. **O Globo**. Política. 12 maio 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/confira-integra-do-discurso-de-despedida-de-dilma-19291552>.

COSTAS, Ruth. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. **BBC News Brasil**, 13 mai. 2016. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru

CUNHA, Eduardo; CUNHA, Daniele. **Tchau, Querida**. O diário do impeachment. São Paulo: Matrix. 2021.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade: A Nova Guerra Contra os Fatos em Tempos de Fake News**. Barueri-SP: Faro Editorial. 2018.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto. 2007.

DE SANTANA, Anabela Maurício. **Mulher Mantenedora/Homem Chefe de Família: uma Questão de Gênero e Poder**. Itabaiana: Revista Fórum Identidades. 2010

DOIS dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais. **Brasil de Fato**, 02 set. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais>

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

DREIFUSS, Armand René. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Estado**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2ª edição. 1981.

ENTENDA o caso. Caso Lava Jato. **Ministério Público Federal**. [201-] Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/>.

ESTUDO do IBGE situa 1 de cada 4 brasileiros sob a linha da pobreza. **Uol Economia**, 04 dez. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/12/04/estudo-do-ibge-situa-1-de-cada-4-brasileiros-sob-a-linha-da-pobreza.htm?cmpid=copiaecola>.

FARAH, Tatiana. Caso Bancoop: triplex do casal Lula está atrasado. **O Globo**, 01 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/caso-bancoop-triplex-do-casal-lula-esta-atrasado-3041591>

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 1971.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes. 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FERES JÚNIOR, João. **Cerco Midiático: o lugar da esquerda na esfera “publicada”**. Friedrich Ebert Stiftung. 2020.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM. 2012.

GAMA, Júnia. Documento propaga nas redes que impeachment é insustentável. Sob orientação do Planalto, texto traz dez pontos para defender Dilma. **O Globo**. Política. 11 jan. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/documento-propaga-nas-redes-que-impeachment-insustentavel-18446924#ixzz7LH25H8Wc>

GIELOW, Igor. Teor do tuíte do general Villas Bôas sobre Lula foi atenuado e discutido por hoje ministros de Bolsonaro. **DL News**. 14 fev. 2021. Disponível em: <https://dlnews.com.br/noticias?id=55523/teor-do-tuite-do-general-villas-boas-sobre-lula-foi-atenuado-e-discutido-por-hoje-ministros-de-bolsonaro>

GLEISI: ‘salvamento de Temer custou R\$ 14 bilhões aos cofres públicos’. **Brasil 247**. Blog do Esmael. 03 ago. 2017. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sul/gleisi-salvamento-de-temer-custou-r-14-bilhoes-aos-cofres-publicos>

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*. Boston, *Northeastern University Press*, 1986.

GOMES, Paulo Emílio Sales. **Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1996.

GOMES, Raymundo. A queda vertiginosa da tiragem de Folha, Globo e Estadão. **Diário do Centro do Mundo**. 08 jul. 2016. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-queda-vertiginosa-da-tiragem-de-folha-globo-e-estadao-por-raymundo-gomes>

GONZAGA, Adhemar. **História do Cinema Brasileiro**. Rio de Janeiro: capítulo I do “Jornal do Cinema”, nº 39. 1956.

GONZATTO, Marcelo. Quem são os articuladores nacionais do protesto contra Dilma: por trás das manifestações de domingo, há um jovem de 19 anos e um empresário. **Gaúcha Zero Hora**. 14 mar. 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/03/quem-sao-os-articuladores-nacionais-do-protesto-contradilma-4718377.html>

HISTÓRIA da Folha. Círculo Folha. [201-?]. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm

INSTITUTO BRIDJE. Davos 2020: como foi o principal evento do Fórum Econômico Mundial? **Politize**. Economia. Política Internacional. 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/davos-2020/>.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

KRAKAUER, Sigfried. **De Caligari a Hitler: Uma Psicologia do Cinema Alemão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1988

LEAL, Lalo. O Jornalismo de Guerra e a Venezuela. **CNQ – Confederação Nacional do Ramo Químico**. 10 ago. 2017. Disponível em: <http://cnq.org.br/artigos/o-jornalismo-de-guerra-e-a-venezuela-3309>

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2005.

LE MONDE – “*Au Brésil, Dilma et Lula conspués par la rue*” – 15/03/2016

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Paulo César. Pasadena: o prejuízo que nunca existiu. **Carta Capital**, 24 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/pasadena-o-prejuizo-que-nao-existiu>

MEMÓRIA: O dia em que a imprensa protestou contra o ditador Figueiredo. **Aparecidanet.com**. 01 jun. 2021. Disponível em: <https://aparecidanet.com.br/memoria-o-dia-em-que-a-imprensa-protestou-contra-o-ditador-figueiredo/>.

MIGUEL, Luis Felipe. Dossiê “Mídia e Política”. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: n. 21, p. 7-12, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3657/2914>

MONTEIRO, Helena Maria Diu Raposo. **Mulher, trabalho e identidade**: Relatos de mulheres em cargos de poder e prestígio sobre suas trajetórias profissionais. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17313/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Helena%20Maria%20Diu%20Raposo%20Monteiro%20%280%29.pdf

MONTEIRO, Tânia. Haddad defende aumento da tarifa de ônibus em São Paulo. **Estadão**. 18 abr. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-defende-aumento-de-tarifa-de-onibus-em-sao-paulo,1022656>.

MORAIS, Esmael. Gleisi: ‘Salvamento de Temer custou R\$ 14 bilhões aos cofres públicos’. **Brasil 247**. Blog do Esmael. 03 ago. 2017. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sul/gleisi-salvamento-de-temer-custou-r-14-bilhoes-aos-cofres-publicos>

MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica Almeida (orgs). **História e documentário**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

MOUCO, Tavares; GREGÓRIO, Regina. **Leitura, análise e interpretação de charges com fundamentos na teoria semiótica**. Trabalho final do Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE. 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_maria_aparecida_tavares.pdf

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/01/12/fotografo-brasileiro-diz-que-foto-de-dilma-representa-momento-dificil.htm?cmpid=copiaecola>

NUZZI, Vítor. CUT/Dieese: Lava Jato cortou empregos, minou a economia e foi cabo eleitoral de Bolsonaro. **RBA – Rede Brasil Atual**, 16 mar. 2021. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/03/cut-dieese-lava-jato-empregos-economia-cabo-eleitoral>

OLIVEIRA, Mariana e RAMALHO, Renan. Ministro do STF afasta Cunha do Mandato e da Presidência da Câmara. **G1**. Política. 05 maio 2016. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/teori-determina-afastamento-de-cunha-do-mandato.html>

O PROCESSO – Documentário – Maria Augusta Ramos – 2h17, 2018

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Editora Record. 1972.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Por que Lula é inocente e por que tentaram destruir o maior líder do Brasil**. Como a defesa derrotou a farsa da Lava Jato. As mentiras que envenenaram o país. São Paulo: Publicação do Partido dos Trabalhadores – Secretaria Nacional de Comunicação/Assessoria de Imprensa. 2021. Disponível em: <https://lula.com.br/wp-content/uploads/2021/10/memorialdaverdade-1-compactado-1.pdf>

PAULA, Christiane Jalles; DULCI, João; PERLATTO, Fernando; CHALOUB, Jorge. **A nova República em crise**. Curitiba: Appris. 2020

PERÍCIA do Senado comprova que não houve crime de responsabilidade. **O Tempo**. 27 jun. 2016. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/pericia-do-senado-comprova-que-nao-houve-crime-de-responsabilidade-1.1329742>.

PERLATTO, Fernando; DULCI, João; Chaloub (orgs). **A nova República em crise**. Curitiba: Appris. 2020.

PINTO, Helder Queiroz. A descoberta do pré-sal e as mudanças do marco regulatório na indústria brasileira do petróleo. **Encyclopédie de L'énergie**. 26 abr. 2016.

Disponível em: <https://www.encyclopedie-energie.org/a-descoberta-do-pre-sal-e-as-mudancas-do-marco-regulatorio-na-industria-brasileira-do-petroleo>

RODRIGUES, Alex. União Europeia anuncia fechamento do espaço aéreo a aviões russos. **Agência Brasil**, 27 fev. 2022. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-02/uniao-europeia-anuncia-fechamento-do-espaco-aereo-avioes-russos>

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A Democracia Impedida: o Brasil no Século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2017.

SCHIMITT, Caco. O golpe e a embaixadora dos EUA. *Pátria Lati*. Brasil. 29 abr. 2016.

Disponível em: <http://patrialatina.com.br/o-golpe-e-a-embaixadora-dos-eua/>.

SERRANO, Pedro. **A justiça na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Editora Alameda, 2015.

SILVA, Perla Haydee da. **De louca a incompetente**: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá: 2019. Disponível em:
https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1984/1/TESE_2019_Perla%20Haydee%20da%20Silva.pdf

SOUZA, Cibele Silva e; LEAL, Paulo Roberto Figueira; OLIVEIRA, Luiz Ademir de, Das Eleições de 2014 ao impeachment de 2016. As estratégias de Dilma Rousseff (PT) e de Aécio Neves (PSDB) no contexto de personalização da política. **Revista Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul – v. 18, n. 36, jul./dez. 2019, p. 114-132. Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9486>

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa. 2016.

SOUZA, Valdirene Eliane; MELLO, Rita. Por que ser princesa quando se pode ser valente? Reflexões e desconstruções das questões de gênero no universo Disney. **Revista Gênero**, vol. 21, n. 2. 2021. Niterói. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/49990>

TCU inocenta Dilma no caso da compra da refinaria de Pasadena. **Aconteceu IPU**, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://aconteceuiipu.com/2022/03/28/tcu-inocenta-dilma-no-caso-da-compra-da-refinaria-de-pasadena>

TEODORO, Plínio. Dilma é inocente: “pedaladas fiscais” não causaram prejuízos à União. **Revista Forum**, 28 mar. 2022. Disponível em:
<https://revistaforum.com.br/politica/2022/3/28/dilma-inocente-pedaladas-fiscais-no-causaram-prejuizo-unio-112165.html>

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

VEJA a íntegra do pronunciamento de Dilma após o impeachment. **Uol**. 31 ago. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/veja-a-integra-do-pronunciamento-de-dilma-apos-impeachment.htm>.

VEJA o vídeo em que Temer admite “golpe” e entenda o contexto. **Congresso em Foco**, 17 set. 2019. Disponível em:
<https://congressoemfoco.uol.com.br/tipo/videos/veja-o-video-em-que-temer-admite-golpe-e-entenda-o-contexto>

VENCESLAU, Pedro. Tasso Jereissati: “nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer”. **Estadão**. Política. 13 set. 2018. Disponível em:
<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>

VIANY, Alex. **Introdução ao cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1959.

29 DE JULHO de 1925. O Globo é lançado. Memória: a história do jornal O Globo desde a sua fundação. c2013. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lanccedilado-9196292>

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2000.

WHO we are. **Open Society Foundations**. c2022. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/who-we-are>.